COLEÇÃO CONHECIMENTO DO BRASIL

1

FORMAÇÃO HISTÓRICA
DA
NACIONALIDADE BRASILEIRA

Companhia Editora Leitura
Bandeira Paulista, 26 - T.º - 2. 700/10 - Ed. Glória
Penas 22-8017 - 20.400 - Rio de Janeiro - Brasil

Composto e impresso na
GRÁFICA SANTO ANTONIO - RONDONIA 22
Rio de Janeiro - Brasil

OLIVEIRA LIMA

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

Prefácio:
GILBERTO FREYRE
M. E. MARTINENGE
JOSE VERISSIMO

Tradução de AURELIO DOMINGUES

Cia. Editora Leitura
1944

Tradução da edição original:
**FORMATION HISTORIQUE DE LA
NACIONALITÉ BRÉSILIENNE**

Primeira edição
París: Imprimerie de la Sorbonne - 1911

INSTITUTO JOAQUIM NABOCO
de Pesquisas Sociais
Biblioteca

111423/11/1975

Desta edição
foram tiradas doze
mil e cem exem-
plares, em papel
buffon, e duzentos
exemplares, nume-
radas de 1 a 200,
em papel especial.

Ao Estado de São Paulo

*O mais adiantado do Brasil, pa-
tria dos "Baudouins", berço de
João Bonifácio e foco de civiliza-
ção, ao qual me prendem as mais
fortes laços intelectuais*

Au grande Iema.

"O Estado de São Paulo"

*Na qual tenho e tenho o prazer
de colaborar desde este ano, com
toda independência de espírito, e
onde todas as opiniões humanas
livremente emitidas e conjun-
tamente defendidas são acolhidas
e respeitadas.*

O. L.

Paris, 7 de Maio de 1911.

S U M A R I O

- I O século XVI — A descoberta e os primeiros ensaios de colonização. — O índio como elemento da população e o indigenismo como manifestação literária. — Os Jesuítas e a escravidão. — Uma festa brasileira em Nova em 1550.
- II As tentativas de ocupação francesa durante os séculos XVI e XVII, no sul e no norte. — Villegaignon e La Flaviardière. — A defesa portuguesa. — O sentimento nacional se revela por uma literatura nascente.
- III — A crítica literária portuguesa e suas consequências para o Brasil. — A ocupação holandesa no século XVII. — A administração de Maurício de Nassau. — A expulsão dos estrangeiros. — Consolidação do sentimento nacional. — Despertar do espírito de rebelião.
- IV — A conquista do interior durante a época colonial. — Os "bandeirantes" paulistas e sua grande obra. — O capangueiro como símbolo. — A bandeira dos índios.
- V — São Paulo, centro de luxo, e Minas Gerais, centro de atividade. — A prosa dos versos e a poesia da vida. — A mesma fonte de pobreza. — O sistema da administração portuguesa.
- VI — O espírito de entusiasmo versus o espírito de despotismo. — A conspiração de 1808, produto da influência francesa e da agitação republicana dos Estados Unidos. — Democracias não-latinas da América. — O suplício de Tiradentes.

- VII — A série portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro em 1808. — Um rei sábio. — A transformação política e social sob a influência das novas ideias. — O Brasil novo.
- VIII — A independência se apresenta como uma espécie de devorão. — Papel importante de José Bonifácio. — O Príncipe regente, tal a principal da separação.
- IX — O império frente a fronte das grandes potências europeias. — A papel da Áustria e o da Inglaterra. — Missão de Sir Charles Stuart no Rio de Janeiro. — O golpe de Estado de 1823, a Constituição de 1824 e a Confederação do Equador.
- X — Impetuosidade de D. Pedro I causada por suas tendências autoritárias e pela perda da Província Cisplatina. — A adaptação do regime parlamentar. — A abdicação e a Regência.
- XI — D. Pedro II. — Sua personalidade entusiasta e sua aprendizagem de soberano. — Características de seu reinado. — O federalismo e o princípio da autoridade. — O célebre "poder petístico" nos liberais nacionais.
- XII — O papel das partidas constitucionais e as grandes problemas políticos, econômicos e administrativos. — Quarenta anos de paz e de prosperidade. — Os muitos determinantes da mudança de regime.

PREFACIO DA EDIÇÃO BRASILEIRA

A IDÉIA que ocorreu ao Sr. Barbosa Melo, de publicar em português as conferências que Oliveira Lima leu na Sorbonne, em 1911, sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira, é uma das mais felizes que poderiam ocorrer a um editor do Rio com relação à obra meio esquecida e meio ignorada do historiador de Dom João VI no Brasil. Já estava tardando a iniciativa editorial que integrasse a obra de Oliveira Lima, escrita em francês, na literatura histórica e sociológica do Brasil, escrita em português.

Felizmente o próprio Dom João VI no Brasil, ao descontentamento pelas gerações mais novas de brasileiros, que diz-se a escrita também em ignorado francês, parece que vai ter igualmente este ano sua reedição, há tanto tempo esperada e reclamada pelo público inteligente do Brasil e do Portugal iniciativa do Sr. Jaime Cortesão, que será de certo acolhida nos dois países com um interesse quase igual ao que despertaria uma obra nova de desacombrado historiador brasileiro. Pois tanto quanto *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, Dom João VI no Brasil é livro que muitos conhecem só de ouvir e poucos diretamente e de fato.

São talvez os dois melhores trabalhos que Oliveira Lima nos deixou. Em Dom João VI revela o historiador todas as virtudes do seu poder de análise, que em extraordinária; em *Formation Historique de la Nationalité*

Brasilense é de nos surpreender com um poder de síntese igualmente raro. Difícilmente se imagina um estudo dos factos da formação nacional do Brasil, mais rico dos traços essenciais desta formação e escrito de forma mais capaz de iniciar o brasileiro ou o estrangeiro no conhecimento do passado luso-americano. Forma lúcida e atrahente que o editor Barbosa Mello encarregou um escritor autêntico — o Sr. Aurélio Domingues — e não um medular qualquer, de procurar conservar na portuguez, já que Oliveira Lima, esmeradamente educado desde pequeno por padres francezes, escrevia no idioma dos seus mestres com inteiro desembaraço e rara precisão. Surpreende que *Formation Historique*, trabalho escrito originalmente em lingua franceza e para ser lido pelo historiador na Sorbonne, se agora appareça em portuguez, traduzida para a lingua materna do autor como se fôr um livro de estrangeiro. Repete-se, de algum modo, na literatura historica do Brasil, o caso da *Retirada da Laguna*, a obra classica do Visconde de Tanay.

A verdade é que mesmo em portuguez a admirável síntese que é *Formation Historique* de la Nationalité Brésilienne guardará alguma coisa de supranacional no seu modo de resumir dos acontecimentos brasileiros do passado e que eles contem de interesse humano e não apenas de importância particularmente nacional. Aspeto do livro que parece não ter escapado ao seu prefaciador francez, o Professor Ernest Martinenche. E' o Professor Martinenche quem observa: "Un étranger qui aurait fait dans les archives les recherches de M. de Oliveira Lima ne parlerait pas du Brésil avec plus de liberté".

Mesmo assim, creio que as conferências de Oliveira Lima sobre a formação brasileira dão importância de primeira aos acontecimentos politicos, as vezes com sacrificio dos factos de interesse economico e dos processos sociológicos do desenvolvimento nacional do Brasil. O proprio autor, aliás, nos adverte contra a tendência dos historiadores brasileiros mais antigos no sentido de se

ocuparem exclusiva ou principalmente dos factos politicos e militares. Tendência — seja observado de passagem — que encavalaria no proprio Oliveira Lima, um Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alfredo de Carvalho, Nina Rodrigues, Manuel Romfim, João Ribeiro — e não apenas em Castiglione de Abreu, destacada pelo autor de *Formation Historique* que a Nationalité Brésilienne como historiador particularmente inclinado ao estudo da historia brasileira como historia social e não apenas politica — um grupo de dissidentes prestigiosos. Desses dissidentes foram as primeiras obras brasileiras caracterizadas pela actuação dos estudos historicos nos assuntos de interesse sociológico ou economico, antropológico ou geográfico. Obras que tornam em nossos dias continuadores illustres, um d'elles, Oliveira Lima.

Nas conferências de Oliveira Lima sobre a formação historica da nacionalidade brasileira — um sistema que ofereceu aos francezes, dessa formação — há evidentemente uma filosofia de historia do Brasil. Dessa filosofia talvez a traça mais característico seja aquella "otimismo robusto e sincero" a que se refere o Professor Martinenche. Dentro de tal otimismo há, porém, um pessimismo que dá à filosofia de historia brasileira de Oliveira Lima uma ponta de melancolia sem sempre distancada pelo diplomata fino: pelo ministro do Brasil em Bruxelas que era o conferencista na Sorbonne em 1911.

Trata-se, na verdade, de trabalho escrito na fase monarchica do autor. E em Oliveira Lima o monarchismo foi principalmente uma expressão de "androsimismo" às vezes exagerado. E' possível que ele se extirpe, na sua síntese agora traduzida, em elogios a D. João VI, a Pedro II e aos estadistas do Império. Mas sem que a obra adquira sabor de obra apologética do regimen monarchico de suas virtudes unitárias e autoritárias que nos olhos de muitos teriam sido as únicas ou as principais.

Não suponha ninguém que a Oliveira Lima sedu-

viesse ao regime monárquico. Dentro do qual o Brasil se formou e se estabilizou. O Estado ou o Cordeiro Furtado a mistura de Ordem e movimento de Teófilo Ruiz. Oliveira Lima uniu principalmente na República os governos de qual fosse essencial ao brasileiro, então a outra parte americana, "desista da liberdade para viver a vida". Seu pendor pelo regime monárquico vinha em grande parte do fato de ter sido um longo período de relativa liberdade e não apenas de relativa estabilidade para grande parte da população brasileira. Um período em que, dentro de condições nem sempre favoráveis a condições pessoais, a dignidade humana foi respeitada pelos homens de governo: ao menos significativamente respeitada. Tradição que empalideceria um República na atual vida mais do que na primitiva.

E' certo que as eleições brasileiras na época do Império nem sempre foram exemplo de dignidade ou correção cívica. O parlamentarismo não foi devidamente absorvido mais sobre a direção que sobre a realidade da representação nacional. Seu ritual político correspondia a um mínimo, nunca a um máximo, de autoconsciência democrática. Hoje, em teoria, o regime que se praticou no Brasil durante o reinado de Pedro II tinha consagração e alguma hipocrisia. Mas não se entendia a esfera política e conceito de que a hipocrisia é uma consequência do vício à virtude? E da prática da hipocrisia, na esfera política, não resultará mais prestigiada a virtude do que o vício? Parece-me que foi o que sucedeu no Brasil imperial com seu imperador constitucional, seus ministros de modo nenhum obscuros, suas eleições disputadas às vezes a bala sinal lamentável, mas integrável de uma excessão de vitalidade não sei se digna cívica que hoje nos repugna. O que não nos repugna é o fato de ter sido a monarquia, mais do que qualquer república, um período da história brasileira em que a nação andou perto da ideia de governo honesto; altitudinalmente honesta, até.

Os indivíduos com a coragem de reconhecer no passado virtudes ou valores que nem sempre se encontram na atualidade são sumariamente acusados de "saudosistas" pelos anti-saudosistas sistemáticos, que dão à expressão "saudosismo" sentido constante ou inteiramente pejorativo. Não sendo vittimaticamente de uma tendência nem da outra, creio poder acompanhar às vezes a Oliveira Lima de Formação Histórica ao saudosismo em que ressalta ao sugerir confrontos — que de modo nenhum estabeleceu nem mesmo esboço — entre práticas republicanas e monárquicas no Brasil.

Evidentemente o Brasil de hoje tem o que aproveitar e desenvolver de sua experiência monárquica, subordinação esta, é claro, à tradição decisivamente brasileira de relações inter-humanas que foi sempre e continua a ser a ética e socialmente democrática. Por mais paradoxal que pareça, vamos encontrar na tradição monárquica do Brasil mais de um anteparo a excessos autoritários que no desenvolveram entre nós com a República: esta de algum modo nos fez experimentar o caudilhismo iberoamericano, de que a monarquia, com todos os seus defeitos e todos os seus ridiculos, nos preservara. De modo que, hoje, o melhor saudosismo que se volta para a experiência brasileira de monarquia não é o que se regata no ritual do poder, ao gosto da estabilidade, na mística de unidade nacional então dominantes, mas no prestígio que adquiriram no Brasil de Pedro II valores materiais superiores a todos os ritos e místicas: o culto da dignidade humana, o da liberdade política, o da honestidade na vida pública, o da própria justiça — meninos dos olhos azues do segundo imperador.

No saudosismo monárquico repito que me parece ter havido mais de um excesso da parte de Oliveira Lima, de quem a desencanto pela República chegou a fazer sépia da restauração do Império no Brasil com D. Luiz per terceira imperador. Mas o historiador conservou-se o mais passível vigilante contra a política; e a amizade

com Salvador de Mendonça e Euclides da Cunha, místicos do republicanismo, parece ter concorrido para atenuar em Oliveira Lima a extrema saudade da monarquia.

Essa saudade reflete-se nas conferências lidas na Sorbonne. Mas sem desfigurar trabalho tão inteligente — oecutio-se mais uma vez — em apologia sistemática de um regime ou, antes, de uma experiência brasileira, que incontestavelmente nos enriqueceu a tradição democrática da sociedade e de cultura, alicerçada na miscigenação, nas bandeiras e nas revelações de Minas e de Pernambuco, acrescentando-lhe um gosto ou sentimento aristocrático de qualidade e de seleção moral e intelectual, que ainda hoje distingue o brasileiro de formação mais antiga do outros povos da América. O fato pode ser reconhecido sem que haja motivo para fazer-se dele base de um rebastianismo político, fácil de tornar-se simplesmente ridículo ou de tomar colorido reacionário numa época, como a nossa, em que a preocupação dominante — a de reconstrução social do Brasil em harmonia com o mundial, embora sem desprezo pelo passado nacional brasileiro — deixa na sombra quase todas as outras preocupações.

No início de uma obra de reconstrução desse porte não há, evidentemente, lugar para mesquinhas saudades ou nostalgias políticas da Monarquia, tanto menos da primeira República, de tal maneira precisamos as inteligências e as venturas brasileiras de se concentrarem para o esforço tremendo que a após-guerra vai exigir de nós. Um esforço em esfera nova: de maior interdependência interhumana e internacional. Um esforço que Oliveira Lima anteviu nos seus últimos e tristonhos anos de vida, já superado sem saudosismo monárquico pela sua intensa preocupação com um futuro de modo nenhum remoto e que seria o começo da nova organização mundial. Organização profundamente diversa da ainda dominante nos dias em que o historiador brasileiro, hóspede em Paris do tranqüilo Lutetia, juntamente com outro brasileiro

cosmopolita, Odilon Nestor, leu, na Sorbonne, as conferências sobre o Brasil que agora se publicam em português.

GILBERTO FREYRE

Santa Antônia de Apipucos, abril, 1944.

PREFACIO DA EDIÇÃO FRANCESA

NÃO me experei ao ridículo de apresentar o Sr. de Oliveira Lima que adquiriu, por tão belos títulos, a notoriedade de todos os que, em nosso país, se desvanecem de uma cultura um pouco geral. Falei apenas dos motivos a que devemos esta nova obra.

O francês que faz pela primeira vez a viagem a São Paulo tem encantadoras surpresas. Descobrendo em Santos, além de uma atividade, cuja explicação se acha mais acima, nos planaltos onde a terra roxa fornece ao mundo dois terços de café que este consome. Através da maravilhosa decoração tropical o viajante sobe para o capital do Estado por uma estrada de ferro magnífica, como um jardim de luxo, por uma administração, cuja prodigalidade parece rivalizar com a exuberância da vegetação. E ali-lo transportado para uma grande cidade, que tem o bom gosto de conservar casas que não lare e estender-se largamente em vez de esmerar-se em arrastar o céu. Nesse quadro, sem cessar alargado, vive uma sociedade de escol, que acredita firmemente no futuro da latimidade, e que nos faz a honra de conservar preciosamente a tradição da cultura francesa. Não poderei indicar todos aqueles que, sob a presidência do Dr. Bettencourt Rodrigues, entretem as mais fecundas relações com o nosso "Agrupamento das Universidades e Escolas Superiores da França para as relações com a América Latina". Os franceses recebidos pela União Franco-Paulista têm a sensação do que é esquisito e desejado.

A distância tornou naturalmente esse privilégio bastante raro. Todos os que dele não puderam tirar nem por sua dedicação de ser reconhecidos a União Franco-Portuguesa, desde que lhe deu o livro do Sr. de Oliveira Lima. Foi ele, com efeito, que nos permitiu organizar o curso que o eminente ministro do Brasil em Bruxelas, teve a bondade de nos fazer este ano na Sorbonne. E' inútil falar do êxito que ele obteve. Compreender-se-á isso logo, do o volume em que se acham reunidas as conferências que atraíram e prenderam a atenção de um público numeroso e atento.

Como se formou a nacionalidade brasileira? Por que períodos passou esse país, ou antes, duas continentes, ao qual a Europa, quanto a Rússia, poderia se conter à vontade? A grandeza desse assunto torna inexcusáveis ignorâncias que não são absolutamente dissipadas. É natural que a história da civilização mediterrânea continue a ocupar o primeiro lugar na educação da Europa; seria absurdo não fazer entrar para ela na quadro geral dessa América latina que guarda as promessas de um futuro necessário ao ritmo da humanidade. A atividade industrial dos Estados Unidos já nos inspirou por vezes uma adoração que não deixava de ser, também por vezes, injusta. Ver-se-á no livro do Sr. de Oliveira Lima as dificuldades quase insuperáveis, impostas ao Brasil pelo clima e pela extensão, e pelas próprias condições de seu desenvolvimento. Haver conseguido resolver pela assimilação, e não pela destruição, o problema das raças, e manter uma unidade moral na diversidade das províncias federadas, ter-se elevado das antigas Capitais até a idêntica realidade de uma nação independente e capaz de uma cultura largamente humana, é ter, neste século, tão rápida, mas rápido uma surpreendente lentidão, e tão sabiamente progressiva, de que se permitir e se justificar todas as esperanças.

Já em 1818, um autor anônimo escrevia os Diálogos das Grandezas do Brasil, em que se manifesta tão curiosamente contra os preconceitos e os desejos dos belos

espíritos da metrópole, o amor apaixonado de uma terra magnífica, ainda mais conquistadora que conquistada, desde que aspirava já a se tornar uma pátria. Chegando o momento em que o Brasil, após a queda do Império, entra na história contemporânea, o Sr. de Oliveira Lima se recusa ao prazer de lançar sobre o passado um olhar orgulhoso. Tendo nos explicado a mudança de regime do seu país, deixamos o cuidado de retornar pelo caminho percorrido, e tirar por nós mesmos as conclusões. E, exatamente por não ter nunca desprezado as sombras ao lado das luzes, por haver sempre falado como historiador imparcial, seu livro causa um otimismo robusto e sincero. E, em sua simplicidade voluntária, o mais convincente "Monólogo das Grandezas do Brasil".

A essas grandezas nenhum país aplaudiu com mais profunda simpatia que o nosso. A França começou por amar o Brasil com um amor que não era desinteressado. Contou-se também entre seus inimigos, mas de espécie desses de que o Sr. de Oliveira Lima diz tão belamente que a inimizade é uma homenagem, desde que tem origem na mais viva das amizades. A França sonhou torná-lo ao país dos papagaios e do ouro uma França "antártica e equinocial". As intuições dos carteiros normandos ou bretões, no século XVI, e a expedição de Duquesne-François, em 1711, não tiveram mais êxito que a diplomacia de Catarina de Médicis, para arrebataram aos portugueses uma colônia que não devia ser conquistada senão por si mesma. Deuses pretensões que os brasileiros não fazem a honra de declarar esquecidas, não resta senão o nome de Villegagnon, dado a uma das ilhas dessa maravilha do mundo que se chama a baía do Rio de Janeiro. Foi um francês que parece ter escolhido para o Brasil o local de sua futura capital. Não deixou certamente de ter razão.

A grande e legítima ação da França no Brasil foi toda moral e intelectual. Para nós não é um interesse dos menores do livro do Sr. de Oliveira Lima fazer-nos ver como a avaliação de nossas idéias orientas, por assim

dizer, o desenvolvimento político e social de um país que começou em 1872 a conquistar pela liberdade, não chegou à independência sendo substituída pela herança tradicional de reino e consequente napoleônica do império, e após ter sofrido o contínuo golpe de 1830 e de 1838, prepara em 1870 o triunfo de uma República que parece ter querido expressar, para se impor, o primeiro centenário de nossa Revolução.

Não é um francês que soubera dizer o que o Brasil pôde ganhar em sua posição na escola de novo liberalismo. Mas como não se sobrecarrega ele, pela história, de fornecer uma razão de mais, para ter uma dilação particular por uma questão que, sem cessar de ser ela mesma, converteu, com a sua, num mesmo ideal?

Esse ideal não tem necessidade, para se exprimir, das palavras sonoras que se censura ordinariamente aos franceses. O patriotismo refinado do Sr. de Oliveira Lima não hesita rixões no russo, e não quer reduzir senão por uma pintura fiel das humanas e das coisas. Esse diplomata, que viajou e leu muito, ganhou o hábito de nunca se contentar com um ponto de vista. Penetrou, alternativamente no espírito yankee e na alma japonesa, e seus pensamentos pela Europa alargaram ainda mais uma cultura que não se cansa de controlar nos livros de ontem as observações do hoje. Um estrangeiro, que tivesse feito nos arquivos as pesquisas do Sr. de Oliveira Lima, não falaria do Brasil com mais liberdade. Um francês não escreveria com mais clareza, mais fidelidade. A crítica não tem senão uma reserva a respeito de seus livros, e que incide precisamente sobre a reserva do autor. O Sr. de Oliveira Lima tem a elegância da discreção. E é por isso que sua obra é propriamente um exemplo para aqueles que sabem ler nas entrelinhas. E por isso que me abstém de falar de sua pessoa e da gentileza de sua amizade. Desjaria contendo agradecer-lhe não ter-me dado a honra de pedir-me este entalhe de prefácio. Mas não terai já dito demais?

ERNEST MARTINENCHE

PRÓLOGO UM DIPLOMATA DA ATUALIDADE

I

N A obra, conspiciável por mais de um título, do Sr. Oliveira Lima, há um livro intitulado *Como Diplomata*, composto de vários artigos relativos ao assunto assim indicado e publicado primeiro na imprensa periódica, de 1903 a 1907.

Na variedade dos temas e dos motivos esses artigos conservam, todavia, uma completa unidade. Esta resulta antes do fato de tratarem todos de assuntos concernentes à diplomacia, que de argumento fundamental e constante, desenvolvido através das diversas páginas do volume. O argumento não é outro senão este: — para corresponder às necessidades atuais, a diplomacia moderna não pode se assemelhar à diplomacia clássica, — das intrigas políticas, dos gabinetes secretos, da habilidade e da astúcia magníficas, das atitudes e rigidezes protocolares das façanhas ou atribuições de elegância mundana e de banalidade cortezanescas. Meras coisas quando se trata da diplomacia de uma democracia, sem tradições capazes de trazer obstáculo à desenvoltura natural de sua juventude, e que, além disso, sendo quase inteiramente desconhecida, experimenta uma imperiosa necessidade de se fazer conhecer e estimar. Não ao contrário, a diplomacia dessas nações e mesmo a das nações antigas e célebres, deve ser em nossos dias um agente vivo, de aspecto múltiplo e variado, de progresso de seus interesses de todo o gênero, um agente que corresponde a qual-

que a oportunidade transiente dos entraves da rotina. A asserção pode ser facilmente corroborada por exemplos illustres, e o Sr. de Oliveira Lima dá muitas provas d'isso em seu livro.

O progresso da nossa época, favorecido pela mais vasta publicidade e, ao mesmo tempo, pela comodidade e rapidez das communicações, anulou com êxito o antigo método diplomático, esmagando no que constituia seu emprêgo: as relações politicas entre os povos, por meio de delegados jurto aos governos respectivos. Essas relações se estabelecem agora de governo a governo, de chancelaria a chancelaria, e o papel dos ministros diplomáticos ficaria reduzido hoje ao de simples mensageiros se, de conformidade com os conselhos da nova era, não se abrisse a porta aos novos domínios. Agentes comerciais com a categoria de cônsules, quando a oportunidade economica os reclama; agentes intellectuaes, quando a intereção da cultura nacional os requerer; — agentes de honra e do crédito do país, quando o lenço da civilização os exige. — agentes indústrias, quando a industria nacional solicitar seus serviços, tal vez, necessariamente, os diplomatas de amanhã, e despeito da presunção hierárquica ligada à "carreira", e sob pena de se tornarem nulidades reventadas de soberbos uniformes.

Credo que a expando assim, não tráo o idéa essencial do livro *Cousas Diplomáticas*. Honestamente, como homem de coração que é, o Sr. Oliveira Lima diplomata esforçou-se por se harmonizar sempre com o Sr. Oliveira Lima publicista. E o volume actual: — para o qual escrevo bem indolmente este prefácio, que não pode recusar as solicitações de um amigo — vale para nós por um novo testemunho da superioridade com a qual elle soube realizar seu nobre ideal.

Mesmo antes de escrever *Cousas Diplomáticas*, cujas páginas encetram um programa completo de reforma diplomática, apoiando-se em razões e demonstrações sólidas e práticas, o Sr. Oliveira Lima havia já começado

a realizar a diplomacia que preconiza, a qual tem por si mais que as melhores razões, a própria forma das coisas.

E' que o autor não entrou para a diplomacia como um jovem bacharel qualquer, seduzido pelos europeus e gulantismo da carreira, ávido de colher o mundo, de representar o dândi longe da pátria e á custa desta, e não se sentiu nunca arrastado pelo atractivo de outras peculiaridades sublimes desse género. Tais não foram absolutamente os motivos que determinaram sua vocação. Apenas entrou para as funções, revelou seu carácter grave e seu temperamento estudioso. Na jovem diplomacia republicana em que entrou, em 1890, aos vinte e três annos, e em que se distinguia logo, foi, se não me engano, o primeiro a occupar-se durante os longos fazeres que deixa, a servir os maldizentes, o serviço de postas legações, e a entregar-se a outros exercícos afóra dos consignados no ritual diplomático mundano. Deusa discrepância em relação á sua casta é resultado o livro no qual, por um alar, elle abriu o segredo de tornar inaccessível a publica lealdade de uma antiga provincia brasileira: Pernambuco e seu desenvolvimento histórico (Bertini, 1895). Esta obra, lida que assimilada nos annos inextinguíveis de um primeiro livro de juventude, é, em seu género, um modelo pelo qual o autor não temia, em nosso país pelo menos, nenhum exemplo a imitar.

Havendo recebido sua educação longe de sua terra natal, e desde sua juventude aterra da pátria, o Sr. Oliveira Lima pôde fortificar brevemente seu nacionalismo e seu patriotismo — para nos servir da distincção que elle próprio estabeleceu — e pôde entregar-se desde então ao estudo de um, e de outro, de sua história no passado e no presente, de suas instituições, de sua literatura, dando com isso prova de muita intelligência e ao mesmo tempo de um amor profundo e sincero. Desejo que as coisas da pátria devam resultar, além da obra já citada, mais: *Sete Anos de República no Brasil* (Paris, 1896), refutação e esclarecimento da opinião publica europeia menos simpática ás actas novas institui-

1900: — Aspecto da Literatura Colonial Brasileira (Lisboa, 1896); Monória sobre a Descoberta do Brasil e as Negociações Diplomáticas a que deu lugar (1896); — O Reconhecimento do Império (1901); — Relações dos Menus-escritos interessantes do Brasil, existentes no Museu Britânico de Londres (1899); — Elogio Acadêmico de F. A. Varnhagen (1902), — trabalhos, mais ou menos, de grande extensão, livros e brochuras, todas revelando, entretanto, a mesma vocação do historiador de sua pátria e a mesma acção tripartida conscientemente por esta. Na lista desses livros convém incluir: — Nos Estados Unidos (1899) e No Japão (1903), ambas como a obra de ficção teatral, onde o autor se mostra, além, mais historiador que artista, O Secretário do Rei (Paris, 1903).

Fora duas obras, que lhe compõem durante sua residência, como diplomata, nos seus dois últimos e interessantes países, o único pensamento de servir ao seu país, sempre evidente, porque é ao Brasil que se referem, quando é oportuno, suas observações e suas reflexões. A mesma preocupação se expressa também nos press de teatro, cujo principal personagem representa um dos mais magnos brasileiros dos tempos coloniais, Alexandre de Gusmão.

II

Esses livros e os que elle publicou depois garantem ao Sr. Oliveira Lima um lugar pouco comum na literatura brasileira contemporânea, senão por uma corréção perfeita da forma — em que o autor não se preoccupa bastante, e de pouco se de consagrar — ao menos pelas qualidades de saber e de pensamento. O autor não é talvez um esteta, mas é um escritor. Há sempre, em tudo que expõe, uma idéa de que nos quer penetrar — sinal muito elevado pelo qual se conhece um escritor — e devemos confessar que o consegue. Sua concepção do officio das letras é, se não me engano, que este comporta encargos e responsabilidades perante a cultura e a

civilização, de que as mesmas letras devem ser as grandes perves e não o trivial ornamento. E' por isso que o Sr. Oliveira Lima levou a cabo, desde o inicio da carreira diplomática (1890 1904) a obra que ora vemos, pondo em pratica sua própria máxima, que consiste em servir seu país além das tarefas obrigatórias da profissão; foi assim que estudou e divulgou nossa historia (de sua conhecida, que rebuscou apudcaradamente os arquivos, nos testuila no exemplo dos grandes países, que nos era interessante conhecer melhor, e das questões que se debatem no exterior e a que não podíamos ficar indifferentes; foi assim que defendeu o Brasil contra toda suposição injusta e errônea, contribuindo devesse modo para o bom juizo que os poderia dele ter, e esclarecendo os estrangeiros a respeito de nossos esforços no caminho da cultura e da civilização.

Sendo dado seu espirito e seu caracter, o Sr. Oliveira Lima não poderia ficar tantos annos no estrangeiro, não ocupar cargos e exercer missões tão diversas, sem se occupar de todos os aspectos desses cargos e missões, dos alcances e attribuições ou finalidades, sem conhecer delas as filhas e todos os erros. Não sendo um homem feito para contentar-se com tudo, não sendo nem um intrigante nem um venturo, deviam esperar que tornasse publico o resultado de suas investigações, tanto mais quanto não se tratava de nenhum segredo diplomático, mas unicamente de fatos de observação pessoal. O que sobretudo o honra é não ter publicado seu livro pelo prazer da maudica da "carreira", mas unicamente para dar um testemunho da necessidade de melhor-la e de torná-la mais proveitosa ao país. O Sr. Oliveira Lima não é um contemplativo da antiga diplomacia; não lhe impo absolutamente os meritos e os serviços que prestou. Ao contrario, confessa os reconhecimentos e proclama os mesmos em muitas das passagens de seu estudo, assim como no perfil bem traçado de alguns de nossos diplomatas mais estimados, tais como o barão de Carvalho Branco, o barão de Uzeda, Souza Cordeiro, visconde de Cabo

Frio, sem primeiros mestres ou antigos chefes. Apenas lhe parece, a esse espírito mais rotineiro e dos mais apertados contra as miragens profissionais, que, se tudo no mundo está sujeito à evolução, a diplomacia não pode ficar estacionária e são necessárias as situações novas, métodos novos.

Foi a coragem patriótica de denunciar uma situação anormal, por ser incoerente, dado o momento actual, com a nossa vida pública, que lhe inspirou a coleção de *Cousas Diplomáticas* e outro volume, apêndice no mesmo ano e de assunto análogo: — **Pan-Americanismo** (1905). H' certamente um sinal de superioridade de alma esse desapego do suposto espírito de corporação, esse desprezo pelas vulgares camaradagens de classe. Só os mediocres e os interessados se agarram, na expropiativa egotística de prurientes pessoais, aos manipuleios da grei. O Sr. Oliveira Lima preferia honrosamente servir seu país e elevar a própria classe, desafiando-lhe os preconceitos e reafirmando por indícios os laços de fraternidade, afim de salvação da crítica da inutilidade dispendiosa, com que a opinião — com alguns rancões — onera todos os brasileiros.

Junta-se o exemplo à palavra, o Sr. Oliveira Lima levou a cabo a bela obra de segunda diplomacia desse último período de sua carreira, e não cessou de codiciar-se a ela desde seu regresso à Europa como ministro plenipotenciário.

Na Bélgica, onde é auctoridade nesta qualidade, e onde alcançou rapidamente uma alta reputação, na Suécia, onde exerce as mesmas funções junto ao governo, em Viena, em Paris e em outras capitais, soube-se fazer reconhecer, segundo a feliz expressão do grande suco Bjerkman, como embaixador intelectual do Brasil. Em conferências, por meio de artigos em jornais e revistas, por meio de livros e brochuras numerosas, em Congressos, em Universidades e Cámaras de Comércio, sua acção inteligente, esclarecida e, ao mesmo tempo, cheia de ardor e de tato, se exerceu inextinguivelmente em fa-

vor e em proveito do Brasil. Despercebida de todo o curso oficial de um país mas se apoiando em primeiro lugar na doce colaboração de sua esposa, tão inteligente e dedicado quanto modesto e discreto, em seguida, com o intuito de estar fazendo o bem e ter a aprovação dos seus compatriotas, a obra do Sr. Oliveira Lima, de grande e eficaz diplomacia, nos tem sido de maior vantagem.

A reputação de país, ainda meio colonial, de uma bela natureza selvagem e de inensas riquezas inexploradas, do primeiro produtor de café e borracha, o Sr. Oliveira Lima juntou — sem desprezar nada dos aspectos económicos, que sabe promover e fazer subrescendir quando é oportuno — as qualificações de país, onde crescem e desabrocham a cultura europeia e a civilização ocidental. Num Congresso científico, em Viena, conseguiu se achegasse nossa obscureta e desatendida língua portuguesa como um dos idiomas oficiais da reunião, o que não se houvera visto antes. Nessa mesma cidade, num Congresso da música clássica, conseguiu se ouvir, pela vez de Haydn e Mozart, as composições do nosso P. José Maurício, resumindo pelo generoso esforço do sempre lembrado e deplorado visconde de Tauanay.

Levou a intellectualidade francesa a celebrar na Sorbonne — isto é, no centro tido como o farol intelectual da Europa — a intellectualidade brasileira por meio de uma solenidade à memória de Machado de Assis. Fez que se reconhecesse na Bélgica a necessidade de se criarem cadeiras da língua portuguesa no país, e terá a satisfação de presidir, em outubro próximo, a inauguração de uma dessas cadeiras, instituída na Universidade de Liège. Fez que fosse apreciada, na mais divulgada talvez das revistas francesas, a obra literária do Brasil contemporâneo. Atravou o atenuo das capitães europeias para as riquezas do nosso país, da mesma maneira que despertou o interesse das classes cultas da Europa pelas manifestações de nossa civilização. Favoreceu a acentuação de nossas relações comerciais ao

encorajar a criação de Câmaras de Comércio, destinadas a desenvolver nossas trocas no estrangeiro.

Desse laborioso período datam, além de suas duas obras relativas a assuntos diplomáticos, *A Língua Portuguesa e a Literatura Brasileira*, — *Machado de Assis e sua Obra Literária*, — *A Conquista do Brasil*. — publicadas em francês, e ainda conferências, discursos, artigos, pronunciados, uns, em reuniões de sociedades, de Congressos, de Academias, escritos, outros, em jornais e revistas, tudo animado do mesmo sentimento de elevado e corajoso patriotismo — sobretudo corajoso — e do desejo de servir ao país, aumentando em favor deste a consideração do estrangeiro.

O "amor da pátria, não movido de prêmio cii" (Camões, *LUSÍADAS*) o Sr. Oliveira Lima tem sabido sentir e proclamar — e nenhum elegiu maior se poderia, penso, fazer-lhe — sem nenhum desses reclamos gritantes, nem desses exhibições que merecem, muitas vezes se designam de "infatuação", epíteto sempre preter a atingir, não sem mortos, quase tudo que é latino-americano. Bem longe disso, a dignidade de conduta e a discreção de sua propaganda revelam sempre a gentildade de um diplomata que louva a pátria.

Desse período data também o livro capital da obra do Sr. Oliveira Lima: *Dom João VI no Brasil*. E' mais que monografia do príncipe que presidiu a organização do Brasil e preparou sua independência apresentando-lhe os desígnios. E' a história geral do país, econômica, politica, social, literária, durante toda a época que vem de 1808 até 1821. Ficará como um dos melhores trabalhos a que se pertence, escrito sobre nossa cultura histórica desses últimos tempos.

III

Em 15 de Março último, no anfiteatro Turgot da Faculdade de Letras da Sorbonne, o Sr. Oliveira Lima inaugurava a série de suas conferências — ou de seu

curso, como se expressou oficialmente a alta administração da Universidade de Paris — sobre a *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Ao apresentar o conferencista ao numeroso e escolhido auditorio, que viera ouvi-lo, o Sr. Alfred Croiset, grande belomista e historiador, decano da Faculdade, fez notar que o Sr. Oliveira Lima era o primeiro diplomata estrangeiro que occupava uma cadeira no célebre Instituto da ciência e das letras francesas.

Offercer uma síntese de nossa evolução histórica a um público que a ignorava inteiramente, era tarefa já difícil, o mais difícil, porém, era tornar essa síntese interessante para estrangeiros. Sem evitar de todo as prolixidades, a que essa ignorância, prevista, mas desculpável, fatalmente o obrigava, o Sr. Oliveira Lima venceu valorosamente a primeira dificuldade. Tratou de vencer habilmente a segunda, talvez maior, que era introduzir em suas lições todo o piloroso que a parte narrativa comportasse, especialmente a respeitante à nacionalidade de seus ouvintes, estendendo-se na parte que os franceses tomaram dessa história. O ponto importante, para uma série de conferências desse gênero, não era, todavia, de medo nenhum, dar a conhecer, mesmo na generalidade, a história de um país distante e desconhecido, como o nosso. Não se poderia, em nenhum caso, esperar tanto. O que mais importava, era interessar o auditorio, durante o espaço de algumas semanas, delibando-lhe uma ideia, mesmo vaga, da evolução do país. Segundo informações de origem francesa, e não se querendo aceitar essas, o objetivo foi plenamente alcançado pelo Sr. Oliveira Lima. Não só para o Brasil, mas também para a América do Sul, aquelas conferências tiveram immediatamente um efeito útil, pois foi apresentado ao Conselho Municipal de Paris um projeto tendente a criar na Sorbonne uma cadeira de história e geografia das repúblicas latinas desta parte da América, projeto manifestamente inspirado pelas conferências do Sr. Oliveira Lima.

Ainda mais significativo do interesse despertado pelas duas conferências - no caso pode valer mesmo - foi o convite que o Sr. Oliveira Lima recebeu primeiro da Universidade de *Lehigh* *Stanford*, da Califórnia, para abdicar que a história do Brasil, quer a da América do Sul, e em segundo, de um grupo de universidades americanas para empreender, em várias localidades, uma série de conferências sobre esses temas. O Brasil, em particular a intelectualidade brasileira, não poderia receber mais homenagem maior dos representantes da alta cultura norte-americana.

O interesse que as conferências do Sr. Oliveira Lima provocaram na Sorbonne, não foi, o, em que as reuniões serviram não apenas para justifi-lo inteiramente, como também contribuiu para justifi-lo e mantê-lo. Os franceses — e os europeus familiarizados com a lingua franceza — encontraram neste livro, em grossos traços, e verdade, mas firmes e rápidos, a narração exalta das acontecimentos de uma nação americana, que se vêem a honra de não dever perder-se ou pericillar entre suas gentes a herança de civilização europeia; de uma nação cuja existência não tem sido aliás inteiramente desprovida de glória, seja mesmo a glória provinda do andar com que se tem enpenhado por manter e aumentar essa herança.

Aproveitando *útilmente* — conforme o declara, com igualdade, em cada página de suas lições — o melhor da erudição brasileira, a que éle próprio pertence, o Sr. Oliveira Lima pode instruir seus ouvintes dos últimos resultados a que chegou nessa historiografia. Utilizando copiosos e sólidos conhecimentos de narrativas de numerosos viajantes estrangeiros, que nos têm visitado e estudado dando-nos as primeiras impressões, substituiu judiciosamente as opiniões e impressões nacionaes, talvez suspeitas, pelas julgamentos e testemunhos fiantes de todo o preconceito patriótico, os quaes assim merecerão, e merecem-o, melhor acatado e maior crédito da parte do público estrangeiro. Demais, a litteratura brasileira de ficção lhe ser-

Esta parte narra os primeiros centos dias de nossas reuniões, como eu de novo estive imbuído que lhe pertenciamos completamente, como lhe apresentamos os centos nos negócios desse livro, e finalmente a partícula de novo para a de novo gente. Arribou-se aqui, sem reticências, com deslizes da verdade, e juízo esmerado da história, aliado ao afetuoso sentimento do presente.

Este livro é, com efeito, a obra de um diplomata e não de um homem de letras, que não hesita em ser homem de obrigações regulamentares e de obrigações protocolares, e põe em risco o exercício do cargo, quando, com um fervor inteligente e exemplar, recorre a um meio de escape de todos.

JOSE VERSSIMO

133e de Janeiro, 27 de junho de 1941.

FORMAÇÃO HISTÓRICA
DA
NACIONALIDADE BRASILEIRA

ANTES de começar, devo pedir-vos perdão de minha audácia. Dar na Sorbonne um curso sobre uma história que poderia acreditar-se pouco interessante, já é ousadia; mas fazê-lo em francês é, vale a melhor, dizê-la terminando. Não havia, contudo, meio de proceder de outro modo, para realizar, neste caso particular, um dos fins a que se propõe o notável Agrupamento das Universidades e Altas Escolas da França para as relações com a América Latina. Um curso em português seria coisa inteiramente inútil aqui; valeria por não tentar a aventura. E nós portugueses — toda povo tem suas vaidades — que o Brasil tenha ou ser conhecido pelo seu lado histórico, e que ele ofereça um resumo da evolução da cultura moderna. Victor Hugo, por ocasião da morte de seu amigo Arcturj es, um precursor do 2 de Dezembro, que se havia refugiado em nosso país, escreveu: que nós brasileiros formos uma nação generosa. "Vós tendes — tal é a frase lapidária do grande poeta, e eu a reproduzo com ênfase e orgulho — vós tendes a dupla superioridade de uma terra virgem e de uma raça antiga. Um grande passado histórico vos liga ao continente civilizador. Redix a luz da Europa ao sol da América."

Disto julgaris por vós mesmos. Faço-vos somente alguma indulgência por os erros do francês que faço, não patrioticamente mal, como o personagem do romance-

o português Eça de Queiroz, mas involuntariamente mal como quase todos os estrangeiros.

Entre petreus estudiosos, discute-se sempre no Brasil a fim de saber se o desenhamento foi obra do acaso ou resultado de um plano — no sentido, bem entendido, de que as caravelas de Álvaro Cabral iam, como muitas outras, à procura de terras desconhecidas, ou, melhor, mal conhecidas, desde que vagas tradições, próprias sempre interpretadas como vindas ao encontro do novo desejo, e mesmo exposições cartográficas, mais ou menos fantasistas, se harmonizavam em colocar ilhas misteriosas na altura do duplo continente americano. Poderia eu citar vos várias dessas cartas e mesmo desses globos terrestres. Seria isto estudo fácil de que vos poderia prover alguns e com todas as miudezas. Limitarei somente, de passagem, que o gravador italiano de uma medalha de bronze com a effigie de Carlos IV de Anjou, conde de Maine, teódo, pelo meado do século XV, ao desenhur um mapa-mundo, designou, com o espírito de resolução que distinguia sua rapa, sob o nome de "Bruma" (em latim *Bruma*) o quarto continente, o qual parecia então de uma maneira muito viva a atropção dos cosmógrafos.

A obsessão heróica de arrebatrar a "Terra Santa aos infieis, que a retinham, e poluíam com sua presença impura o sepulcro do Cristo" — obsessão que gerou as Cruzadas e reinou na Idade Média — succedeu, na altura da Renascença, a preocupação mais prática de arrebatrar a esses crentes infieis o comércio do Oriente, que lhes mantinham, pelo Egito e pelo Mar Vermelho, e que enriquecia Veneza. A rivalidade mercantil entre cristãos impeliu para o Mar Tenebroso as nações da Península Ibérica, a que os fenícios haviam transmittido um pouco do seu insano dos negritos. E o século XV foi empregado por uma delas na tarefa de conquistar a África, afim de achar uma rota para as índias. Uma o conseguiu,

no mesmo tempo que outra. Tomando o caminho do ocidente, para atingir as regiões maravilhosas do levante, seus navegantes se acharam de uma vez em face de um mundo que se chamou novo, mas do qual já se suspeitava a existência.

Não me remontarei ao antigo. Mas, ao decurso da antiguidade clássica, Aristóteles, o filósofo grego, e Estrabão, o geógrafo de cultura greco-latina, ambos tiveram a intuição de continentes povoados, elevando-se ao plexo Oceano Atlântico, à distância do Mediterrâneo. Estrabão, sobretudo, deu como certa a existência de uma terra ocidental, que, mais tarde, se tornou, por assim dizer, o objeto constante da imaginação de numerosos sábios, com tendências humanistas, — terra que ora se reduzia à Ilha das Sete Cidades, ou Antilhas, ora tomava as proporções de uma "Terra firme".

Cabral não era de certo sábio. Nós o imaginamos antes como um homem com a linguagem e as maneiras de um cortesão, de inteligência viva, bem informado sobre esses dados, ou, melhor, sobre essas conjecturas. Além de que, entre consigo, a bordo, um físico mestre João, instruído por officio, senão curioso por natureza. São dois elementos em favor de segunda hipótese. Mas eu teria receio de complicar as coisas, sobretudo para ouvintes estranhos ao assunto, se lembrasse outras probabilidades, que não alterariam quase a resolução do problema histórico, visto que esta igualmente lhe falta.

Não quero dizer que a caracteristica dos problemas históricos é ficarem insolúveis, mas é bem certo que se apoiam sobre suposições e discussões, pois que o papel do historiador é completar o do analista e tentar explicar os feitos da humanidade — e é ainda preciso que eles não sejam inventados — pondo em evidência seus móveis e suas consequências, isto é, o espírito filosófico que encerram. A história seria então a realidade social,

a atividade moral interpretada — exatamente como a arte é a interpretação da natureza.

Eu próprio, no terreno do assunto da descoberta do Brasil, tomei, num pequeno trabalho sem pretensão, uma posição entre dois extremos, não sempre as mais cômodas, a meu ver, as mais justas, às vezes, as mais corretas. Álvaro Cabral dirigia-se ostensivamente e efetivamente para as Índias, descobertas havia pouco por Vasco da Gama, quando contornara o cabo do Boa Esperança. O próprio Vasco da Gama houvera recomendado à nova expedição que navegasse o rumo possível para oeste, afim de evitar as calmarias podres da Guiné, que os veleiros dessas paragens conheciam muito bem. Cabral teve-o por dito, e é mesmo bem possível que tivesse tomado o conselho ao pé da letra, na esperança secreta de ver, a seu turno, alguma das ilhas fabulosas, que, rompendo o encanto que as embalelava, surgiam cada dia aos olhos dos marinheiros, surpresas de que o Mar, chamado suor do temeroso, encerrava tantas coisas ignoradas.

Sobreviu talvez uma tempestade — coisa facilmente admissível — pois que há necessidade de justificar a bonança. As condições ordinárias bastariam entretanto para levar a navegação ao mesmo resultado. Os dizes na boca da frota, mas afogada cada dia da rota mais direta a seguir para ganhar o Oriente, foram arrastados pelas aliseas e pelas correntes, que os oceanógrafos reconheceram no mesmo local, até as margens de um continente que tornavam naturalmente por um ilha, — erro de que os viajantes ulteriores autorizaram a confirmação. Os ventos e as correntes, que da Guiné se dirigem para a América do Sul, se põem anualmente, desde os primeiros roteiros de navegação. E, no século XVIII, o holandês Linschot renovava ainda o conselho dado pelos pilotos portugueses aos navegadores: dirigirse em linha reta do Senegal ou da Serra Leoa ao Brasil, para dali volver para o sul da Africa, afim de dobrar com mais

segurança o cabo do Boa Esperança. (E. Cuétin, *Les Français au Brésil*.)

A aventura de 1500 tornava-se mais importante do que Cabral teria podido imaginá-la. O Brasil era desconhecido em uma largidade que o colocava na esfera, não da influência, mas do domínio atribuído a Portugal pela Santa-Sé.

A história da partilha romana do Novo Mundo está feita, o M. Henry Harisse, o tradutor infatigável de *Americana Verusissima*, deu-lhe os últimos retoques. Não foi graças a um movimento espontâneo de generosidade, da parte de Santa-Sé, que Portugal conquistou os direitos à conversão dos pagãos e à salvação das almas. Os requerimentos dirigidos aos soberanos pontífices se sucederam — a série das bulas e dos breves lhes dão fé — e as concessões papais tornaram ainda mais o objeto de negociações com a Espanha, quando esta se pôs igualmente a proteger os cometimentos audaciosos para além das colunas de Hércules, e quando lhe coube a sorte de acceitar as sugestões de Colombo.

O impulso foi mesmo de tal ordem, que em 1500, ano em que Cabral lançou âncoras em Porto Seguro, Yañez Pinzon descobriu, uma parte da costa norte do continente meridional, e ancorou na enorme embocadura do Amazonas, que tomou por um mar de água doce. Enquanto Diego de Lepe, outro espartilho, se deteve diante das costas setentrionais do Brasil, assinalou o cabo de Santo Agostinho, e verificou que o litoral, a partir dali, se inclina gradualmente na direção de sudoeste.

As dificuldades diplomáticas não provinham apenas do zombar de Castela, onde aliás eles haviam sido aprendidas por tratados, cuja contida matemática estava longe de ser perfeita, mas que punha um pouco de ordem na porfia pouco a pouco desfeita, através do Geacanhoco, da miragem do ouro. Também a França tinha marinheiros audaciosos e comerciantes ambiciosos. Os

armadores de Honfleur e de Dieppe extra, com razão, repartidos entre os mais opulentos da época, e os considerados armados por eles entre outros os mais cuidados em cruzar os mares.

Um dos problemas históricos, de que vou falar há pouco, e que continua sem solução definitiva, não obstante o andar que empregou em estudá-lo o falecido M. Margry, emilio de grande envergadura, pois tinha consigo, além da ciência, a paixão do patriotismo, e exactamente o da primazia do descobrimento do país pelos navegadores normandos. Indico-lhes a este respeito, entre outros, os belos trabalhos de M. Paul Caffarié e de M. E. Guérin — os d'este último, recentes — e limto-me a chamar vossa atenção para a peneservante cobra da França de outrora em relação a região que ela estava um dia destinada a dominar pela inteligência e pelo sentimento, por se tornar a efusora do nosso espírito, em bases de horizontes mais largas, e a inspiradora de nossa alma sedenta de liberdade.

Os primeiros colonos do Brasil foram deportados, que o governo português ali desembarcava à força, geralmente em grupo de dois, para aprender a língua do país e servir de intérpretes às futuras expedições. Eram aventureiros que não recusavam diante da solicão mortal, marinheiros escapos a naufrágios bastante comuns nos escolhos da costa, entre as embarcações, que se enviavam para efectuar reconhecimento ou carregamentos, como enfim especuladores que traficavam com tudo, e se deixavam embair pelos incentivos da barbaque. O número d'esses colonos crescia em cada ano, assim como o das questões que para lá não se dirigiam senão como aves de arribação.

Alguns d'esse personagens deixaram uma recordação impercível. Assim foi o chamado Bacharel da Cananéia, licenciado em direito, deportado por um delito qualquer e desembarcado naquêllo porto em 1501, pela pequena

frota que viera em serviço de reconhecimento, logo que a descoberta houvera sido anunciada em Lisboa, e que trouxa, a bordo de uma das caravelas, André Vespúcio, na qualidade de piloto experimentado. Trinta anos depois a esquadra de Martim Afonso de Souza, despacha da com a missão de occupação formal da nova colônia, encontrou o Bacharel vivendo pacificamente em meio dos índios.

Um outro foi João Ramalho, que se instalara no cimo do planalto, cuja encosta desce quase a pique sobre a facha de litoral raso onde está situado o porto de São Vicente, na vizinhança da actual cidade de São Paulo, para a fundação da qual ele prestou seu concurso, sem renunciar à nova roda, que, segundo se refere, ficou sendo a sua durante 60 anos, vindo a morrer como verdadeira patriarca e detendo naturalmente uma numerosa descendência. Documento vivo da fusão das duas raças: a invicta e a subjugada.

O "Caramuru" é o mais célebre entre esses personagens, por motivo d'esse apellido em que repousa uma das mais antigas e mais espalhadas tradições de nossa primitiva história. Ao desembarcar na Bahia, em 1510, muito provavelmente em consequência de um acidente de navegação, o português de nome Diogo Alvares se viu cercado de índios, cujas disposições eram hostis, nem mais ou menos. Para espantá-los, Diogo Alvares teve a feliz ideia de descarregar seu baramento. A detonação semeou o espanto entre os índios, e fazendo-os passar, sem demora, da animosidade ao respeito, valeu a Alvares, da parte deles, o famoso apellido de Caramuru, nome de um peixe, do género da enguia, cujas descargas eléctricas provocam uma violenta commoção.

Herói de graciosas lendas, de poemas épicos e de dramas liricos, o Caramuru não poderia nunca ser desde então esquecido. Uma lenda, que a história ratifica, fê-lo despesar a filha de um chefe índio: é a história da

princesa Pocahontas, da Virginia, e do capitão Smith, que se reproduz no nosso continente. Uma outra lenda, falsa porém, fêz vir à França com essa mulher, a quem Catarina de Medicez títia servido de madrinha de batismo. A lenda mais tocante, das que se ligam ao nome de Caramará, é ementanto aquella de que frei Santa Rita Durão se utilizou para a composição da epopéa, que Eugénio de Montglave traduziu em francez, havendo em breve um século, e que faz as mulheres abandonadas por Caramará — porque ele se tornara polígamo como os outros — seguirem a nação o barco que o levava para a Europa e mais a bela Paraguassó. Uma das mulheres, a mais ardente em perseguir o barco, a pobre Moema, esgotada de fadiga e mais ainda de dor, deixou-se por fim envolver pelas ondas que rompera durante horas com todo o vigor de que fora capaz sua chama ardorosa.

Nenhuma personagem dos primeiros tempos do Brasil poderia gabar-se de haver passado por uma série de aventuras mais longas, que o espanhol Don Rodrigo de Acuña, o qual, seguindo a rota do primeiro circumnavegador do globo Fernão de Magalhães, a quem chamamos correntemente Magellan, dirigiu-se em 1525 para o arquipélago das Molucas. Tendo a esquadra de que fazia parte seu barco, se dispersado, antes da passagem do estreito que lêu ao Pacifico, Don Rodrigo buscou abrigo num porto do sul de Santa Catharina, onde uma parte de sua equipagem, encontrando-se com antigos companheiros de Solis, o explorador do rio da Prata, preferiu antes ali se estabelecer a correr novos riscos. Decidindo-se por esses motivos, a voltar para a Espanha, Don Rodrigo fez escala na Bahia, onde perdeu ainda alguns horreos, aprisionados pelos selvagens, e mais adiante, na vizinhança do rio São Francisco, teve de procurar um pórtio, pois que seu navio metia água. Três navios francezes estavam exatamente ali, a carregur pau Brasil. A acolhida foi benévola, e dois calafates foram postos à disposição dos re-

comchezados. Mas, quando o navio espanhol adormeu de todo um bordo, os francezes quiseram apoderar-se dele. Don Rodrigo conseguiu, porém, erguê-los por meio de um importante presente de vinho e de azeite. Ora, enquanto o negócio se tratava, os que haviam fido a bordo, vendo a reparação acabada, conseguiram fazer o navio inclinar, levantaram o ferro e se fizeram de vela. Quando os outros perceberam a coisa, o navio espanhol singrava velozmente o alto mar. Don Rodrigo seguiu-o numa canoa de vela, durante quase dois dias, e gritar e a gesticular como um possesso: Não o quiseram ouvir, nem ver. O navio sumiu-se em breve no horizonte, e o desgraçado comandante, com os marinheiros que lhe ficaram, teve a tueria de voltar para terra, e desembarcaram dez léguas mais ao norte do porto, onde já se haviam detido e onde negaram, caminhando ao longo da praia.

Entrementes dois dos navios francezes haviam partido, e o terceiro deu-lhes abrigo por algum tempo, mas não quis transportá-los. Abandonados na canoa, tornaram a subir a costa, descendo, aqui e ali, em terra, para apanhar moluscos e colher frutos selvagens, assim como para renovar a provisão de água. Na ilha de Santo Aleixo, acharam um pouco de farinha de trigo. Um tonel de bolachas molhadas, e anzós que lhes serviram para apanhar muitos peixes. De lá, foram ter a uma fitoria portuguesa, onde por cunho de desgraça, Cristóvão Jaques lhes recusou passagem de volta. De sorte que Don Rodrigo de Acuña não voltou a ver a Europa senão mais tarde, parece, quando Jaques foi chamado e levou consigo trezentos prisioneiros, feitos entre os corsários francezes.

As queixas do malaventurado navegador foram entretanto transmitidas aos seus destinatários da Espanha e de Portugal, e é graças a esta circunstancia que se conhecem os pormenores desta sequência de desventuras, para, mesmo nessa época de perigosas viagens, estais a ver que havia vida nas costas do Brasil, na primeira me-

tede do século XVI, e não lhe faltavam perspectivas movimentadas nem interesse dramático.

A feitoria onde Dom Rodrigo de Aguiar veio ter era a de Pernambuco, erigida, tanto quanto a de Iguaçu, em face da Ilha de Itamaracá, por aquele mesmo Orienteiro João, esbanjando a natureza pelo que se supõe, que, em 1526, comendou a primeira esquadra de defesa das costas brasileiras, que, já em 1527, houvera visitado o litoral da nova descoberta e provavelmente sublinhou o rio da Paraíba. As duas feitorias eram destinadas a servir de ponto de partida para a Capitania que foi oficialmente criada a Nova-Luísia.

Durante o primeiro metade do século XVI as correntes de povoamento de novo Brasil — mancha de tinta, cujo nome, derivado de brass, por causa da cor vermelha, substituiu o de Terra da Santa-Cruz, que o país houvera cristicamente recebido a princípio — foram o motivo de asperos combates no mar em torno de simulacros de feitorias, que continham a se esbogar por uma pilhada que franceses e portugueses se encarnavam alternativamente por levar e derrobar. Essa rivalidade sangrenta, a que próximas intermináveis, odiadas ou claudescentes, entre Francisco I da França e João III de Portugal, realizadas por intermédio de embaixadores e apelos privados, não conseguiram apaziguar. Tornou-se mesmo a causa da ruptura efetiva do país pelas portuguesas.

Estes, estando a briga e interessados com todo o Oriente, começaram por desprezar a nova descoberta, não obstante as belas crases da narração sobre a descoberta, redigida no próprio local pelo escrivão Vaz de Caminha, louvando os méritos da nova terra, e os elogios excessivos de um personagem tão célebre quanto Américo Vesputio, que se esforçou por perceber nela o paraiso terrestre, nem mais nem menos.

A carta de Vaz de Caminha é o ato de batismo do Brasil. Era dirigida ao Rei, e dava conta do grande

acontado. Vive-se afinal numa época em que semelhantes surpresas eram quotidianas. O verboso escrivão descreveu da maneira muito pittoresca, mas divertida, com muitas observações, ora ingenuas, ora piadas e sempre curiozas, os mistos incidentes desse primeiro encontro entre portugueses e índios americanos. Descreveu desde a recepção de dois selvagens, que haviam sido trazidos a bordo — recepção que os de bordo se esforçaram por tornar avulsa, tendo o chefe da expedição tomado lugar num assento erguido em meio de uma tapete, e exigido intencionalmente um grosso colar de ouro, para tratar de saher se a terra não encerrava o precioso metal — até a participação nas danças dos índios de um dos personagens da festa, homem de gente alegre, que prês do desejo de divertir-se, se fez acompanhar de um jogador de gaita de foles e, tomando os selvagens pelos seus se pôs a dar casualidades com eles, ao som da música, apalhando mesmo por lhes oferecer uma sessão de auréola, que os regateiros muito, mas não lhes deu por absolutamente a desconfiança, desconfiança que ainda era todavia bem-vinda.

Sobre o próprio país Vaz de Caminha não podia dissertar pois não houvera visto senão uma extensão muito limitada. Descreveu-o coberto de extensas florestas, do lado de uma temperatura amena e entre as mais abundantemente irrigadas. — "A terra é em tal maneira graciosa, que em se querendo dar-se-lhe nela tudo." Os aversos normações e breves perverteram logo a excelência da terra que os portugueses haviam enxada sob seu domínio, e as vantagens que ela oferecia ao tráfico marítimo.

Com efeito, ao o Brasil foi logo dividido em Capitânicas, distribuídas em doações entre os genérrimos da limitação do rei e entre os veteranos das guerras da Índia e das outras regiões asiáticas, o foi coloremado por que a defesa contra os franceses se impunha, e não podia ser

frer adramento, tanto mais quanto os índios lhe davam geralmente provas de uma simpatia que se traduzia por atitudes amigáveis.

Essa simpatia renovou-se alguns na América do Norte principalmente, e a observação do falecido Paul Smith é perfeitamente verdadeira, quando se mostra indignado da acusação dirigida contra os franceses, de não serem colonizadores. Deveis lembrar-vos de suas palavras: "Não soumos colonizadores: Perguntai aos indígenas de todos os países, por onde passámos, que pensam da raça alegre, benevolente, sem arrogância, após um adotar os costumes dos vencidos, mais sábia do produzir, que de destruir..."

Os indígenas eram entretanto seres belicinosos, de quem o indianismo literário brasileiro do século XIX apropriado por Gonsalves e estimulados pelo espírito político da independência, ansiava de romper toda a ligação com a época colonial, havia de fazer crua e supérflua pela bravura, a altivez e a nobreza. "— Onde estão esses povos primitivos? — perguntava nosso romancista José de Alencar, há um meio século, num poema indianista, inacabado, e que a Revista da Academia Brasileira imprimiu neste momento — Que foi feito, ó minha pátria, de nossos irmãos, seus primogênitos, seus filhos selvagens? Extirpados são. Alguns erram dispersos, abrigados em montes, como feras perseguidas, havendo perdido o antigo trilha, descendentes degenerados da casta altiva e pura. Alguns, abjurando seus ritos, para abraçar a cruz, misturaram a sombra desta o seu sangue com o sangue estrangeiro. Quase todos morreram defendendo o solo que encerrava os restos de seus antepassados, os campos, a glória e conquistas dos avós, e a liberdade, a lei, direito sagrado, mais que direito ou lei, culto profundo, religião rude de um povo indomito. A serpente repteia, fragmento de indizível prazer, em labro de sua

ninhada. Flepe-se ao terrivelmente ao ver suas rebochos transparentes à sua semelhança..."

De repente, no poema, o xavido aparece peitando alguns das setas, o olhar maligno, as pernas contortas, enquanto a serpente se ergue, agitando a cauda, a língua bífida prestes a amillar a pequena. Reacciosa todavia de errar o bom, engole os filhotes, afim de impedir que voltem a se tornar vítimas de seu de rapina. — "Reputando no seu que a perov — é a própria expressão do mesmo poeta — a ninhada que não pôde salvar."

"Assim, a minha pátria continua Alencar, tinha embalsado seus filhos e sombra das florestas espessas, sobre as águas, aos rumores das cascatas. Enlaçavam, com ternura, no regaço dos seus vales um fior. Mas o sol da adversidade eleva-se no horizonte. E, quando erantos, refugiados nas florestas, passaram a ser estrangeiros na terra que lhes foi berço, tu lhes abriste teu seno e af os acolhestes. Preferiste ser uma mãe órfã de seus filhos, antes que a pátria de uma vil raça de escravos."

"Ficam essas trechos dos Filhos de Tupã — Tupã quer dizer trovão, fenômeno julgado sobrenatural pelos índios, manifestação de seu incompleto naturalismo religioso, em que se quis, a princípio é falsamente descobrir a revelação de uma crença politeísta ou uma divindade, bem atestada na observação concebida por esses selvagens, que não haviam conseguido individualizar as forças da natureza — traduzi essa passagem, digo, afim de indicar-vos a orientação espiritual que veio a tomar em nosso país a geração romântica. Aliás, fez disso a sua originalidade. Como o sentimento fará o valor. Ao mesmo tempo, vos conduzo logo a medir a distância que separa o Brasil de ontem, (onde florescia essa crença, mas sincera concepção patriótica, que ligava o país, que se tornara independente, à raça aborígine do Brasil dos começos, onde os aventureiros portugueses reduziam à escravidão os

populações que os cercavam, e um orgulho ao que se pertencia à comunidade.

A escravidão, por momentos mesmo a corutividade nas relações religiosas, tinham violentamente esboado. Os judeus perceberam em breve o que significava a tomada de posse de sua terra, e a cada vez tinha a impressão de voltar a uma prisão. Fora de dois troncos de árvores, que se tinham erguido sobre a areia sob um céu manso, aliando a prisão, e diante do qual um feroz barbaresco, revestido de uma bruma cobrepela e uma casaca violeta, havia esculpado seus estrangeiros. Oramaram-lhes obedecer, de então em diante, aos recém-chegados, e na linguagem destes, obediência queria dizer serviço pessoal.

Se não fossem aqueles homens, vestidos talvezmente de preto, com as entes, asiticas, de palavras romanas e de gestos corinthios, que aconteceram, pouco depois, a defendê-los, ninguém os teria privilegiado. As três palavras tinham como ensaio as gentes, com as quais um laço comum era a experiência na fortuna. Mas os recém-vidos, que acompanhavam um governador geral, enviado à toda pressa para fazer cessar a anarquia verdadeiramente feudal dos donatários, e centralizar a administração da região e a língua, conduziram bravamente a campanha uma fogueira dos opulentes, fundando missões para os neófitos, e no mesmo tempo informando a Corte sobre as condições morais daquela sociedade longínqua em formação.

Regataram assim, com um desenvolvimento e uma perseverança que não descuram de situações sangrentas, repulcões, o crime coletivo de servidão do começo, da falta uma ruína espoliada das suas mais elementares inclinações, e que teve de ser substituída, nos trabalhos penosos, pelos negros, importados da África, e considerados desde os desdobramentos, como simples mercadoria. Os assuntos demoravam simultaneamente os abusos das auto-

ridades, estigmatizavam os vícios dos colonos, e unificavam e impunham-se, não que em qualquer número, tornando uma cruzada contra a imoralidade e a violência. E o que o escritor alemão Eichner, recentemente traduzido por Gabriel Mamed, denomina do bem "tamar e manter" nos governos coloniais, entretanto, abordar e resolver, na maneira indolente, os grandes problemas da civilização, que as terras virgens propunham aos conquistadores com as suas produções riquíssimas naturais e seus milhares de indígenas selvagens...

O nome da Ordem ficou portanto pegajoso no Brasil, onde o terreno conturbado da morte de Anchieta, o sentido apocalíptico dos índios, foi, há alguns anos, festejado pelos brasileiros de mais renome, e celebrado pelas vozes mais eloquentes de um país de tradições e de idéias liberais que não negava, não obstante, em cumprir o voto de justiça que punha para sempre os plebeus brasileiros, antes do século XVI a fundação da cultura nacional. Porém-se mesmo chegou a afirmar, sem nenhum risco de engano, que a grande reconciliação dos serviços prestados pelo clero à civilização brasileira valeu de muito para favorecer o tratamento generoso conferido à Igreja, no tempo de sua separação do Estado, decretada pelo governo provisório da República em 1890. A separação — o fato é muito conhecido — efetuou-se de maneira digna e elevada, com respeito aos direitos do mais forte, tanto quanto respeito aos direitos do mais fraco. Foi uma solução em que o Estado teve garantida toda sua independência legal, e em que a Igreja manteve toda sua dignidade moral: em que os ordens religiosos conservaram todo o patrimônio que gerações de crentes lhes haviam assegurado, e em que as escolas neutras fraternizaram com as de todos os credos. Foi portanto uma solução de que o país pode se honrar. Acrescentemos que o mesmo se passou com a abolição da escravidão, que data de 1888, um ano antes da separação, e foi conduzida sem abalo por uma legislação pro-

gressos, que começaram em 1818, para se realizar, após uma série de crises parlamentares e pacíficas manifestações populares.

Éis aqui mais certo é que o melhor tratado escolar de história do Brasil, editado para o curso superior do Ginásio Nacional, considera a obra dos jesuítas e lhe faz justiça. O que é tanto mais notável, quanto nenhum país no mundo a menos clerical que o Brasil, se por elegerão não se deve o ter de o espírito ultramontano exagerado e antipatia para com as ideias liberais. Basta dizer que os revolucionários brasileiros, parados no caminho no fim da época colonial, eram, em grande parte, padres, e que o princípio da autoridade se incarnou durante o Império, isto é, durante a mais grave crise política do Brasil no século XIX, com quem o padre Feijó, que soube dar um primeiro à regalia federalista, ao mesmo tempo que conseguiu manter a unidade do Império.

O manual do Sr. João Ribeiro exprime-se como se segue:

"O Padre Nóbrega e os primeiros jesuítas imaginaram exagerar o culto externo para despertar a atenção do gentio. Nesse tempo os crucifixos e romarias eram frequentes; trombetas, tambores e música, com sinos e panejamento de lábaros e pitos vistosos e flâmulas que ojeavam pelos seus enramados e pelo solo tapizado de folhas, impressionavam fortemente os catequizados. A esse aparelho Anchieta, que era poeta, juntou o singular encanto do seu etno, compondo autos ao modo dos que a literatura pentágua já possuía. Mistérios religiosos e diálogos em versos que as crianças indígenas expressavam nos aldeia da catequese. Foi ele o primeiro mestre da língua tupi, que ordenou em livros e em gramática e atendeu às necessidades da religião e da vida nova que trazia aos selvagens; foi talvez também o primeiro mestre da língua portuguesa dos primeiros brasileiros brasileiros e maranhenses. E não é só o mestre, é o diplomata na

estas eventualidades das guerras, é o médico que aprende de Cor. Miller, as virtudes das plantas e conhece da medicina do seu tempo as remédios próprios, e é enfim o enfermeiro dedicado. Trabalha em todos os ofícios, que aprende por esforço próprio. Das suas habilidades a inauguração dos cozeiros lhe conferiu a reputação de toumaringa, merecida pelas verdadeiras bulgias que realizava.

"No tempo de Anchieta a província do Brasil já possuía três colégios e cemitérios da companhia, templos da virgindade e do trabalho, onde não penetravam as redomas da luta pela existência, e onde a piedade pelo próximo era o primeiro dever. Podia-se avaliar dos seus serviços quando se sabe que os padres estavam sempre ao lado dos governadores nas rebeliões selvagens, e dantes os que já haviam ouvido a voz dos jesuítas podiam chegar a com união, que Anchieta."

Toda a história brasileira do século XVI se resume em poucas palavras. Esforços continuados da metrópole para organizar e submeter cujo valor foi, por fim, compreendido, e que a Coroa reivindicou com os titulares das primitivas concessões, educando o funcionalismo, fundando a vida municipal pela outorga de franquias e alvarás, dando provimento à sua defesa, criando a indústria agrícola, instituindo a organização eclesiástica, olhando com bons olhos os estudos para o interior da terra, desde que o quinto das minas produzia que por ali se haviam cabido no rei.

Esforços dos colonos para se adaptarem às novas condições mesológicas e substrato sociais — ao se pode dar o nome de sociedade à mistura dos primeiros povos que se seguiram à descoberta — favorecendo os recursos minerais ocultos na terra entre os selvagens e a acção do leito dos rios, entregando-se por força a uma certa cultura dos campos, além de se multiplicar de provisões utilizando a causa de açúcar, como o melhor dos produtos de lucro.

Historiões das imagens de tábua, franceses e, todos os correr de tempo, também ingleses, que, a partir do reinado de Henrique VII, começaram a percorrer os mares em expedições para quebrar a cadeia de estabelecimentos comerciais criados pelos portugueses, e se apoderar dos prazeiros já aqui estabelecidos.

Esforços dos missionários para introduzir a disciplina entre os autóctones, e a civilização entre os indígenas, começaram por tornar estes sedentários. Isto é, concentrando-se em aldeias ou reduções, visto que os deslocamentos continuados da vida nómade acabavam por subtrair os tribus à influência religiosa.

As boas palavras do Evangelho eram assim igualmente semeadas entre os gentios de uma repa e os oprimidos da cura. Uma Alama, assaltada e perseguida, arrojou-se primeiro ao mar, obra de vingança, mas vinha muito dispendiosa, era demasiado inferior em comparação com os recursos de todo género dos invasores, era, então, demasiado débil, na sua barbaria, e não podia resistir a um tal impeto. Currou-se, portanto, valendo-dizimada pelas guerras e pelas epidemias, sentiu-se aniquilar, não pela sugestão de uma consciência nacional ou mesmo cultural, que lhe fazia inteiramente falta, mas pelo terror que se propagava de tribo a tribo.

Segundo a inteligência, mal despertada, da raça indígena, segundo seu espírito, mal desenvolvido, em que as tribos valiam por conhecimentos, a potência, a força de destruição deviam encarnar-se sobre ela, personificadas nos estrangeiros implacáveis. Perdera-se sua existência autónoma, que na realidade não era ocupado senão de combates entre hordas hostis, seguidos de festins antropófagos, mas que o povo, valendo-se das liberdades que lhe conferia a Musa, descreve como edificações. "Corrente de luz, o mar, raio de luz, effluvia, a vida se entreteia aqui como uma flor, os lábios a colhiam com um sorriso, antes que um sópro anelante e queimasse, sem que as pérolas do suor a poluissem. Até a morte a

vida era doce e a terra maternal; um despoje ou reiva, uma gota de veneno, e a noite vinha, e com ela o sono sem sonhos..."

Não vos contaram a seguir-me os passos pelo caminho das considerações etnológicas e etnográficas, porque este caminho não é senão um delírio semeado de hipóteses e envolvido de trave das fábulas. É necessário algum ser muito lábil, para não perder-se nele. Várias e suposições foram formuladas para explicar a origem dos índios da América — desde a mais simples, a ascendência mongólica, que se explicaria pelas migrações dos asiáticos através do estreito de Bering, ponto em que o velho e o novo mundo quase se tocam, até as mais absurdas, que fazem os selvagens brasileiros descendentes de fericeiros, curtos barcos vertam garrido até à terra das nossas praias, ou mesmo de alguns rebentos de Noé, após uma dispendiosa causada pela falência da torre de Babel.

A única conclusão, pouco mais ou menos certa, a que chegaram os especialistas nesta matéria, é a de que existiam no território em que se formou o Brasil, independentemente, raças vencidas e raças invasoras; que as diferenças entre elas são ínfimas — disse a linguagem, fornece aliás a melhor prova — e que a segunda categoria pertencem os Tupis, que ocupavam o litoral, e foram naturalmente o objecto da maior atenção da parte dos primeiros viajantes e, mais tarde, dos estudiosos e eruditos.

Tupias era o nome genérico dado pelos Tupis aos seus inimigos, àqueles que eles julgavam bárbaros, e que algumas razões antropológicas justificadas — principalmente a perfeita identidade das características anatómicas do crânio deles com as do crânio paleolítico de Lagoa Santa, chamado pelo sábio d'Almeida Lund — permitem classificar entre os antigos habitantes conhecidos da América meridional. Os invasores tinham-nos repellido para o interior da terra. Não são aliás o único

agrupamento estrangeiro nos Tapá-Guarani, pois esses dois não formam senão um.

Constatamos também os Aruaques do norte dos quais o explorador alemão Karl von Stüben se ocupou de maneira especial, e que representavam uma civilização superior, ou, para dizer melhor, uma barbarie inferior à da raça viciosa da costa, à qual haviam muito provavelmente ensinado a cultivar a mandioca. Eles próprios se distinguiram pelo conhecimento que possuíam da cerâmica, que lhes fora transmitida talvez pelos povos indiotamente mais cultivados dos planícies dos Andes. Mas vejo agora que me demoro, sem querer, nas hipóteses contra as quais vos recomendei não viajar vós, e que serei, ainda assim, obrigado a abandonar à erudição dos mais competentes, entre outros, à de meu compatriota Sr. Alfredo de Carvalho, que publicou, não há ainda duas anos, uma obra muito documentada sobre a pre-história sul-americana.

Essas migrações e essas tribulações de raças aborígenes não possuem afinal nenhuma influência direta sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira. Neste domínio a fantasia é mais insensivelmente um papel importante — a ciência não é compatível com a imaginação — e é um terreno onde geralmente falta uma base sólida as deduções. O elemento que vale verdadeiramente para o século posterior à descoberta, que, estabelecendo no litoral Leste do continente, recebeu o choque dos primeiros europeus, foi a principio perseguido pelos colonos e defendido pelos missionários. Tomou parte nas duas tangentes lutas do período colonial. E o elemento Tapá, constituído de tribos de caçadores e de pescadores, muito mais que de agricultores, particularmente dotados do instinto nômade. Ajustaram-lhes os Caribíes, que ocupava a costa norte da América, desde a embocadura do Amazonas até o lago do Maracáibo. Era o indígena que o sábio alemão Martins considerava ainda

como um dos Tapá, mas que, de fato, não corresponde, em comparação com estes, senão uma evolução semelhante. Haviam como eles sentido os rios, na direção do litoral, e se tinham transformado gradualmente em gentes audaciosas do mar das Antilhas, e não somente em guerreiros cruéis das planícies inundadas na região do Amazonas e do Orenocó.

Ficarei certamente surpreendido de saber — há poucos de entre vós há de conhecer esta minúcia — que em 1561, cinco anos depois da ocupação do Rio de Janeiro, por Nicolas de Villegaignon, cinquenta índios da tribo dos Tapámbóis divertiram com seus combates simulados e exercícios guerreiros ao alegre, tranqüilo e novo gozoso da chegada, à cidade do Rio de Janeiro de S. Meximiliano Henrique II e da Muito Ilustre Senhora Catarina de Médica sua esposa. O fato é entretanto autêntico, e sua descrição vem numa brochura editada em 1561, com gravuras em seu apoio, representando os "Brasiliens", chegado à França. Esta brochura não se acha mais hoje; mas foi reeditada, com muitas comentários, uns eruditos, outros gratuitos, pelo talado Ferdinand Denis.

Permiti que eu me detenha aqui para prestar uma sentida homenagem à memória desse dileto escritor, de quem alguns de entre vós sem dúvida se recordam, pois ele exerceu, durante cinquenta anos, as funções de conservador da Biblioteca de Santa Genevieve, em Paris. O Brasil lhe é devedor de uma longa, constante e inteligente simpatia. Sou daqueles — e eu, meu país das tão numerosas faltas — que dão valor e sabem reconhecer as saudades com que nos honraram os estrangeiros da parte de Ferdinand Denis.

Tendo estado no Brasil na sua juventude, ao tempo da Restauração na França, Ferdinand Denis succebeu ao tempo da terceira República, aos noventa anos, e desde 1822 até a morte, pôde-se dizer que seu espírito e sua pena estiveram sempre unidos ao serviço das tradições

histórias e literaturas do post-colonialismo e de sua antiga metrópole portuguesa — deve assumir sobre os seus ombros toda uma biblioteca de obras raras e interessantes. Esses volumes, de uma variedade extraordinária, desde que vão das lendas étnicas às augustas poésias da natureza sob os céus, e desde as manifestações artísticas precolumbianas às cronistas peninsulares, são de uma leitura constantemente agradável, e podem ser usados entre os melhores que celebram a nossa pátria, que vivem nos muros indígenas e estão impregnados do nosso herismo. Nenhuma delas dá valor como prova de erudição intelectual, da erudição, o gosto discreto, a elegância do inextinguível arte — um dos representantes mais autênticos da penetração, do encanto e da flexibilidade humana que atinguem o espírito francês. No dia em que o Brasil e a América brasileira estiverem verdadeiramente unidos pelo coração, como já o estão pelo corpo, então, talvez a que nos volumes, o nome de Ferdinand Denis ficará como o de um precursor que merece ser mencionado — Augusto de Saint-Hilaire.

PARA imaginarmos bem, segundo a narração de Coucy, a festa brasileira de Ruão, a que vos fiz chegar, então dia, ao terminar, nos senos mais e fazer senão recordarmos de uma dessas numerosas festas pyrenaeas, senegalesas ou iroquesas, que têm as ardeuras por parte das "attractions" de todas as Exposições universais de nossa terra. Na verdade, nada de novo neste debate do sul. Numa praça protegida pela sombra de árvores, tinha-se estabelecido o rancho dos Tupinambás, composto de 60 indivíduos, número elevado a 300, a manilha francesa, "enfartados e equipados à moda dos selvagens da América, de onde se traz o pau Brasil", e que "tendo visitado o país mais de uma vez — na Normandia — tinham conhecido os marinheiros familiarizados com a nossa costa — falavam da boca a língua e reproduziam com tanta fidelidade as maneiras e gestos dos selvagens, como se fossem nativos do próprio país."

Além disso, houvera sido preparado para apresentar a aparência de realidade. Havia árvores carregadas de frutos de diversos cores e espécies imitando a natureza. Havia chagas conspurcadas do tronco de árvores, cobertas de canções, na falta de folhas de palmeira, e cercadas de panfletos. Havia animais vivos e notáveis d'acolo, trepando-se pelas ramadas das árvores, tais como papagaios bonitos, falcões, sagües, que se chamavam "monos, macacos", importados em grande número para dar animação.

que, ainda, a antigos castelos feudais e as novas habitações burguesas. Os índios, verdadeiros e falsos, se exercitavam em correr de arco aos passáros, corriam atrás das montanhas, balançavam-se em rédeas, ungiam cortar na floresta o pédo Brasil e carregá-lo para um grande navio de velas abertas e bandeiras coloridas, ou então lutavam entre si a golpes de clava e a tiro, de flecha.

Não faltava a este local a farsa espanhola então bem pouco vulgar, e que impressionou as imaginações de rapazieta bastante forte, e tal, que chegou a exercer influência sobre os escultores e pensadores. A igreja de São Jacques, em Dieppe, possui, com efeito, admiráveis baixos-relevos, em que se podem ver indígenas americanos, de cor e tipo de penas, e tendo, como acessórios, folhas de palmeira, um arco e curvas cheias de flechas. No outro lado, um autor tão ilustre quanto o dos *Essais*, deixou-se seduzir, dois séculos antes de Jean-Jacques Rousseau, pela sugestão da vida selvagem, de que fez a apologia, tendo, segundo a expressão de Ferdinand Denis, um monarca deliberado pelos nossos conselhos, ainda não havia visto manifestações de um estado social ainda na infância. Ferdinand Denis lembra ainda que o espírito de uma campanha brasileira indígena propagada por um dos companheiros de Vallegagnon, inspirara Montaigne, que lhe dera espaço, pela graça singular que é próprio lhe estivessem, pelas observações sobre o gênero humano, sobre a poesia liberta de todas as regras, sobre a altivez do espírito de independência de uma gente que, na sua simplicidade, oferece o modelo de uma sociedade sã. Eles não pecavam, segundo Montaigne, sendo "porque não usavam enfeites", havendo mesmo representado dessa maneira demasiado ingenua, diante do rei da França e do bela Diana de Poitiers, sua *seyaunaquia* selvagem: expressão um tanto ou quanto bárbara, que pertence aos eruditos do tempo, e significa, segundo sua etimologia grega, combate com a própria sombra, — por extensão,

simulação de combate, e — por natureza, exercício de atletas.

Se o autor dos *Essais* foi neste ponto imaginativo, não é espantoso que muitos indianistas, sempre a se esforçarem, com espírito patriótico, por idealizar os indígenas, tenham imaginado para eles uma teogonia completa: os tentaram dotado de sentimentos e de idéias, que não poderiam ter senão o produto de uma longa evolução de cultura; lhes tentam, atribuído inspirações guerreiras, de uma elevação e de um ardor extremos, e tradições hierárquicas de uma piedosa emoção. Era já assim que se propunha vossa glória moralista, quando, na sua tarefa de escepticismo, oposto à validade do dogmatismo, pedia a poesia, natural e puramente natural, única que podia ser comparada à principal beleza da poesia perfeita segundo a arte — a poesia mediocre, que não se exprime nem mal nem bem, não merecendo nem que a honrem, nem que lhe deem valor". O escepticismo moderno, que creio fortemente, em suas conclusões, do autor dos *Essais*, mostrou de mais uma ilusão, que no nosso país se denominou indianismo.

O século XVI no Brasil não teve — não se diz que lhe faltou — toda a literatura, pois o indianismo do século XIX não foi era ainda senão uma convenção poética exercitada sobre a sua ruptura política — um poeta da terra, que tivesse exprimido, com toda a sinceridade d'alma, a paixão da luta da cultura contra a natureza, luta que constitui a grande beatitude da história racial do país. Não que a metrópole, de que a colônia não era senão o prolongamento moral, fosse desprovida de desenvolvimento intelectual. Este era, ao contrário, intenso. Este século foi mesmo a bela época literária de Portugal, o século em que, com Camões, a poesia se elevou até a altura, admirável de graça, da tradição católica da idade média com o renascimento pagão e em que a prosa adquiriu, com João de Barros, uma amplitude e um esplendor que

desprezavam já o comércio com os tenebrosos habitantes do Oriente. Mas აღმართ a atmosfera era, por assim dizer, impregnada de sentimentos diferentes: e aqueles que se habituaram a respirá-la abandonavam pouco a pouco, todo contacto físico e moral com aquillo que havia outrora constituído seu ambiente, e perdiam até a recordação dolo.

O fato é que os gestos heroicos de antanho esperam a sua hora. Os índios foram idealizados pelo romancismo à busca de almas atlânticas. Os africanos, edificados defensores nos sonetos idealistas, mas os valentes plumeiros da saga conquistadora, que tinham o cetro e a espada epica, não mereceram ainda absolutamente uma semelhante simpatia literária, posto que Livramento, no seu livro *Esauvendiens sur la Littérature*, tivesse sentido com um novo poema Lusitana, composto effluvia, nessa lingua portuguesa, mais latina, mais aca, e mais bella que a espanhola.

Existe, não obstante, um livro que consigna, por si só, toda nossa bagagem literária do século XVII. — se o conhecemos, conhecemos os reatos dos factos, as pretensões para a formação histórica do país. O livro em questão não é nem mais elegante como estilo, nem mais interessante como imaginação e conteúdo, vale uma brochura, por representar o balço da obra portugueza na America meridional, no momento da união com a Espanha, e por que deixa já despojar a terrível ingenuidade pelo país, e que fará vir a luz amanhã um novo sentimento patriótico.

Este livro é uma descrição do Brasil, escrita na Bahia — a Capitania escripta como centro administrativo da colónia — por um plumeiro de uma de espina, um portuguez naturalissimo, que foi nascido mais tarde para fôr das minas, e foi a vida lá solidaria concedendo, que se fariam, como sempre, esperar por aquelles a quantos fôrham alos promissões. Os seus passados nas Antilhas das minas pareciam bem longos. Os serões

eram bem glaciaes, apesar das brancuras. Para livrar-se do tédio noubar-se de alguns cozes nas suas vigílias, guardas suas pretensões pelo exposto dos recursos, de que tinha a impigão, e evocar a terra ausente — pois era já sua terra a que ele havia deixado atrás de si. Gabriel Soares escrevia seu esboço com effluvia, arrado de umgo da história e de dados sobre a saga e os costumes indígenas. Pelo amor que dedicou ao seu trabalho, pelo espirito local de que impregnou inconscientemente sua obra, esta sobreviveu a todas as descripções mais completas, mais exatas e mais literárias, que nos foram conservadas no decurrir dos tempos. O trabalho de Gabriel Soares foi, de alguma sorte, a primeira informação escrita por uma nova entidade nos annos do mundo.

No século XVII o Brasil viu guarchar de muito o número de seus inimigos. Eu devesse antes dizer — de seus amigos, pois todos elles não desejavam senão possum, cada qual para si so, a promissora terra que, aos seus olhos parecia os aspectos de uma terra prometida. Aquelles que trazavam Portugal juntaram-se os que combaliam a Espanha, pois, a partir de 1650, Filipe II tornava sózinho, e beta sabia que rainava inteiramente na Península. O sonho da união fôrica se havia enfim realizado, em proveito do mais forte. — coisa que está, aliás, na ordem natural.

Das pequenas nacionalidades, que haviam forma do pela resistência dos elementos celtas, romanos e visigodos — para não faltar os restos dos mais importantes — fundidos em uma amalgama crista, — de suas usurpações successivas e successivas victórias, exercidas e paradas contra o invasor árabe, em breve encerrado em Granada e, mais tarde, forçado a reagrar-se em Melrocos, — Castela havia conseguido reunir, sob seu cetro, a Galicia, Leão e Aragão. Era de prever, sobretudo depois que uma seqüência de heranças dinásticas acabara de fazer de Carlos X um novo Carlos Magno, emprestando, portanto, à Corte de Madrid uma singular fascinação, a que,

na primeira oportunidade. Portugal não estaria à altura de escapar.

Este movimento fatal — de uma fatalidade aliás unnatória, pois seu centro perderia logo o prestígio — produziu-se para a nacionalidade portuguesa quando o cardo heróico da actividade desse país, começado em 1385 com a batalha de Aljubarrota, que lhe consagrara a independência, e tendo sido, como ponto culminante, as descobertas da Índia e do Brasil, se encerrou, tristemente, com a derrota de Alcácer-As-Salr, em Marrocos, onde pereceu o rei Sebastião era acompanhada dos melhores de seus braves.

Invocando direitos de sucessão, indiscutíveis, mas que poderiam ser igualmente reivindicados por outros (a casa de Bragança, por exemplo, que era nacional, mas que se reservou para tempos mais afortunados), o rei da Espanha pôs em fuga, graças, como sempre à espada do duque d'Alba, o rei aclamado pela população de Lisboa. Esse rei era o pobre D. António, prior do Crato, nato bastardo de João II, o qual veio a morrer na França, abandonado e pobre, após haver, por um momento, imaginado ir estabelecer sua realza popular no Brasil, para, em seguida, negociar com a astuta Catarina de Médicis a cessão do mesmo Brasil à França, em troca do apoio decisivo dessa potência ao seu ambado advento à coroa de Portugal.

Existem documentos — achou-se mesmo recentemente, em São Petersburgo, um bilhete autógráfico de Catarina de Médicis dirigido a Sirozi — que confirmam esse estado de combinação política, o qual não nos surpreende muito, quando nos lembramos da habilidade empregada pelo primeiro dos Valois, durante o longo desfile das reclamações portuguesas contra as incursões dos corsários normandos e bretões, o que tudo fazia crer num plano assentado para a occupação permanente de algumas terras brasileiras. E, ainda mais, quando nos recordamos das

duas tentativas, cujo êxito esteve quase garantido, de coligação francesa no Brasil, a principio, no Rio de Janeiro, no tempo de Henrique II, mais tarde no Maranhão, ao tempo de Luis XIII.

Repellido, aqui e ali, pelo elemento português, a França não abandonou absolutamente suas pretensões e não deixou de persistir no seu sonho com o país dos papagaios e... do ouro, ora esforçando-se por se aproximar do Amazonas isto é, tratando de estender seu domínio da Guiana até a margem esquerda do grande rio — o que lhe teria dado, com efeito, uma situação admirável — ora buscando um pretexto qualquer para titimeteir-se na fúria colonial. O infeliz assalto de Leclerc, em 1793, e a expedição afortunada de Duguay-Trouin, em 1711, ambos dirigidos contra o Rio de Janeiro — para onde a capital houvera sido transferida por motivo da maior proximidade das minas e das condições da majestosa baía — não foram senão consequências remotas da célebre guerra europeia de Sucessão. E eu devo à cortezia de um amigo, o Sr. Estragnolo Doris, que faz neste momento pesquisas nos arquivos de Paris, o conhecimento de um documentozinho, bastante suggestivo, relativo a continuidade das pretensões francesas, que, afinal de contas, não são senão liscojeiras para nós, pois ninguém seria capaz de coligar o que não presta.

O documento em questão, de que vou offerecer-vos a primeira, é uma recomendação de ministro da Marinha francesa, datada do ano de 1717, para o efeito de se prestar auxílio, no Brasil, aos paulistas contra os portugueses. Eis em que termos é concebido:

"Ao senhor du Puy, em Saint-Malo.

"Versailles, 15 de Dezembro de 1717.

"Recebi a carta que me escreveste em 29 do mês passado que contém uma minudência do que sobrestes sobre a costa do Brasil da guerra que há entre os portugueses e os paulistas parece-me que seria ainda tempo de

levar recursos a essas últimas, dar-lhes as praxer de me enviardes um projeto minucioso e mammo por que pensa-se que esse projeto possa ser executado e conservar esse segredo em segredo".

"Portugueses" queria dizer senhores do país, as autoridades estabelecidas, contra as quais se haviam levantado os paulistas, nome genérico aplicado aos descobridores do ouro, que anseavam de se estabelecer no planalto de Minas Gerais, e que naturalmente empregavam os recursos de lavar as mãos de compromissos, entre si em rechaçar os recém-chegados para os encargos e atropelados sem importância e em movimentos de revolta contra os governantes.

Pouco faltou para que o Brasil, ou pelo menos o Rio de Janeiro, se tornasse francês em 1680. Um cavaleiro de Males, aventureiro de mil batalhas, chamado Nicolas Deshay de Villegagnon, que desafiando mil perigos, houvera conduzido Maria Stuart para a França, além de desposar se com o Delfim, e a respeito de quem o Sr. Arthur Houshord escreveu, não há muito tempo, um magnífico ensaio, soube grangear a proteção dos católicos e dos protestantes, conquistou, na mesma medida, as graças do rei e do almirante Coligny, e lá se foi fundar numa Ilha da baía de Guanabara (tal era o nome indígena do soberbo e conhecido sítio geográfico) um estabelecimento modelo de independência e tolerância religiosas, uma Arcádia, onde Lutero e Calvino, reconciliados sob os triplices, faziam de constituir o melhor arranjo casero, obedecendo às regras da reforma.

Mas o batalhador, a quem o norte da África não era desconhecido, pois que ali massacrara infelizes, ao tempo da expedição de Carlos V contra Alger, fiara-se demasiadamente no efeito sedativo do clima tropical. Muito ao contrário, as lutas teológicas recommençaram com mais insistências, principalmente após a chegada de uma formosa de cidadãos de Genebra. E eles se teriam matado, uns

aos outros, até o último, se um perigo comum não tivesse acabado por inspirar um pouco de comedimento aos altercadados.

Villegagnon aliás se havia desentregado dos calvinistas suíços, reenviando-os para a Europa, antes do próprio segredo, sem esperar o rumo de sua aventura de colonização. Succeheu que, ao tendo repellido a maioria da presença dos franceses do Rio de Janeiro, se organizou, no Dahia, uma expedição, para descobri-los. E, não obstante, o mesmo trazido pelos índios ao núcleo já constituido da França Antártica, com que se ganhava, aqueles estrangeiros tiveram de submeter-se, no ano de 1580, perdendo mesmo a esperança de voltar para o velho mundo. Não outro dize que para seus laras, pois nem todos o consiliava. Foram uns poucos d'altos que o impetuoso sobrinho do famigerado Velho de l'Isle Aden houvera apontado na lama das ruas e na treva dos calabouços, para apanhar "algumas pessoas honradas" e se apoderarem do Brasil meridional, enquanto não chegava a hora do Brasil setentrional.

Quanto aos outros, os genebrenses repatriados, que se por milagre, a má fortuna e todas as modificações que sofreram no regresso não puderam acalmar-lhes o odor fanático. E o vauco da controvérsia se prolongou, longe do barço enfático, repercutindo em écos literários, tanto mais sonoros de lá, quanto Villegagnon, cujas convicções religiosas estavam longe de ser sólidas, abraçara novamente a fé católica.

Além do nome de Villegagnon, que se tornou geográfico, por haver sido dado à ilha por ele fortificada, restam-nos os livros franceses, escritos sobre o Brasil História de uma viagem feita à terra do Brasil, etc., do protestante Jean de Léry, e Singularidades da França Antártica, do Padre André Thévet, cosmógrafo. As primeiras edições desses livros apareceram, respectivamente, em 1578 e 1588. Ambos muito curiosos, por si mesmos, e

inestimáveis pelo que revelavam de conhecimentos da pais primitiva, e pelos estudos do primeiro século de sua história. Jean de Léry, principalmente, o Hans Stadi, um alemão de Marbourg, que feito prisioneiro pelos selvagens, pouco faltou para ser devorado por eles, e atravessou mil outros perigos — mereceu um lugar de honra entre os viajantes extraordinários, pois não pouca os excita com um pitoresco e um ardor de imaginação. A propósito, vou ler-vos uma página de Léry, aberta ao acaso de um exemplar muito raro, da primeira edição. Eis aqui por exemplo, uma passagem em que se trata da execução do prisioneiro de uma tribo, destinado a ser moqueado:

"Continuando a falar a este propósito, depois de discussões e de trocarem muitas palavras, uns com outros, a que está pronto a fazer a matança, levanta, com as duas mãos o tacapo, e desliza, com grande força e com a extremidade grossa, uma pancada na cabeça do pobre prisioneiro, que, como no caso do magarelo que abate bois, vem tombando redondamente morto, do primeiro golpe, sem mexer mais nem braço nem perna. É verdade que, estando estirado no chão, se vê que ainda trema, por causa do sangue que foge e do shilo dos nervos. Mas, não obstante, os executiones dão ordinariamente o golpe tão certo no alto da cabeça, isto é, sabem tão bem escolher o ponto sobre da orelha (sem que saia sangue), que, para tirar a vida de um, não voltam a dar o golpe outra vez. De tal é a maneira de fazer daquela terra — a qual nossos francezes já haviam aprendido que, da parte de cá, os roedores e mais gente, quando agora brigam, em lugar de dizerem, um a outro, eu te rebento, dizem aqueles a quem querem mal: eu te parto a cabeça.

"Ora, logo que o prisioneiro tem sido assim morto, se tinha mulher (como eu já disse que dão a alguns): ela se põe junto do cadáver a chorar um pequeno pranto. Logo com propriedade um pequeno pranto, porque, se é verdade o que se diz do crocodilo, a saber, que, tendo

morto um homem, o chora antes de devorá-lo, do mesmo modo, a mulher após haver mostrado um pesar, tal qual, e derramada algumas lágrimas fingidas sobre o marido morto, será a primeira, se puder, a comer dele."

Eu vos falei noutra dia, e hoje mesmo, do indianismo, isto é, da exaltação do selvagem em páginas românticas, mas hoje, que nos ocupamos dos estógos da França Antártica e da França Equinocial, devo acrescentar que esse indianismo tem raízes no nosso país, e que são os primeiros livros francezes sobre o Brasil, dos quais fiz menção, os que fizeram o mais fervente elogio do indígena brasileiro, amigo tão dedicado quanto inimizado cruel. Melhor será que seculis as seguintes páginas de Léry, tão ingenuas e tão francas:

"Voltando, pois, a falar do tratamento que os selvagens dão aos que vão visitá-los: depois que da maneira que vos disse seus hóspedes têm bebido e comido, e repousado o carniço nas casas deles, se são honestos, oferecem-lhes ordinariamente facas, tesouras ou pequenas pinças para atacar a barba aos homens. As mulheres, cercam pontes e espelhos, e mais aos meninos, anadão para pescar. Ainda assim, quando se trata de viveres ou de outras coisas que eles têm, desde que se lhes há oferecido o que foi convencionado, pede alguém levá-los e se ir. Quanto ao mais, como não tenham (conforme eu disse noutro lugar) cavalos, asnos, nem outros animais de transporte ou de carga em seu país, a maneira ordinária de viajar-se é ir muito bem a pé, sem lanças. Todavia, se os caminhantes estrangeiros se acham cansados, em oferecendo aos selvagens uma faca ou outros objetos, logo se prontificam a agarrar aos seus amigos, e se oferecem para carregá-los. E com efeito houve tanta delas que nos metendo a cabeça entre as costas, ficando nós com as pernas pendentes sobre seus ventres, assim nos carregaram sobre os ombros por uma boa légua sem se repousarem: de maneira que, se para aliviá-los, queria-

nas algumas vezes fazê-los parar, eles, movendo de nós, diziam na sua linguagem: como podens pensar que sejamos mulheres, cu tão frouxos de coragem que cheguemos a desfalcar sob o fardo? Eu antes, disse-me uma vez um que me levava no pescoço, te carregaria todo o dia sem cessar de caminhar. De tal modo que, nós outros de outra parte chamamos-nos a bandeiras despregadas sobre aquelas alturas de dois pés, vendo-os tão bem dispostos, aplaudindo-as e, querendo ainda, como se diz, inspirar-lhes coragem, diziamos-lhes: ora vamoos para diante.

"Quanto à sua caridade natural, distribuindo e fazendo diariamente presentes uns aos outros, de cascas, peixes, frutos e outras utilidades, que têm em seu país, eles a evocam de tal maneira, que não somente um selvagem, por assim dizer, morreria de vergonha, se visse no pé de si seu próximo, ou seu vizinho tendo necessidade do que ele tem em sua posse, como também, conforme experimentei, eles usam da mesma liberalidade para com os estrangeiros seus aliados. Para exemplo do que, direi que da vez (assim como já falei de passagem no 10.º capítulo) em que dois franceses e eu nos tendo extraviado pelas matas cuidamos ser devorados por um grande e medonho lagarto, tendo além disso estado por espaço de dois dias e uma noite perdidos e a sofrer grande fome, achamo-nos finalmente em uma aldeia chamada Pavo, onde tínhamos estado de outras vezes, não é possível ser melhor recebido do que nós fomos pelos selvagens daquella lugar. Pois em primeiro lugar, nos tendo ouvido contar os males que havíamos suportado, mesmo o perigo em que tínhamos estado de ser não somente devorados por animais feroces, mas também de ser spanhados e comidos pelos Mergaías, nossos inimigos e deiles, da terra dos quacs (sem nãoo pensar) tínhamos nos aproximado de bem perto; por que, digo, além disso, passando, por desertos, as espíhas nos tinham muito arranha-

do. Eles nos vendo em um estado encheram-se de tão grande piedade, que é preciso não me escusar dizer que as recepções hospitais daquelles da parte da cá, que não vem sendo do prsto e da lingua para a consolação dos affitos, está bem longe da humanidade desses gentes, que não obstante chamamos barbaras. Para pois pô-la em ejaeta, depois de, com hão água clara, que foram buscar de propóito, terem começado (coisa que me faz recordar a manira dos Arabes) a lavar os pés e as pernas de nós três franceses, que estávamos assentados cada qual em um tapo à parte, os velhos, que desde nossa chegada, tinham dado ordem para que nos aprontassem de comer, havendo mandado nossos as mulheres que depressa nos preparassem a terra farinha (da qual, como eu disse noutra parte, gostaria tanto de comer quanto do brando pão branco bem quente) vendo-nos um pouco refritos, nos mandaram logo servir à sua moda muitas boas carnes, tais como de cascas, aves, peixes e frutos exquisitos que não lhes faltam nunca.

"E mais, vindo a noite, além de que repousássemos mais à vontade, o velho nosso hospedeiro, tendo mandado trazer todas as crianças da parte de nós, pela manhã, ao nosso despertar nos disse: então Acouraiats (isto é, perfritos aliados) tendes dormido bem esta noite? Ao que lhe havendo um nós dado resposta que muito bem, ele nos disse: repousem meus meus filhos, pois bem vi occorrir à noite que estaveis muito cansados. Numa palavra, é-me difficil exprimir o bom passado que nos foi oferecido então por esses selvagens, os quais, na verdade, para dizê-lo em uma palavra, fizeram em nosso caso o que São Lucas disse nos Atos dos Apóstolos, que os bárbaros da Ilha de Malta praticaram para com São Paulo e aqueles que estavam consigo depois de haverem escapado ao naufrágio de que ele faz menção. Ora, como nós não audávamos absolutamente pelo país, sem que tivéssemos cada qual um saco de couro cheio de miudezas, que nos serviam em lugar de

cinheiro para praticar entre esse povo. a partir dali, não lhes oferecerão o que nos apraz: a saber, como já tenho dito tantas vezes que é o costume, facas, tesouras e pequenas pinças aos bons valhos; pentes, sepalhos e brocetes de couros de vitoria às mulheres; e anéis para peçoas dos meninos...

"Que se vós perguntardes ainda mais agora pelo trato com os selvagens da América, de que não apresentem, não, a saber se nós nos 'finhamos por bem garantidos entre eles, eu respondo que tanto quanto eles odeiam um mortalmente seus inimigos, que como tendo entendido precedentemente quando os têm, sem nenhuma condescendência, os abatem e comem, — ao contrário, têm em tanta estimação seus amigos e confederados, tais como nos éramos dessa nação chamada Tupinambás, que para garantirlos e poupar-lhes qualquer desgosto, se debzariam antes partir, como se diz, em mil pedaços. De tal modo que os tendo experimentado, eu me faria e ver-me-ia pois em mais segurança entre essa gente que nós chamamos selvagens do que não o faria agora em alguns lugares da nossa França com os franceses da lei e degenerados: são daqueles que são tais; pois pelo que é das pessoas de bem, das quais, pela graça de Deus, o Reino não está vazio, eu gostaria bastante pesar de lhes tocar na honra".

Lembrei-vos que os indígenas haviam, uma vez mais, dado provas de sua simpatia pelos franceses. o que, seja odo de passagem, demonstra bem a força de sedução da nossa raça. Havendo os franceses partido, eles não se opuseram absolutamente. Várias tribus — uma nação, como se diria na América do Norte, falando dos Países-Vizinhas — reunindo os esforços, — se dispuseram em 1562, seis anos após a partida do forte de Coligny, não somente a impedir a fundação da cidade que os portugueses não podiam deixar de erigir numa das praias da baía, afim de não se debzear por mais tempo aberta à tentativa de outros esta posição maravilhosa, como também a

destruir seu mais próximo estabelecimento, o de São-Vicente.

Um de nossos maiores poetas românticos, Domingos de Mello, que publicou em Paris, em 1838, em plena crise literária, seus *Suspiros Patrióticos* — coisa equivalente ao prefácio de *Cromwell*, para um período literário semelhante do Brasil — tirou desse episódio o assunto de um poema indianista, uma epopéia intitulada *Confederação dos Tambores*, de que existe uma tradução italiana. O poema é belo como ritmo, defeituoso somente porque é de genero antiquado, e convencional quanto a personagens heróicos. O episódio, por si mesmo, é sugestivo, principalmente porque serve para pôr em evidencia a solidão nascida do país.

Foi a intervenção dos padres da Companhia que evitou o ataque a São-Vicente. Os jesuítas haviam fundado no planalto frio e brumoso de Piratininga um pequeno burgo, que veio a ser a cidade de São Paulo, pósto avançado no interior do país, de onde haviam de partir, ao mesmo tempo que os bandos de aventureiros à busca de minas, os pequenos grupos de missionários à busca de almas. Foi desse modo que a São-Paulo contou a honra de haver sido o maior centro de exploração, de povoamento e de civilização do sul do Brasil, que havia de irradiar, afinal, para o extremo norte, onde o Piauí, por exemplo, pode ser citado como um resultado disso; e assim o vocabulo "paraluta" se tornou sinónimo de brasileiro ao mesmo tempo que de conquistador. Os "grandes bandidos paulistas" é esta a expressão de que se serve, para designar os bandos de aventureiros, o vosso excelente abade Raynal, num de seus livros de grande porte retórico e de tom filosófico um pouco cochicho infantil, mas dissolvente, que exerceu sobre o pensamento da época uma influencia igual à de Diderot ou de Montesquieu. Enquanto este último se occupava dos povos e Marmontel dos incas, Raynal deu partido do novo mun-

em geral, e ninguém produziu mais eloquentemente a independência da América Latina.

Foi de Pernambuco ou São Paulo que os jesuitas observaram por se interpor entre portugueses e índios, — e o bom senso tornou-lhes o gosto. A causa da paz e da cultura do espírito ganhou nessa ocasião uma vitória notável. Outros sucessos lhes estavam reservados no domínio da evangelização. O estado de semi-civilização, a que a cegueira religiosa conduziu os índios era em suma o que melhor podia lhes convir à mentalidade restrita, que não era arguida por nenhuma necessidade intelectual. Disso ao mesmo que os jesuitas e outros missionários, que, com esta ou menos finalidade, os incitaram, se derivava poder ao exercício de sua tutela pelas sugestões científicas ao mesmo dia. Na maturidade o plano concebido e executado pelos missionários sujeitou bem vinda da perfeição. A educação dos selvagens limitava-se para eles ao essencial, o que quer dizer que não era senão rudimentar. A organização social posta em prática mostrou-se tão completa quanto poderia tê-lo sido uma coletividade contemporânea, desde que não pode excluir dela uma direção. O labor era suave. O pagamento dos dias de trabalho se fazia em objetos de utilidade, e o dinheiro não era indispensável. O imposto pessoal devido ao governo, que obrigava os índios aos trabalhos em obras públicas, tais como a abertura de estradas e a navegação dos rios, não era cobrado senão sob a vigilância dos padres, que exerciam assim a função de inspetores — inspeções a quem não faltava bondade.

É sabido que os laços das comunidades dos índios entriam o tesouro da Ordem, que fazia as vezes de autoridade, mas o dinheiro, devemos reconhecê-lo, não era desperdiçado com inutilidades e menos ainda na prática da impudência. Serviu para acudir aos gastos com explorações novas e novas missões. Estas não seriam jamais em número suficiente para ficariam bastan-

te fora da vigilância das autoridades civis, de modo a permitir ao Brasil, como no Paraguai, um império ou antes uma república teocrática. Mas nesse país os colônos eram numerosos e harmoniosos, e a guerra que os separava dos missionários não se acentuava nunca, não obstante a preferência confiante aos escravos negros, por causa de sua robustez, de sua diligência e de sua docilidade, comparadas com as dos índios, menos vigorosos, para um trabalho continuado, indolentes e insubmissos.

Esses últimos não tinham por si senão o número e a vantagem de estarem ao alcance da mão. Os africanos estavam muito mais caro, porque era preciso contar com os custos do vergonhoso tráfico dos negociantes da costa d'Africa, com seus fornecedores, regulos ou mercadores, com os riscos das viagens marítimas e a enorme mortalidade dos desgraciados transportados, vítimas de epidemias, dizimados pelas surtidas e pelas crises de nostalgia.

Uma vez desembarcados e vendidos, na maior parte dos casos, os negros se sentiam mais infelizes que no seu meio primitivo. A condição dos escravos no Brasil era infinitamente mais tolerável que em quase todos os outros países em que a instituição da escravidão existiu. O desprezo da regra é ali, por assim dizer, nulo, e a crueldade não é ali tão fortemente praticada como ação pública, exerce-se antes como violência social.

A importação dos escravos da Africa começou a prosperar naturalmente, no Brasil, no ponto onde o comércio e a cultura eram melhor garantidos e onde a indústria agrícola se estabeleceu em primeiro lugar. Quêto indizar Pernambuco. Ao tempo em que dois pontos de novo pagão do Brasil meridional se uniram, como nós o vimos por laços morais. Pernambuco, ao norte, conduziu-se como um centro ativo de civilização. Sua situação geográfica, mais próxima da Europa e o meio caminho do Bahia, em relação aos territórios banhados pelo Amazo-

nas e seus afluentes, que deviam assinalar mais tarde o limite setentrional do domínio americano de Portugal. Ihe teria por si mesma atribuído o destino que lhe garantia de um outro lado as extensas terras únicas de sua fundação. Assim entre as primeiras das capitulções autónomas do Brasil, Pernambuco ficou-se o prosperou. A fortuna sorriu ao seu donatário, o enérgico e austero Duarte Coelho, que, sem sofrer naufrágio nem afogar-se na hostilidade de indivíduos sem sara nem boira, empregados como donatários menos escrupulosos, pôde executar seu plano de colonização.

No plano entrava a fixação de pessoas da nobreza, mediante vastas concessões de terras e estabelecimento de engenhos de açúcar, semelhantes aos que se haviam montado na Madeira, num clima que não era mais favorável à cultura tropical de cana. O caráter aristocrático de Pernambuco, que foi muito acusado, pelo menos enquanto subsistiu a escravidão um que se baseava sua exploração agrícola, e a indústria do açúcar, muito considerável, que constituía ainda hoje seu principal recurso, são os resultados vivos do êxito desse caso particular de uma tentativa genêr, mas deslocada e antiquada, de governo feudal.

As prerrogativas ligadas aos feudos eram das mais amplas: a corôa havia feito o que pudera para induzir os donatários a não deixarem seus domínios despojos. Podiam distribuir concessões de terras — as sesmarias — fundar cidades, prove-las de ofícios de justiça e then outorgar privilégios municipais, nomear funcionários administrativos, magistrados e autoridades militares; no campo podiam mesmo reduzir os indios pagãos à servidão, e vender um certo número deles como escravos para o mercado de Lisboa. A jurisdição criminal dos donatários marchava sem apelo até a condenação à morte da gente do povo (pedes), dos escravos e dos índios. Che-

gava até à deportação por dez anos e a multas até cem cruzados, aplicadas às pessoas de qualidade (fidalgos). Tudo naturalmente de acordo com as ordenações reais que Dom Manuel mandara reunir — a expressão codificadora seria *lex regia* — e das quais Filipe II cedeu em 1562 que se fizesse uma nova redação: as Ordenações Filipinas, cujo espírito não está ainda extinto sob a legislação moderna e as recentes constituições.

Nenhum donatário podia ser suspenso de seus direitos na fulgada, antes de haver sido ouvido pelo rei, que se compromettia também a nunca enviar para as capitulções autoridades judiciárias munidas de poderes, e a não empachar para eles ainda empregados das finanças, encarregados de arrecadar os impostos devidos à corôa. Es- ses impostos compreendiam, allora os direitos de alfândega, de que os colonos estavam isentos nas capitulções feudais, mas não em labores dos quintos dos metais e das pedras preciosas e do dízimo, de todas as produções, devido à Igreja. Depois contribuições cabia ainda aos donatários respectivamente, um décimo do quinto e 1/10 do 1/10 selectos. O pau Brasil e as especiarias eram os únicos monopólios da corôa, que, como se vê, cedia a maior parte de seus direitos sobornos, limitando-se a uma espécie de proceitudo, que levou nosso historiador Varnhagen — ellas pacíficas pesquisas em numerosos arquivos de Europa e da América permitiam estabelecer nossos annos sobre dados certos — a escrever que a independência do Brasil foi reconhecida, mesmo antes da sua colonização.

Muito tempo não deveria decorrer, vos já o sabeis, antes da importância crescente da colônia, a urgência de sua defesa, e o desastre da administração da quase totalidade das capitulções e os abusos de que a espécie que daí resultaram, conduziram a metrópole a voltar atrás de seu plano primitivo, e a fazer com que o primeiro governador geral se acompanhasse de um auditor, que deveria occupar-se da justiça, e de um vedor da fazenda, des-

mação à fiscalização das alfândegas e dos impostos, isto é, encarregado dos interesses do tesouro.

Duarte Coelho, que, antes de illustrar-se no Brasil, ganhara reputação de subterfugio e valentia na Asia, teve uma descendência que o honrou. Seus dois filhos acompanharam o rei Dom Sebastião por ocasião da imprudente e nefasta expedição da África. E o mais moço inspirou, pelo seu valor e seus reveses, o primeiro poema brasileiro: *Euzebiopeia*, de Bento Teixeira Pinho, cujo mérito épico é mesquinho ao lado d'Os Lusíadas, mas é, todavia, notável como o primeiro jôco de uma fonte poética, que está longe de secar e, ao contrário, se revela por um borbulhar continuo.

Foi a um sobrinho de Duarte Coelho — filho de seu cunhado, o qual se encarregara de pôr os Pernambuco de filhos naturais e, quando a regente Catarina d'Austria mandou que o cêsarado, de que tivera noticia, cessasse, casou-se e proseguiu na sua obra de povoamento por meio de numerosos filhos legítimos — foi, repito, o Jerônimo de Albuquerque que coube a honra de retomar o Maranhão aos francezes, que ali já haviam fundado a cidade de São Luís — nome bem francês e que era do então rei da França, Luis XIII.

A missão, fundada ao mesmo tempo, pelos capuchinhos, ou "intrusos" — nome que os portuguezes não podiam deixar de lhes dar — nos legou longos e excellentes relatos sobre os acontecimentos e sobre o país, escritos pelos padres Claude d'Abbeville, Yves d'Yvieux e Arsène de Paris. Houve ainda, um século mais tarde, um religioso da mesma congregação, o padre Martin de Nantes, que deixou a lembrança e a narração de uma missão entre os indios Caribis do interior do Pernambuco. Mas esta era uma andorinha solitária, um estranheiro cujo espirito de pátria era inteiramente desprovido de tendência aggressiva. Sem predecessores nos surtos, ao contrário, como os alvitreiros morais de uma ab-

sejta, capaz de fazer da França Equinocial uma realidade, o que foi impedido unicamente pela expedição que se organizou e partiu de Pernambuco.

Este episódio histórico foi assimulado por uma tróica de preliminares cavaleirescos, que não é preciso recordar, pois não abundam, mortemente em regiões longínquas onde reinava o barbárie. O commandante portuguez, ao nome do qual — Albuquerque — o commandante inimigo rendia, numa carta, umas tocas de homenagem, mandara emceeder sepulturas fôrradas aos mortos francezes. O Sr. de La Ravardière, de seu lado, enviou seu cirurgião para cuidar de preferênça dos feridos portuguezes, pois, como havia de sacraver este mesmo cirurgião, de *laissez* "a França não deixará nunca de ser corteza".

Mis em seguida, na linguagem e segundo a narração de Claude d'Abbeville, como os estandartes da França haviam sido implantados no Maranhão:

"Os tentores e os trancheiros serviam à frente, seguidos dos sobreditos seis indios, revestidos de casacaõs azuis, acastilhados por cruces brancas, na frente, e atrás, levando nos pebros o sobredito estandarte da França. Os senhores de Rasilly e de La Ravardière marchavam apõs. Segurando, cada qual, doles, as pontas e extremidades do morro, e eram acompanhados de todos os gentis-homens francezes de nossa equipagem. Seguia se entõ uma grande multidão de indios, que haviam acorrido de todas as aldeias vizinhas. Assim foi a marcha triunfante, desde a habitação dos ditos lugares-tenentes até ao pé da Cruz, onde foi implantado o sobredito estandarte. Depois da exortação feita pelo Reverendo Padre Yves, o senhor de La Ravardière, dirigindo a palavra aos francezes, lhes fez este pequeno discurso:

"Meus senhores, vedes como os próprios indios implantam o estandarte da França, concedendo a posse da terra ao Rei; e todos fazem protesto de viver e morrer tunuso, como verdadeiros alditos e fideis servidores do

sua Magestade. Afirma o senhor de Basilly, que deve passar uns desses dias para a França e de cujo fim os senhores não podemos duvidar. Vai dar a entender a sua Magestade e a toda Branca a importância deste feito: e supplicam-lhe muito humildemente em nome de todos que haja por bem nos ajudar, na volta do mesmo senhor de Basilly, o auxilio necessário para o perfeito estabelecimento desta nova colônia. Supplico e exorto, a todas as pessoas de bem e de coragem deste condeado, que me auxiliem, durante o tempo da ausência do senhor de Basilly, a mantê-la. Por mim, dar-me-ei por feliz se morrer no exercício da justa e honrosa defesa desta colônia."

Após uma brevíssima pausa aos índios, à qual estes responderam, o estandarte foi implantado. E o padre Claude d'Abbeville continuou:

"Num instante os índios implantaram o Estandarte com as armas da França. E enquanto isto, ouviam os toques das trombetas e os rufos dos tambores, disparem-se muitos tiros de canhão e de mosquete, em sinal de alegria e júbilo, com grande contentamento dos franceses e de todos os índios.

"E, para que ninguém se espante desse feito, direi, de passagem, que a primeira coisa que os antigos Romanos tinham por hábito fazer em suas conquistas era, entrando em alguma terra, ou em alguma cidade recentemente conquistada, implantar imediatamente seus Estandartes em meio da praça e no lugar mais eminente, para assim dar a entender que eram a serem de então em diante os soberanos senhores e possuidores da mesma.

"Quantas nações outras há que têm observado o mesmo? E para se distinguirem, umas de outras, elas tiveram sempre o cuidado de pintar suas armas, ou alguma divisa particular, em seus estandartes. Por isso é que se vêem a Águia e o Minotauro na insígnia dos Romanos, e Fortes de Setebrama na dos Assírios, três Cabeças na dos Babilônios, para mostrar que elle pretendia sujeitar as três partes do universo."

III

A FRANÇA Equinocial não teve, apesar de tudo, senão uma duração muito curta.

Os portugueses tinham chegado, no começo do século XVII, a conquistar a colônia do Brasil, como um território verdadeiramente ilimitado, que cresceu todos os dias graças às explorações e às viagens, e cuja extensão parecia não ter outros limites senão os do continente. Seus antigos rivais na terra haviam sido antes os espanhóis, mas agora, desde que havia um soberano comum às duas metrópoles, desde que havia um soberano comum às duas metrópoles. Os estritos entre autoridades e mesmo entre aventureiros se viam, por consequência, abrandados. Os guerreiros espanhóis, que as barras de prata tornavam mais cobiçados, achavam abrigo e auxilio, quando necessitavam, nos numerosos portos da costa brasileira. Os exploradores, de uma outra nacionalidade, se moviam facilmente pelo interior, seguindo os rios e escalando as montanhas, sem se preocuparem com a linha de Torde-sillas nem com as convenções ultteriores. Na verdade, o sol não se punha nos domínios dos Filipinos, e por isso a parte cercada com sua auréola de fogo e emblema do poder espanhol.

E entretanto o Brasil se tornou tão pouco espanhol quanto Portugal. Se a independência cessou para a metrópoli, de quatro séculos, de João I e de Manuel o Venturoso, a autonomia de isto — era-o igualmente

de direito, conferir os compromissos castelhanos — ao brevíssimo e eu penso mesmo que além-las as distâncias foram melhor guardadas e as posições melhor defendidas. E' que, apesar da ideia de uma separação entre a metrópole e a colônia ser ainda necessariamente estranha a todos os cálculos que os destinos portugueses eram idênticos aos destinos brasileiros. Da mesma maneira que os movimentos políticos brasileiros não podiam ser senão legítimos aos movimentos políticos portugueses, existia já um elemento que não podia senão crescer com o crescer das terras, e que dava maior importância à nossa sociedade um aspecto particular, que outras circunstâncias — a mistura das raças principalmente — lhe tinham desde então absolutamente garantido.

Vimos que Gabriel Soares, o plantador de cana da Bahia, recorresse com emoção da terra onde nasceu e onde esperava sempre enriquecer, imediatamente após ele, um autor anônimo, desde que não se pode dizer com certeza que tenha sido o poeta da Província, orgulhava-se bastante de seu país, onde não tinha prole, vestindo noventa, mas onde houvera vivido, isto é, onde havia sofrido, gozado e amado, para escrever um trabalho descritivo como o houvera feito Gabriel Soares, mas onde se denunciava uma certa pretensão literária. O autor batizou-o com o título de *Diálogo das Grandezas do Brasil*.

Nota bem este substantivo. O autor não emprega mais o vocábulo *Brasil*. Sobre prima na escola lexicográfica, e escolhe um outro termo que talvez, em nenhuma dúvida, toda sua confiança no futuro da colônia tão imperfeitamente conhecida ainda, mas que se revelava cada vez mais, em toda nobreza de sua natureza virgem, e que podia já inspirar tais paixões.

Os interlocutores desse *Diálogo*, cuja data é de cerca de 1574, são em número de dois: um veterano da colonização e um desembarcado recentemente. Este úl-

timo personagem, um pouco simplório, como convém, naturalmente credulo, proclamando a superioridade de todas as tribunas que tinha ouvido, nutrido a respeito da colônia os preconceitos e os desdenhos das pessoas mais cultivadas da metrópole, que desprezavam tudo de lá, excepto os proveitos, o segundo, experimentado nos negócios, tendo levado uma vida trabalhosa por todos os portos e mesmo um pouco pelas florestas, amador pelo requintado de palatáveis, mas acreditando profundamente na fortuna de uma terra tão admiravelmente bem e guardada em seus lábios o aspero sabor dos amores selvagens.

Se não fosse o tom familiar e de credulidade, poderia-se perguntar se esses *Diálogos* não teriam sido redigidos dois séculos mais tarde, quando as susceptibilidades entre brasileiros e portugueses, se encontravam já o ponto de se mudar em animosidade, fazendo com que se passasse uma ruptura iminente, que, ajuntando-se, se justificava plenamente. Abundava mesmo bastante no século XIX dessa forma honraria dialogada, para apresentar argumentos condenar os mesmos e confundir muitos plausíveis. Foi exatamente o que pôs em prática aquele que tão cedo se exortou em pronunciar o elogio da Brazil, mostrando suas vantagens e a falta de boa fé de seus detractores.

Os franceses não haviam occupado — e mesmo sem nenhuma sorte — senão pontos desertos do território brasileiro. Quando emprega o vocábulo "deserto", não hesitou referir-se então à população portuguesa, porque os índios vegetavam, se bem que em número relativamente restrito, em toda a costa. Os franceses acabaram mesmo por abandonar um negócio ilícito, como o do pau Brasil, que declinava por causa da devastação das florestas próximas da praia, e do emprego de outras substâncias corantes, e que findou por lhes criar mais prejuizos que ganhos.

O comércio propriamente legítimo lhes foi aliás fechado desde a União Ibérica, pois as organizações foram nortear pelas possessões portuguesas os princípios de exclusivismo nacional; absoluto que pertencia antes ao governo em Madrid que ao de Lisboa, porque, durante o século XVI, os estrangeiros eram tolerados nas praças e vilas brasileiras, naturalmente sem gozar dos favores conferidos aos comerciantes da metrópole. Foi sob este regime, de relativa franquia, que os Schels, de Anvers, — grande casa de negócio que rivalizava com a dos Fugger, os banqueiros alemães de Carlos V, para a extensão e a variedade dos negócios — possuíam em São-Vicente, portanto em São Paulo, plantações e um engenho de açúcar.

O maior perigo da conquista francesa havia pois desaparecido desde a primeira metade do século XVI. Quanto aos ingleses — a excepção de alguns estabelecimentos fundados por eles durante a primeira metade do século XVII, na Guiana brasileira (isto é na região norte do Amazonas que confina com a Guiana francesa), de que o último, de Caiena, caiu nas mãos dos portugueses em 1682 — não se registam nítidos, senão individualmente, como honestos corsários. Foi o caso de Courandish, que em 1591 esqueceu Santos, e de James Lancaster, que em 1638 desembarcou no Recife, no porto de Olinda, além de pilhar os armazéns cheios de caixas de açúcar que deviam ser expedidas para a Europa, o de guardar vários generosos e outros artigos de luxo, que chegavam da Europa, para deleite dos apetites suntuários dos novos-ricos de Pernambuco que eram: ou os segundos filhos de boas famílias, que vinham a conquistar o patrimônio que a lei de primogenitura lhes arrebatava em Portugal, ou a gentília que a pobreza expelia das ruas de Lisboa, onde formigavam mais mendigos miseráveis e cobertos de bicharia, do que gentileza elegante, perfumadas com a mistura e fascantes de pedrarias.

A devastação, que minava a saúde, e o furoto que deixava a praça, haviam sido os grandes vícios da Índia, *aquelles* que os historiadores imbuídos de Tâcilo, tais João de Barros e Diogo do Couto, invectivaram e infamaram como causas do envilecimento da coroa e da paciência e resistência, entre os primeiros conquistadores. As delícias de Cápuia são de uma generalidade geográfica completa e de uma perfeita continuidade cronológica. Mas deve-se notar que no Brasil, onde o viajante italiano Filippo Sassotti observava, no fim do século XVI, a tendência para o luxo, de que dão fé os relatos anuais das missões, e que o Tratado Descritivo de Gabriel Soares põe em destaque, a luta pela existência era demasiadamente intensa, para que o efeito desse género de vida pudesse se exercer da mesma maneira sobre os colonos.

Antes de tudo, a população indígena não era ali civilizada, como na Ásia. Tinha-se tornando esquiva e hostil, ou então era preciso disputar-lhe aos padres da Companhia, que surgiam por toda a parte, para o efeito de proteger os indígenas e reuni-los em missões. A que os negros livres de escravos não hesitavam em atacar feroz, bem decididos a degolar delles rebanhos humanos que deviam ser subjugados. Depois, a riqueza não estava, como no Oriente, ao alcance da mão, nem como mais tarde, no próprio Brasil, a flor da terra. Esta, durante pouco de dois séculos, oculta e silenciosamente seus tesouros, não permitia aos novos senhores do solo estabelecerem suas posse sobre alicerces mais sólidos e por meio de laços mais íntimos. A agricultura fez a fortuna do Brasil, antes das minas lhe terem dado brilho ao renome.

A reputação do país era entretanto de natureza capaz de atrair para elle as vistas dos holandeses, quando esses súditos da Espanha, revoltados a princípio contra Roma e, em seguida, contra Sua Magestade Católica, se sentiram capazes de transpor o conflito para longe de seus portões, tomando como arena a impetuosidade dos

ocaso. Cedo, compreendeu-se, na Bolsa de Amsterdam, tanto quanto nos Estados gerais de Haia, que, para terem uma independência ostível, não deviam os holandeses se limitar a salvar seus lares. Era necessário atingir o inimigo mais profundamente, privá-lo das próprias fontes que lhe forneciam os meios de manter a longa guerra, em que regimentos castelhanos, flamengos, milaneses e rapoltanços se arrojaram à pútrida, em obediência ora ao duque d'Alba, ora ao marquês de Spínola. Dir-se-ia que, por meio dessa confusão militar, o monarca do Escorial contava na verdade fornecer a imagem da universalidade da Igreja, ao fogo da qual purificava sua ambição temporal.

Os holandeses dando à sua luta política e religiosa o caráter marítimo, que a estendeu e lhe impôs a conclusão, faziam um excelente trabalho, desde que osse, ausentiam por entender a necessidade de garantir uma base territorial para o seu nascente tráfico de ultramar, e por consequência, por se inserir entre as nações possuidoras de colônias. Fabricariam, ainda mais, uma jurisprudência nova, de caráter internacional, desde o momento que opuzessem praticamente a doutrina do mare liberum, subversiva do direito das gentes, à doutrina peninsular do mare clausum, que o professor português da universidade espanhola de Valadoli, Seraphim de Freitas, pregou num tratado que é a parêntese ou antes o contraste do tratado, incomparavelmente mais famoso, de Grotius.

Os navios holandeses tomaram, muito naturalmente, o caminho da América, a fim de exercitarem-se na arte de aprisionamento das galéses espanholas e das naus portuguesas que de lá voltavam pechadas de riquezas. O nome de Piet Heyn, que chegou a apoderar-se da fardas "frota de prata" — colmado anqui das minas da Nova-Espanha e do Perú — ainda é popular nos Países-Baixos, onde as canções populares persistem em evocar sua per-

na de pou. ao mesmo tempo que seu fructifero feito. Mas as primeiras pretensões da Companhia das Índias Ocidentais, que comunistas empreendedores e hábeis organizaram pelo modelo das Índias Orientais — e a qual a precedeu, da mesma maneira por que a Índia precedeu, como objetivo, outra qualquer sobje — se fixaram no Brasil.

Primeiramente, era a região marítima afastada de suas bases de operações. Depois disso, as informações chegam aos centros israelitas de Amsterdam, emanando de judeus portugueses, que os assassinos de Lisboa tinham impellido para o Brasil, que ali não se julgavam absolutamente em segurança, visto que a Inquisição poderia seguir-os uolú, assim como os havia seguido em Goa, cercavam a terra como sendo das mais férteis e das mais resguardadas. O Sr. João Ribeiro, o mais filósofo de nossos historiadores contemporâneos, que não despreza as curiosas coincidências, supõe que o romboamento dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* não devia ter coisa estranha aos projetos holandeses. O fato é que o manuscrito dessa obra, que ficou inédito até nossos dias, e que tratava especialmente das Capitãncias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá — as quais vieram a ser exactamente o núcleo do Brasil Holandês — estava bem guardado ou, melhor, esquecido, em Leyde.

Não é admirável que um trabalho tão sugestivo e tão próprio para despertar as ambições sempre maiores a este respeito, não tenha absolutamente sido publicado. Portugal e a Espanha fazem grande mistério de tudo que se referia às suas colônias. O rei João II que, após o infante Henrique o Navegador, tomou a peito favorecer a expansão portuguesa para a África, proibia, sob penas severas, aos seus pilotos desmentir a opinião corrente sobre a enorme dificuldade das viagens costeiras ao longo da costa do continente negro. Ao tempo de Dom Manuel e de Carlos V, os cosmógrafos das duas nações

rivals se sentiam, e cada instante, suspeições de traição, e, na realidade, elles sabiam conduzir seu commercio de dados ou informações geográficas.

Ninguém se deve surpreender de que o relatório politico, administrativo e social, que era o complemento científico dos irmãos Ulloa, célebres sábios espanhóis, não tivesse sido impresso em Londres, sob o título de *Noticias Secretas da América*, senão depois que o império colonial tivesse dado lugar às repúblicas independentes. Ficou naquelle relatório uma grande quantidade de informações, que convinham à soberania, para não dizer à honra, da Espanha, ser mantidas em segredo. Porém, o que é mais digno de acreditar-se, é que um livro puramente descritivo e económico, intitulado *Opulência e Recursos do Brasil*, escrito no século XVII por um Jesuíta italiano, Andréoni, sob o pseudónimo de Antoni, seja hoje confiscado e destruído por ordem do governo de Lisboa, e tivesse de esperar o ano de 1839, para aparecer em uma nova edição.

As duas obras acima mencionadas, *Diálogos das Grandezas* e *Tratado da Opulência* são de mesma espécie: o que uma representa para o primeiro século da colonização, vale pelo que representa outra para os primeiros duzentos e cinquenta annos. Pela leitura das duas, percebe-se bem a riqueza real do país, e advinhavam-se todas as suas riquezas latentes. Ficou uma pessoa maravilhada, e dêsse então facto para a inveja, para o desejo de posse, a distância a vencer não era grande, para povos que andavam à busca de expansão. Atrebos os livros forneciam promettoras sobre os projectos que se podiam autorizar da terra, assim como especificavam seus recursos, como se se tratasse de levantar empréstitos ou de atrair emigrantes, e sabe Deus que o Portugal de então não queria nem um nem outros. Queria basta-se, ou antes, desejava que o Brasil lhe bastasse, sobretudo depois que o Oriente começava a escorpar-lhe. O livro *Diálogos* das

grandezas, nas mãos dos holandeses, valia por um inquérito, achado pronto, e feito para estimular-lhes o appetite para os "manjigos do mar", segundo elles próprios se achavam com fustigação.

O manuscrito havia de ter sido provavelmente levado da Bahia, onde em 1624 os holandeses se apresentaram, dispostos de bastante força para se apoderarem da cidade de São Salvador, e pela se estabelecerem como senhores tirannicos. Dispersados depois da capitulação, ou tendo mesmo fugido para o interior do país, antes d'esse acontecimento, os habitantes da cidade volveram atrás e, guiados pelo bispo — que encontrou na ocasião ter mais espirito guerreiro que os chefes militares, e pagou com a vida um efflujo tão estranho ao seu cargo — cercaram, a seu turno, o inimigo por terra. A occupação estrangeira não cessou, contudo, senão um ano depois, quando a grande frota hispano-portuguesa do commando de Dom Fradique de Toledo ancorou na baía ou vasta enseada da Bahia. Se a maior das armadas houvera sido derrotada pelos elementos, huez que pelos adversários, a Espanha era ainda a mesma, capaz de organizar importantes armadas, afim de reconquistar os territórios perdidos.

Esses acontecimentos tiveram em seu tempo grande ruido na Europa. Existiu muitas narrações, nas principaes linguas, em portuguez, espanhol, italiano e alemão — da tomada e retomada da Bahia. E eu possuo mesmo em minha coleção uma folha solta, espécie de suplemento de jornal, tal como se publicos hoje — que fornece ao público francez, com estampas, um breve e succinto relato dos fatos pertinentes, cujo equivalente em nossos dias, pelo que diz respeito ao interesse, poder-se-ia achar, por exemplo, no embargo que os americanos opuseram contra as pilpinas. Allora os trabalhos brasileiros e holandeses, uma narração minuciosa e fiel sobre aquelles acontecimentos foi recentemente es-

erita pelo Reverendo Edmundo, e se acha publicada na Revista da Sociedade Histórica de Londres.

São Salvador, que negava a ser a cidade de extensões fértil e férta, fecunda e fecundosa do século XVIII brasileiro, onde o Coqueiro do viver era tão grande quanto o piveteiro da vida, tornou-se, durante algum tempo, um ponto de encontro cosmopolita de primeira ordem: uma verdadeira Babel europeia, onde calvinistas da Zelândia, historiadores do Império português, espanhóis de todas as províncias, flamenços e holandeses, soldados italianos da Espanha, aventureiros poloneses, se achavam, e disputavam entre si, se embriagavam do soco do seu marmotacão por amor das negras. O Diabo não podia mais queixar-se de ser pouco conhecido.

Afinal expulsos do Brasil os holandeses não cessaram de cruzar pelas nossas paragens, nem abdicar e capturar embarcações espanholas e portuguesas, matando as equipagens e se apoderando dos carregamentos. Isso, não obstante, não lhes bastava, e em 1711 começaram a fazer expedições para a conquista territorial de Pernambuco, que era então a capitania litorânea que continuava a subsistir, tão mal preparada para a defesa quanto outrora, e experimentando mais e mais outras as inconveniências de uma administração exercida remotamente à distância.

O irmão do donatário, Mathias de Albuquerque, que se tornou mais tarde marquês de Alegrete e se illustrou durante a guerra da independência de Portugal, como o vencedor de Montijo, exercia as funções de lugartenente governador, e após no ataque à nobreza uma resistência obstinada. O solo do fundo de sua família foi disputado pouco a pouco. Após o saque de Olinda, a capital fundada por Duarte Coelho entre risca e alta altitude, e que não recolheu mais quase seu esplendor de outrora, veio o saque de Recife, o porto tão grandiloquentemente descrito na Proseopéia, e onde os assaltantes deve-

ram acchar por entrincheirar-se, enquanto os portugueses ergueram o celebre acampamento de Bom Jesus.

A luta tomava assim uma certa tréppa, antes de se acabar mais fúgera. A fortuna dos armas carregava vinda e trazendo a servir os holandeses, depois que um milite muito inteligente e muito astuto, de nome Calabar, acabou por abandonar os portugueses. O nome de Calabar fora, aliás, popular na nossa história, como sinónimo de traidor, e seduziu o talento de romancistas e de autores dramáticos. Fugindo ao castigo, que devia merecer por traição, de cuja culpa havia sido acusado e denunciado, o traidor serviu complacientemente de explorador, de guia e instructor para o inimigo, até que, entregue por este, na torrada de Santo Calvo, sacrificou-se ao enforcado.

Douber-vos-ei agora os incidentes de uma guerra bastante prolongada, que foi, excoentamente narrada pelo nosso historiador Verhagen, visconde de Pórt-Seguro, — cujo nome é conhecido dos eruditos franceses, subornado por causa de sua polémica com d'Avezac e de suas discursões em defesa das quatro vingens de Américo Vesputio. Foi também narrada pelo general holandês Netscher, cujo obra foi recitada em francês. Sem falar de contribuições mais recentes e melhor documentadas, colhidas dos arquivos da Companhia das Índias Orientais e do dos Estados Gerais. Sem falar ainda de magníficas infolios contemporâneos das factos, como a crônica de Barbéus e o poema panegirico de Plante, os quais são soberbos documentos do perfeitismo da arte tipográfica nos Países-Baixos, na época dos Elzetta e dos Plantin-Moreux. Mais minuciosas nos levariam demasiado longe, e seriam aliás supérfluas numa visão do conjunto do desenvolvimento histórico do Brasil, tal como a que me esforço por vos apresentar em algumas conferências, — espécie de filmes cinematográficos, diria eu, se não lhes fizesse positivamente o movimento, que

obtendo a grande arte das poderias das repellido a vida.

Os holandeses tiveram como seu melhor capitão, no primeiro período da occupação de parte do territorio brasileiro, um offizal da idade, de origem polonesa, de nome Artaszewski, esperto, cauteloso, não em grossa tática, e cuja coragem e habilidade souberam tirar o melhor partido das numerosas forças que lhe vinham da Europa. Do lado dos portuguezes, muito ao contrario, os socorros terrestres foram nulos ou pelo menos insignificantes, enquanto os recursos locais, em homens e em munições, rapidamente se esgotavam.

A Espanha tinha naquele momento como rei a Filipe IV, cujo favorito e todo-poderoso ministro, o conde-duque d'Olivares dominado pelo ideal de centralização politica que Filipe II tinha exercido de facto, em matéria administrativa, se occupava, principalmente, pela acção, pelo gémio talvez, de sua natureza investigadora e intriguante, de reduzir os privilegios municipais e de abolir os fueros provinciaes. O Brasil era ainda mais uma colónia portugueza, e não uma colónia espanhola, e, por consequente a assistência que se lhe devia em Madrid não era senão secundaria. A metrópole tinha muitas possessões, que lhe pertenciam propriamente, a vigiar e zelar, e era-lhe preciso primeiramente por sua casa em ordem.

Não se desprezavam, todavia as expedições navais, de que a Esquadra foi sempre um dos recursos de real decadência de sua aparente grandezza, mas que em geral saltaram grandiosamente. Do São Sebastião, poder-se substituir a estatura do almirante Oquendo, que, por exemplo, derrotou seu adversario, Almirante Pater. Pouco tempo depois disso, em 1540, a esquadra do conde da Torre que não podia ser mais imponente, a muita bella constituição do estéril maritimo hispano-portuguez, era destruida ou dispersa, após um combate de quatro dias, do qual os quadros de Franz Post, reproduzidos na crô-

nica de Striack — *Beeren per octennium in Brasilia gestarum* — fixaram os aspectos e os principais episodios.

Tal o apogeu de poder holandês na America do Sul, que chegou por um instante eclipsar o dominio portuguez. O descomprovemento se manifestou principalmente entre os nacionaes, desde que a Companhia das Indias Occidentaes, uma de suas hupierias nascidas e subfesta das lucros que elle lhe começava a dar, coexistiu o governo do Brasil Holandês a um principe da casa de Orange, João Maurício de Nassau-Siegen, um humanista na pelle de um condottiere, bella figura de gentilhomem perulário e de chefe magnânimo, que deixou um nome paiz uma revolução, não muito viva talvez, antes tardária, mas por isso imperitvel, de teulidade, de honra e de generosidade.

Maurício de Nassau desembarcou em Pernambuco disposto a ali reinar como soberano, a viver como um epicurista e a gastar como um prodigo. Não era propriamente o ideal da Companhia de commercio, mas era o seu. E o norte que elle tinha, o valor que representava, nunciavam bem que se furchavam os olhos em Amsterdam, pouco menos durante o período das viagens ardidas, sobre as pretensões que foram de muito o agrado de sua pretensão, se bem que as conclusões qualidades mais solidas, de militar e de administrador.

Sob sua consultado a occupação holandesa se estendeu para o norte até englobar o Maranhão, isto é, até chegar quasi a Amazonia, e não se deteve pela parte do sul senão no rio São Francisco, colindado assim mais de um terço, talvez a metade, do Brasil então conhecido. Acabamos de ver que a potencia maritima da península ibérica recebeu da parte de Maurício de Nassau o mais severo revés que ela experimentou após a perda da invencível Armada. Se o assalto da Bahia foi repellido — serviu para sempre memorável do populano Banguela, e que resgata o primeiro imbecis de dege honra do genero — as colónias africanas, em face do Brasil,

Minas, São Paulo, Angola, isto é, uma boa parte da África Ocidental, onde Portugal se absteve de escravos negros, que enviava para os países vizinhos, sobretudo submetidos à autoridade holandesa.

A Companhia das Índias Ocidentais, que, em 1630, não possuía uma polegada de terra, era, dois anos depois, senhora de um império. De Pernambuco, a este então domínio verdadeiramente real, do Recife, batizado de "Mauritstad", a autoridade do potentado-gerenciador tratava entretanto com um brilho que fazia os mercadores piscarem os olhos. — Os negociadores que se haviam dado ao luxo de ter um semelhante *statouder* colonial, sem chegarem a fazer dele um primeiro calvário. E cedo começaram a fazer olhares inquietos sobre o laral de tantas vitórias e, pior ainda, sobre o detentor de tanta sabedoria, de magnificência e atrativos simpáticos. O empregado era com efeito tão superior aos seus patrões, quanto a era em relação ao reino para o qual houvera sido mandado, e que lhe permitia elevar a altura de sua inteligência notável e de seu espírito liberal.

Maurício não se contentou de conduzir de seu país tropas e armas. Como soberano esclarecido, reuniu o resto de um grupo de escritores de vários e de várias tendências. Os escritores deram-se ao prazer naturalmente de lhe entregar louvores. Era o que tinham de melhor e fazer, desde o momento que o Maurício se encarregava de lhes fornecer o assunto, aplicando-se ele próprio, a fazer a história.

Os sábios estudaram com ardor e com competência — eles eram, entre outros, Piso, médico holandês, e Markgraf, naturalista alemão — o clima, a fauna, a flora, tantas novidades para a Europa. E os seus dois autores que é devido a História Natural do Brasil, de que existem duas edições raras: é considerada não somente como uma obra clássica, mas como um livro

fundamental o tronco que deu nascimento aos ramos, depois esboçados de Sellow, de Flores e de Iratós, da árvore da literatura científica do Brasil. O volume não contém entretanto senão uma parte dos trabalhos de Markgraf, cujas obras, na sua maior parte, são consideradas como perdidas.

Os fundamentos meteorológicos, as observações astronômicas, entre as quais as relativas ao eclipse de 1643. — para as quais ele se serviu do Observatório original por Nassau — os estudos de geografia matemática, os trabalhos de geodésia destinados ao estabelecimento dos primeiros cartas terrestres da região, a zoologia local, os costumes dos indígenas, os hábitos dos animais estranhos à antiga zoologia e as características das plantas desconhecidas para a antiga botânica — foram os numerosos temas, os mais interessantes, de que trataram os dois homens de ciência. Um deles, Magré, vítima das febres, sucumbiu à tarefa, ainda jovem, em Angola (África Ocidental), para onde se havia transportado, afim de continuar suas pesquisas científicas. Mas outro, Piso, lhe sobreviveu e pôde levar a bom termo a publicação da obra comum, ainda que a parte de cada qual delas fosse distinta. Deveria suceder exatamente o mesmo, obra de dois sábios mais tarde, nos dois sábios bávaros, Spix e Martius, exploradores de uma parte muito grande do Brasil, estudiosos de suas línguas indígenas, tanto quanto de suas condições climáticas, das singularidades de sua vida animal, tanto quanto de suas maravilhas vegetais e de suas riquezas minerais. Spix faleceu ao regressar à sua pátria, abatido de fadiga. Mas Martius viveu, felizmente, bastante tempo, para pôr em ordem a obra colossal da Flora Brasileira, que é um dos monumentos intelectuais de nossa idade.

Quanto aos pintores, que faziam parte do séquito de Maurício de Nassau, forneceram os primeiros do-

cumentos artísticos do país, reproduzidos com a exacta fidelidade, vêm com a amplitude de execuções que a escola holandesa da época possuía em tão alto grau, os exemplares das regras de Indias, os animais e as plantas indígenas, que o naturalista e o filósofo europeu satisfazem com tão legítima curiosidade. Um dos castelos reais da Dinamarca e a Biblioteca Real de Berlim conservam a melhor parte desse legado artístico, vendido, naturalmente em um momento de dificuldade, ao elector de Brandeburgo. O restante, de que desgrazadamente se perderam os traços, foi vendido ao vossa rei Luís XIV, que — ouso o atestar os documentos da época — o viu em grande admiração, acompanhado de sua corte.

Depois de voltar para a Europa, Maurício de Nassau conheceu altos e baixos da vida. Os altos não podiam deixar de ser passageiros, sendo dada sua natureza esbanjadora, que, em Rotterdam, se mudou em duas residências, um palácio na cidade e uma casa de campo, onde se viam jardins magníficos, com coleção de animais raros, aviários, vivários de peixes. E promovia torneos e outras festas, em que se aliam a exuberância da kermesse flamenga e o pitoresco do exotismo de ultra-mal. O palácio em que se acha hoje instalado o museu de pintura de Haia — o Mauritshuis — foi mandado construir por Maurício de Nassau, durante seu governo do Brasil, e para sua morada futura. E para não faltar fim, ele mandou transportar as melhores madeiras de construção, escolhidas nas nossas florestas, particularmente ricas de árvores preciosas.

As más linguas — em todo o tempo as houve — aliamaram esse palácio de "Casa do açúcar", o que era uma maneira maliciosa de indicar a origem dos proventos que lhe haviam servido para aquela construção. Mas era o governador, mediante contrato, pago e interessado nos negócios da Companhia, que houvera contratado sem ser-

viço? E se esta foi bastante estúpida para agradecer-lhe, aceitando uma demissão, que houvera sido quase imposta pela desconfiança e pela má vontade do Conselho, teve de suportar fortemente essa desaprovação de uma administração bastante tolerante, que não perseguia os católicos — se bem que Maurício de Nassau pertencesse a uma casa intimamente ligada à Reforma, e que tinha surgido do turbilhão das guerras religiosas do tempo — e bastante adiantada para convocar os principais do país em uma espécie de assembleia regional, conselho de Parlamento, onde os negócios públicos eram discutidos com toda a liberdade, as queixas e os desejos das populações, formulados com toda franqueza, eram de serem apresentados aos poderes competentes da Holanda.

O que a Inglaterra fez, com aplausos do mundo inteiro, pela América do Sul, dividida na véspera por uma guerra sangrenta e durada hoje de uma constituição autônoma, o príncipe Maurício de Nassau pretendeu fazer, no século XVI, em plena luta, em favor de uma sociedade estagnada pela língua, os costumes e o espirito. Não mereceria ele que Napoleão I lhe conferisse a honra de mandar restaurar-lhe o túmulo em Clotus, onde Maurício faleceu como governador, título que as devastações das guerras renascentes haviam seriamente danificado?

Maurício de Nassau tem todos os direitos a ser considerado como um modelo de grande administrador e mesmo de grande homem político, pois, governando um país conquistado e em uma época de despotismo, esteve sempre pronto, no que dependia de si, a fazer justiça às queixas e às pretensões dos nacionais. Assim é que, com sua aprovação, as Câmaras de Aloutaóla, que substituíram as Câmaras municipais à maneira de Portugal, eram igualmente partilhadas entre holandeses e brasileiros. Naturalmente todo o alto funcionalismo, compreendidos os conselhos de burgueses e burgomestres, se compunha de holandeses. O príncipe, não obstante, escutava de boa

vontade e seguia os conselhos de muitas pessoas da terra, que eram de sua raça, algumas gozando mesmo de sua intimidade, como, por exemplo, o comerciante João Fernandes Vieira, que enriqueceu associando-se a um judeu holandês, o frei Manuel de Salvador, que confortou ao tagador Calabar nos últimos momentos. Este último escreveu sobre a época a mais interessante das crônicas, num estilo simples, infinitamente agradável, ao lado de tantas produções eivadas de gongorismo, e teve oportunidade, graças à influência de que gozava junto ao governador geral, de prestar serviços de tal ordem à Igreja católica, que o papa lhe dirigiu, em 1641, uma carta de agradecimentos.

Não é natural que se tenha exigido do clero brasileiro o juramento de fidelidade à soberania da Companhia das Índias Ocidentais. Mas, em compensação, era garantida plena liberdade ao culto romano, que dispunha, com perfeita independência, de seus rendimentos. Igrejas e capelas novas foram mesmo construídas, graças aos cuidados de Maurício de Nassau. Que não hesitou em se colocar ao lado de seus administrados católicos, quando a intolerância dos pregadores calvinistas, após a evangelização, quis impedir as procissões nas ruas.

Se não fora, ao mesmo tempo, proibido aos israelitas a construção de outras sinagogas, fazer propaganda de judaísmo e emprestar o menor brilho às cerimônias de seus templos, poder-se-ia dizer que o Brasil havia atingido, desde aquele tempo, a liberdade religiosa, de que é hoje com tanta justiça orgulhoso. Se é que, entretanto, não se tratava então senão de uma tolerância consentida por um príncipe esclarecido e contrariado, à cada instante, pelos empregados subalternos e pelos mercenários contratados para o serviço militar de ultra-mar, enquanto que pessoalmente é antes conhecida a uma condição de equilíbrio a que se chegou convenientemente por um esforço refletido e imparcial. A espécie de uréguia religiosa alcançada pelo espírito de equidade do governador geral

não teve alás a força de diminuir as prevenções e conciliar os dois povos. Durante o quarto de século do domínio holandês, é curioso verificar que houve uma centena de casamentos de holandeses com brasileiras, mas nem um só de brasileiro com holandesa. As duas nacionalidades se mantinham sempre afastadas uma da outra. A separação era tão manifesta, que, no dia em que um brilhante torção imaginado por Maurício de Nassau, para festejar a colinação do duque de Bragança então rei de Portugal, com a assistência de damas brasileiras, holandesas, francesas e inglesas, segundo a enumeração do Padre Manuel de Salvador, as duas quadrilhas se apresentaram montando cavalos de raça, mas os brasileiros de um lado, geralmente vestidos de veludo negro, no sombrio gosto espanhol, enquanto os flamengos (como eram chamados habitualmente os holandeses) se apresentaram do outro lado exibindo gibões de cores deslumbrantes.

A volta do conde Maurício de Nassau para a Europa assinalou decididamente o início do declínio do poder holandês no Brasil. Ele embarcou-se, ao que se diz, no ano de 1644, e dez anos mais tarde sua capital capitulava por pura formalidade de guerra, pois desde 1638 as duas célebres batalhas dos montes Guararapes haviam posto em desordem e quase aniquilado as forças de ocupação, que os apoiantes de Nassau — um trifunilado de burgueses oboleiros — entretenham com o severo espírito de economista, com que se dispuseram a restaurar as finanças, alçadas de dívidas, da Companhia das Índias. Esses guarda-livros haviam-se mais, para a manutenção do domínio, em mesquinhas tiranias, do que haviam feito ensaio, que os mercenários, que só a mão firme de um príncipe herói tinha tido o prestígio de manter disciplinados e fiéis a um pavilhão de mercadores. O diabo era a principal preocupação do novo governo, o alvo essencial de sua administração, e cada qual de nós sabe que o di-

nhoso como os jamaicanos auxiliares no trabalho, feitos na fé e fideles na adversidade. De lado nacional, malta o rumo-fino, um desenvolvimento da maior importância sobrevinda, um fato crucial da maior significação: a separação de Portugal do domínio do Hespanha, devolvendo-lhe a sua antiga independência. Ao cumprir-se, esta separação dissipava a ameaça dos castiços, fazia reconhecer as esperanças nunca extintas, e despertava os sentimentos de patriotismo apertados e silenciosos.

Tudo isso haviam decorrido desde a partida do príncipe, quando se deu um levante de plantadores empobrecidos aos quais a Companhia das Índias Ocidentais exigia o reembolso de seus débitos, ameaçando-os de se apropriar de seus bens hipotecados. O levante propagou-se com a rapidez do incêndio em um campo cheio de tufões de paixão. A miséria em perspectiva, o rançar aumentado pelas doenças recobridas, o ardor religioso redobrado pelas perseguições, uma patria revoltada, eram outros tantos motivos que favoreciam a revolta, que foi a primeira vitória cora e heróica da união. O poderio que se exercia sobre a nação, na harmonia da unidade.

Não era mais Portugal, era o Brasil que se insurgia agora e enfrentava a Holanda, lá o observador de que as diferentes raças, que se misturavam sob o mesmo céu, uniam-se, cada qual, sua parte própria e gloriosa no desenvolvimento da autoridade portuguesa, foi feita pelos cidadãos exaltados, muito antes do zélio Marthas haver publicado seu ensaio sobre a maneira de compreender o escrever a história do Brasil.

Colonos do Portugal, brasileiros de nascença, índios e negros se bateram de peito a peito e rivalizaram em bravura, para expulsar o inimigo, o ocupante da vinte anos, enquanto o rei João IV, amagado na fronteira portuguesa pelas tropas da Hespanha, temendo a cada instante ver uma frota holandesa forçar a entrada do Tejo, sem outra ajuda — a este mais platinico que effoz —

que o dos bons conselhos, antes que os bons contingentes armados, do cardinal de Richieu, aconselhava, pelo menos abertamente, a submissão aos seus milhões de alemães.

Quando, após a vitória definitiva, os representantes das quatro partes da população, o rico mercader Fernand de Vieira, o nobre e ainda jovem da ilha da Madeira, o mestre-de-campo Vidal de Negreiros, originário da Paraíba, o esquire João Camarão, e o capitão do regimento dos negros Henrique Dias — foram condemnados e enforcados, a metrópole reconheceu tacitamente tudo que lhes devia, a honra e a cada um em particular, pela conservação do império americano. Reconhecia os elementos de que se havia de formar no futuro o povo da grande nação, que Portugal havia formado, e que se mantinha e que se defendia, antes de se mostrar na altura de se bastar.

As honras dessas personagens a corte de Lisboa honrou e a si mesmas, pois elas haviam se revelado — portuguezes, índios e negros — de uma fidelidade e de uma prova, e de um sentimento de fidelidade acima de todas as conveniências e de todas as seducções, não almejando só não continuar a prestar seus bons serviços a metrópole portuguesa. Os casos de apostasia religiosa ou politica foram nulos muito raras, de uma parte e de outra. Entre os portuguezes, o mais celebre, e todavia o mais mal conhecido, foi a publicação do processo da Inquisição, foi o do padre Jesuita Manuel de Morais um erudito e especialmente uma autoridade do dialeto hebréu, o qual, condemnado para a Holanda, ali se fez sacerdote católico e casou-se duas vezes, com o risco de voltar mais tarde à sua primeira religião, só escapando ao suplicio dos auto-da-fé pela sinceridade com que se arrependeu, e que foi aceita.

As honras concedidas pelo rei aos chefes da Restauração de Pernambuco foram para eles bem merecidas, e que não é senão muito natural. João Fernandes Vieira, o quem um monje jesuíta cognominava num panegirico

de "governar a divina liberdade", escrevia ao rei em 1672: "Deus que me creou a servir a Vossa Alteza, justifica-me sempre pelos meus atos, e que adiantava pelas minhas palavras, com a única esperança de dever à misericórdia de Vossa Alteza a satisfação de algumas honras, porque de riquezas não tenho muita necessidade, do que dou graças a Deus. E se os pontos que Vossa Alteza se dignou me conferir rendem soldos, tenho como norma dispor-me em quádruplo no serviço do rei. Quanto à disposição de servir, se não pode ser senão a de um velho de setenta anos, o entusiasmo do coração é o de um jovem".

Algumas outras palavras foram escritas quatro anos depois na independência de Portugal haver sido reconhecida pelo Espanha, e doze anos depois da rainha regente haver ordenado a Francisco de Brito Freire ir assumir o cargo de governador do Pernambuco, além de ali preparar instalações para a família real de Bragança. Havia-se pensado os momentos de desespero, em que Portugal, cercado por terra pelas tropas espanholas, inquietado e perseguido nos mares pelos holandeses, que lhe iam arrebatando o Oriente, pedaco a pedaco de suas possessões, não via diante de si, a prazo a perpetuar sua tradição, senão o Brasil, reconstruído pelas pernambucanas na sua primitiva grandura.

A influência exercida pela ocupação holandesa do Brasil setentrional foi nula, pois que não sobreviveu. Seus vestígios de toda a espécie desapareceram rapidamente. A arquitetura não ganhou absolutamente traços dela, nem a economia agrícola ou social, e a própria recordação dessa rapa estrangeira se extinguiu inteiramente — excepção feita da glorificação hierárquica de sua expedição — o que constitui um excelente testemunho da força de resistência do elemento português, cujo fustigado de adaptação, bem conhecida, deu-lhe as mais felizes regiões, tanto quanto as mais quentes.

Alguns apelidos de família, que restaram, ligados a propriedades adquiridas, ou pelo efeito de uniões contrahidas, aqui e ali, cujos descendentes esqueceram, dão de a primeira geração, a língua e os costumes pernambucos, e um sentimento, mais pronunciado, que em outros lugares do Brasil colonial, de ativos e independentes, — o que deixou arris de si o domínio da Companhia das Índias Ocidentais. A exaltação moral resultante não era tova formada senão por sentimentos reflexos: longe de provir directamente de idéias políticas deixadas pelos democratas de além Barreira, derivavam do estado de espírito resultante nos vencedores, pelo domínio de uma luta desigual e feliz.

A liberdade de que os senhores de engenho, grandes plantadores de Pernambuco — verdadeiros senhores pelas origens, os meios e o facto — não era outra senão a de proceder à sua vontade, dominar desde os burgueses comerciantes até os capitães-generais. Chegaram mesmo, em 1666, a expedir por via marítima para a Bahia, um governador que não se mostrava bastante solto em satisfazer seus caprichos. Soucho de Hennefort, que se dirigia para Malagacar, com o Sr. de Montevergne, governador-geral e ajudante da França Oriental, cuja esquadra teve de fazer escala no Ilhéu, foi, por acaso, testemunha d'esse episódio, que conta da maneira seguinte o mesmo embaixador:

"Aos 31 dias de Agosto, o Governador, ao sair da Ilha paraquá, onde viera reconduzir o Santíssimo Sacramento, foi preso, e com ele o Senhor Dandrade. Quarenta pessoas o vigiavam desde quatro meses, além de se apoderar dele, e, assim, vendendo na cidade, por um acompanhado o seu do costume dos portugueses da mais alta posição acompanhar o Viático, quando o encontravam. Usavam com que o levassem a um homem que não estava absolutamente doente, o passassem no

quartelão onde estava o Senhor Dom Manoel (1), que o acompanhou, e foi enviado na volta por aqueles que haviam resolvido se apoderar dele. . .

Tendo tomado gosto pela brincadeira, os senhores pernambucanos se permitiram, em 1711, o luxo de um verdadeiro movimento revolucionário, no dia em que a coroa portuguesa quis outorgar as franquias municipais à cidade do Recife, cujo tráfico prosperava, e que por isso fazia sombra à capital decalada de Olinda. Esta capital era o refúgio dos gentilhomens, em oposição ao brega dos negociantes, dos quais eram os mestres senhores de Olinda. Em boa parte, devedores expiados, diziam eles, em todo caso oprimidos. O levante da nobreza, que pôs em grama todos os seus subordinados, foi, a princípio, vitorioso, e era plena reunião de uma assembléa, constituida pelos proprietários de terras e cidadãos de Olinda, vinha, em seguida a esse primeiro triunfo passageiro dos rebeldes, surgir a proposta de fundar-se uma república aristocrática "como a de Veneza", exatamente como se exprimiam. A fidelidade ao trono prevaleceu, contudo, sem conseguir poupar aos culpados as penas de deportação e confiscação de bens.

Falou-se também, vagamente, nessa ocasião, de transferir o juramento de obediência para outro soberano que não fosse o rei de Portugal, para o rei da França, particularmente, em consequência do estado de guerra, então existente, entre os dois países, resultado dos ataques de Le Clerc e de Duguay-Trouin contra a capital do Brasil.

O mesmo fato deveria produzir-se mais tarde, seja dito de passagem, nas colônias americanas da Espanha. Era entre os gentilhomens coloniais, entre o que se chamava a nobreza crioula, que se recrutavam os piores antagonistas da metrópole, os defensores mais zelosos da separação política, e eram os que haviam de pagar com o sangue a fidelidade ao ideal da independência.

(1) Konderça, de Cerin. (Nota do tradutor).

O SUPRANO-NOS da última vez, do Brasil setentrional, sede da dominação holandesa. Era um Brasil quase todo de fachada. Vamos estudar hoje, ao contrário, o Brasil conquistado no interior do continente.

Vimos ao norte uma sociedade aristocrática e, entretanto, já revolucionária. No sul do Brasil, o aspecto social era, em igual época, muito diferente. Mais desorganizado na aparência, mais livre na realidade. A população de mamelucos — como haviam sido denominados os mestiços de portugueses e índios — de São Paulo havia reunido, no começo do século XVIII, uma obra formidável, uma obra de consequências muito grandes. O celebre historiador português Oliveira Martins comprou a guerra de restauração de Pernambuco à guerra heróica do Tróia; denominou-a de "luta brasileira". Poderíamos acrescentar que os fatos dos paulistas constituem uma verdadeira Odisséia terrestre.

Um acadêmico brasileiro, o Sr. Arthur Orlando, dizia ainda recentemente, no Congresso de Geografia de São Paulo, que o bandeirante não fizera senão reproduzir historicamente o tipo do aventureiro grego em busca do escravo e do Troão de Ouro. Vencidamente, acrescentava, com justiça, o homem das florestas espessas não pode possuir a mesma imaginação risenha, como o da planície coberta de rezes ou o da praia batida pelo mar. A floresta torna o espírito humano sombrio como ela.

Venus não teria podido surgir do seu das ondas senão pelas carícias do sol, da mesma maneira que o "Caipora" ou o "Curupira" não podia nascer senão num recanto de mata privado de luz.

Não me interrogarei a respeito de Venus, filhas quecidas que são da civilização grego-romana, mas perguntar-me-éis certamente o que é o "Caipora". Para responder-vos, tenho lealmente o romance brasileiro Chacama, ainda ultimamente traduzido pelo Sr. Clément Garbet, em que se faz alusão a este mito popular brasileiro, de inspiração, devemos dizê-lo, meio indígena. "Na lenda do Curupira um novo mundo se revela — escreve o autor do livro citado — todo o alma do almorece maranhense. Ali está a floresta tenebrosa, as forças eternas da natureza, que apavoram, e cujo símbolo é a divindade errante, que anima as árvores, que guarda a fumaça de seu torpor tropical, ou protege a natureza contra seu perigo inimigo, o homem. Ela espanta, vinga-se ou torna-se mais elemento, transformada em mil figuras, em criança maligna, sua incarnação preferida, em animal ou em vegetal, isto é, em natureza ou força, segundo as circunstâncias..."

Na novela do Sr. Graça Aranha, Mikau, anágrafe alemão, todo sonro de bondade, em oposição a Lena, toda ação e força,unka, nesse momento, com o que acaba de recolher dos lábios do missionário, quando este lhe descrevia de maneira pitoresca o garoto estranho e desconhecido que defende a floresta, e de quem ele teve de sofrer como castigo o complexo diabólico.

Quando eu mencionava, há alguns instantes, os bandos inquietos e obstinados, que fizeram recuar para tão longe os limites do Brasil primitivo, não era exatamente ao resultado mais citado de sua epopéia que eu me referia, isto é, ao descobrimento das minas, que teve lugar pelas fims do século XVII. E' mais a conquista, em si mesmo, do interior do país, conquista que cons-

titue o afortunado feito, correspondente à sua conquista no exterior.

As pedras e os metais preciosos serviram, é evidente, de umam para atrair os exploradores para as regiões ignoradas e, uma vez ali, para fazê-los se afoitarem até os pontos liceros acessíveis. De dez, que partiam de arribamar, nove não achavam, têm entendido, sendo com os tesouros do Golconda. O ouro e a prata das minas haviam confirmado a existência na América do Sul de riquezas minerais, que cada qual se apressa a descahir antes de outro qualquer. Desde o século XVI tiveram lugar as "entradas", principalmente, sendo exclusivamente, na região compreendida entre o rio São Francisco, o grande artéria fluvial brasileira em toda sua extensão, e o pário de São Vicente — a acção que torna o Brasil tradicional, a parte que foi o núcleo do Brasil histórico.

Muitos roteiros de então não têm podido ser testemunhos convincentes, senão em poucos dias, graças a pacíficos e inteligentes estudos geográficos, pois as denominações diferem, o que faz ser preciso proceder à reconstituição pelo exame topográfico e pela comparação dos lugares, como as antigas descrições. As expedições que tinham, e elas foram numerosas — não deixavam, afinal, quase traços, ou mesmo não deixavam nenhuma linha durável, quero dizer, imediata. O conhecimento geográfico do país, e o ato de pensar que se seguiu, não puderam resultados bastante importantes para fazer esquecer a desilusão sobrevida ao alvo confesso dos descobridores, que era as minas.

Esses pioneiros do deserto, esses descobridores de um mundo novo, muitos aos navegadores, se sucediam, obscureceram artifícios de uma grande nação, sem que a fortuna e o renome fizessem brilhar seus nomes à maneira dos combatentes do litoral. A história é mulher, portanto, garbada e se deixa facilmente seduzir pelo lúbrico.

que não é às vezes senão a lantejola das glórias militares. Nossa história não se tem, compado, durante muito tempo, com uma personalidade individual, senão de feitos de guerra, que têm, com efeito, seu lugar, e designadamente muito grande, nos annos humanos, mas que não comprehendem todo o curso das sociedades. Cabe principalmente ao Sr. Capistrano de Abreu, um dos escriptores de hoje o merito de haver conferido o lugar devido a essas explorações, que são, em suma, o registo do povoamento do país, a feitura da sua história social, não menos interessante que sua história politica.

Tais explorações não se fazem, afinal, sem luta: luta contra os selvagens, que se viam perseguidos nos esconderijos onde se haviam refugiado, e luta contra os elementos, contra a natureza. Esta ultima não era menos penosa. Poderiamos bem imaginar tudo o que era necessário de intrepidez e de resistência, ou paciência, para aquella gente se esgarar assim, em pequenos bandos, nos lugares habitados, galgar montanhas de vegetação impenetrável, expôr-se a naufrágios em rios com rápidos e semeados de escolhos, defender-se das garras das onças, das picadas das serpentes e das flechadas dos indios, sem nenhum dos recursos modernos, sem mudas de roupa, quase sem marmas e sem provisões, certo de não encontrar senão semelhantes ferozes e incerta de achar a riqueza cobigada.

É verdade que os audactos se resarciam sobre os indios, reduzidos à escravidão aos milhares e conduzidos para a costa afim de trabalharem nas plantações. Chamava-se a isso resgates. Só os missionários é que resgatavam almas e educavam na fé que professavam seres sem nenhuma cultura. Os bandeirantes resgatavam corpos, salvavam aquelles que pretendiam ser prisioneiros de tribus inimigas e estar destinados aos festins canibalescos. A sociologia nos ensina, neste effeito, que a servidão é um progresso sobre o sacrificio humano.

Tenho empregado já varias vezes uma expressão inadvertente brasileira, que não tenho de certo a pretensão de trazer ao vocabulário francez. Não obstante se achou nelle uma palavra do mesmo sentido e da mesma fillogia ibérica, — a de conquistadores, à qual bastaria os *Troféus* de José Maria Heredia para dar cores de cidadão. A expressão de que se trata é bem nossa, e illustravel na sua expressão. As viagens mais antigas no interior denominavam-se, de uma maneira bastante exacta, de entradas. Quando as entradas se transformavam em expedições, mais numerosas e menos desorganizadas, tomberam o nome de bandeiras. Supponha-se — e a melhor parte das vezes era bem assim — que os aventureiros se organizavam em bandos (*bandeiras*), se enfileiravam pois sob a divisa de um chefe, a que prestavam obediência e que a elles se impunha pela bravura, a força e a experiência. Era tudo ao acaso, adules, velhos e crianças, parte dos dois sexos e de todas as classes, levando uma porção de animais domésticos, que lhes serviam para transporte, para nutricao. Nossa historia os evoca, resignados a não verem mais o mar no qual reposariam os olhos, dispostos a suportar todos os soffrimentos, orientando-se pela bússola e pelas constellações acollendo avidamente todos as lendas e as tradições indigenas, acompanhando, quando a caça virava a fallar, afim de plantar milho, ahentando os arvores gigantescas das matas, e construindo com o lenho e a casca canoas para navegar para frente, praticando as piores crueldades com os indios, a menos que elles se juntassem ao bando, enfim, eliminando-se, elles próprios, uns aos outros, por perfídias assassinaes, que não tinham outras causas senão a cobiça e a vingança.

Um dos precursores, no século XVI, da caça ao selvagem, merece ser especialmente animado, porque chegou a enviesadura de um personagem, de novelas extraordinarias. Só o seu apellido é surpreendente como o tra-

lo de um romance de Alexandre Dumas. Encravava-se a "Cura do Ouro", por causa de sua incorrigível paixão pela alquimia, que lhe valia mal diabólicas e disputas com diáconos e camareiros com a Inquisição do Lisboa.

Sobre-se do crédito de que gozava durante a idade adulta, o mesmo depois da Restauração, a mistura de um pouco de ciência e muito de fantasia, que serviu para alimentar o sonho de algumas coisas, entre as quais a transmutação dos metais, o que havia de valer os seus estudos e título de visionário da química. O padre António de Gouveia foi durante toda a sua vida um alquimista inveterado e um praticante de ocultismo. Na Itália, onde estudou e guerrejou, como no Brasil, onde conduziu expedições para a procura das minas, não se ocupava, na realidade, nem de magia. Por um momento *Estado e Companhia de Jesus*, teve de deixá-la por causa de sua obediência com que não entrava pouco charlatanismo intencional na linguagem: a palavra: trapaça. O padre Gouveia fez-se adeólogo estimado e estigmiado de uma elite esclarecida senhora, irmã de Martin Afonso de Sousa, o qual pôde encontrá-lo de peregrinar a costa do Brasil, antes da instituição das Capitais feudais.

Na própria habitação de sua casa erguiam-se as retortas e os funes, no fundo das quais o cura buscava a perfeição, mantendo ao mesmo tempo um comércio de ervas e de pedras mágicas para a cura de uma porção de males e enfermidades. Ele não poderia contar aqui todos os episódios da vida aventureira de seu filho, que degenerava às vezes em mistificador, e outras atavasse até chegar a parecer um livre investigador, a trapaça com a ciência oficial de seu tempo. Com mais imaginação pessoal e em um meio menos desconfiado, o padre Gouveia teria podido tornar-se um espécie de Pizarro português. No Brasil, todavia, para onde fôra deportado, com os algarbes nas mãos, para não fugir-se do navio, não revelou sendo cúspide e impossível. O novo al-

tra milto muito menos requisitado que na Europa, e a magia parecia admirável ad uns homens silvestres.

Neste primeiro cronista, o monge Vicente de Santa Cruz, conta que o Cura do Ouro tomou a companhia do Intelecto de Pernambuco, com trinta companheiros e duzentos índios, para a procura e catequese e de se dedicar a pesquisas de metais preciosos. Como método de evangelização não conhecia somente a violência, que o levava às vezes ao ponto de se bater para fazer prisioneiros, mas qual batizava imediatamente, sem doutriná-los, não querendo sendo escravidão cristãos. Outras vezes, lançava mão também de índios antigos, que se chamavam por sua maneira requisitados à catequese. Acreditava-se nos jesuítas, naturalmente seus inimigos, esses sortilégios não tinham sido senão truques vulgares de prestidigitador.

O cura Gouveia era protegido pelo donatário, filho do fundador da Capitania, Duarte Coelho, e contava em seu favor com os principais da Capitania, da sorte que quando os jesuítas chegaram a deixar o bispado da Bahia e mandá-lo deitar pelo auditor celestino de Pernambuco, sua prisão não foi coisa fácil. Quase se produziram distúrbios entre missionários e colonos — distúrbios que, preparados pelos índios, se acumulavam por toda a parte e não cessavam sendo uma oportunidade para espiar. Além o cônego auditor, enquanto insistia nos inquietos, há seu relatório, e inconveniência para o Brasil, pois novo de "pessoas sabendo demandas coisas", apontava com muita clarividência quanto a meio era hostil às querelas e perseguições religiosas. — "Confesso que crevia ele — que aqui não se dá importância, sendo entre nós, os negados do Santo Ofício. e que ninguém quebra tanto esta honra de Deus, como fazem os cristãos."

O fato é que a Inquisição, que foi estabelecida em Lima e que, naturalmente os portugueses portugueses, foi instalada em Goa, capital fundada na Índia pelo grande Afonso de Albuquerque, não existiu nunca no Brasil. Isto

não impediu de certo que numerosos judeus ou cristãos-novos — como se chamavam os israelitas convertidos à fé cristã — expirassem nos cárceres ou perissem nas fogueiras de Lisboa. O Brasil perdeu ali, quimado num auto-de-fé de 1739, na idade de 34 anos, um homem de um verdadeiro talento dramático.

Antônio José da Silva imitou bastante a Molière e a Racine. Mas era também dotado de originalidade e de uma voz própria que parecia insuperável. O gênero a que se dedicava esse infeliz poeta era a ópera, no sentido de português do tempo. Isto é, a baixa comédia, ou tragédia clássica, rebaixada até à força. Pode-se fazer uma idéia aproximativa disso, se se pôr de lado, ou, antes, se se reduzirem a esperença e a ironia disfarçadas sob a brejeirice, imaginando-se a "Iselle-Holèse" ou o "Orfeu nos Infernos". As tradições mitológicas entravam na composição de um tal gênero teatral com uma desviatura análoga, com frases de uma zombaria igualmente cruel e inteiramente andalozca. Assim Phæton exclama, numa dessas peças, "que às vezes a tirania constitui o primeiro degrau para alguém subir"; e, no *Labyrinth de Creta*, uma princesa tão aceita os conselhos de um parente, de se preparar bem para o ofício de governar, atirando à desmoldura a indigência, porque a verdadeira máxima para reinar é a que ensina a mitigar o rigor pelas carícias, — sendo para responder com a seguinte fábula:

"Não me fatigarei de ensiná-lo, pois sendo príncipe, doce ou áspero, há de ser necessário que me suportem."

Quanto à música, as melodiosas modinhas populares de pátria longínqua, que para ele era o Brasil, serviram ao autor dramático, à medida dos desejos, para tornar mais atráente o enredo de suas peças. A modinha brasileira provocou o entusiasmo de todas as classes de Portugal, tanto da aristocracia como do povo, no século XVIII: Representava a regressão de árias líricas, emigradas para

os trópicos, e tendo recebido ali a impressão das misturas exóticas.

Partindo Ordinariamente de São-Paulo, as bandeiras, que, com o andar do tempo, seguiam por clareiras já abertas nas florestas imensas da zona costeira, ou navejavam pelas correntes fluviais, cujas quédás já estavam indicadas nas cartas, guarentendo, devese pelo menos imaginá-lo, pelo instinto, na região do ouro e dos diamantes. E um instinto semelhante havia distinguido os predecessores, pois as entradas da Bahia e do Espírito-Santo (duas províncias que se furraram de quatro Capitãzias) leviam, tão igualmente por objetivo o alto plano de amparo de Minas-Gerais o qual devia tomar-se no século XVIII, graças a exploração mineira, a sede principal da actividade brasileira.

A geografia parecia indicar a direcção do movimento de expansão brasileira. Por uma curiosa anomalia, os cursos de água da região do São-Paulo ao Paraná correm do litoral para o interior, como se houvessem sido predestinados a conduzir para ali os aventureiros. O mais difícil era galgar a cadeia de serras costeiras. Uma vez lá em cima, a extensão dos planaltos convidava a marchar pela sua superfície, sobre a qual os rios não cavam vales profundos e contentam-se de saltitar através dos rápidos e dos escabos. As elevações continuam a se superpor pelo lado de terra na direcção de Minas-Gerais. Mas ali também, se abundam gradualmente, e os rios acompanham o sentido dessa descida progressiva, indo que relativa, desde que o interior não cessa de oferecer elevações e declives, prolongando-se pelos vastos planaltos do norte. Esses rios correm uns em declive para o Oeste — os que foram percorridos pelas primeiras entradas do século XVI — e outros conduzem à bacia do São Francisco, que é o rio histórico por excelência do Brasil, que não se desvia bruscamente para a costa senão depois de haver posto os pioneiros no caminho dos campos que se

desdobram a perder de vista, de Pernambuco e do Piauí, e cujos margens, então, haviam retido os invasores.

De Minas-Gerais, por consequência, os bandeirantes iam ainda mais longe, na direção nordeste, pois que atravessando a parte mais elevada de Minas e as terras altas da Bahia, chegaram também aos vastos campos do Piauí, além do Maranhão, onde encontraram os pioneiros, que haviam subido sucessivamente pelo rio São-Francisco, primeiro a quem auxiliaram a introduzir ali os grandes rebanhos de gado que constituem ainda hoje a principal industria da região. Iam ainda mais longe na direção do noroeste desde que surpreenderam ouro nos felizes planaltos de Goiás e na imensa extensão de Mato Grosso, onde as bacias hidrográficas da América do Sul tem suas nascentes, e de onde seus cursos de água desceram para ir cavar as bacias do Paraguai e do Amazonas. Então, iam mais longe na direção de sudoeste, de modo que seguiam os espanhóis da margem direita do Paraná, que se tornou, em boa parte, um rio nacional — e chegaram ao Brasil uma das mais férteis e admiráveis porções de seu enorme domínio.

O espanhol tornou-se no século XVIII — ainda se tornara desde a segunda metade do século XVII — o inimigo, visto que personificava o obstáculo à expansão, a marcha para o oeste, que foi bem a nossa, antes de ser a dos americanos do norte. E' justo notar que, retidos nos planaltos dos Andes, pelas riquezas das minas que tradicionalmente eram ali exploradas, e tendo verificado que a vertente oriental da cordilheira era, segundo todas as aparências desprovida de metais preciosos, os espanhóis desconsideraram-se bastante de se opor a uma semelhante marcha. Quando o alarme foi dado, era demasiado tarde: o impulso tinha levado os invasores demasiado longe.

O general Gordon, que era franco no falar — era um deuses ingleses no gênero de sir Richard Burton, que dizem coisas desagradáveis de sua terra, não têm senão o

acudido de sua grandesa — fez esta observação sobre o império britânico: que foi o produto dos aventureiros ingleses, e não o fruto da providência e da largueza de vistas do governo inglês. Não discutirei a exatidão desse aforismo, e limitar-me-ei a dizer que a primeira parte pode melhor que em outro caso qualquer, ser aplicada ao império português na América. E' bem a obra dos brasileiros, de sua energia, de sua audácia. Seria, todavia, injusto acusar o governo da metrópole de imprevidência ou timidez. A corte de Lisboa fez o que pôde para encorajar os esforços de seus súditos coloniais, quero dizer, nunca os deixou desamparados de sua proteção — variação feita, e ainda assim, até certo grau, do episódio holandês — e nunca retirou sua simpatia ao que, afinal, não era senão seu interesse.

Os jesuítas obtiveram, não obstante, repetidas vezes, a condenação, pelos reis a quem se dirigiam espiritualmente, expedições demagógicas frequentes contra a liberdade dos indígenas, e cujos resultados indirectos haviam sido a descoberta e a ocupação de novas territorialidades a serem acrescentadas àquelas que já formavam o Brasil, tão pouco semelhante em extensão ao que teria devido ser em face da confiança que se depositava nos tratados. O século XVII, principalmente, é em nosso país o século dos grandes e continuos conflitos entre missionários e bandeirantes. Estes últimos não recusavam diatribe de nenhum modo para afastar os defensores dos índios, e para este fim não somente experimentaram as piores violências contra eles, como levaram também seu espírito de independência até o ponto de se rebelarem contra as autoridades civis. Em 1640, ao tempo da Restauração da monarchia nacional em Portugal, os habitantes de São-Paulo quiseram escolher um dentre eles e coroá-lo rei. E o suplicio de Beckman, um rico proprietário que se fez chefe da revolta no Maranhão, não foi senão o contra-parte, ao parte, da situação absoluta ao sul do país.

Este último levante teve por causa o ódio contra os jesuítas. Quanto ao monopólio da Companhia de comércio, as instituições mercantis dessa natureza, tão precorridas no século XVII, e foram também no Brasil, que conseguiu a libertação pela segunda metade desse mesmo século, exatamente em 1649. E elas ali provocaram logo a antipatia popular, por causa do seu exclusivismo feitor e pelas suas extorsões.

Abster-se-me de insistir sobre portadores de uma tal luta, porque não ofereço nada de particular como ação dramática — nada que não possa imaginar — e basta-me acrescentar que a tenaz oposição do espírito do proteccionismo não fez como era de prever, sendo exaltar o andar dos caçadores de escravos, cujo número aumentava constantemente, a medida que as lutas pareciam ser mais problemáticas. O ponto de partida das expedições estava longe de se limitar a São Paulo. Muito ao norte mesmo o mercado tornava-se igualmente exigente de trabalhadores indígenas, à medida que a agricultura se desenvolvia, tanto mais quanto a navegação para o norte d'África era mais difícil, portanto mais cara, e que as margens do Amazonas e de seus afluentes ofereciam, graças à sua população fervilhante e a terras um vasto campo onde se exercia o tráfico denominado "escravidão do interior".

Esta parte setentrional e extrema do país não foi dominada por Portugal senão a partir do século XVII. Entre a célebre viagem de descoberta de Orellana, que em 1540 desceu ao longo o grande rio das Amazonas, e a de Pedro Teixeira, que, deliberadamente, o subiu e desceu de 1627 a 1639, o intervalo é de um século. Uma vez a exploração feita, a colonização se seguiu bastante rapidamente, indo que pouco abundante, e os missionários, bem é o elemento de cultura humana, já tradicionalmente acompanharam ou precederam — os dois casos tiveram lugar — os aventureiros que representavam o povo-

mento e portanto o elemento de civilização europeia. Graças a isso o Maranhão que a metrópole, desde 1634, organizara em Estado separado do Brasil, não somente no ponto de vista administrativo, porém mesmo politicamente, e que pouco faltou para na época da independência ser o Canadá lealista de nossos Estados-Unidos brasileiros, pôde ouvir, nas suas pobres igrejas caídas e na praça pública, a voz formidável de Antônio Vieira, apóstolo dos índios, não mais à moda de Anchieta, suave missionário e resignado no seu fervor evangélico, mas arrebatado, experiente e erudito, como São Paulo.

Antônio Vieira é um dos mais notáveis escritores da língua portuguesa. Um dos mestres da língua que deu provas exuberantes, nessa época, de possuir todos os recursos e também todos os artifícios, de ser um inimitável sofista e um orador extraordinário. Sua voz foi inextinguível, seus conhecimentos, vastos, seus transportes de imaginação, prodigiosos. A atividade espantosa de que era dotado, e de que fruiu até a morte, sobrevivendo aos 90 anos, na Bahia, assim como a maravilhosa versatilidade de seus espíritos, lhe abriram inteiramente o grande cenário do mundo. Viraramo passar, com desconfiança das margens paludosas dos rios equatoriais brasileiros onde pregou com ardor, e tanto quanto se lhe permitiu, o verbo divino, para as secretarias ministeriais de Lisboa onde negociou, em nome do rei, o abandono de Pernambuco. Viram-no detur a intimidade real em Lisboa onde conspirava pela boa causa dos índios, e chegar às basilicas e aos palácios cardinaes em Roma, onde, nuanças, sua palavra retumbou grandiosa aos ouvidos da ruína Cristina da Suécia, e onde, neutras, por sua fúria, se adaptou às intrigas políticas.

Fis aqui uma das cartas desse homem de génio. São estas por serem dadas públicas e dirigidas ao nobre, o rei Dom João IV, de quem foi o conselheiro, a quem sem pre ouvia, como a foi em seguida da viúva, a altiva Lui-

se de Gusmão, que, desesperado de não ver jamais reconhecida pela Espanha a independência do reino, de que era reusado durante a minoridade do filho, pensou, um momento, como já nos disse em estabelecer a monarquia no Brasil que se tornara inteiramente brasileiro pelo esforço dos brasileiros. O começo da carta em questão nos permitirá talvez de julgar, simultaneamente, do estado do mais ilustre dos governantes e do mais zeloso dos católicos, ao mesmo tempo que do estado de espírito colonial, de que viviam assim, não sem êxito, um século re-tumbante.

Reberkendo a ordem geral e recente de Vossa Magestade do estado em que se acham estas Missões e dos progressos que, graças a Vossa Magestade, revelam a fé e a cristandade de suas conquistas, o que mostram quanto é universal o auxilio que Deus presta ao feliz reino de Vossa Magestade sobre toda a monarchia, desde que, ao mesmo tempo que do Reino, se creve às conquistas sobre as vitórias milagrosas, descobertas das conquistas para o Reino, igualmente sobre as vitórias que podem, com igual e maior razão ser comemoradas de milagres. Deus triunfa acolá pelo sangue, pelas ruínas, pelas lágrimas e pela dor da cristandade: aqui, triunfa sem ruínas nem guerra nem sangue e também sem dispêndios, e este lugar de dor e das lágrimas dos vencidos, que, em parte, cabem também aos vencedores, com alegria, com abraços e com triunfo da própria Igreja, que, à medida que se sente fortalecer e atenuar no sangue que espalha no mundo, aumenta tanto mais e se acresce dos povos, reinos e províncias que ganha e adquire na América.

Não é sem razão — da história, tantas vezes citada — que se verifica haver sido, o inimigo mais encarnizado dos Jesuítas, o celebre marquês de Pombal, o primeiro dos homens públicos de Portugal que conferiu seu pleno valor ao Estado do Pará-Maranhão, de que o Padre Antônio Vieira exaltava as missões de maneira tão

entusiástica. Os holandeses, simultaneamente com os ingleses, tinham sido os primeiros a se estabelecerem de fato naquelas regiões abandonadas, após as expedições e os reconhecimentos do século XV. Os fortes de Orange e de Nassau erguiam-se na margem esquerda do Xingó, quando Calléira, em 1616, fundou a cidade de Belém do Pará. Entretanto, em 1625, os dois estabelecimentos estrangeiros estavam já nas mãos dos portugueses, e a êrta é que é devida a exploração desse vasto e magnífico hinterland. A exploração fez-se progressivamente, sendo methodicamente, e as canoas espalharam-se audaciosamente por todos os afluentes e afluentes de afluentes do Amazonas, até esbarrarem-se com a invasão contrária, que, após haver esboçado e por muito tempo demorado nos Andes, desce-lhe as vertentes e chega enfim aos vales, aspirando a extensão quase infinita das terras banhadas e das florestas úmidas.

Esse encontro teve lugar, na Amazônia, nos primeiros missões do Equador, e, na região das minas, nos primeiros buracos bolivianos, segundo a nomenclatura geográfica atual. Não teve, todavia, lugar sem que o consenso do país tivesse sido esboçado pela junção virtual das dois sistemas fluviais, o do Amazonas e o do Prata, através de uma pequena extensão de terreno, de onde se escapam, em direções opostas, seus respectivos nascentes.

No dia em que uma embaixada, partida da embocadura do Amazonas, chegou ao lugar em que as águas dos rios começaram a correr para o sul, e não mais para o norte, a sorte do Brasil estava plenamente garantida, seus limites interiores estavam traçados, sua integridade territorial afirmava-se, e não restava à diplomacia portuguesa senão tratar de aplicar a sanção internacional aos resultados dos feitos levados a cabo pelos aventureiros brasileiros e pelas viagens dos missionários que, uns e outros, haviam triplicado a extensão primitiva do colônia.

Foi o que aconteceu. Antes mesmo do marquês de Pombal ter dedicado ao caso muito de sua atenção ativamente; de sua invejável atividade de senhor das negociações relativas ao desenvolvimento do domínio territorial português, enviado para lá seu irmão, então governador, e criou lá uma Companhia local de comércio. Fata, posto que ainda um pouco tarde, e refletindo um tanto fielmente os métodos despóticos de seu fundador, continuou, não obstante, numa certa medida, para os interesses da região, até então muito desprezada, sobretudo por haver atraído para lá a emigração portuguesa.

É curioso que tivesse sido exatamente um brasileiro de Santos, Alexandre de Gusmão, frequentador de espedições em Paris como diplomata, e, mais tarde, possessor de confiança do rei, acima de tudo homem de muito espírito, deslocando na corte escura e sensual de João V, onde os cortesãos e os frades pouco letrados acabaram por aglomerar as altas funções de ministro, que fosse Alexandre de Gusmão, repito, quem, com efeito, inspirou, se não negociou o tratado de 1750 entre os governos de Madrid e de Lisboa. Foi, depois de dois séculos, a primeira convenção de alcance geral que procurou definir no Novo Mundo a legalidade geográfica das duas metrópoles ibéricas, que, até então se haviam mantido afastadas uma da outra, nas suas possessões, e que de uma vez, durante a primeira metade do século XVIII, entraram em contato em diversas partes, na América do Sul.

Segundo esse tratado, que foi muito atacado dos dois lados, e teve de ser mesmo anulado — o seguinte não deveria de fazer senão copiar-lo quase — porque era exatamente uma negociação que não conferia completa satisfação às ambições, de uma e de outra parte. Portugal trocava a colônia do Sacramento pelos territórios conquistados além da linha de Tordesillas, que a Espanha aliás, não houvera respeitado no Oriente, ao anexar as ilhas Filipinas. Os territórios, de que Portugal se via

assim desfazer e posse, recuavam para o este meridional até as fronteiras, hoje, de Argentina, do Paraguai e da Bolívia, e para o oeste setentrional, até o curso superior do Amazonas.

A delimitação de Colônia do Sacramento evoca dois séculos de luta quase sem interrupção. Uma expedição portuguesa houvera descoberto o rio da Prata, no começo do século XVI, mas foram outras expedições espanholas que o exploraram, pois seu meridiano a eles o atribuía. Os portugueses, ocupados e preocupados alguns, pois já vimos bastante que a ocupação do Brasil não se realizou absolutamente sem disputas, não pensaram em se estabelecer na margem esquerda daquele estuário sendo em 1680, quando já era um tanto demasiado tarde para experimentar fazê-lo impunemente. Buenos Aires elevava-se em fare, e a fortaleza portuguesa estava separada dos outros estabelecimentos brasileiros por uma considerável extensão de terras desertas, de brandas, e por um mar que se mostra às vezes hostil. Nenhuma população brasileira existia, com efeito, ao sul da ilha de Santa Catarina, em frente da qual Cabeça de Vaca desembarcara em 1541, além de alcançar, através do continente, Assunção do Paraguai e a região, onde mais tarde foi organizada a província do Rio Grande do Sul, que chegou mesmo por um momento, a sofrer, por motivo de seu abandono, as vistas cobiçosas de estrangeiros.

Eis aqui um documento inédito, que me foi fornecido, há poucos meses, pelo Sr. Esmerigne Durré, o que prova que na França não se estava longe de pensar numa reparação, na costa do Brasil, da renúncia com que tivera o governo de Sua Magestade Cristianíssima de concordar em Utrecht. Esta renúncia, em que Luís XIV havia consentido de bom grado, em 1709, com a mira de obter o reconhecimento, por parte de Portugal, de Felipe V Anjo como rei da Espanha — o que afinal não sucedeu — tinha relação com as pretensões francesas sobre

a margem esquerda do Amazonas, entre o forte de Macajá (fortaleza de Cumari, construído pelos ingleses) e o rio Diapori, rio de Vicente Pinzon. Havião sido formuladas com mais insistência após a ocupação definitiva em 1677, de Caena, sucessivamente, holandesa, inglesa e francesa.

O documento em questão é datado de Marly, de 9 de Agosto de 1714, e dirigido ao Sr. de Fontenai, a quem a secretaria da Marinha diz ter enviado a cópia de uma carta do Sr. Ricard "que propõe fundar uma colônia entre Rio de Janeiro e o rio da Prata". Aproveitava-se a oportunidade para juntar uma carta do Padre Bouille, sobre o mesmo assunto, e rogava-se ao destinatário entender-se com os Diretores da Companhia das Índias a este respeito e discutir a fundo a idéia, afirmando que se poderia fazer para chegar à sua execução.

Não era fácil fazer alguma coisa, porque o governo português velava nessa época, e mais cuidadosamente que nunca sobre sua colônia americana. Tornou-se no século XVIII a colônia mais rica do mundo, a que mais rendia para a metrópole. Ainda se conservava a lembrança do país do ouro e dos diamantes, cujo rendimento permitia à corte de Lisboa gozar de magnificência e prover a circulação monetária da Inglaterra. Em sessenta anos, a exploração do ouro no Brasil elevou-se, segundo cálculo que foi feito, a dois bilhões e quatrocentos milhões de francos.

Ninguém, pelo menos abertamente, disputava mais a Portugal a soberania desse domínio admirável. Apenas os espanhóis guardavam o acesso às cordilheiras, reciosos de que o impulso expansionista brasileiro levasse os portugueses até as margens do Pacífico.

Os conflitos armados com Buenos Aires, que encham o século XVIII, e que determinavam ora a retomada da colônia do Sacramento pelos brasileiros, ora a ocupação de Santa Catarina pelos castelhanos, não eram, no fun-

do, senão a consequência de desentendimentos europeus entre Portugal e a Espanha, os bem que tornassem um irritante carácter local, pois o ponto de discordia consistia na margem esquerda do rio da Prata. Isto é, a República atual do Uruguai, que, logicamente, deveria formar a fronteira meridional do Brasil. É verdade que os limites geográficos naturais são perfeitos em teoria, mas na prática as circunstâncias históricas lhe servem às vezes de obstáculos.

Houve, entretanto, ainda no século XVIII, maquinacões contra a soberania de Portugal na América. Foi menção, repetidas vezes, no curso destas conferências. A preocupação persistente com que a França nos tornou durante nosso passado colonial. Não foi dela que dependeu o Brasil não se haver tornado francês, e, uma vez os Bourbonns, firmados no trono de Carlos V, o Ponto de família antecipou-se em relação a Portugal. As dinastias originadas de Henrique de Navarra tiveram em consideração o futuro da América portuguesa. A Espanha era a eterna rival de seu vizinho na península. Vimos que o era no Novo Mundo, tanto quanto no velho. Ainda mais: Foi tipo V tinha, agora as prevenções de seus súditos, que a separação recordava, suas queixas pessoais, bastantes para querer mal à potência que se havia colocado entre o que haviam apoiado a candidatura do Arquiduque da Áustria à coroa da Espanha.

Especulando com estes rancores, a corte de Versailles propôs, em 1740, a Madrid, uma convenção para a partilha de Portugal e de suas possessões: o reino europeu e ilhas adjacentes deveriam ser incorporados à Espanha, o Brasil à França. A corte espanhola teve receio de conceder com o análio, e ascensão ao trono de Fernando VI, em 1746, pôs termo prontamente a tais projectos, de que nos fala o escritor alemão Handelman, na sua *História do Brasil*, que é bem o estudo mais notável que existe sobre esse assunto.

O aqeser de Filipe V havia desposado Dôna Bárbara de Bragança, filha de D. João V de Portugal, e esta, princesa, muito inteligente, que tinha sobre o marido a maior influencia — constituíam ambos um casal inodôto — empenhou-se por operar um entendimento entre as duas nações ibéricas. A prova de que ela alcançou bom êxito nos é fornecida pelo tratado de 1750, de que vos falei.

Era infinitamente mais fácil a Espanha, que a França, garantir a Portugal a anexação do Brasil. Afinal para prevenir o caso de uma conquista europeia, a corte de Lisboa não perdeu de vista, nem por um instante, sua colônia americana. Um dos mais prudentes diplomatas portugueses, Dom Luís da Cunha, que foi plenipotenciário no Congresso de Utrecht, e muito tempo embaixador em Paris, cuja inteligência, demastada atilada, contrastava com o meio político português de D. João V, preconizava muito a idéa de uma emigração real imediata a dinastia se instalaria no Rio e o soberano tornaria, sem consideração pela ameaça de Carlos Magno, o título de Imperador do Ocidente.

Portugal — escrevia elle em suas memorias (do humiliosas e na sua forma despretenciosas — pode dividir-se em três partes: uma que não é cultivada, a segunda que pertence à Igreja, e a terceira que não basta ás necessidades da população. "A perda não seria então muito considerável, pois o reino não se acharia mesmo a braços com o perigo de uma conquista, porque o rei da Espanha seria o primeiro a não querer expor a república suas ricas colônias da América do Sul, principalmente o Perú, que parecia ser visado a oeste pela expansão brasileira."

Os limites do império a fundar-se estavam todavia inteiramente traçados de antemão, no dizer de Dom Luís da Cunha. Elle os designava assim: O Giapoe ao Norte, o Prata ao sul, e a oeste o rio Paraguy, até suas nascen-

tes, e p. Madeiro que devia prolongar-se pelo Javari. O que — seja dito de passagem — teria dado ao Brasil a provincia oriental de Entre-Rios o Uruguai e o Paraguai.

Dom Luís da Cunha não se detinha ainda ali. Adivinhandoo e praticando o imperialismo, abrangava a troca da provincia do Algarve pelo Chile e os territórios que terminam no estreito de Magalhães — a República Argentina de hoje e a Patagônia — o que levava seu império a alargar-se numa extensão de dois terços da América meridional. "Se a viaoz não é susceptivel de se regular em seguimento — concluiu elle — dê-lo-ê no futuro." O futuro não lhe deu razão, porém Alexandre de Gusmão, seu amigo e seu confidente — as cartas trocadas entre esses dois homens são escripturas são das mais interessantes — chegou, como a vimos, a tornar legitima a conquista do interior do Brasil.

O RECUEIL XVI oferece aos que tentarem a curiosidade de conhecer o Brasil de outrora, intimamente, dois pontos interessantes, pelo aspecto particular de cada qual deles, e também pelo contraste que deles resulta. Esses pontos são a Bahia e Minas. Aquella um centro de vida antes ociosa, este um foco de vida antes activa. Não quero absolutamente dizer com isso que não houve na Bahia umão desocupado, e em Minas senão trabalhantes. Mas o facto é que a característica geral desses dois núcleos de civilização assim se apresentou na época indicada.

A Bahia tornou-se bem depressa uma cidade de igrejas e de conventos. Baixa celebrações do culto sobrepunham em brilho as de todo o resto do Brasil, e o povo, de que os negros formava ainda hoje o complemento mais importante, era um elemento a mais de desordem e de excessos, que noutro um reflexo de originalidade exótica o mar transbordamento de jovialidade religiosa. Os templos da Bahia merecem sempre ser vistos, por causa da riqueza de seus revestimentos interiores de madeira dourada, de um luxo pródigo e um tanto ou quanto bárbaro, que era o do estilo barroco português, desbordado no Brasil. Os conventos, entretanto, cessaram de ser o que eram então, isto é, círculos de vida, onde, nos dias monjas, chegava-se a representar a comédia humana e a divertida farsa, o onde os prazeres das galanteias e das galanterias se sobrepunham a todas as regras.

Centro do governo, até que o Rio de Janeiro lhe arrebalsasse esta posição, justamente porque a saúde natural das minas parecia ser um porto soberbo, centro eclético, porque o arcebispo-primeiro ali tinha sua corte; centro de justiça, porque a Corte de apelação da colônia ali pronunciava suas sentenças; a Bahia foi naturalmente o ponto de reunião de um trunfo de funcionários, de padres e de magistrados, que se congregavam em uma sociedade de província, exclusiva, cheia de etiquetas e invejosa, onde os procedimentos tinham livre curso e onde a intriga ferventeava à toda hora. Foi a cidade, por excelência, no Brasil, dos oradores sagrados, dos poetas dísticos e dos académicos verbosos. Os teatrantes serenos substituíam o teatro, a ênfase bania a sinceridade e a retórica dispensava-se do estudo.

O tipo literário da época, num tal meio, seria melhor representado pelo académico Rocha Pitta, cujo nome não é novo para vós outros, desde que o encontreis numa coleção francesa de historietas espanholas e portuguesas do século XVIII, composta pelo abade Berthou. Essa coleção diz que se pode julgar do gosto literário de Portugal, nesse período, pelo seguinte lauro literário, muito notado e muitas vezes citado da *História da América Portuguesa*, devido ao autor supra-mencionado, o qual serve sempre para provar, e bem, que os *Diálogos das Grandezas* haviam produzido frutos, e que o entusiasmo pelo país tornara-se mesmo exagerado e ruído. Já a passagem de Rocha Pitta, que se encontra na coleção francesa:

"Do Novo Mundo, tantos séculos escondido e de tantos raios cultuado, onde não chegaram Hannão com suas navegações, Hércules Lúcio com suas colunas, nem Hércules Tebano com suas empresas, é melhor porção o Brasil, vastíssima região, felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas,

contribuindo os seus campos o mar de útil alimento, as suas ruínas o mar fino ouro, os seus troncos o mar suave lenitivo, e os seus rios o Ambur mais seleta, admirável país, e todas as luzes rios, onde prodigamente profusa a natureza se desentemba nas férteis produções, que em oposição da monarquia e benefício do mundo apala a arte, brotando as suas canas espremido néctar, e dando as suas frutas sazonadas ambrosia de que foram quantida sembra o flour e vianda que aos seus falsos deuses atribua o culto gentilheirio".

O abade Berthou reconhecia, contudo, que, em Lisboa, começavam a aborrecer-se — a expressão é bem sua — desse trocadilho de palavras e dessas comparações forçadas. Na colônia de-certo, eram menos exigentes e, pelo que diz respeito ao historiador Rocha Pitta, a afecção de seu estilo lhe ia muito e de par com a sua ingenua admiração pelas belezas naturais do país, com a sua adaptação jactanciosa das fábulas locais aos mitos da antiguidade paga, tudo a grandiloquência de suas narrações militares, em que os episódios da defesa do Brasil tornam, sem excepção, proporções épicas.

Eu disse que seria o tipo literário por excelência da época, se outro não o tivesse precedido e feito, de antemão, empalidecer-lhe a grandiosidade pelo seu uso zombeteiro. A Bahia não teve, com efeito, seu analista coleno, senão após ter tido seu poeta satírico, e este poeta foi impedido para os ridiculos de seu tempo, para as exequi-las dos personagens que ele visitava amudadas vezes, para as histórias escabrosas que chegavam ao seu conhecimento. O ramor dos grandes, a prisão e o exílio não chegaram nunca a fazer cessar sua vela maligna, que se exercia à custa do sagrado e do profano: não respeitava nem vice-rei nem prelado, nem justiça nem religião. Magistrado, este poeta, Gregório de Matos Guerra, era pois um homem de uma classe como as que chamávessem, o que o tornava tanto mais perigoso e odiado.

Inda que, educado em Portugal e tendo ali morado trinta e cinco anos, fizeram dele o fundador e mestre o supposto de nossa literatura, elevando seu amor pela terra a um sentimento nativo e transformando seu humor credo em uma explosão de particularismo político. Dê-se modo à crítica exagera, simultaneamente. Foi uma personalidade notável de seu tempo e de seu meio, porque era um elemento fixo como demolidor das convenções sociais e do respeito à hierarquia. Foi também — deve-se bem reconhecê-lo — nacional, no sentido de que se adaptou de maneira perfeita à sociedade brasileira, que havia deixado muito fôlego, de que sofreu. Ele próprio no mais alto grau o ascendente da volúpia, ou antes da lascívia que reinava em seu ambiente. O paulista não foi, com efeito sua musa. Foi então um exemplar consumação de um fenômeno psicológico de acentuação social a que os dois melhores de nossos críticos, o Sr. Aarão Junior, cognominou de "obração".

Fiz os termos de que se serve esse crítico para descrever este meio de compreensão da literatura brasileira, pelo menos durante seus dois primeiros séculos.

"Este fenômeno consistiu na transformação por que passavam os colonos que atravessavam o Oceano e se acilnavam no Brasil. Portugueses, franceses, espanhóis, apenas desembarcados e tendo penetrado no interior, esqueciam suas respectivas origens, logo que perdiam de vista suas pequenas náves e suas caravelas. Dominados pela rudeza do ambiente, atordoados pela natureza tropical, identificados com a terra, tornavam-se quase todos selvagens. Se novos colonos, sucessivamente chegados, não os acompanhavam na luta, acabavam geralmente por tingir o corpo e odorar as idéias, os hábitos e até a bestialidade dos indígenas. Os exemplos históricos são numerosos: Hans Stade, Soares Morro, Anhanguera e os intérpretes, de quem Villegagnon teve de se queixar tanto. O próprio Jesuita Anchieta não escapou a es-

ta influência. Sua existência entre os selvagens e o presépio que entre eles adquiriu, superior ao dos feiticeiros indios, tendem a provar que o indígenário, sendo em obediência a um contratamento do meio, ao menos por um perfeito artifício, se ficava um verdadeiro peão (feitiço). Se o poder não se pode bem explicar sendo pelos processos da magia, acólitos ou humildemente copiados pelas de seus concorrentes, e que lhe serviram de métodos de catatose".

Não discutirei essa última proposição, que me parece algo audaz, mas creio que o nosso crítico tem razão. Relativamente à influência da vida da Bahia sobre o velho Inácio que era Gregório de Matos, quando para ali voltou e entrou a cultivar o lirismo crioulo e a crítica dirigida contra as três raças. O que seria ainda verdade é que as qualidades essenciais de sua obra literária devem ser consideradas como a expressão pessoal de atributos coletivos, pois estes não cessaram de fazer parte integrante da alma brasileira, sempre predisposta à generalidade para com os trechos e a motar dos poderes que querem abusar do poder. Gavarinho tem primos no Brasil, que se lhe assemelham moralmente, mais do que se pensa. Não há diferença senão na cor. As passagens do Rio de Janeiro, no momento da independência, foram tão abundantes e tão malleáveis quanto as da Roma dos Papas.

Para descrever a existência da Bahia no século XVIII, e pôr-vos em situação de julgar por vós mesmos eu não poderia fazer melhor que me dirigir aos visitantes estrangeiros que ali moravam então. Mas eles são raros. Portugal da Restauração ocultava impescavelmente sua colônia às vistas estrangeiras. Não havia levantado as severas proibições ditadas, sendo pela força dos tratados celebrados com a Holanda e a Grã-Bretanha. Afinal os nacionais desses países não pareciam ter tirado grande vantagem da facilidade que lhes era conferida, tanto eles

a palavra de achar errada de desabores. Mas, se a metrópole era senhora da administração colonial, não o era absolutamente dos elementos, e não podia impedir que erigidos em simples povos isolados, navegando para o mar do sul, como se chamavam então ao Pacífico, procurassem se abrigar contra os tempestados, reparar algumas avarias urgentes, ou se retirar de provações esgotadas, em alguns portos da costa brasileira. A humanidade tinha direitos, mesmo antes da descoberta dos Direitos do Homem. E, devidos a bordo de seus barcos, ou desembarcando e com soldados sempre a acompanhar-lhes os passos, os viajantes acabavam por conhecer as coisas que passavam em movimento aquela sociedade, de mesma maneira por que os Holandeses, organizados em delegação e marchando, sob escorta, de Deshima a Yeddo, acabaram por se informar com tanta exatidão sobre o Japão dos Hōgō, tanto quanto disse nos prova a obra de Kaem-pfer.

Foi desse modo que Froger, no relato da viagem do século XVIII, escreveu que os habitantes da Bahia, se em certo ponto são "bem arranjados, civis e honestos, amam o belo sexo até à loucura, não propõem nada em favor das mulheres, das quais são extremamente ciumentos..." Deixo de aludir a outras particularidades que têm dominado a descoberta e a preservação masculina. Há melhor aliás. A viagem em volta do mundo do Sr. Le Gentil, extremamente curiosa sobre a Bahia dessa época. "Se se tirassem aos portugueses — dizia ele — seus sentos e suas amantes, eles se tornariam bem mais ricos". Eram, com efeito, os principais motivos de despesas dos portugueses. Milord Galloway, que comandava os ingleses em Portugal durante a guerra de sucessão, tinha aliás a esse respeito uma teoria repleta de bom senso britânico.

Segundo ele, a lei de equilíbrio, estabelecida pela Providência para todo o Universo, determinava que houvesse povos indolentes e pródigos, aos quais o outro de-

via caber em parteilha, ao lado dos povos pobres, porém laboriosos, que, pelo seu espírito industrial, supria os outros de riquezas. Estes lhes chegavam de mãos, como é justo, pela troca dos produtos manufacturados, pois, se as outras nações se tornassem igualmente industriais, seria o caso de ir arrebatá-las não armada o outro que a Providência entregou como um depósito nas mãos delas. "Vossa indolência — perorava imperturbavelmente Milord Galloway dirigindo-se aos portugueses — é o laço que vos prende à sociedade existente entre os povos da Europa".

O Sr. Le Gentil, não obstante os rebuçados, de que os baianos lhe tinham feito presente, é bem pouco amável para com a gente da Bahia, que considerava como tal, nas suas maneiras afáveis, o destrive de tão corruptos costumes quanto possível, sem exceptuar as práticas religiosas. Há muito exagero nessas referências, inda que no fundo haja alguma verdade como há muito de comico na seguinte caricatura que ele traça dos portugueses: "Metidos em longos túnicas com o rosário a despeço, a espada nua sob a veste e a guitarra na mão, vagueiam sob os balcoes de suas damas, cantando fadas que nos fazem recordar com saudade a música chinesa ou as nossas gigas, trechos de música de acompanhamento da dança desse nome na Bretanha".

O livro contém todavia bosquejos deliciosos e desopilantes, tais como os dos serões nudes na residência do vice-rei, onde a gente ria pouco e se aborrecia muito, "conforme manda a etiqueta do palácio". Contém também os das visitas ao arcebispado, onde dominava um arto ancião, "que gostava de contar histórias e as conta bem". Três mais o de uma noite de Natal no convento de Santa-Clara, onde as freiras, que pareciam estar "possessas de algum ruído", tocaram com toda a força diversos instrumentos, desde a harpa ao tamboril, e contaram histórias meio-satíricas, meio-sentimentais, de in-

trizes galantes com oficiais da guarnição, das quais algumas as cortejavam. Eram, pois, uma espécie de festa popular de São Paulo, a do Arrastado, em que a classe, não obstante a idade, foi forçada a dançar e saltar como um jovem, em que o divertimento não tinha limites, sendo todas as cortinas da cidade se encontravam, durante aquelas dias de regozijos sensuais, nas seguintes noites que cercar a igreja, como se se tratasse de um templo de Cypri, erigido em plena fidelidade, um meio de louzeiros ídolos e de miras. De dentro reconhece, não obstante, que Dionísio não era dos convidados da festa, de que só Afrodite fazia as honras.

A vida em Minas-Gerais tinha um aspecto inteiramente outro. A sensualidade ali não era mais havia era fervorosa. As cobijas e as olhos se afirmavam pelos crânios. O muro inspirava as ações, como se a malição do ardo Alberto da leão alemã tivesse passado sobre todo o Brasil profundo da terra, e o das águas dos rios brasileiros, tanto quanto sobre aquela que era guardada pelos filhos do Reno. E a maldição acabou-se de tal modo sobre aquela região da riqueza fantástica, que, podendo-se dizer, o rei fabuloso da Nibelungas para ali havia sido misteriosamente levada.

Entrada com o sangue dos bandos que lhe disputavam as descobertas, a Capitania de Minas-Gerais, separada de São Paulo, como todo o oeste havia de se tornar, à medida que a colonização ali se espalhasse, pôde-se e prosperou naturalmente, ao mesmo tempo que a existência do ouro se confirmava no fundo das vales ou no flanco das montanhas. Mas a Capitania nunca não se enriqueceu abundantemente. A corte e a metrópole puderam permitir-se custosas fantasias. Minas-Gerais, do seu lado, suscitou a colônia no seu seio de um luxo sem bom-sensar. Sua sociedade chegou a cobrir-se de uma camada superficial de cultura, que, reflectindo a luz crua dos trópicos, não deixou de desluzir. A

despolto de tudo isso, seu progresso não se manifestou, de maneira esboçada, senão após o ouro se ter esgotado e a agricultura ser forçada a tomar o lugar das escavações de minas, para nutrir o mundo de gente que estas haviam atraído.

Contudo, Minas passou-se tão rapidamente, que por ocasião do ataque ao Rio de Janeiro, desferido por Duquay-Trouin, em 1711, seus mil homens — paulistas e estrangeiros, como se designavam os que não vinham de São Paulo — arrastaram a defender a cidade, duvidosamente, porém, quando seu resgate já havia sido esboçado e aceito. O governador não quis consentir no violar-se a convenção. A descoberta das minas doha, na verdade, provocado em Portugal, desde o começo do século XVIII, uma tão grande corrente de emigração para o Brasil, que o Conselho de ultramar — a corporação encarregada de elaborar as leis e decretos reais e de dar relatório sobre os litígios administrativos, à qual ficavam nestas atribuições os negócios das colônias e a que, de algum modo, presidia os despachos — se mostrou inquieto, temendo, dizia em uma de suas consultas oficiais, que em pouco tempo a presença não viesse a contar tantos súditos brancos quanto a metrópole.

Fra a colonização espontânea, que excedia positivamente a colonização regulamentada pelas tropas de ocupação destinadas das forças militares do Reino, e pelos imigrantes especialmente contratados com o fim de favorecer o povoamento da interior região. Parecia-se estar longe, sobretudo naquele período, de um elemento que havia sido abundante durante o primeiro século: o dos deportados e também o dos forçados da justiça, acorridos para as capitães feudais, onde o soberano havia renunciado ao exercício de sua jurisdição, e para as capitães reais, onde a prerrogativa dos crimes era certa, mesmo para condenados à morte, salvo para os crimes de heresia, de irreligão, de sodomia e de falsificação da moeda.

O vocabulário criminoso tinha afinal naquele tempo um alcance que a humanidade de nossos Códigos de hoje e sobretudo a indulgência de nossos sentimentos e o desenvolvimento de nossa inteligência têm atenuado de muito. Basta, com um de nossos mais eficientes historiadores, João Francisco Lisboa, lembrar que simples infrações, ainda mais, atos que presentemente poderia ser impunemente praticados, não sendo passíveis de nenhum castigo — como ler a buenadicha ou beijar uma jovem — eram então punidos com a deportação, prisão aliás que abrangia nada menos do quezenas e alforreta espécies de delitos. Isso explica que muitos desses supostos criminosos, uma vez desembarcados nas praias hospitaleiras, estavam em situação de se tornar dignos e honestos cidadãos, com tanta facilidade quanto a existência deixava de ter para eles os mesmos rigores. Terras férteis lhes eram oferecidas, como o seriam mais tarde aos bons trabalhadores, que não haviam de tratar a fortuna das minas. Já despojadura de todas as fantasias e de todas as lendas, abundantes materialmente na imaginação dos primeiros pesquisadores de ouro, que criaram, por essa maneira, um espírito bem bonito do folclore nacional).

A população que fundou Minas-Geral — faço alusão à do começo, que abriu o caminho da região aos demais imigrantes — era uma população já nacional, pelo nascimento, e que houvera recebido como preciosa herança a completa adaptação ao meio brasileiro, que compreendia desde os elementos indígenas — o milho, a banana e a farinha de mandioca — até a rede para repouso e as armas de guerra, o arco e a flecha, até as melancólicas crições imaginativas da vida animal e da vida sobrenatural. Eram homens de músculos de ferro e jarrões de aço, que, para chegarem até ali haviam sofrido rudes provas, mas que não eram tão passíveis de lamentações como os enlouros e os nobres das primitivas

corações, pois contavam então atrás de si dois séculos de civilização local.

Assim é que eles dispunham de elementos de êxito, que haviam deixado aos seus antecessores dos primeiros tempos, os senhores feudais, improvisados para a defesa da possessão, contra as incursões estrangeiras, e seus vassallos, fiéis ou rebeldes. Esses elementos compreendiam as culturas acolinadas, muitas das quais haviam sido introduzidas pelos grantasagentes por excelência, no século XVI, do desenvolvimento e da mortalidade da colônia. O coqueiro, por exemplo — que se tornou inseparável de nossa paisagem, é uma árvore importada. Foram também frutos da influência das jesuítas os hábitos transformados, de maneira a garantir mais o êxito dos empreendimentos peregrinos dirigidos para o desconhecido; os animais de trabalho, cavalos e bois, e os que serviam para a alimentação, galinhas e patos, que não existiam no Brasil anterior à época histórica.

Os recém-chegados — os *canibóbas*, como os chamavam os paulistas, de acordo com um vocabulário indígena que significava grovas ou sejam as partes da armadura antiga que cobria as pernas até o joelho, e de que faziam uso os mesmos recém-vindos — tinham entretanto por si o número, além da ambição estimulada pelo inveja. E daí derivou-se um período de disputas sangrentas, agravadas por crueldades e covardias, que são da téia da história, quando as más paixões se desencadeiam, quando o misticismo religioso tem cessado de servir de guia e quando a autoridade não possui ainda os meios para a energia bastante para reprimi-las.

Após esse período anárquico, que, mais que a outros, é familiar às sociedades abaladas pela neurose do ouro e das pedras, como a Califórnia, a Austrália e o Cabo — e o interior do Brasil, nos séculos XVII e XVIII não poderia ser diferente de regiões exploradas ainda em pleno século XIX — veio o período de rigorosa vigi-

função administrativa e de severo exclusivismo oficial, que desviava em proveito do Estado a riqueza enfim, obtida e entregue pela esfinge desde tanto tempo interrogada.

Se o Estado não tivesse intervenido, diluindo regulamentações draconianas, afin de reclamar seus direitos na partilha comum, e explorar os concorrentes à exploração, o resultado não teria sido muito mais vantajoso para os particulares, pois as condições nas quais se efetuava a exploração das jazidas de quartzo e os cursos de água, não ofereciam senão aspectos que por fim se tornaram ruinosos para os que se entregavam à exploração. Antes de tudo, a indústria era exercida da maneira mais complicada. Logo seguida, toda a gente passou a ocupar-se de minas, ninguém pensava nas províncias, que deviam vir, na sua totalidade, do litoral e eram vendidas a preços exorbitantes. Enfim, sabe-se que a mais louca prodigalidade acompanhava sempre os ganhos fáceis ou rápidos, e que os felizes desse gênero não acreditam na realidade haver atingido a riqueza, sendo quando podem entregar-se ao luxo mais extravagante.

O Sr. João Ribeiro lembra a este propósito as palavras proféticas do grande imaginativo que foi o Padre António Vieira, quando preveio sobre o efeito que havia de produzir a descoberta das minas, sempre procuradas pelos aventureiros como objetivo principal da atividade de que eram capazes.

"No mesmo dia hanteis de começar a ser feitores e não senhores de toda a vossa fazenda. Não havia de ser vosso o vosso escravo, nem vossa a vossa canôa, nem vosso o vosso carro e o vosso bui senão para o mandar e servir com ele. A raça haviam de lá de tomar de aposentadoria para os officiaes das minas; o canivell havia de ficar em mão porque as que o cultivassem haviam de ir para as minas e vós mesmos não havíeis de ser vossos, porque vos haviam de apenas para o que divéssels ou não

divéssels prestumes: e só os vossos engenhos haviam de ter muito que moer, porque vós e vossos filhos havíeis de ser os moídos".

O despotismo português era de uma insensibilidade tão pungente quanto poderia fazê-lo crer essa visão do pólpito, confirmada pela conspiração, que, no fim de século XVIII, tentou subtrair a colônia ao poder da metrópole, fundando no continente meridional o par da República da América do Norte?

As colónias tendem todas a emancipar-se de suas metrópoles. É a regra geral determinada pelo crescimento e pela ansia de liberdade, regra que se estende do reino animal ao domínio social. Não é que Portugal haja sido mais tirânico para as possessões que qualquer outra nação. O antigo regime era, pouco mais ou menos, o mesmo por toda a parte. Tamo não teria achado nesse terreno grande diferença, se tivesse estudado a questão fora da Europa.

O quinto do ouro, o imposto de que Minas-Gerais sempre se queixou, sobretudo quando se tratava de pagar atrasados de uma contribuição considerada fixa, havia sido criado ao tempo da descoberta do país, como um imposto problemático, e que seria, dado o caso, o grande proveito da metrópole. O restante do sistema tributário, constituído quase na totalidade de taxas directas — os décimos e vigésimos da produção — era, segundo a expressão do historiador João Ribeiro, na maior parte aplicado aos interesses da colônia. O que o rei recebia, na qualidade de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, servia ao custeio do culto. Isso quanto à parte financeira. Quanto às leis criminaes, haviam sido no começo, e na intenção de favorecer a colonização, interpretadas com uma largueza que levava às raias da tolerância. E o donatário de Pernambuco — que, se vos lembrais ainda do que eu vos disse, era um homem de princípios — queixava-se

mostram claramente ao rei a amplitude contida ao direito de asilo entre as capitanias feudais.

Se as liberdades municipais que, no século XVI, tinham sido outorgadas no Brasil, eram iguais às que ainda usufruíam em Portugal o domínio romano — os direitos extensivos às cidades e à legislação, que, através os viscondes e os árduos, se conservaram impregnados de particularismo ocidentais, no XVIII século a aparência de um visível declínio, cujo aspecto era geral em toda a vida comunal europeia ou de caráter europeu. Os primeiros golpes desfechados contra as franquias locais datavam no Brasil de um acontecimento que havia sido um considerável progresso político e social: querio dizer, da superposição do Estado com tendências unitárias às Capitâncias feudais.

Vimos como o primeiro bosquejo feudal teve de ser apagado em consequência de sua própria ignorância, e como a unidade administrativa e militar, ensinada pela metrópole, foi consolidada pela união, produzida pelo movimento geral contra o inimigo holandês, sempre de uma boa parte do Brasil, e pelo movimento geral da exploração econômica, promovido pela indústria do açúcar e submetido pela atração das minas. São dois movimentos de base destrutiva, onde que não possam adormecer-se com este qualificativo, denunciando um sentimento instintivo, muito mais, e em contrário, nostro. O efeito de criação que disso deveria resultar constituiria o corretivo para a tendência fortemente dispersiva dos primeiros agrupamentos de colonização, que se haviam tornado cada qual deles, um ciclo de atividade.

E dessa maneira, pela força da atração, que ao rio São-Francisco se encontra o movimento descendente de Pernambuco e a colonização nupcional de Sergipe, determinada pelas entradas em peregrinação dos índios, e que o movimento ascendente da Capitania de Duarte Coelho, iniciado em 1548 pela emigração da Paraíba, pas-

sou ao Rio Grande do Norte, chegou, no cortejo do século XVII, ao Ceará — ali sofreu, antes de conquistar o Maranhão aos franceses, retardamentos, causados pelas vinganças dos selvagens contra os que procuravam escravizá-los, e enfim, chegou ao Pará ao tempo de arrebatá-lo aos piratas franceses, holandeses e ingleses.

Não ignorais que estas procurações e selvagens refugio no país do El-Dourado, a quimera do Itaipé, na região — verdadeira res aninha — que se estende do Oiapoque, onde se detem a marcha portuguesa para o norte, ao Orenoco, onde fizeram alta os espanhóis que marchavam de Barro para leste, e na qual as esperanças não realizadas dessas três grandes nações marítimas, sucessivamente rivais das potências ibéricas, tiveram uma aparência de compensação nos territórios que se chamam o chamado Guinéa francesa, inglesa e holandesa.

O resto do Brasil obedeceu à mesma lei de convergência que deu lugar a um esquema de agrupamento, cujo ritmo, contudo a todos se forma, segundo a feliz expressão do Sr. João Ribeiro, pela alternativa do particularismo centrífugo e da gravitação política. No XVIII século, por exemplo, graças ao desordem dos estabelecimentos das minas, e o espírito livre das Capitâncias locais que reaparece, para ser novamente subjulgado e encaucizado numa única direção geral para a monarquia trípode.

A riqueza de Minas-Gerais — riqueza tão aparente e improdutiva, pelo menos em relação à colônia e nas condições em que foi explorada — foi bem passageira. Durou, quando muito, um século. Falo, bem entendido, da riqueza produzida pelas minas. Quando a Corte portuguesa chegou ao Brasil, no começo do século XIX, o espetáculo que oferecia a Capitania do ouro estava longe de ser o mesmo que oferecia no XVIII século. Em 1750, calcula-se que 20 000 pessoas, isto é um terço da população, se ocupavam de minas. Por ocasião da in-

dependência, em 1822, este número desceia para cinco mil. A produção do ouro que, até 1820, segundo os cálculos de Von Schöepff, se elevava a mais de 945 000 quilogramas, havia de tal maneira diminuído, que, em 1820, o quinto rendeu somente 135 quilogramas.

O mesmo se tinha dado em relação aos diamantes, que atraíram uma população de 40.000 aventureiros para o distrito de Minas, onde estas pedras foram achadas em tão grande proporção, que a preço do diamante baixou na Europa, de três quartos. E, para manter seus proventos, o Governo português foi forçado a transformar sua vizinhança em espionagem, e castigar severamente as fraudes, a elevar de 45\$000 para 240\$000 o imposto per capita, e, em seguida a criar o monopólio do Estado. Este monopólio foi, afinal, cercado pelo Marquês de Pombal, de tantos rigores e exigências, que a exploração dos diamantes passou de livre a subjugada, e não conheceu mais prosperidade.

Um golpe muito sério foi também desferido contra os interesses brasileiros com a perda da Colônia do Sacramento, onde floracia o mais escandaloso e mais lucrativo comércio de contrabando com a cidade de Buenos-Aires, situada em face, com as províncias de Tucumán e do Paraguai, e mesmo, transpondo os Andes, com a vice-reinada do Perú. As mercadorias introduzidas desta maneira, e que vinham da Europa pela via do Rio de Janeiro, podiam ser vendidas em Lima, mais baratas que as que desciam do Panamá, onde os mercadores de Sevilha, senhores da monopolio do tráfico nas colônias espanholas, celebravam em seu proveito as terras de Porto Belo.

O desejo de pôr fim ao desenfreado contrabando, que seguia o caminho mais curto, pelo menos para chegar a Buenos-Aires — e quanto à distância até o Perú era compensada pelos lucros — valeu de muito para a resolução do Governo de Madrid de expulsar os portugue-

ses da denominada Banda Oriental, desde o momento que a metrópole espanhola não quizesse tornar franco o comércio, o que seria no Brasil o primeiro ato resultante da transferência da Corte. Os antigos regulamentos não foram aplicados em 1778, no ano após o tratado de Madrid, que conferia a Colônia do Sacramento a Espanha, e os novos regulamentos não autorizavam senão o tráfico directo com a metrópole.

As minas não foram todavia a única causa do povoamento que se seguiu à conquista do interior do Brasil. Ao lado delas houve, como causa determinante, especialmente no norte, entre Bahia e Maranhão, numa região, não obstante, sujeita a sérias prolongadas e fazendo contraste com as planícies inundadas da Amazônia, uma indústria mais pacífica e menos alucinosa, o cultivo do gado, característico de época serena. Serão é o nome próprio da parte menos arrejada do país, região descoberta, como outras, pelos pesquisadores do ouro, percorrida pelas expedições e guerrilhas, da época do domínio holandês e, enfim, colonizada pelos criadores, aos quais cabe o mérito de se haverem ali fixado e de tê-la utilizado desde o século XVIII, um século portanto antes da ocupação permanente do interior meridional e central onde as rainhas estavam atiradas. A população muito espanhola, que a indústria pastoril reteve nos campos de pastagem, no clima mais fresco e menos úmido que o da costa, ganhou aí um carácter inteiramente particular. Esta população é raça bem mais pura que a do interior, com pouca mistura de sangue índio e quase nenhuma de sangue negro, corajosa no trabalho, sóbria, nutrida de sobretudo de carne e de leite, bastante desconfiada, ativa por se sentir quase a si mesma, inclinada aos devaneios lúdicos, pronta a recorrer às soluções violentas, dotada geralmente de sentimentos cavalheirescos e, ocasionalmente, sujeita a crises de exaltação religiosa.

Ninguém descreveu melhor o sertão que um de seus

suas escrituras, morto ainda não há dois anos, em plena juventude, em circunstâncias particularmente dramáticas. Oculista da Cunha revê-las e mostra como escritor pelo livro pujante que publicou sobre os aspectos e sobre o homem dessa região. Posso dizer mesmo que é um livro extraordinário, pois reúne sólidos conhecimentos científicos e bosquejos imprevistos, num estilo novo e original. Deleito não poder citar-vos capítulos inteiros de uma tal obra, mas não poderia deixar de levar alguns trechos que vos ajudarão a perceber a fisionomia do país, a que acabo de fazer alusão:

"Hegel delineou três categorias geográficas como elementos fundamentais colturando um mundo ao reagir sobre o homem, criando diferenciações únicas:

"As estepes de vegetação toalha, ou vastas planícies áridas: os vales férteis, profusamente irrigados; as montanhas e as ilhas.

"Os Llanos da Venezuela; as savannas que alagam o vale do Mississipi, as pampas desérticas e o próprio Alasca desmatado sobre os Andes — vasto território onde vagueiam duzes — inscreveram-se rigorosamente nos princípios.

"Mas que pesa os séculos longos, as trombas esmagadoras de areia, o ao salgar de súbitas inundações não se incompatibilizam com a vida. Mas não fixam o homem à terra. A sua fúria rudimentar, de gramíneas e ciprêscas, revivendo vigorosa nas quadras pluviais, é um incentivo à vida pastoril. As sociedades errantes dos pequeritos possuem móvel, um constante armazém e desamarrar de tendas, por aqueles planos — rápidas, dispersas aos primeiros fulgores do vento.

"Não atraem. Faltam-lhes sempre o mesmo cenário de uma monotonia escuridinha, com a variante única do céu: um oceano imóvel sem vagas e sem grãos. Tem a terra, centrífuga do deserto: repele; denuncia dispersam. Não se podem ligar à humanidade pela via-

culo pupila do saque dos arados. São um isolado Ártico entre as cordilheiras e o mar, ou as estepes da Mongólia, varridas em torções douradas, pelas catarras turbulentas dos rios furiosos arrebatados.

"Aos sertões do norte, porém, que é primeira vista se lhes equiparam, falta um lugar no quadro do mundador germânico. As gravíssimas nuvens, crê-se que entram de troia, naquela pituita subdivisão; as gravíssimas no inverno, apoditam-se que são parte residual da segunda. Reticamente estêreis: matarilhosamente esbeltas.

"Na plenitude das áreas são positivamente o deserto. Mas, quando estas não se prolongam ao ponto de originarem penosíssimas trovas, o homem luta como se arvorasse arrastando nos dias de abastança e, entre embate feraz, abênico, terrivelmente obscuro, afogado na solidão das chapadas, a natureza não o abandona de todo. Amparado muito além das horas de desesperança, que acompanham o esgotamento das últimas espinhas.

"Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em matagões lambeiros, contrastando com o desolamento anterior. Os vales secos fazem-se rios, buscam-se os córregos escurvidos, repentinamente verdugantes. A vegetação vira de flores, cobrindo-a, os grãos esqueléticos, e disfarça a dureza das barrancas e arredonda em colinas os uncões de blocos dyurglens — de sorte que as chapadas áridas, intertendidas de riuíles, se ligam em curvas mais suaves nos tabuleiros altos. Cai a temperatura. Com o desaparecer das sombras adula-se a ventura anormal do espaço. Nuvens tornam-se poeiras: a transparência dos ares salienta as linhas mais límpidas, em todas as variantes, da forma e da cor.

"Dilatam-se os horizontes. O firmamento, sem o azul carregado dos desertos, alisa-se, mais profundo, ante o expandir revivificante da terra."

O homem colaborou para este resultado com os ele-

mentos meteorológicos e com outras causas naturais. Foi, segundo a expressão do autor, um notável agente geológico, desempenhando o papel de infatigável criador de desertos. O fato que havia sido um instrumento essencial da agricultura primitiva dos indígenas, por meio do qual transformavam vastas zonas de florestas em vastos charcos, cobertos de uma vegetação diferente e murcha, foi empregado com um tal desceio pelos colonizadores portugueses, tanto quanto por aqueles que não queriam sentir campos para seus rebanhos, quanto por aqueles que, a busca de escravos e de metais preciosos, empunhavam-se em ter os horizontes livres, e detestavam os cercados de árvores onde as surpresas eram fáceis.

Porque, é preciso diz-lo com franqueza, o devo revelar, escrita de toda a razão da expansão brasileira. E, para, menos confessional e menos honrosa, o da casta dos indígenas. Foi esta perseguição desenfreada e impiedosa que pôs em contacto Brasil, desde a primeira metade do século XVII, antes mesmo que a união se rompesse as duas nacionalidades peninsulares na região banhada pelos grandes rios Paraná e Paraguai. Onde os tentáculos espanhóis haviam fundido florentes e delícias mineiras e onde a Espanha contava já duas cidades nobres: — a cidade real de Cuaira, embocadura do Paraguai, e Vila Rica, no Ipirá. A destruição dos estabelecimentos da estequero e a tomada dos estabelecimentos d'ela eram atos de guerra e de vandalismo, praticados em plena paz e mesmo sob o regime da fúria política, pelos usados paulistas, mas tolerados pelas autoridades coloniais. Indiquei-vos que não tiveram como resultado a anexação da admirável região, que teve seus mártires antes mesmo de ter seus colonos, e de onde os aventureiros brasileiros levaram facilmente até o Uruguai suas humores, constantemente transformadas em conquistas. O Brasil, como qualquer outra região progressiva, tornou-se dessas conquistas.

N A BAHIA como em Minas Gerais, de cuja Capitania, de que nos ocupamos especialmente neste dia, a população escrava chegou a exceder a população livre, mas a vida era ali demasiado alegre e aqui demasiado vigada, de modo que essa circunstância não podia inspirar receios muito sérios. Entretanto o primeiro quilombo (ou ajuntamento de negros fugitivos) de que fazem menção nossas crônicas se verificou na Bahia, e data de 1575. Mas o mais importante e mais conhecido, que viveu na história e subsiste na lenda, é o de Palmares, em Alagoas, destruído em 1699. Seu crescimento e sua organização obedeceram às leis naturais das sociedades humanas. Aos primeiros fugitivos outros se reuniram na espessura das florestas virgens. Famílias se esboçaram. As choupanas de taipa e teto de palhas se agruparam. Uma palçada e bestidos de taipa se cercavam como na África de onde vinham os negros. Fazendas de mandioca e plantações de legumes eram cultivadas fora do recinto. Relações e transações se estabeleceram com os escravos das propriedades meoras distancadas. Uma cidade e uma sociedade se tinham fundado, cuja vizinhança inquietava os proprietários rurais, tanto por causa das depredações a que estavam expostas

das na cultura. Quanto por motivo do mau exemplo e da tentação que o quilombo representava para seus escravos.

Uma espécie de polícia rural, composta de negros crioulos, ou de mulatos livres, estava encarregada por esses proprietários de percorrer os distritos meio selvagens, onde de ordinário se escondevam os quilombos, e de recolher os escravos fugitivos. A essa espécie de polícia se dava a designação de capitães de campo, e a instituição municipal, no que concerne sua última tarefa, até a abolição da escravatura. O ofício exigia audácia e uma grande resistência física. E, armada até os dentes, essa gente se fazia ainda acompanhar de galgos cor-de-rosa que a humanidade de negros costumes fez com o correr dos tempos desaparecer.

Devido à vossa imaginação a cizania de evocar os pungentes episódios dessas caçadas ao homem, os tratamentos bárbaros a que estavam sujeitos os capturados, pelos seus perseguidores, e as represálias que, ocasionalmente, estavam reservadas a esses últimos. Abusos, como era natural, se originaram desse estado de coisas. Havia capitães de campo que raptavam, pessoalmente escravos, para, em seguida, reconduzi-los como fugitivos e recobrerem a recompensa, e outros que abrigavam fugitivos. Durante meses, tiravam proveito do trabalho deles antes de entregá-los aos senhores. Mas, afinal de contas, a instituição teve, no seu horrível funcionamento, a vantagem de impedir que o Brasil se enchesse de refúgios de negros fugitivos, que teriam tornado a vida do país impossível pela falta de segurança.

Pode-se ainda julgar das propensões que esses quilombos eram suscetíveis de adquirir, por aquele que um alcaide não hesita em qualificar de Negerstant (Estado negro), e que assim se manteve durante mais de meio século. Palmares nasceu das condições de profunda desordem sobrevindas à Capitania de Pernambuco pela

invasão holandesa. Admite-se mesmo, como possível, que seu ponto de partida tenha sido, não o ajuntamento de negros fugitivos reunidos de propósito firmado, mas um carregamento de negros da África, desembarcados na costa por um corsário holandês, que, tendo-se apoderado do navio português, não teria disposto do tempo necessário para ir vender a presa viva, por haver sido premido a empregar na guerra o navio capturado.

Em todo caso, antigas reservas das numerosas plantações devastadas e abandonadas durante a invasão — escravos que não se tinham aliado ao partido holandês ou português — juntaram-se a este primeiro núcleo, que gerou outros quilombos. Em breve numerosos pequenos quilombos cercavam o grande e cobriam a território atual de Alagôas, e todos reconheciam a autoridade do mais antigo. Foi então que sobreviu esse esboço de organização social, que não torna exagerada a expressão, a que não referi, de Estado Negro.

Esta organização se baseava, como qualquer outra, em um código, sobre o homicídio e a pilhagem. As plantações isoladas eram atacadas e incendiadas, as riquezas, os rebanhos e os escravos conduzidos para o quilombo, os brancos massacrados, suas mulheres e filhos distribuídos, como a melhor presa, aos guerreiros. A situação tomou um caráter tão lamentável, que Maurício de Nassau, após a trégua, quis invadir contra aquilo por meio de uma expedição, cujos resultados, entretanto, certamente incompletos, se viram comprometidos pela campanha libertadora que permitiu ao Quilombo de Palmares reconstituir-se mais forte que nunca, a ponto de poder desafiar as forças militares da Capitania de Pernambuco.

Nestas condições não restava aos plantadores, para se garantirem um pouco contra o perigo, senão entrar em relações com os negros, obter, por intermédio de seus próprios escravos, o resgate de suas mulheres e

de seus filhos, pagar contribuições aos depredadores e estabelecer com eles relações de comércio, trocando os produtos de suas culturas por armas e munições. O Estado negro seguia portanto a marcha da evolução natural em outros casos.

Pelo que é de sua organização interna, teve um chefe vitalício, o Zumbi, ao qual todos deviam obedecer cogitantes. Com efeito, a paz dos diferentes quilombos, administrações, cada qual, por um chefe que acumulava as funções de magistrado, não foi nunca perturbada por nenhuma conspiração nem por nenhum levante. As leis eram transmitidas verbalmente, a religião se compunha de uma mistura de símbolos católicos e de feitiço africano, a escravatura existia como na África, pelos próprios irmãos de raça feitos prisioneiros nos combates, e os cidadãos dos quilombos não eram senão os que a eles se aliam voluntariamente.

A população inteira de Palmares elevou-se, segundo o século português, a 20.000 almas, e costado doze de compunha de homens armados. A resistência que ofereceram foi heróica, por ocasião do último ataque contra a capital fortificada, constituída de pequenos grupos de habitações à sombra de grandes palmeiras, no meio das quais corria, vindo das montanhas, riachos que iam desaguar num lago central muito piscoso.

Não foi senão no fim do século XVII que um governador geral de Pernambuco deu provas de bastante iniciativa para mandar cercar o terrível quilombo, de que usava o nome para fazer recuar os mais audaciosos. Gaspar de Melo e Castro — é o nome do valente administrador — reclamou o auxílio do governo da Capitania da Bahia, que lhe enviou um destacamento de mil paulistas e índios, comandados por Domingos Jorge. Tendo avançado por terra e se lançado só contra o posto, os comandantes de Domingos Jorge foram forçados a bater em retirada, até o momento em que se puderam unir às

tropas regulares e ter o efetivo elevado ao total de seis mil homens. Seguiu-se então um verdadeiro cerco, interrompido de assaltos contra as três portas da cidade negra, de que as munições e provisões por fim se esgotaram. Uma vez forçadas as portas, os assaltantes penetraram no recinto, matando ali a morte e a desolação, enquanto Zumbi, acompanhado de seus principais guerreiros precipitava-se num abismo, preferindo o suicídio à escravidão a que foi reduzido o grosso da população do quilombo, repartido entre os vencedores, ao mesmo tempo que a capital era arrasada. Não havia na realidade lugar para este Estado africano em meio de uma série de colônias européias que não pensariam em breve senão na emancipação.

O espírito de autonomia que devia surgir no Brasil no fim do século XVIII — surgiu não é bem a palavra, desde que se havia revelado antes, mas que devia então organizar-se e passar ao estado de aspiração latente — seria a reação natural contra a onipotência do Estado, que, em Portugal, ninguém tentou melhor que o marquês de Pombal. Seu despotismo ali não teve limites. E como poderia tê-los conhecido além-mar numa colônia em que se permitia, embora, livre curso às atividades locais, mas que a metrópole houvera talhado à sua própria imagem? Toda resistência devia ser, aqui e ali, inútil contra a firme resolução, apoiada na força, de levar às coisas pela violência, até os limites extremos ditados pela razão.

A disciplina portuguesa havia vencido no Brasil a anarquia social, e qual houvera germinado das circunstâncias propriamente da primeira colonização européia e sobretudo das condições de povoamento, o qual antes de se definir na fusão das raças dos três continentes diferentes, houvera representado o conflito de duas de entre elas. Ora, a sociologia adianta, e a história prova, que o contacto de raças, de que cada qual possui um

gra de civilização diferente das outras, não é propício, pelo menos ao seu progresso moral correlativo. Quando a razão disso não fosse ação a das relações da opressão suavizada pela escravidão e do serviço recíproca pela revolta, o efeito pareceria deplorable.

A sociedade do Minas-Gerais, no século XVIII, para se nos, menor que outra qualquer do ultra-mar, estar fora dessa situação e disposta de boa vontade a melhorar. As minas exigiam mais ainda que os campos, o trabalho dos escravos, e a falta de ouro não poderia suprir senão alucinações de riqueza ou pesadelos de crimes. Para que se ouvissem no nosso lugar, partidas do meio do elemento civil e não mais religioso, que se aspirava a dirigir, palavras de justiça prática para com o negro e de simpatia sincera para com o índio, foi preciso esperar, na Constituinte de 1823, pela voz complacente e respeitosa de José Bonifácio, cuja educação científica se houvera completado nos países mais adiantados da Europa, desde a França até à Suécia, e cujo senso político não era fruto do entusiasmo da juventude, mas da experiência da idade madura.

Os projetos legislativos de José Bonifácio sobre a civilização dos índios, sobre a abolição do tráfico de negros e sobre a emancipação dos escravos constituem a maior honra de seu espírito humanitário e da assembléa que os escutou. Seu senso político era entretanto bastante esclarecido, e fê-lo perceber as dificuldades a vencer. — "As dificuldades se amontoam por nossa culpa, — dizia ele a propósito dos índios. São os costumes continuos radicados que lhes foram inspirados pelas antigas servitudes, o desprezo de que demos geralmente provas a seu respeito, o roubo tolerado de suas melhores terras, as tarefas a que os sujeitamos, enquanto lhes pagávamos salários ínfimos, ou mesmo lhes recusávamos pagar qualquer espécie de salário, nutrido-os mal, enganando-os em contratos de compra e venda, arrebatan-

do-os durante anos às suas famílias e aos seus campos de cultura, em benefício dos trabalhos do Estado e de particulares, enfim, importando-lhes todos os vícios e contagando-os de febres ou doenças, sem dotá-los de nossas virtudes e de nossos talentos."

Em relação aos negros, os acentos daquele que seria em breve o "Patriarca da Independência" não eram menos convencidos e generosos: "Por que — interrogava ele — só os brasileiros continuão a ser surdos aos apelos da razão e da religião cristã? Durei mais de honra e da dignidade nacional? Porque somos a única nação de sangue europeu que ainda trafica abertamente e publicamente com escravos africanos. Sou cristão e filantropo, e Deus me inspire assim de que levante minha voz em favor da justiça e de uma sã política. Não temas legisladores, abertamente, os protestos do interesse egoísta... Se o antigo despotismo foi insensível a tudo, é que achava nesta sua conveniência própria, queria que fossemos um povo misturado e heterogêneo, sem racionalidade e sem fraternidade, assim de melhor nos manter com escravos. Nas graças aos céus e à nossa situação geográfica, tornamo-nos um povo livre e independente."

Este brado do ativista do patriotismo não podia deixar de ser ouvido porque a formação de nossa nacionalidade a havia tornado possível e legal. A liberdade entretanto nunca conhecera e produziu seu sofrimento. Ainda é preciso notar que liberdade civil — a qual tinha sido em teoria definitivamente conferida aos indígenas sob o ministério do marquês de Pombal, ao mesmo tempo que eram expulsos os jesuítas, para ficar bem provado que eram eles que os retinham em servidão — liberdade civil, repito, não quer dizer liberdade política. A liberdade civil decorre antes da liberdade política, se não a precede. Por esta, a liberdade política, que constitui o ideal imediato, senão o único, dos conspiradores, que

no fundo da pitoresca Vila Rica de Minas, de ruas estreitas e escuras como as de um logarejo árabe, com uma praça de edifícios nobres, esforçando-se por parecer pomposos, e tendo por horizonte, nas alturas da corcama, igrejas brancas sem gosto nem estilo sob chamear fundar a República.

Não é fora de propósito pensar que a seiva das velhas tradições portuguesas de liberdade se tinham num certo sentido rejuvenescendo no meio virgem da colônia, e que a independência da vida aventureira concorrendo para isso poderosamente, as ditas tradições se tivessem pôsto a reflorescer. É assim curioso verificar que no Maranhão, em 1654, por ocasião do levante que Deckman pôs em uma vida na terra, e com que o governo se assustou muito particularmente, tendo que as revoltas estendessem as mãos aos franceses de Cayena — o que teria talvez transformado em realidade a tentativa de La Ravardière — o poder executivo foi confiado a três nobres, auxiliados de dois procuradores do povo, que não eram senão os tribunos, à maneira da antiga Roma. O juiz do povo, magistrado popular, como o nome indica, que, nos momentos críticos, tomava a si os interesses dos mandalários, e gozava do prestígio proporcionado ao seu papel — era um personagem de tal modo habitual à frente dos movimentos subversivos, que o cargo foi abolida em 1712, no momento em que o despotismo real era mais acentuado, por se considerar que um tal juiz embarçava a ação do governo e favorecia as paixões da população.

A conspiração de Vila Rica teve lugar no mesmo ano em que na França a Bastilha era assaltada e tomada pela multidão em fúria, que, antes de atacar os representantes da instituição monárquica, no trono, atravessava os piores símbolos da realza absoluta. Este acontecimento marca o triunfo da liberdade política, o grande princípio de onde partiu o livre desenvolvimento

mental do século da Enciclopédia que ganhou o mundo, pois é sabido que as idéias mudam mais facilmente as proibições oficiais que as mercaderias. O contrabando delas teve êxito sempre. Perseguidas, escapam às perseguições e acabam por se infiltrar por toda a parte. No Brasil, elas também chegaram e a melhor prova da influência que lhes cabe sobre o movimento anotado em 1789, é que este foi sobretudo uma conspiração de homens de letras, isto é, de pessoas para quem se tornaram familiares as expressões de racionalismo, do contrato social e de felicidade do gênero humano, isto é, as máximas da liberdade de crítica, de liberdade de reunião e de liberdade de pensamento, de liberdade, pois, sob o aspecto de inteligência, de afeição e de vontade. A economia tinha, para esse efeito, substituído a teologia pelo exame das energias e impulsos do espírito humano. Ao estudo das manifestações de Deus, preferiam-se os dos recursos das sociedades, cuja má organização teria falseado a bondade natural do homem.

Nunca teorias tão arcaicas haviam rezado aos ouvidos dos que sonhavam com o progresso da espécie humana, e para quem o futuro parecia ter reservado, não mais vagas esperanças, mas soberbos realidades. Os filósofos franceses do XVIII século imaginavam muito a América como uma terra admiravelmente dotada pela natureza, mas que germa sob a opressão de ferozes metrópoles. Que ouvimos, por exemplo, na Alzira de Voltaire? Uma voz que clama:

Vós de tiranos tais a fúria insatisfeita!

Pensem que foi pra si que a América foi feita.

Esses versos, que um célebre jornal político da época da Independência, redigido pelos irmãos Andrada, e intitulado "O Tarso", do nome dos índios do Rio de Janeiro, havia de ter por epígrafe, já sonavam entretanto

falso na Europa da Revolução pois a América já se achava em parte emancipada.

O exemplo da revolta das colónias inglesas, coroa da boa fé, foi tão suggestivo — e o foi mesmo mais poderosamente, porque o concreto sempre tem primazia sobre o abstrato — quanto o efeito das obras de Rousseau e de Montesquieu, do *Contrato Social* e o *Espírito das Leis*, os evangelhos das democracias submericanas. Esta revolta havia sido o sinal dado para a marcha para frente, constituiu o modelo a seguir, e a América Latina alcançou, como a Inglesa, a vitória, mas que não tenha sido por si, como os Estados Unidos, o apoio material da França, mas, ao contrário, contra si, a hostilidade impertinente da Santa Aliança. Veremos, todavia, que esta última observação se refere à América espanhola somente, graças às condições em que veio a fazer-se nossa independência.

Não há na história da conspiração de Minas-Geral um episódio interessante, e que dê a medida da influência exercida em nosso meio — o meio social onde as idéas de liberdade fermentavam — pela organização autónoma dos Estados Unidos. Um estudante brasileiro da Universidade de Montpellier, de nome Maria, filho d'alma e de corpo dos revolucionários, em embrião d'acól, procurou interessar no grande plano que elle fundava o illustre democrata Thomas Jefferson e obter por seu intermédio o apoio da República recentemente nascida na América do Norte. Maria dirigiu, neste sentido, a carta que a correspondência de Jefferson, repetidamente editada nos Estados Unidos, reproduz na íntegra numa comunicação de Marseille, datada de 4 de Maio de 1787 e enviada por elle ao Secretário de Estado John Jay.

Vou levá-la, não porque seja seu estilo imperfeito, nem a eloquência de seus acentos digna de um Mirabau,

mas porque em sua incorrectão, quero dizer, no seu desajustamento e na sua enfase, ainda bem no século, contém analogias que transuzem bem o estado d'alma da colónia, de seu elemento cultivado, pelos menos:

"Sou brasileira, e vou saber que minha desgraçada pátria sofre uma terrível escravidão que se torna cada dia mais insupportável, desde a época de vossa gloriosa independência, pois que os Lusitanos portuguezes não pouparam nada para nos fazer infelizes, esta recusa de que alguns os vossos possessos. E como sabemos que esses usurpadores, contra a lei da natureza e da humanidade, não pensam senão em nos abater, decidimo-nos a seguir o admirável exemplo que nos dáis de nos dar, e por consequência a quebrar nossas cadeias e fazer reviver nossa liberdade que está miseravelmente moria e abalada pela força que só o único d'alto que têm os europeus sobre a América. Trata-se, porém, de ler uma potência que dá a mão aos brasileiros, na certeza de que a Espanha não deixará de juntar-se a Portugal, e, não obstante as vantagens de que dispomos para defendermos-nos, não poderemos fazê-lo, ou, pelo menos, não será prudente arriscarmo-nos, sem estarmos certos de vencer. Isto pois, Senhor, é vossa nação que consideramos mais propria para nos prestar socorro, não só por ter sido ella que nos deu o exemplo, mas também porque a natureza nos fez habitantes do mesmo continente e, por consequência, de alguma maneira, compatriotas. De nossa parte, estamos prontos a dar todo o dinheiro que for necessário, e a prestar em todo tempo o nosso reconhecimento para com os vossos benefactores (sic). Senhor, eis aí, pouco mais ou menos, o resumo de minhas intenções, e foi para desobrigar-me desse encargo que vim à França, pois não poderia ir à América sem fazer nascer suspeitas de parte daquelles que disso se abusavam. Cabe a vós agora julgar dessas minhas intenções, se são admissíveis, e caso quizerdes consultar a esta respeito a vossa nação, estou

em condições de vos dar todas as informações que achar-
des necessárias.

"Montpellier, 21 de Novembro."

O encontro solicitado por Maia teve lugar no an-
teatro romano em Nîmes, e a linguagem despretensio-
sa das cartas daquele que occupava então o posto de mi-
nistre dos Negócios-Únidos em Paris, não pôde nos dar
senão uma ideia bem pálida da conversação. Precisa-se
todo o colorido da presa magnífica de Chateaubriand,
as bonédes de Atala ou do Itinéraire, para dar a im-
pressão da conversa, que teve lugar numa tépida tarde
de primavera da Provença, iluminada de luar e perfu-
mado de rosemarinho, entre o ardente cidadão da Virgi-
nia, obedecendo a uma serenidade voluntária, e o bra-
sileiro ingênuo e cheio de ardor patriótico. Jefferson era
certamente um idealista, mas seu idealismo religioso
tinha por expressão a moral e por obitpêso o utilita-
rismo: não revelava, como o de Chateaubriand, a pre-
ocupação da alma.

Maia confessou a Jefferson que a revolução era
principalmente dirigida pelos homens de letras, porém
que a opposição seria mais ou menos nula, pois o grosso
das tropas era composto de brasileiros, somente metade
dos officiaes eram portugueses, bem poucos entre elles
fortes em ciência militar, e quase todos bastante indif-
ferentes à forma de governo. Disse que os nobres eram
despidos de senso aristocrático, os padres não tinham
autoridade sobre as classes populares, os escravos es-
tavam dispostos a acompanhar seus senhores. O hábito
de caçar parecia garantir que a gente do povo sabia
servir-se das armas de fogo que possuía. O que faltava
sobretudo era um chefe, alguém que se puzesse à frente
do movimento, e para fazê-lo aquelle era necessário
contar com o apoio de uma grande nação como os Es-
tados-Unidos, que pudesse fornecer armas aos revolu-
cionários, municiões, soldados e commandantes, assim co-

mo as provisões que faltavam nos Brasil: trigo e ba-
calha, tudo pago a dinheiro, ou, mais próximo, em pa-
go em ouro à vista, como se os minas tratavam uma
garantia. A resistência de Portugal não era de temer;
aquele país não possuía marinha nem exército dignos
desses nomes, e o dolo que os brasileiros ther voltavam
permitia esperar-se que estes fossem prodigiosos.

A resposta de Jefferson fez honra à sua discreção
diplomática. Tem a honra de um conversação officinal.
Vou transcrever textualmente de sua carta, com receio de
tirar da sua galanteria a forte dose de bom senso, ao
mesmo tempo que sua convicção de charcolanista:

"Livro estúpido de fazer-lhe bem comprehender, du-
rante todo o tempo da conversação, que eu não tinha
nem instruções nem autoridade para tratar desta assun-
to com quem quer que fosse, e que eu não podia pos-
sivelmente dar-lhe parte de minhas idéas pessoais. Estas
eram de que possas alcançar não nos permitia tomar par-
te como nação em nenhuma guerra, e que não deseji-
mos mesmo era muito particularmente cultivar a amizade da
Portugal, com a qual tinhamos um comércio próximo.
Uma revolução vitoriosa no Brasil não poderia, entre-
tanto, deixar de interessar-nos. Era bem possível que a
perspectiva de lucros pudesse eventualmente atrair para
o partido dos revolucionários numerosas pessoas, e que
os motivos mais puros pudessem gerar a adesão de
alguns de nossos officiaes. O'n corpo contava com
unidades excelentes. Quando da liberdade de deixar o
país individualmente, com o consentimento dos gover-
nos da Federação, nossos cidadãos podiam do mes-
mo modo, dirigir-se livremente para outro país".

A conversação não podia terminar por outro res-
ultado, entre dois interlocutores animados de espíritos tão
dissimilhanter, e cada d'elles considerado o assum-
to de pontos de vista tão opostos. Ambos eram represen-
tantes das melhores classes do seu país: um da classe dos

gentleman-farmers, preparados pela independência da vida social inglesa e pela liberdade de sua existência política colonial no governo da Federação estabelecida entre as possessões: tinha um jovem estudioso, de família abastada, pois que podia vir para a Europa seguir um curso, preocupado com os projetos de libertação política que borbotavam em alguns espíritos longínquos, na qual, na Capitanía, votada ao culto do cura, sofriam mais que em nenhuma outra, nos seus atos e mesmo em seus pensamentos, do constrangimento e da desconfiança da diátria das autoridades propostas a exercer vigilância sobre suas pessoas.

Maria não estava, porém indiretamente, ligada aos conspiradores de Minas-Gerais. Pelo resultado das declarações feitas no decorrer do processo, instaurado contra eles, Maria havia sido encarregada de entendimentos e arranjos, por negociantes do Rio de Janeiro, a que mostra que devastações a aspiração de liberdade houvera feito, e como o desejo de um levante era geral, principalmente depois do que sucedera nos Estados-Unidos. Nesta conferência sobre Titandentes, o mártir da conspiração, ao elogiá-lo qual o Sr. José Feliciano de Oliveira se dedicou com todo o fervor de sua alma de apóstolo e todo o rigor de sua educação filosófica, foi lembrado que aquele que se tornou no Brasil um herói legendário, chorara de entusiasmo, ao saber por um amigo, que regressava da Inglaterra, a história minuciosa da Revolução da América, e que desde então não cessava de regar aos amigos lhe traduzassem as obras, escritas em língua inglesa, que tratavam de um assunto que tanto lhe apaixonava o patriotismo.

Isso nos indica bastante a influência exercida por semelhante acontecimento sobre as classes adiantadas das colônias da América Ibérica. Não devemos esquecer que, no caso mencionado, se tratava do único homem talvez de vontade firme e de ação audaz de todo um

grupo de ideólogos e de tímidos que, no momento do perigo, isto é, durante o processo — pois a própria revolução foi esmagada de todos os lados pela deslealdade — perderam o sangue frio e rivoluzaram em pusillanimidade.

Um movimento de ideólogos! Eis o que foi, bem a conspiração de 1789 no seu colono mais desenvolvido: se a compararmos com a revolução de Pernambuco em 1710, cujo caráter nacionalista era exclusivamente aristocrático, esse desvio moral entre as duas tentativas revolucionárias é aliás visível nos seus protótipos. Bernardo Vieira de Melo, que acabou por tomar a direção do levante de Pernambuco, era um gentleman, quero dizer, um homem de fortuna que fazia alarde de nobreza. Bernardo Vieira de Melo era autoritário e violento para com os seus e para com seus subordinados, como era de regra entre os capitães-mores, espécie de prefeitos ou baillifs em que o povo personificava a imagem denegada da liberdade. Outro, Vieira de Melo contava como serviços principais da guerra a parte que tomara no ataque e destruição do Quilombo do Palmares. Titandentes era um trabalhador que houvera, sem grande felicidade, vários filhos, muito porque nutria projetos superiores à sua condição social, aos seus recursos e principalmente ao seu modo, que, por fim, se tornou oficial das milícias locais, mantendo através dessas mudanças de existência uma reputação de honestidade e de lealdade.

Numa e noutra dessas tentativas de emancipação podem-se todavia verificar a ausência do elemento popular. Não havia de ser senão em 1817, em Pernambuco, que os motins, originados dos arrastamentos de três séculos, abandonariam a atitude tradicional de deferência para com a realeza longínqua, acreditando elevar-se pela frascologia revolucionária a altura da mais complexa civilização, quando, na verdade, não faziam senão dar livre impulso aos pendores negativos de sua natureza selvagem. Em duas fortes páginas, que vos rogarei es-

então, o Sr. João Ribeiro e mais filiação de nossos historiadores, evocam em traços palpáveis a teleologia dos povos latino-americanos na primeira fase contemporânea de independência:

"Simbolizam adaptam as idéias de civilização a seu organismo; falta-lhes o sentimento de que aquelas idéias pre-screvem e as virtudes e qualidades morais que, ao contrário das tentativas, só a educação secular da história consegue e muito raramente no espírito humano. Pode-se dizer delas que são raças catequizadas mas não criadas; o cristianismo vive nelas como num pouco d'água as gotas de vinho indispensáveis para colorir-lhe o aspecto da abstração e do morto. Em geral, assimilam e preferem as teorias e os sistemas mais radicais, porque esses são possíveis só com a demolição da sociedade; cortejam assim a civilização e ao mesmo tempo satisfazem o instinto fundamental que é, como o das crianças, puramente destrutivo. Sem o apoio moral dos costumes, as mutações de espírito são nelas rápidas e vertiginosas. Da raça que passou à impiedade e ao ateísmo; do governo ao anarquismo, e pode dizer-se generalizando, na ordem abstrata a subversão. Aqueles que descendem diretamente da escravidão ou da fogueira viva ainda um com o passado que a povo é deles, não têm consciência, não arte. Nada sabem da história, que naturalmente lhes é suspeita ou indiferente, e buscam remédio impossível nas utopias do futuro que a sua frágil moral não comporta. Assim sorriem dos reis que a história consagrou e ainda escarnecem mais dos deuses falsos que eles próprios fabricaram e se propõem infortemente a vencer. Nem sabem governar nem ser governados; primeiramente porque confundem a autoridade com a força que para eles é o único símbolo dela; e depois confundem a obediência com o servilismo. Tão grande é a alegria no mandado como é ignorância a vergonha no obedecer. E como a obediência é para eles a escravidão, cada um e todos

lutam por uma parcela do mundo como por um alimento essencial à vida; e por isso, pela força ou pela fraude, buscam todos os atos e proveitos da vida pública, que conduzem ao poder. Contam assim os anos da existência pelas revoluções e pelas crises; desprezam o trabalho (que é sempre de fôlego, porque podem as crises e as revoluções d'um golpe destruí-lo) pelas azarres e empregos. O governo é, para eles sinal de contar um dia da comunhão a um agente da redistribuição da fortuna.

"O único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento contínuo e a imigração europeia vindo que estrada, como no tempo de Colombo que lutava nos oceanos e America os campos, modela a vida e coordena essas nascentes, como dizia Tomás de Souza, não falta de tesouro.

"Pelas formas políticas, puramente exterrâneas, como pelas modas de vestuário, não é possível classificar os povos. As idéias e as teorias espalham-se de povo a povo, e os povos arrastam o direito de utilizá-las, como pode. A independência republicana dos Estados Unidos fez pouco a pouco repúblicas sobre as nações da América, prumo a pouco o federalismo de que eles em um espantoso espontâneo, tornou-se a teoria política de todas as novas repúblicas. Sem dúvida nenhuma, nesse imitativo, os povos, sem recurso para penetrar os segredos obscuros da história, e mesmo não tendo história definida, foram levados pelo desejo de alcançar, através das fórmulas, a substância do bem estar e da liberdade. É natural que nossas experiências tenham pego caro os seus equívocos ou os seus erros: e a dezena de nações que vivem ao longo da fronteira atlântica há quase um século os tormentos desse sacrifício ainda não terminado.

"Entretanto, esse resultado deve considerá-se in-

viável; não era possível quebrar a tradição do rei, sem injuriar a nação. A ausência de tradições na América suprimiu o obstáculo da inércia e favoreceu o progresso e todas as coisas do futuro. Toda a América havia de ser republicana. E, embora com as incertezas e erros da inexperiência, era seu destino representar um grande passo no progresso das instituições políticas.

Veremos que o Brasil escapou exatamente — graças à monarquia que personifica para ele a autoridade sem a tirania, a força sem a violência, a moralidade sem a hipocrisia e a liberdade sem a indisciplina — à crise prolongada que atravessavam os outros povos latino-americanos, dos quais alguns saíram há muito tempo, tornando em sepulchro um voo maravilhoso para o progresso, mas que pesa ainda sobre outros, de uma maneira mais ou menos opressiva.

É verdade que o Brasil único em toda a América, teve a vantagem de ter uma Corte, mesmo durante o período colonial. Foi uma época na evolução política, com tudo o que a expressão pode significar de cultura e de requinte, que falta a qualquer outro país do continente, e que ele deve à sábia resolução do rei João VI, então príncipe regente de Portugal, de buscar um refúgio no novo mundo contra o abalo causado na Europa por Napoleão, e de lançar em pessoa as bases do império, com o qual haviam antes sonhado, sob uma forma democrática, espíritos mais esclarecidos porém menos heróicos que o seu. Este império é o futuro, com efeito, pela coragem e pela coragem, antes que pela tradição da força, de sorte que seu filho não teve mais a fazer senão reconhecer o que a situação, quando se deu a hora da expurgação que os conspiradores de Minas-Gerais haviam acreditado mais iminente e tinham sonhado mais radical.

Libertas quæ sera tamen — A liberdade toda que tardia — tinha sido a divina dâmon, mas a liberdade se fi-

zera ainda esperar e não apareceu mesmo sob o aspecto positivado na imaginação daqueles poetas, que pagaram com a prisão, o exílio, a miséria e mesmo a morte — um deles matou-se na prisão — a esperança que haviam nutrido de independência.

Aquelles poetas — Cláudio Manuel da Costa, Gonzaga, Alvares Pezoto — são ricos entre os mais illustres da língua portuguesa. A metrópole não podia orgulhar-se de possuir melhores na mesma época. A desgraça dos irmãos e agrupou-os indissolavelmente aos olhos da posteridade, e o grupo acreceu-se ainda de outros poetas, que não viviam em Minas e que não tomaram parte na conspiração. Inventou-se mesmo na nossa história literária a expressão Escola Mineira (contra a qual se insurgiu um artigo recente da *Revista de Letras* Académica de Letras o Sr. José Veríssimo) para designar a pleiade que, por falar propriamente, não tornou absolutamente escola e não se organizou em nenhuma Arcádia de ultramar. Se, não obstante sua característico individual muito distinto no ponto de vista literário, eles merecem ser classificados aparte, isolados de seus contemporâneos portugueses, é por motivo dos pontos mais sinceros que eles prestaram à expressão poética e por motivo da tendência que neles se esboça, em Gonzaga principalmente, de se aproximarem da natureza, fonte comum da inspiração que até então encontrara não habida nas reminiscências clássicas.

Em Cláudio Manuel da Costa, que não é senão um neo-clássico europeu vestindo em Minas Gerais, a preocupação da forma correta tem primazia sobre qualquer outro cuidado, e pode-se dizer dele que foi um poeta pernambuco que se antecedeu ao tempo. Mas em Alvares Pezoto há já a nota valiosa da superioridade da oculta sobre a metrópole, que será o estímulo da independência, da mesma maneira que em Gonzaga, que é, ao contrário, todo suavidade, exerce a nota elegíaca

que o Urubum romântico fará ferrar da contemplação de massa nativista, mais científica que nasceu na sua grandeza.

Uma conspiradora de 1750 um índio suble, ao real-fado, e foi naturalmente o tombar-se aqueles que não a via, que se incluíam, por causa disso, na alma da nacionalidade brasileira. Não era um índio real e não que tivesse recebido certa instrução. Era antes um homem de ação, cuja última palavra, já vos disse, foi a de aforas do misticismo, das ideias então tradicionais, que tinham origem na obrigação estipulada pelo governo da Bahia para os primeiros colonos, de possuir, cada qual, pelo menos, uma arma. Enquanto nos senhores de plantações incumbia o dever de montar um pelotão regular. Participando constantemente as estradas a frente de seu destacamento, além de valer sobre o contrabando sempre ativo e aforas a quem havia aliado a situação de "Tiradores", acompanhava às vezes até o Rio de Janeiro as comissões de barras de ouro, que daí deviam ser embarcadas para Portugal. E assim foi que lhe coube a tarefa de ir ao pórcio de ouro com os desconhecidos do litoral, cujas ligações estavam então na época bem mais tenses com a metrópole além dos mares, que com as Condições do interior.

O caráter dos mineiros, mais que provavelmente desenhado — o que se explica bastante pela constituição muito especial de sua sociedade — não requeria necessariamente ter-se dotado de simpatia, mas as conspiradoras não poderiam obter um apoio do exterior, sem esse apoio nacional, fora do seu círculo tão restrito para ajudá-los a romper os laços que uniam a colônia a Portugal. O extermínio não absolutamente perdido, inspirou outras atividades, à medida que a cultura se generalizava. Mas, se a união das espargões não se houvesse reunido na monarquia, o acordo não se teria quase mantido se fosse estabelecido entre os fragmentos do modo, que não criou

entre os partes componentes de um todo. Era talvez indispensável, para que a fusão pudesse tornarse uma realidade, que contrasse o caráter da individualidade, e portanto, sempre mais numeroso teria podido ser espalhado sobre aqueles que foi derrotado pela mais real e a mais impenetravelmente unidos das concentrações, que necessariamente vinham mais pela convergência filosófica e pela permanência dos direitos que pela vitória.

É certo que a figura de Tiradentes tornou-se na força propulsora verdadeiramente heroica, que até ali haviam falhado os oficiais legítimos, a quem o infortúnio fez crescer tanto, que ele não consentiu nunca — ele que passava pelo mesmo oposto — em fazer revoluções ou denunciar os companheiros. Era mais da frequência de muitos e da covardia de alguns, foi ele o único verdadeiramente colúmbio e forte. Era todo sorriso, ao que parece, irracional, no semblante quando o ouvir sobre que finalmente pôs si a pena capital: não havia sido construído, que ele finalmente sofreria o suplício infamante, depois do qual sua esposa e seus membros seriam expostos, aqui é ali, em espedientes, em lugares afastados, um de outro, sua obra amada e o solo em redor esterilizado com ela. Era pela verdadeiramente nele — deve ter-se imaginado com o grito — que se refugiara o espírito errante sempre indomável do tributo do povo, Filipe dos Santos, que, no começo da história de Minas por se haver mostrado demasiado ativo em fase do poder, fora amarrado, por ordem de Almeida, à cauda de um cavalo feroz. E desta maneira fora arrastado pelas ruas escuras de Ouro Preto, notou que se ligou para sempre à lendária Vila Rica, que existe sempre, decadente e pobre, dominada pelas elites gráficas da Ilustração, como no tempo da sua esplendor, quando as cartilhas e as enciclopédias dificilmente circulavam pelas ruas e descidas escuras, quando as barras de ouro se acumulavam nas caves da Casa da Moeda e quando o pó que delas restava era har-

teste para os negros se servirem afim de darem à carne-
pena o mais leve toque do chicote.

Então, não obstante, em bastante grande propor-
ção, a esta exibição de luxo a nota de distinção que põe
aquela caracterizada o somem mais aristocrático de Por-
tugal, que habitava tão vaidosos seus habitantes, a
ponta de o autor dos *Diálogos das Usanças* não hesitar
em dizer que a gente da corte de Lisboa tinha agenciado
as boas maneiras, a polidez e os requintes da elegân-
cia. O desenvolvimento das maneiras e a liberalidade foram,
é verdade, os traços daquela sociedade de prosperidade, de
gentry do norte do Brasil, traços que se mantiveram tam-
bém quanto duraram as condições sociais que haviam pro-
duzido o relativo esplendor do reino, o qual houver, mesmo
atrasado, no século XVI nobres aventureiros de nacionali-
dade outra além da portuguesa, e que Maurício de Nassau,
por sua municipalidade, contribuiu para tornar ainda
viciado a profusão e ao luxo de bom quilate.

Nidalgens permanecendo, licenciados em direito,
que voltavam de Coimbra onde haviam estudado, oficiais
não exclusivamente soldados entre a burguesia branca,
branco os mesmos, estavam enfrentando todos destina-
dos a encontrar-se em torno de uma aspiração comum,
inda que diferentemente localizada no começo, de uma
pátria independente que a realeza de João VI tornou pos-
sível e a monarquia imperial pôde unir.

O ANO de 1808 marca para o Novo Mundo uma épo-
ca inteiramente inédita. A América já conhecia as re-
voluções. As treze colônias inglesas se haviam unido
para se separarem da metrópole, e haviam organizado
uma república federal independente. A revolução fer-
mentava por toda a parte. Vimos já que não era estran-
ha ao Brasil, e desde certo tempo se achava nas pen-
sões espanhólicas, sob o olhar benevolente da Ingle-
terra. Miranda, de Venezuela, havia estado relações com
a Europa, e com o desígnio de levar a cabo seu sonho de
emancipação. O que era uma novidade era a emigração
de uma Corte europeia para ultra-mar, a transferência
para além do Atlântico da sede de um dos impérios do
Velho Mundo. Porque Portugal, não obstante as difi-
culdades sérias no Oriente, era ainda um império, de
amando os Arquipélagos da Madeira, dos Açores e do
Cabo Verde, possuía ainda enormes territórios, mal ex-
plorados e mal conhecidos, na África, mas que deviam
ligar, pelo interior do continente, a costa ocidental e a
costa oriental, Angola e Moçambique, — plano que Ce-
cil Rhodes se encarregou de fazer muito mais tarde. Pre-
sente ainda, estabelecimentos nas Índias, na China e na
Coreia. Então, procura o Brasil, colônia e florescente,
a grande jóia do esfíndio.

O Brasil era um mosaico de províncias, cada qual
tendo seu aspecto particular, mas ligadas pela identidade

do da raça, da língua e da religião, de maneira que o conjunto oferecia uma simetria harmoniosa. A autoridade era exercida-se sobre todo o imenso território, e ligava entre si duas vastas divisões subseccionadas à mesma região. Das primitivas Capitulções nenhuma se tinha esculpido como tal a guerra holandesa, isto é, a primeira metade do século XVII. A maior parte tinha, afinal, falhado desde o começo. Outras tinham sido esculpidas pelas Capitulções reais. Faltavam ainda as concessões. Algumas haviam tido depois do outro lado conquistas ou regressadas pelo guerreiro. Eram certos d'elles tinham sido vender os direitos adquiridos por seus donatários ou antes por seus dependentes, perante os vícios e irregularidades, obtendo, por processos que não terminavam senão no século XVIII, grandes indenizações do tesouro público.

Foi afinal no Brasil que o rei D. João VI buscou refugio e fundou seu governo — suas palácios foram, repellido-as, ao desmantelarem — que ali vinha formar um império — quando Napoleão, desviando a atenção para a Península Ibérica, declarou decidida de sua realza a casa de Bragança. Chegava, ao mesmo tempo, para Lisboa, como próspero, o General Clinton, que ali havia estado, poucos dias antes, como embaixador. — e como de que devesse lembrar-vos, para seu milhor, a duquesa de Abrantes, em suas Memórias. Da conhecida, descreve de maneira muito espiritual, e muito diplomática num jargão sublimado.

Colocamos o Desejo — o em que extendido — entre ele e o maior dos conquistadores, o soldado por quem procedeu de nobreza, não obstante com as regras mais elementares da prudência, desde o momento que lhe faltavam os meios de se opor à invasão, mas de conformidade também com os conselhos de uma política atada, desde que acabou, único entre os cabanos europeus da Europa, do tratamento humilhante que o imperador re-

servava habitualmente para as vulturas dinásticas, a monarquia de direito divino. Não é, porém, nem sempre respectiva a autoridade, e a integridade da sua doutrina, mas a dor de sua realza. Não cessou de ser absolutamente unânime não desprezível nos negócios do continente que houvera abandonado, trocando-a por um cenário mais vasto, que pela amplidão, realçou sua importância, e proprou, que digno preceda à evolução desse Brasil que ele elevou a posição de reino unido, e deu-se quando o país estava em condições de se tornar um império independente.

Desse modo, com profundo pesar, e não sem deixar principalmente as profundas convicções que sustentam até hoje a lei natural a norma tão popular no Brasil, quanto é desprezada em Portugal, pois que sem mistos europeus o acusam, sem razão, de haver convenientemente abandonado o seu triste destino. Não o abandonou de maneira nenhuma. O que simplesmente fez foi confiar a defesa à única nação que se achava à altura de se encontrar digno com elle, isto é, a Inglaterra. E apressou-se em estabelecer pessoalmente no lugar onde o governo britânico poderia procurar uma recompensa para o apoio conferido. Os resultados não foram de toda nenhuma desastrosos no futuro: correspondem às previsões da política real.

Os soldados portugueses, dados às tropas de Lord Wellington, cobraram-se de glória no Bussaco e em outras lugares. Junot capitulou em Cintra. Seul foi reconhecido do tróico. Massena teve de fazer alto em face das linhas estratégicas de Torres Vedras. O Portugal escapou ao perigo de se tornar um apêndice a mais dos Napoleónicos. Antes de expulsores no céu do Espanha, a entrada do moderno César se viu cercada no firmamento português de uma heura de ouro augúrio. A coroa de Afonso Henriques foi uma das raras com que Napoleão não pôde atingir a fronte de protutor da Europa,

uma vez haver deles desaparecido os legítimos detentores. Se não tivesse conseguido aprisionar D. João VI, como houvera e acertado Fernando VII em Valência, a resistência brasileira contra o estrangeiro teria sofrido. Não se tratava mais de um trono cujo ocupante não havia feito senão afastar-se da Europa, por motivo de força maior, sem deixar de governar de longe, não estando inteiramente das fronteiras, e ficando acolá a esperar a ocasião de voltar a ocupar seu lugar tradicional, após ter passado a tempestade, que afinal havia arrestando os mesmos que haviam querido apoderar-se de sua coroa. Tratava-se de um trono vago e acessível a toda ambição. Não foi outro o pretexto que justificou a revolta e a separação da América espanhola, quando recusou obediência a José Bonaparte.

Pelo que diz respeito ao Brasil, a diligência foi providencial — perdurou-me o termo, que cheira a Mesopotâmia, mas que não emprega senão no sentido figurado ou metafórico. A estada do rei no Rio de Janeiro teve outro resultado os atributos da soberania foram enfiados a uma possessão que não podia naquele momento locar-se de outro prestígio além do do ouro de outeiras, e adaptando-se aos destinos que lhe prometiam suas urupções, suas capacidades de opulência e as ambições esperanças de muitos de seus filhos.

Considerada sob esse duplo aspecto, a suposta fuga de D. João VI nos surge então com delírios mais dignos e apresenta um sentido inteiramente diferente da vulgaridade do rumor, achado que era pouco mais a opinião pública, suscitante em certos casos, instintiva ou maior parte do tempo, não se demorou em ter percebido, a ponto de não hesitar nunca em fazer justiça ao monarca, que teve o mérito de ser denunciado, na república, fundador da nacionalidade brasileira. Essa simpatia coletiva, impulsiva e sincera, não foi afinal serão o equívoco da simpatia individual, indubitável e calorosa de

que é de dez provas, em várias as oportunidades, pela sua própria admiração.

O encarregado dos negócios da França, coronel Makr, enviado de 1792, que se refugiara em Lisboa e que, na volta aos Borbons, houvera acompanhado para o Brasil a embaixada do duque de Luxemburgo, tendo ficado no Rio na qualidade de cônsul geral e de agente político, notava em sua correspondência com o governador dos negócios estrangeiros da França, correspondência que tive nas mãos e julguei das mais interessantes, que os virulentos panfletos, publicados pela imprensa da capital brasileira, após a revolução portuguesa de 1820, que causou a partida do rei, possuía inevitavelmente o monarca e não empregava a seu respeito senão expressões de amizade e de veneração. A crítica histórica não faz senão fortalecer hoje uma feliz intuição nacional, da mesma maneira que a crítica filológica esboça as felizes locuções plebeias, conferências francas literárias. Como é que a lora senso ou, antes, o bom gosto da posteridade não haveria de descobrir, sob o esmero das caricaturas grotescas, que os publicistas interessados parais têm esboçado, os traços verdadeiros de benignidade e de bondade?

A memória de D. João VI não poderia aspirar a sentimento mais vibrante que essa simpatia, a que se une um pouco de compaixão. O entusiasmo estaria de certo deslocado. Não se pode evocar a figura de D. João VI como a de Gustavo Adolfo, com a espada avelada ao trono alado, e a espada nua e flamejante cavalgando um coral de ninfas fugitivas, à frente das Lordas protestantes, na mais devastadora das guerras religiosas. Não se pode também evocar sua figura, como a de Luís XVI, com a fronte erguida de uma austeridade de sofrimento, expando as fraquezas ou os erros com uma admirável resignação. D. João VI não foi um guerreiro, nem, felizmente para ele, um mártir. Contentou-

se em ser, como se do de diário, sugar o bom em um grau elevado e na medida da natureza humana. Não nos dá o diário latino e ao se encontram mais frequentemente deuses que humanos?

Seria pena que as paixões burguesas tivessem es-
tudo como vítima alguma que era incapaz de en-
carnal-las em seu projeto, e que queria de tal modo a
vida, com todos os arreios que encerra, e de que ele
sabia tirar o maior partido. Vemo-lo, com efeito, adu-
lar de preferência a nobreza parageira que se percebe de
sua Thebaida de filha do Governador; gostar as pompo-
sas óperas do compositor da corte, Marcos Portugal,
colocando em toda a Itália sob o nome de Portugal;
ser sensível ao encanto perene da música do compo-
sitor brasileiro, o cura José Maurício, música que se di-
ta escrita por Moisés deitar-se com os servos en-
tão dos pregadores reais, São Carlos e São Paulo, en-
fim, saborear as suculentas arições das cozinhas do pa-
leio. A melhor prova de que não era tolo, como os por-
tuguezes se apressam em pintá-lo, é que seu esparitismo
tinha tanta espirotualidade quanto materialidade, e que
foi um dijetante ao mesmo tempo que um gastrônomo.

Numerosas anedotas burlescas e mesmo brejeiras,
muito rapidamente auctizadas, correm mundo a respeito
dessa soberano, que narcos pois reconheçavam um pou-
co, por causa das histórias que tinham ouvido contar
por nossos avós, mais sensíveis aos ridiculos das apu-
rências que ao valor dos resultados. Malava-lhe real-
mente uma qualidade: a firmeza, e vós sabeis que a
zombaria persegue facilmente os fracos. Mas foi tal-
vez essa fraqueza que mais contribuiu para torná-lo tão
tolerante e tão clarividente: tolerante para manter o ri-
por da auto-dade com o mínimo de violência, e para
sacilar de bom grado os purcos antes de seguir o seu;
clarividente para prever e para preparar a solução de
todos os negócios do Estado, desde a conservação do rei-

no de Portugal, mediante sua retirada para o Brasil, até
a separação brasileira associada ao regime monárquico e
a sua própria libertação, mediante sua retirada para Por-
tugal.

D. João VI era o homem absolutamente neces-
sário ao meio e ao governo brasileiro do Brasil, para levar
a cabo a grande tarefa de fazer dele uma nação. Elei-
das da Cunha compreendeu-o admiravelmente e expre-
samo-o num estico sentido intitulado: Da Independên-
cia à República.

"De fato, na situação em que nos achávamos, im-
propriamente, por igual ao império de um caráter
forte e das lances de um reformador de génio. O pri-
meiro seria novo estímulo às revoluções parciais, acen-
tuando a desagregação inevitável; o último agitar-se-ia
inutil como um revolucionário incompreendido. Previ-
sávamos de algum vespas de nos redar, transitoriamente,
certo um mínimo de as rudes emergentes, o anel de
libertação monárquica, mas que não a subes-
ta implantar, e não pudesse, por outro lado, impedir o
advento das aspirações nacionais, embora estas houves-
sem de aparecer, periodicamente, no seio de uma dis-
tância desorganizada e fraca".

Seria uma palavra a vitória da mediocridade se os
fatos não proviassem ao historiador imparcial que a vo-
lidade desse facto pouco definitivamente sobre todos os
acontecimentos da época. Para isto não temos a fazer
senão imaginar na continuidade da influência benéfica
e esclarecedora sobre os negócios públicos do Brasil de en-
tão, influência que foi igual, quer no terreno de minis-
tros ativos e empreendedores na sua desordenada lusa-
gação, como o conde de Janhars, quer ao tempo de mi-
nistros típidos e curtos de inteligência, no seu tradicio-
nalismo jurídico, como Tomás António Villanova Por-
tugal.

A emigração da corte, nas condições pelo menos em

que se realizou, foi resolvida pelo rei, pois não se tinha o princípio pensado senão em enviar para alistar o príncipe herdeiro, o que não teria afastado os males decorrentes da perda da coroa.

Se as vicissitudes da sua diplomacia na Europa tornaram D. João VI a separar-se, bem a contra gosto com, em 1817, da sua conquista da Bahia, que considerava como a desfeita tomada em 1809 contra a ocupação francesa da Ilha, e de que tinha conseguido, em 1815, no Congresso de Viena, adiar a restituição. Se levou por diante, pelo menos, com uma surpreendente lealdade a anexação da província cisplatina, isto é, a extensão do Brasil meridional que ia até à fronteira natural de La Plata. A incorporação do território espanhol consumou-se através mil perplexidades, contradições e hostilidades que sobrevieram durante anos, aos debates dos agentes políticos e militares mais notados da coroa, sem que as circunstâncias tenham chegado a levar o espírito real a renunciar ao desígnio premeditado. O plano teve, acima de tudo, o mérito de uma intuição genial — é ainda Eucides do Cunha quem o descreve — porque atribuindo Cisplatina à autoridade de Buenos Aires, o monarca desfez um golpe fatal contra a aspiração de reconstituição do vice-reinado de La Plata, aspiração que havia sido formulada em 1811, "para se tornar o ideal supremo do patriotismo argentino".

Nada escapou à mediação e à sobriedade do bom rei, as reformas do ensino, entravadas pela incapacidade teológica e abstrata dos bispos do interior; o problema das comunicações terrestres e fluviais entre as províncias mal delimitadas do vasto território; uma distribuição melhor ainda que não livre de abusos, do fisco e dos impostos; o desenvolvimento económico do país aberto de uma vez, por seus detritos, ao comércio universal, à indústria nacional e à colonização estrangeira.

Se a irresponsabilidade tinha sido já alcançada pela junção real, a direcção exclusiva do Estado não lhe havia ainda sido sublinhada e o soberano não procurou nunca fazer a missão que exerceia, segundo a mais justa compreensão do regime monárquico, de maneira mais paterna que autoritária. Não podemos ter a pretensão de descobrir em D. João VI um espírito em si mesmo inovador e revolucionário — o que teria estado em desaccordo com todo o ambiente, sua pessoa e tradição, seu temperamento. Mas devemos reconhecer que, ao lado da trono, ninguém melhor aproveitou as lições de seu século. Pela perspicácia, pela equidade, pelo desassio, semos todos, mas prático das velhas fórmulas e dos ideais antiquados, pela adaptação precisa e sem esforço às novas tendências do pensamento e do governo, foi um verdadeiro discípulo dos enciclopedistas, dos economistas e dos moralistas precursores da Revolução Francesa.

Nascido para reinar como soberano absoluto, procurou nos últimos tempos mostrar-se um modelo de rei constitucional e, enquanto exerceu o poder sem partilhá-lo, foi um monarca que, príncipe, em Portugal, reprimiu a Inquisição, que não aplicou quase a pena de morte, que tolerou os cultos estrangeiros, a Igreja Católica, que proteceu o estudo das ciências naturais, de preferência ao da metafísica e que, longe de demonstrar repugnância por elas, não fez senão encorajar os progressos materiais, por mais profundas que fossem as transformações trazidas à sociedade da colónia.

Não revelou também um menor talento para não fazer absolutamente demais. Hipólito da Costa, que nesse tempo redigia em Londres um célebre magazine político e literário, o *Copeia Brasileira*, onde denunciava os erros e as máculas da administração portuguesa, escreveu um dia que, ao compor seu primeiro retrato no Rio de Janeiro, com os nomes de Luzbren. Aguiar

e Anania, o primeiro regente — a rainha Dona Maria vi-via ninha, ou antes repulava na sua leitaria religiosa — houvera sido a má sorte de se reunir de três religiões des-concertadas: um que se adiantava extraordinariamente, outro que atrasava cada dia mais, e o terceiro que esta-va invariavelmente parado. A comparação não é senão justa, mas felizmente D. João VI poderia ser compara-do a um religio sem defeitos tão graves, por soar regu-larmente à hora certa, não se atrasar muito nunca. Con-servou-se sempre à distância igual dos desregramentos reformadores e da obstinação infatigável, fazendo au-vir no momento necessário o sinal preciso.

Essa dom de equilíbrio moral explica as contradi-ções, de que não nos poderíamos assenhorçar, não ven-do delas sendo as aparências. O período ora, como se-beza, essencialmente de luzes. Os exércitos de Napoleão tinham pôsto fogo a toda Europa, e a guerra, insuflada pelo espírito liberal de combates, se havia propagado até o Novo Mundo. D. João VI era organicamente, es-sencialmente, o símbolo da tranquilidade, do pacifismo, do viésio hoje. Todavia vimos-no mandar partir do Pa-ra a expedição que conquistou a Guiana Francesa; do-minar com prontidão e energia a revolução de 1817 de Pernambuco, que ali fundara uma república essas bem organizadas; mandar ocupar Montevideo pelas tropas do Rio Grande e de São Paulo e, depois da paz europeia, pe-los veteranos das campanhas peninsulares, adentrados por Horsford, e de que o príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, um combatente de Leipzig, gabava em 1819, no momento de sua partida para o sul, o soberbo poe-te. Que rei apaixonado das glórias militares teria feito melhor?

Seríamos tentados de dizer, ouvindo o eco de um tal fragor guerreiro, em um tão curto período, que o reino unido de Portugal e do Brasil tinha à frente um sobera-no bem diferente daquele, cujo espírito não se deixava

nunca melhor seduzir, senão pela idéia de prosseguir a expansão pacífica de seu povo. Tácito diz de Augusto que não havia pacificado tudo, nem a eloquentar. Nes-se rei teria sido capaz de fazer tanto, se dispusesse do gênio de Otavio e se, como esse último, tivesse antes do império semendo o lucêndio por todo o mundo romano para disputar seu domínio. Sem que tivesse entretnido o menor gênio, nem mesmo talento, nenhum governo deixou atrás de si um melhor testemunho de sua ativi-dade, simultaneamente, de suas intenções, de seus esfor-ços e de seus atos.

Neste cânone como sua autoridade acabou por se afirmar na América, sem que nada lhe fosse sombra. As potências europeias se achavam demasiado afastadas e demasiado ocupadas, e não podiam pois pensar em intervir eficazmente. A desagregação dos vice-reinados es-pañóis não serviam senão para dar relevo e apoio à coesão do Império fundado pelo monarca português, e que sem eles se teria aniquilado — Império cuja massa compacta projetava uma sombra imensa sobre as demo-cracias, que, ao sul e ao norte, faziam sua aprendizagem política a debacermos entre as convulsões dos partidos.

D. João VI leva, é verdade, alguns auxiliares pre-ciosos. Palmella foi um diplomata de muito tato, habi-tuado com os negócios; sabia ver, compreender e expor. No Congresso de Viena representou um papel importan-te, chegando a impor os interesses de seu país à conside-ração de homens do Estado, cujo triunfo adquirido com esforço, havia embriagado e de tal modo imbuído do su-potismo, que confundiam a nitela dos povos pelos res-cos a das pequenas potências pelas grandes. Palmella não foi aliás o único. Linhares foi também um ministro infatigável, inda que temporário nas suas reformas. E a inteligência do conde de Barm era tão progressiva quanto desatada, seu dom de administração tão sutil quanto seu gosto literário e artístico.

D. João VI tinha a rara qualidade de saber descobrir o mérito, e a qualidade não rara ainda, de não se mostrar humilde disso. Obtinha completo êxito na escolha de seus colaboradores, e pouco lhe importava que as tendências desses fossem discordantes desde que ele sabia fundi-las e dispo-las harmonia para sua administração. Os três auxiliares, por exemplo, que acabam de citar-se e que foram os mais rotativos entre os ministros, tinham caracteres inteiramente diferentes.

O papel propriamente político de Palmella não chegou senão pouco antes do regresso da corte para a Europa. Palmella tinha assistido em Lisboa à revolução de 1820, e foi para o Rio, para onde o chamavam os futuros ministeriais, sobretudo para decidir o soberano a voltar e pôr-se a frente do movimento liberal, ao qual não via a ser vítima do mesmo. Era pois um espirito inclinado ao regime constitucional, aliás um amigo pessoal de Berthier Constant, um dos familiares de Coppet. Palmella era mesmo — e estas observações nos atipivos da família Palmella pareceram providas — que foi o único servido do Brasil para o Revolução de 1820. Sentindo porém graças de sua pessoa, porém grande senão, tendo vivido no estrangeiro desde a mais tenra idade, educado nos últimos salões do século XVIII, grande apreciador da boa sociedade, ligada à melhor gente de todas as capitais da Europa, Palmella era uma natureza cosmopolita, que devia agradar ao amo para circumstâncias e habilidade, qualidades de que o Rei tirou todo o partido possível, não somente para impedir no Congresso de Viena que o Brasil não fosse discutido, como também para que a Guiana não fosse entregue ao Brasil, sem compensação, o que Montevideo fosse adjuntado à Espanha, como em seguida, em Londres e em Paris, durante as negociações nas quais o corte do Rio de Janeiro se via exposto a defender esta última conquista.

Muito diferente era Linhares, possuído da recorda-

ção de Pombal, espírito levado ao absolutismo e inteligência muito aberta aos progressos materiais, querendo todavia medir tudo e tudo hipotecar num abrir e fechar de olhos, sem levar em conta, na maioria dos casos as circunstâncias, e às vezes sem abster-se de cometer absurdos. A rainha Carlota Joaquina — que tinha muito espirito e detestava Linhares, por ele crer emulações ao seu projeto de fazer-se proclamar república em Buenos Aires, em lugar de seu irmão Fernando VII, que Napoleão mantinha em cativeiro — tinha a alcunha de "doutor Rodomonteiro". De outras vezes ela chamava-o também "doutor Embrolhada", e divertia-se sempre com os planos gigantescos do ministro, que não deixando transbordante, seu coração val-e-rem, esforcando por dar a monarquia portuguesa de um esplendor incomparável. O Rei, por seu lado, moderava onde era necessário e tanto quanto era necessário o ardor administrativo do seu ministro, aplicando sempre o "talento de saber fazer" em favor da colônia que ambos continuavam temer rias e poderosa.

De sua estada nas embalsamadas, onde começara como a maior parte das gentilezas de sua tenra, que se destinavam à vida pública, Linhares se recolhera à pórtica desceia de pôr em prática o que via de bom, e seu talento que, no entanto, tocava as raias do génio, mas tinha também ingenuidades, d'elles tanto do estômago de Palmella quando da duplicidade do conde da Barca.

Este era um espirito igualmente inventivo, mas na interior sua urneta, colecionador de quadros e de estampas, bibliófilo, tradutor de Dryden e de Gray, o interessava pelas pesquisas e descobertas industriais. Com a experiência das legações, tendo mesmo estado preso em Paris, no tempo do Directório, por haver querido subornar personagens íntegros tais como Richas e Talleyrand, afere de obter a ratificação de um tratado que não

mas couvinha mais, o conde da Barca governa da república da acatellar as idéias francezas, como se denominavam então as idéias da transformação política e social. Maler, com seus preconceitos de emigrado, mal-lhe aguçava e denunciava a cada momento, a cada passo, na sua correspondência para Paris, o jacobinismo de cada coisa com quem D. João VI se sentia tão a vontade, que o conde da Barca morreu na posse de uma pasta ministerial. A elevação ao Brasil à posição de reino precedeu-lhe de pouco tempo o falecimento, e a Escola de Belas-Artes da Rua de Janeiro deve a fundação à sua inspiração pessoal de amador esclarecido, movido por um soberano amigo do progresso.

Nenhum desses homens superiores pela vastidão dos conhecimentos, pela largueza de vistas e pela profundidade de visão, exordia todavia o rei no humilde rochedo no exame dos negócios públicos, na valdearia para um prático de alguns dias e na habilidade demonstrada em resolvê-los.

Um dos traços a guisa de rei, o que significa muito, é a estima pelos estrangeiros, os quais, por seu lado e num grande numero, o respeitaram e louvaram altamente. Educado no seio de uma corte desconfiada, onde imperava o nacionalismo mesquinho e feio, em oposição ao cosmopolitismo de idéias do marquês de Pombal, D. João VI fugiu espontaneamente da herança de sua educação, e tomou em receber agradavelmente um Portugal observadores respeitantes como o sr. Freyrio Beckford, o autor do *Vathek*, ou embaixadores incontinentes como o marechal Lannes, transformando-os em amigos simpáticos. Beckford fez mais tarde o elogio de seu hospedeiro, e Lannes mudou tanto de génio, que, pelo que conta, o príncipe regente teria dito: — que não se teria embarcado para a América se o duque de Montebello, e não Junot, houvesse tido o comando da invasão.

Ter-se ia embarcado, ainda assim, pois se tratava de um plano amadurecido. Quanto à sua maneira de proceder ao Brasil, a esse respeito, sabemos que entregou o país à curiosidade do resto do mundo. As mais proveitosas explorações datam dessa época, e todas as facilidades eram conferidas aos estudiosos que vinham da Europa, os quais — para não citar senão alguns — se chamavam: Spix, Martius, Augusto de Saint-Hilaire, o príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, de Freyrius. Outros estrangeiros foram convidados para o exercício de funções ministeriaes, para dirigir empresas industriaes, para ocupar nos cargos de responsabilidade, no desenvolvimento do país, que o soberano houvera reconhecido ser-lhe pobre de fontes de riquezas exploradas quanto opulento de recursos inexplorados.

Acclimação de plantas e de raças exóticas; utilização de minerais abundantes como o ferro; ensaios de novas culturas, como a do café; abertura de novas vias de tráfego, num tal ponto que a notícia da tomada de Cuba foi transmitida pela a Rio por via terrestre; tentativas de fixação do elemento nômade da população; protecção conferida aos transportes marítimos de commercio, estabelecendo a ligação directa do Brasil com os maiores centros europeus; encorajamento da riqueza pública pelo encorajamento múltiplo dos capitais privados, como no caso da fundação do Banco do Brasil; apelo às actividades europeias para suprir o trabalho dos escravos, condenado, num futuro mais ou menos longo, pela filantropia e pela politica; projecto de reunião das possessões portuguezas, espartas, em um feixe de poderosos interesses nacionaes — nada disso faltou à obra real para que fosse grande e digna de admiração. Nenhum país do Novo Mundo pode orgulhar-se de um período semelhante ao dos treze annos de realeza no Brasil do Rei D. João VI. E não há nenhum exagero quando assim se diz "que tudo que há de bom lá é devido".

Portanto, mesmo a este respeito algumas reminiscências europeias. As palmeiras, chamadas entre nós "bambus", não adequam a cidade como outras tantas colunas elegantes de espigas murmurantes, porvem da besta vinha de Colera e plantam-se pelo sobrio e peccadamente noz do de Jacinto Botelho, arranjando y los seus enfiados. Os estudos botânicos e as desenhaturas proibitivas, que honram tanto a actividade da nossa hómie de ciência actual, têm origem nas escolas de medicina e cirurgia e no laboratório de química, erigidos pelo governo. Os estudos de botânica, restringidos aos pomares e hortas existentes nos conventos e perdendo, durante, a admiração de obras eminentes que como frei Condeição Veloso, o autor da *Flora Fluminense*, passaram a ser sistematizadas nos cursos então abertas. Os estudos antropométricos, minéralógicos e outros foram cultivados no Jardim, facilitando ao mesmo tempo o qual trouxe hoje o palácio de São Cristóvão, dom de um rico negociante na real, que ali vivia com os filhos, separado da esposa infiel e desleal, a qual habitava com os filhos no antigo palácio dos viscondes. Enfin, o génio artístico que — dilua,inda que isto punha perigosos — nos distingue bem singularmente na América e nos torna mais amada, que outros, paços novos, de aguçados do espírito, que se revelavam já na música, na pintura e na escultura do tempo colonial, recebeu o ensino e a iniciação, que lhe faltavam, do grupo de artistas franceses, não dos menos, que fundou nossa Escola de Belas Artes.

Estes artistas, dos quaes alguns suspeitos de bons partidos, não se sentiam à vontade sob os Bourbonas, eram dirigidos por Lebrun, secretário perpétuo da Academia de Belas Artes de Paris. Occupavam-se Cloe Debret, pintor de história; os irmãos Taunay, um pintor de paisagem, outro escultor; Grandjean de Montigny, arquiteto; Pradier, gravador. A influência deles foi excelente para esbater o côr local, que começava a se

terrar muito pouco para regular as pompas de uma corte, que se havia adornado de novo, para sustentar certas manifestações de uma vida social que procurava tornar o Rio de Janeiro digno do resplendor de capital da monarquia portuguesa, a que foi elevada aquella cidade de 1808 a 1821.

Na realidade, as cerimónias do culto, as divertimentos populares, as funções da Corte não faltavam abundantemente. As acções reais e cerimoniaes principaes, funerais de exalta e ruidosas folguedos de negros, asperdeulas de gala compostas de damas patrióticas e de damas abogóricas, cavalhadas e touradas, festas de terra, em que pregavam oradores de renome, recepções académicas, paradas magnificas e revistas militares, desfiles de cavidade e passeatas policias — tudo isso se passava no centro da cidade tão prazerosamente calada até então e que tomava cada vez maiores proporções. Sua antiga estada não era aliás demasiado reduzida para a gloria da nova população que via aumentar se à antiga, e que podia ser classificada assim: nobres emigrados de Lisboa; embaixadores estrangeiros; damas, camareiras e até músicos da corte austríaca, que haviam acompanhade a arquiduquesa Leopoldina, no tempo de seu casamento com o príncipe real D. Pedro; monsignori da sede do papa; retaguardas politicas do Rio de Janeiro, entre as dissonantes surpresas se succediam: officios u mto-soldo de vossa grande exército em busca de outras batalhas; negociantes japones e americanos atraídos pelo aumento das negociações; modistas e perfumistas franceses, factors necessarios das elegancias; aventureiros em busca de simpatia; desertores de dez praias e lobos de todos os mares; almocorres dos cambolos únicos servindo o interior do país; contrabandistas de ouro e de diamantes; negreiros enriquecidos com o tráfico de escravos; escravos arrastados à Africa e colonos importados da China.

O porto do Rio de Janeiro tornou-se tornado franco aos navios de todas as nacionalidades, a cidade tomara em consequência um caráter de cosmopolitismo e tinha-se tornado acessível às influências exteriores, sem que a autoridade real nosso-bras se todavia nesta pitoresca democracia. A bonhomia não excludia no sótero o sentimento de dignidade, na verdade uma concepção clara de sua posição. Sem perder-se entre a naufragaria quando a tempestade liberal se desencadeasse em Portugal. Se a tormenta foi demetido violenta para a fraqueza característica de seu temperamento poder opor-lhe uma resistência séria. Até o momento da honra sempre precedido a sua vontade, mesmo quando parecia obedecer às circunstâncias. Lord Strangford, enviado britânico, chegou a a deixar Lisboa desde a aproximação dos regimentos franceses, porque D. João VI o houvera assim resolvido no seu íntimo, depois de matura reflexão. Mas o mesmo diplomata não pôde convencê-lo em 1815, por acaso da paz geral, da necessidade de regressar para os seus antigos Estados, e teve de por isto abandonar o posto no Rio de Janeiro, vítima do desfavor do governo de que era representante.

Os favores excepcionais obtidos pela Inglaterra, tais como os estipulava o tratado de 1810, o que tornava nua a independência comercial buscada, não eram senão o resgate da garantia conferida pelo gabinete de Londres, durante a guerra, a soberania dos Braganças e à integridade do domínio colonial português. Representava o preço de uma aliança com o mais forte dos dois hemisférios. Portugal pagava-o com o sangue derramado da Intromadura a Toulouse; o Brasil com as vantagens aduaneiras. O reino Unido tornava-se por este preço desobrigado para com a Grã-Bretanha.

Pelo que diz respeito às demais potências, o rei, de seu retiro sul-americano, desatava-se segundo sua maneira afável e aparentemente ingenua que não desprezava

a trégua, e fazia pensar na mesma campanha. A expedição de Montevideo, por exemplo, realizou-se a despeito da oposição devida a Santa Aliança, que havia, como muito bem lhe adivinhava, renovado, da maneira arbitrária que se sabe, a Santa de Europa, mas tinha o mais escrupuloso cuidado de impedir qualquer atuação forçada na distribuição dos territórios coloniais. A legitimidade alemã-mar significava a imobilidade da geografia política; na Europa significava também o statu quo ante, mas com alterações em favor dos vencedores. A distância, entretanto, emprestava às relações exteriores de Portugal o que não possuíam já desde muito tempo. Quero falar de autonomia. Desde que queiramos pôr de parte alguns desabrimientos de allies, ocultos pelo márquez de Pombal.

A distância permitia igualmente que se travassem a esta forma de guerra, que pareciam bem pouco brilhantes ao lado das grandes campanhas contemporâneas de mesmo tipo recordado vivam por muito tempo, cujo eco traía o fragor, e que encheram de glória efusante os primeiros lustros do século que teve para embalá-lo os estíbulos das últimas canções da Revolução. Digamos todavia que a tomada de Caxena foi para o soberano declarado decaído uma satisfação de amor-próprio pouco comum. E não esqueçamos que a restituição da Guiana, após alguns anos de subterfúgios e adameitos, conduziu o governo da Restauração a admitir uma vez mais o limite do Olapo, que a guerra de 1801 com a Espanha nos fizera perder. Seja dito de passagem que D. João VI se aproveitou da ocupação da colônia francesa para mandar tra sporar e introduzir no Brasil quantidades de árvores tropicais já acimadas em La Gabrielle, o maravilhoso estabelecimento da horticultura que os reis da França possuíam.

Quando a anexação de Montevideo, sendo chegou a ficar definitiva e a complexar da manobra mais feliz e

espanhola portuguesa e uma senhala brasileira. Concluiu, por antecipação, um obsequio à política das monarquias, que D. João VI houvera previsto na América, antes de ela se tornar na Europa o eixo da política do século XIX.

Não se aqui serão considerar os resultados práticos desses dois empreendimentos militares, e sobretudo de tratar da influencia moral da ambos sobre uma nacionalidade em formação. As tentativas que eu poderia fazer se referem ao vasto espirito muito naturalmente. Prefiro responder a uma pergunta que tendeu o curso de me fazer, em seguida à essa verdadeira apoloia de um rei que chegou a alcançar a popularidade, sem se haver tomado notável aos olhos do povo por nada de sedutor, que tinha mesmo contra si a desvantagem de possuir um feio vulto e desgastado, além do risco de ser um mau exemplo notoriamente enganado.

Se se perguntares pois se o quadro que vos apresento não tem abundantemente sombras, responder-vos-ei que não este sendo, mas que não se vem sendo para realçar-se o positivo. Ainda a essas sombras faltam importância.

Um dos crimes mais graves, imputados ao monarca, foi ter distribuido demaciaes graças, havendo feito baixar o valor dos títulos de nobreza e das decorações, tal a liberalidade de que deu prova ao prodigalidade. É um crime imperdoável? Sua política esforçava por atrair a uns por esses favores, de que a corte dispunha, com o risco de fazer descontentes a outros — os arbútrios de dependência. Este próprio seria o primeiro a pagar, a sofrer por isso.

É ainda verdade que os benefícios conferidos então a nobres foram às vezes um pouco embodados demais e, por isso, exagerados a effecia do reclame não data de hoje. Acontecia, uma vez a talia entidade, a gente ser levada a crer que a realização se seguiria imediatamente

te; e produziu-se o azo de acontecimentos sem valor bastante passaram por admiráveis possessões de privilegiadas e de trabalho. O secundo classificando entre os venetas está incluído entre os mais espalhados, e tende antes a ser muito pouco, a desaparecer no conjunto das virtudes.

Apesar disso, a corrupção do antigo regime não deixou de se exercer na nova capital, tanto talvez quanto na antiga; e nas Capitania mais próximas os afastados, confias em boa parte a alguns tristes e ávidos, os abusos não tinham interrupção sob o regime da autonomia brasileira. Mas, pelo menos, esses abusos começaram a ser declarados infames, e a corrupção veio a constituir um ponto de acuação contra o governo. Por isso a imprensa de opposição fez sua estreia — em Londres como é o monarca antes de vir ter-se aqui no Rio de Janeiro. E o rei não se achava a mil léguas de distancia: achava-se ali, acessível aos súditos e pronto a corrigir os seus razoes que lhe chegavam ao conhecimento.

Em conclusão, a sem contestação possível, sua administração foi esclarecida e liberal. A doutrina mitigava, avaliando-a, a majestade do poder, e o que emanava do trono era bem a effecia paternal, e que, no direito divino, devia caracterizar as relações entre o soberano e os súditos.

François Arago, que foi ao Brasil com a expedição científica do Sr. de Freycinet, expedição que se destinava a fazer a volta do mundo, conta no seu livro "Souvenirs d'un Aveugle" (Recordações de um cego) que D. João VI tendo ouvido um dia, durante um dos seus passeios, os gemidos dolorosos de um escravo negro castigado de maneira bárbara, pelo amo, comprou o escravo e mandou pô-lo em liberdade. Este próprio não pode perder repetidas vezes a trindade de sua roda que, de acordo com sua esposa, quiseram privá-lo da corda, declarando-o atacado de loucura como sua mãe; aos da primeira nobreza, que foram a Baiona mendigar junto a

Napoleão a favor de um dos seus marechais, além de subir ao trono de Portugal; a outros, recebeu como o mar-quis de Laula, que tomaram armas contra a pátria e fizeram parte do exército de invasão.

Uma única vez, lechamano, de não pessoa absolutamente. Foi por ocasião da revolução de Pernambuco, quando, rei sujeito apático, se multiplicou para esconder a realidade ao contrário no rosto do Brasil da espanto de rebelião, e que, soberano suposto indiferente à grandeza de sua posição, demonstrou na sua defesa uma energia e uma tenacidade, que ninguém lhe suspeitava absolutamente, e de que, afinal, não deu nunca mais outra prova. Dando liberdade à justiça militar, que mandou para a forca os chefes do movimento e para o cárcere uma purga de aderentes, sou se comportar com as fúrias aberra e austeras que ela condenava entre muitos, e foi acreditava cumprir o dever de soberano. Havia transplantado à causa de grandes esforços — pois de ordinária clemente era um trabalhador encarnado — havia favorecido o crescimento da árvore da monarquia, que devia sair de si bastante espada para que a folhagem pudesse estender-se sobre as províncias tão das semeadas da pais oferecendo a todas o conforto benéfico de sua sombra.

E o país, que se achava paralisado por uma lei que demasiadas vezes atrasada, entorpecendo em sua livre evolução, que se tornou fatal para a falta de horizonte e obscuridade por uma tragédia recente, de deixou apertado dos principais instrumentos de progresso, aberto, e lápis as conquistas da inteligência, cheio de esperanças, já envenenado de alguns pesares, e doído de um entusiasmo que as primeiras decepções tinham já começado a atenuar.

Se houve um momento que se viu a fama de europeia com frondescência sobre a que, no Nô japonês, a tremas-geira colheu traços de parte da divindade para o rei sabio e

justo, como emblema e recompensa de suas virtudes, foi sem dúvida D. João VI, esse rei. Não é dizer pouco afirmar que sua intervenção prática atingiu todas as categorias do espírito humano e todos os departamentos da atividade social. Que sua comemoração poderia ser celebrada, com a mesma justiça, numa escola, numa casa, numa fábrica, numa granja, numa igreja ou mesmo num teatro, pois não devemos esquecer que D. João VI foi igualmente um apaisado de atitudes e um espectador ávido dos quadros vivos que vozes corrompidas e pintor Debrau, montava no palco do teatro São João, dispondo, como apoteose final em torno do verde-lhão da effigie real e em combinações plásticas, sempre grandiosas, os inúmeros elementos: as quatro partes do mundo unidas ao velho Portugal, a Europa, o oceano, a epopéia e algumas outras alegorias.

A PARTIDA do rei e da corte portuguesa deixou o Brasil sob a regência com olesos poderes de um príncipe de vinte e três anos impetuoso e generoso, como deveria ser o filho do rei. Mas era uma corte existencialmente coesa, na idade de trinta e seis anos, não sem ter a experiência política do tempo, em que as hipóteses gozavam um grande papel. Dado a Heráclida a dois mundos. Havia na corte portuguesa as franquias e garantias constitucionais a duas nações: o velho Portugal e o jovem Brasil, reunidas a dois tronos e, ao mesmo tempo, garantido — tanto quanto se podia — a permanência de sua dinastia sobre um e outro. Em 1821, ante o futuro, não se tratava ainda disso. Tratava-se de fazer frente à tempestade, coisa de que o rei houvesse sido incapaz.

De um lado viam-se os portugueses exultando pela revolução de 1820, que, começada no Porto, tinha tido eco em Lisboa e ali havia culminado um regime democrático, pelo qual o monarca gozava de um simples manequim da aparência e a realidade do poder ficava atribuída a uma Câmara única fortemente parecida com uma Convenção. Os liberais portugueses, desmentindo sua simpática denominação, estavam sem exceção decididos a abafar as liberdades com que D. João VI tinha dotado o Brasil. Seu ideal a este respeito se resumia na revoluçãoção,

isto é, na volta pura e simples do Reino Unido ao antigo estado de colônia.

Sabe-se bem que o vocábulo democracia tem uma única etimologia, mas que pode variar infinitamente de sentido. A democracia portuguesa de então não significava pela primeira nem pelo espírito de justiça. Era antes positivo que Portugal havia duramente sofrido no seu orgulho e mesmo nos seus interesses, pela ausência da Corte; que Lisboa não podia resignar-se à situação de uma capital decrépita, privada da melhor de seu comércio internacional, profundamente atingida nos seus rendimentos e por consequência no seu luxo. Foi assim que aliou para com o país de clâmor fez tanto, tanto mais, pelo levante, quanto as fascinações das idéias novas.

No outro lado viam-se brasileiros, dispostos de muitos mais recursos materiais que seus irmãos da Europa que se iam tornando políticos e economicamente prósperos, muito satisfeitos com seus recentes privilégios e bem pouco inclinados a renunciar a eles. Os brasileiros tinham por si o número físico do exército, e também a razão, que não era para desprezar, enquanto os portugueses deviam apoiar-se exclusivamente em tropas de ocupação, suscetíveis de ser derrotadas, ou pelo menos capazes de uma bem compreensível timidez.

A revolução de Pernambuco em 1817 havia já sido manifestação inequívoca do espírito nacionalista, votada ao fracasso, porque sua forma republicana tinha provocado contra si uma reação dos elementos conservadores, em uma época em que eram ainda muito poderosos, mas de que uma nova explosão teria feito voar em estilhaços o poder ardido da metrópole. Essa revolução tinha, afinal, cavado um profundo furo entre os dois campos. Os escravos com que a multidão portuguesa, que enchia os ruas, havia ultrajado os patriotas brasileiros em canção para o suplício, opunham-se a qualquer reconciliação nas antigas bases.

O ano de 1825, no Brasil, parecia ser uma política mais um português. O Príncipe Regente parece estar profundamente entre as mãos dele. Correria nas mãos liberais, desde que eles surgiram naquele meio, aquele que devia ser o primeiro imperador constitucional do Brasil prodigalizando seus favores e seus jantamentos de fidelidade à nova regeneração das Côrtes de Lisboa, esforçando-se logo por ganhar a estima do Brasil, graças a uma administração benevolente como a de seu pai e mais econômico que ele, pois vitórias que os abissos e o desperdício não eram estranhos ao governo do monarca, tão lenhamente a fare respeito. Os gastos do mês de 12. João VI elevaram-se, por si só, em um mês, a 275.000 francos, e não havia segundo o desembargador de Vergé de França, mais gastos em um mês e mais português.

Apesar de toda a incerteza relativa ao Brasil, a comunidade não fazia senão crescer e se estabelecer, deixando previr uma separação próxima, como houve alguma que as colônias espanholas tiveram de obter à custa de lutas cruéis, a que nos mostrou nosso destino mais feliz, preparando a solução monárquica do problema da independência.

D. Pedro tinha sido educado no Brasil, e apenas por isso — nada que lhe tivesse faltado qualidades fascinantemente — merecia a continuação do Brasilense. Mas, do outro lado, nascera para ser soberano de Portugal e de seu império, e ele mesmo não o teria esquecido, se outros não lhe tivessem lembrado a todo propósito. Suas qualidades e seus desejos o predeterminavam aliás a um papel importante. Não se parecia com seu pai, nem pela dissimulação nem pela prudência, e não parecia sobretudo ter de comum com ele senão a facilidade graças a qual, uma vez passado o mau momento, esquecia as decepções e as desabores, indiferente ao futuro e decidido do presente. Era espontâneo, impulsivo, às vezes temerário, muitas vezes arrebatado e sempre ambicioso de glória. Intel-

gente, tinha que pouco instruído, supria a reflexão por uma finura natural, que devia ainda à herança paterna, e a qual não se esquecia a custa da coragem que herdara de sua mãe.

Com a bravura pessoal em grau bastante considerável, tinha los princípios patrióticos, ao ponto de parecer um voluntário no mundo de ilhas, exatamente alguns países de guerra, e pouco sentimentalista, como era seu pai. D. Pedro não estava, não se podia dividir, uma ligeira alusão a "uma e a mesma". A época em 1820 aliás, e o mérito pessoal ao príncipe foi, de seu casamento, um movimento decorado, isto é, mente ao bem, tanto de preferência a uma utilidade imediata arrastando o progresso futuro. Os espólios estrangeiros, hostis por princípios, ou servadores. — estava-se em 1808 da guerra, começada em 1814 — desconfiança em relação das corporações que podia reservar lhes a jovem herdeira. "O interesse, com o qual Metternich e o barão de Stadion, ministro da Austria no Rio de Janeiro, se quem examinou a correspondência em Viena — tem espírito e não é inteiramente despojado de discernimento. É ativo e corajoso, tem firmeza de caráter e um grande desejo de agir."

Em resumo, devia constituir um agente de primeira ordem, entre as mãos de um dirigente capaz e de amada e de experiência. Foi exatamente o que sucedeu quando o Príncipe Regente chegou para o ministério e José Bonifácio. Entre o nome de José Bonifácio, quando se trata da emancipação política do Brasil, para o mesmo que falar da Reforma, não fazer menção de Lisboa, ou como evocar o Renascimento deixando cair no penumbra. A terra dos homens providenciais pode ter sido substituída por uma corrente mais de governo com os princípios de uma sociologia inspirada pela harmonia biológica, e sobretudo mais própria a substituir as forças reativas das múltiplas conexões do organismo. Os grandes homens sobrevivem, succeem a que suceder, na história

e continuando a surgir no mundo, sendo entre os fatores dinânicos dos acontecimentos decisivos, pelo menos como os representantes superiores das condições coletivas, seja como for, como seres excepcionais.

Nesse sentido, poder-se-á chamar sempre a José Bonifácio um grande homem, pois que se serviu de D. Pedro é maneira de instrumento precioso — um instrumento magico, que deveria ser usado de consciência e vibração de personalidade — por meio do qual pôde em um instante as aspirações políticas e pôde ser preservada a integridade territorial e moral de uma nação que ocupa um grande lugar na geografia e que não requer senão que lhe seja proporcionado um papel de primeira.

A política dos Côrtes facilitou singularmente a marcha dos acontecimentos no Brasil. De esta assembléa constituinte, legislativa e judiciária se tivesse mostrado capaz de prolongar a obra benéfica do rei e do príncipe não se teria compadecido talvez tão depressa. Mas as deliberações incessantes, abandonando as sessões e as reuniões supranas, se urvando por todos os meios uma nação já politicamente empedaçada, e impondo ao Príncipe Regente uma regra de conduta inteiramente oposta aos interesses dos súditos brasileiros, que ele fora chamado a governar, trouxeram gradualmente a separação precisa e solene de D. Pedro entre as partições mais entusiastas dessa separação. As Côrtes no seu egoísmo não hesitavam mesmo de fazer justos nos esforços empregados pelo Príncipe Regente para remediar uma situação difícil, que se tornara, do ponto de vista financeiro, quase insuportável pela retirada dos capitais (que tiveram por causa a perda do rei com a Côrtes), os sobressaltos provocados no comércio pelas discordâncias políticas e pela desunião local, que privava o governo central da renda das províncias.

Esta desunião, as Côrtes a haviam favorecido. Ou, para melhor dizer, determinado, pondo-se em comunicação com cada provincia, isoladamente, representada por

uma Junta Provisória, com o designio de restabelecer a primitiva organização federal do Brasil, e introduzir a fraqueza num corpo que não viera sendo pela harmonia da sua constituição. Ao mesmo tempo os supostos liberais de Lisboa enviavam novos reforços para aumentar o poder da divisão portuguesa que estava encarregada de dirigir o governo, antes autónomo do Rio de Janeiro, a vontade dos Côrtes e seus próprios caprichos, em mais ou menos pronunciamentos, os que se elevavam o terror entre os cidadãos, tanto quanto agravavam a indisciplina no exército. Havia para mostrar a desordem da momento mencionar que o pronunciamento de 6 de Junho de 1821 obrigou o Regente a retirar junto a si um comité militar chamado a regular os serviços da classe armada e um comité civil de vigilância administrativa que assumiria perante as Côrtes as responsabilidades constitucionais. O Príncipe Regente e seu ministério vendiam dessa maneira inteiramente anulados em proleto d'esse duplo comité da salvação pública.

O mau serviço prestado por D. Pedro foi forçar o governo português da capital a depor as armas e a embarcar-se para o velho mundo, da mesma maneira que seu primeiro ato de soberania politica, 1826 haver abraçado a causa brasileira, fôr declarar, alguns dias mais tarde que ficaria o celebre fidalgo em seu posto, quando as Côrtes lhe haviam intimado a ordem de voltar ao exílio, affirm de emprender uma viagem de estudos, de que tinha grande necessidade — garantiam, em plena assembléa constituinte — sua falta de educação litteraria e sobretudo sua falta de educação politica. Era indispensável à nova ordem de coisas que o primeiro brasileiro seguisse um curso teórico e prático de simplicidade democratica e de validação constitucional.

E' nesse momento que entra em cena José Bonifácio de Andrada e Silva, portador da representação da Junta Provisória de S. Paulo, pedindo ao Príncipe Regente para

entre os brasileiros. Era homem temperado e modesto, como se descreve o encarregado de negócios da França de sua correspondência diplomática. Tinha a reputação de ser o epitome de um cidadão inteligente. Era um homem robusto, um sábio humanista, de respeito nos meios intelectuais da Europa. Tinha vindo muitas vezes para Portugal, exercendo funções públicas, professor na Universidade de Coimbra, e um membro do Académia das Ciências de Lisboa. Não era mesmo mais um rapaz, porque tinha caído em doença a oito anos, e sua saúde era tão sensível, que o coronel Mayer, nosso agente político em Paris de Janeiro de 1856, havia substituído sua pessoa, numa sessão de Outubro de 1852, que José Bonifácio e esse por não chegar a tempo nos meses, sem por isso se ter esquecido.

O novo ministro do Primeiro Reigente era uma pessoa com as ideias equivocadas, e o encarregado de negócios da França, de quem não devemos esquecer o relatório ao Reigente, descrevia-o mesmo como um homem com cabelos brancos, confundindo todos os seus interesses, e os seus atos. Le administrava, em consequência, um governo errado, arrebatado pela influência do partido liberal exaltado e pelo amor às liberdades. De seu pensamento que o levava a estabelecer um sistema monárquico, ao tempo em que se estavam a preparar de Portugal, e que, em um momento dado, o governo não sempre se soube ajustar e nos seus interesses para lançar no turbilhão de política mais confuso, de seu pensamento, digo, o coronel Mayer se fazia fadado. Arrastava-se muitas vezes a esse respeito, e também um carácter excelente, um desígnio e comparável a um "filósofo homem" aos princípios anti-monárquicos. Este último ponto era de natureza a reconciliar: explicava a perfeita combinação de forças, de que se prova a mensagem francesa e que faz pensar numa moderação grave a qual representaria de um lado o perfil duro de um personagem de mente dura e voluntário, de outro aqui

lado o dominador, e de outro lado o mesmo personagem de taca, demandando ver uma fronte larga e olhos de expressão cheia de bondade.

José Bonifácio era homemista de alma — um momento ultra liberal, mais tarde, na velhice voltou a ser conservador — e nele os sentimentos eram muito vivos. Não queria sobretudo ouvir falar de república, regime que, a seus olhos, nunca se apresentara senão sob a forma de uma demagogia que conduziria ao despotismo. Nisso devia acompanhá-lo, consciente do instintivo, o sentimento nacional na sua maioria. O barão de Mure-chiel, que como encarregado dos negócios da Austria, sucedeu a Sturges e que morou bastante tempo no Rio, escrevia ao príncipe de Metternich logo após a partida do rei:

"O que os brasileiros reclamam é a independência não absolutamente da família de Bragança, nem sob formas republicanas, mas de Portugal. É um bem de que a vida do rei no país, durante treze anos, fez que gajassem, e de que na lei e as promessas do soberano os preparava para o futuro. Voltar atrás daí é impossível."

É o diplomata austríaco acrescentava, numa página que faz honra à clareza e à equidade de seu julgamento:

"Mas se, refletindo sobre os progressos da democracia em Portugal, sobre a filia abegante de liberdade em que há de se chegar a tal ou qual chegada, o príncipe considerará que o que pode fazer de melhor é harmonizar esta pais e dar-lhe uma constituição, subtraindo-se, ao mesmo tempo, se for preciso, às ordens e disposições que não poderiam ser impostas ao rei, senão pela força e cujos resultados seriam desastrosos, não fará senão o que uma política sã e evidente lhe prescrever de mais útil, tanto para a casa de Bragança como para o bem-estar real dos seus reinos."

O Brasil não estava desprovido de representação, e, por consequência, não se achava sem defesa nas Cortes de Lisboa, onde os deputados brasileiros haviam sido chama-

des a todos os termos e constituiram uma minoria. Mas o ambiente era abertamente hostil, para que elles proprios pudessem converter os adversarios de suas propostas. Não colheram como fructo da escarção sobre diabolos e espíritos. Tiveram que abandonar a partida, refugiando-se na Inglaterra ou regressando para o Brazil.

No Brazil a resistência começou a esgotar-se francamente quando, antes de sua entrada para o ministério, José Bonifácio, que era a alma da Junta de S. Paulo, convenceu a Junta de Minas a fazer causa commum com aquella, afim de constituir, as duas reunidas, um núcleo da opposição com apoio nas milicias regionaes. O desarmamento que annunciou, da guarnição portugueza do Rio de Janeiro, se fez deesse modo, sob a pressão do elemento armado nacional, e o domínio portuguez teve virtualmente fim, na capital do Brazil, da maneira mais razoável. Restava, entretanto, a resolver o problema mais difficil, e que não faltava complexidade. Era fazer o centro assimilar o espirito provincialiano, francamente rejuvenescente, extingui-lo as forças mais argentinas da occupação portugueza, especialmente Bahia, Maranhão e Montevideo, enfim, orientar de preferença para a solução monarchica o elemento nacional exaltado que, em Pernambuco principalmente, se guiava francamente pelos principios republicanos.

Seguia-se um profundo desequilibrio, que era a mais grave manifestação dessa estado da transição politica. A centralização não se poderia realizar com perfeição, enquanto ta frasse contrariada por matérias estrangeiras. Pareceu a José Bonifácio, que era naturalista, fazendo applicação ao mundo moral das regras elementares do mundo fisico, que a primeira coisa a fazer era diminuir as corpos estranhos.

O ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro manifestava na sua correspondência, dirigida ao Departamento de Estado de Washington, que o homem a quem o Príncipe Regente havia feito apelo parecia-lhe um criador de projectos mais do que um executor, que lhe faltava tal-

vez em maleabilidade de acção e que lhe sobrava em sagacidade de pensamento. José Bonifácio teve todavia bastante jeito para se aproveitar das circumstancias favoraveis aos seus desígnios, e teve plena conta, da mesma maneira que teve tudo que era necessário da energia para lutar contra as circumstancias contrarias. Soube mostrar, conforme o momento, tato e desassombro.

Afinal, o que era prohibido ao ministro, o Príncipe, pelo prerrogio da posição e pelo valor da tradição que personificava, podia permitirse tentá-lo, e D. Pedro, ao dizer do encastroço de negócios da Austria, não se conduzia nemem melhor senão nos momentos de crise. Ter-lhe-ia bastado, segundo Euclides da Cunha, operar pela presença, representar seu papel real e único, como se, ás vezes, nas transformações sociais, a misteriosa força catalitica que ilucta as effluvidas de matéria se manifestar igualmente necessaria.

De facto, o primeiro ministro — e o era na realidade senão de título, que os ministros unham todos a mesma posição — não teria chegado, por si só e a esmoer de tida a habilidade e ousadia a decidir a reunir todas as forças do feio desarmamento, a annular todos os outros provincialismos e todas as susceptibilidades locais, a fornecer um novo plano e regime de vergens, de que as Cortes assignavam o particularismo, e que não aboua a unidade e a occorencia, senão graças á autoridade e ao brilho de um trono que devia repór todo o vinculo legitimo para se proclamar construtor e fôrre a adesão, isto é, a verdade, e sobre a razãem, isto é, o amor de todo um povo novo e movamente acessível aos preceitos da liberdade e ao sugrãção da cultura.

Essas palavras devem fazer nos comprehender por que, pela proclamação da independência alguns mezes após José Bonifácio haver sido chamado ao poder, o Brazil se tornou um império, em lugar de continuar a ser um reino. A extenção entran nisso por pouco coisa. O reino, se bem que constitucional, significava a tradição, o direito de he-

ranga, nada que não fosse mais o direito divino. O título significava a conquista sobre os inimigos, a afirmação popular. Era a concepção napoleônica, aplicada ao Brasil, em benefício de uma dinastia, que para ali chegara não levada e por na ilusão de um destino secular pelos endecinos do imperador dos franceses.

Na mesma noite do dia em que D. Pedro decidiu aceitar, pelo voto manifesto do senado da Câmara municipal do Rio e de algumas Câmaras nas distantes, assim como pelo voto presumido das outras Câmaras municipais afastadas, o título de Imperador, José Bonifácio fazia a par do hábito de Mariscal, as seguintes reflexões, que este último se apressou em transmitir a Metternich: "Que ele não ignorava que na Europa, composta por assim dizer, de uma república de Estados ligados entre si por tratados, créditos e interesses complicados, uma tal diligência não poderia ter lugar sem estar garantida de antemão de um consentimento geral. Que para os brasileiros a situação era inteiramente diferente, pois se olhavam como se estivessem a sair do estado de natureza, e que o título de imperador não era adotado senão como designando o chefe de um vasto Império. Que se o rei viesse Ali, a maneira por que seria recebido e tratado provar-lhe-ia de esta maneira quais eram os sentimentos de seu filho. Que o erro cometido pelo rei fora não haver tomado em 1816, o título de Imperador do Brasil e Rei de Portugal, em lugar de criar um Reino Unido Ilustrado. Que uma das fortes razões para se adotar desde o presente o título de Imperador era não se poder duvidar que se tal coisa não tivesse lugar no momento tornar-se-ia inevitável por ocasião da reunião da assembleia geral. Que então o fato poria S. A. R. numa dependência extrema e bem perigosa em face dessa assembleia. Que em lugar disso, o Príncipe se veria Imperador sem que ela tivesse de intervir nisso, e só-lo-je por uma autoridade superior, emanando da autoridade direta do Povo. Que essa assembleia faria leis, mas não seria absolutamente admi-

nis a representar toda a soberania pois o soberano era dele; uma parte essencial da representação nacional. Que enfim um verdadeiro pacto se constituiria entre o povo e o soberano. — Este não se comprometendo a nada de antemão e repellido o que fosse inadmissível."

Foi aliás o pensamento avançado que impôs o título de Imperador, que não deixava de ser dissonante ao amor próprio de um príncipe que não podia ser de nenhum modo estranho às vaidades humanas. A independência assim concebida e assim realizada cessava de pertencer o resultado do belo gesto da inspiração, quando se receber naquela planície próxima de S. Paulo, para onde viajava a cavalo, os últimos despojos ameaçadores das Cártes de Lisboa, D. Pedro respondeu altivamente às provocações de um separatista incluído de oração revolucionária e presa, ao mesmo tempo, em respeito ao ramo irmão, de um delirio reaccionista. Sabes que foi a, onde, desembrilhando o sabre, o Príncipe Regente lançou o brado cômico: "Independência ou Morte!"

A independência, poravante, pela ação do elemento avançado, o fruto da parte dolorosa de uma nação formada por três séculos de aventuras e de labores. A D. Pedro cabia todavia a honra de haver sido, no momento decisivo, a revolução superior de um estado de alma coletivo: de se ter consentido o centro de convergência, indo que mais convencional que espontâneo de aspirações que se tinham tornado gerais: de se haver feito o executor de um movimento político que, sem ele, se teria igualmente executado, mas teria sido dispendioso.

Partidos regionais não poderiam existir num semelhante meio. Como chegar à solidariedade dos esforços, a um acordo mesmo das vontades, em relação com as manifestações que tinham lugar em pontos muito afastados, uns dos outros, e sem comunicações directas e fáceis? Evidentemente, não obstante, correntes destruidoras de opinião que contrariava a agitação da vida colonial, desprovida de espírito político, no sentido representativo do

vestibulo, mas que a imprensa, ba'ndiente em seus co-
meços, mas uragante desde o movimento constitucio-
nalista, se houvera entregado de canalizar, ativando-as.

Essas correntes eram pela recolonização do Brasil,
isto é, sua submissão à antiga metrópole, ou pela sepa-
ração de Portugal, separação, entretanto, operada por
frações, cada qual se ocupando sobretudo, sem exco-
sivamente, de sua pequena patria. A fração do governo
central, no cortejo da Regência, era visível para todos.
Nenhuma das provincias — escrevia para Paris o co-
ronel Meier — ousa avançar com a vislreza babil, mas
todas fogem a cumprir as ordens recebidas, sob os pre-
textos mais frivolas, e cada Junta não pensa senão em
consolidar o poder local. A concepção esboçada por José
Bonifácio, e posta em pratica por D. Pedro, foi sempre
sobre tantas rivalidades e tantos egoismos uma grande
pásta, organizando para isso um movimento de conjun-
to, propagando a vibração de uma tal vibração politica,
inevitável após os acontecimentos de Portugal, ao ponto
de encerrar no circuito da corrente elétrica toda a nação
brasileira.

E' verdade que não havia mais entre nós governo
tradicionalmente organizado que pudesse unir partido
de semelhante desagregação moral para sustentá-lhe
os principios ultra conservadores. O governo que estava
à frente dos negócios não pensava em restituir a marcha
para adiante. Non prezencia sendo orientada no sentido
dos interesses dinasticos, e porquê esses coincidião com
os interesses regionaes. A realidade, que havia sido o co-
rectivo da confusão feudal do século XVI, tornava a ser o
sêculo XIX o agente repressivo de toda desordem. Sua
melhor justificação é que foi um recurso e não um ideal,
pois este entre as classes cultivadas não podia ser de pre-
ferência senão o republicano, as idéias democraticas,
também das classes avançadas na Europa, de onde havia
vindo buscar abrigo alérgico. E a América se tinha
aliado toda ao regime pretendido popular, com tais indi-

cios, que a emancipação nestas condições parecia dever
ser sinónimo de república.

Dando noticia, cerca de um mês antes do proclama-
ção da Independência, dos dois manifestos do Príncipe
Regente, dirigidos, um ao povo brasileiro (que teve como
resultado "terra e posição do governo") e outro aos estran-
geiros, Maranhão attribue a paternidade d'elles entimen-
te a José Bonifácio, — verdadeiro eixo do governo, diz
ele, acrescentando as penetrantes contradições seguran-
ças, ainda inéditas, como toda sua correspondência:
"Apesar das expressões demasiado frequentes e muitas
vezes, crase, sem necessarios repetidos, de liberdade, so-
berania do povo, direitos imprescriptíveis das nações, e
que parecia trazer a debate novamente todos os dyo-
tos, o Sr. Andrada não é nem um democrata nem um li-
beral no sentido corrente do termo. Ele luta contra a
revolução, não acclamando e esclarecendo as aspirações,
mas desviando-as, apresentando-lhes outro alvo mais ao
alcance dos interesses do povo o mais identificado com
ele. Porque, sem isto, o brado de Independência um
paiz que de facto e de direito é independente desde a de-
claração do reino do Brasil pelo Rei, não é antes para fa-
zer americanos que para fazer revolucionarios? Aqui o
governo, uma vez mais, toma a frente. Já impulsão,
parecendo seguir. Non sei se é esse o verdadeiro meio
de remediar o mal, mas existe um remédio certo contra o
flagelo da revolução, para um paiz isolado e reduzido às
proprias forças, uma vez tenha ela estalado? O que se
pode enunciar ao Sr. Andrada é o entusiasmo americano
levado ao mais alto grau. E transmite o entusiasmo
a linguagem do Príncipe. Mas, em definitiva, o que quer
e deve reman um dia aqui, não deve sentir entusiasmo
disso, poderá deixar de sentir?"

Esta última forma de governo, isto é, o republicano,
parecia sobretudo a mais fácil a ser adoptada pela auto-
nomia, pois excedia a qualquer outra consideração. Os
deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa alardeavam

geralmente principiações repulcantes, porque nas suas intruções a nota de separação reza mais alto que qualquer outra, e porque, quando partiam, não se podia ainda prever que a solução monárquica seria a mais sã, e a mais vantajosa. Foi por essa mesma razão que eminentes republicanos de Buenos-Aires, tais como Belgrano e Lavandera, tiveram igualmente espão ao regime monárquico, quando, em certo momento, se persuadiram de que a solução democrática não chegaria a manifestar-se.

Em nosso país, têm-lo visto, havia ainda carência de sentimento nacional, e isso permitiu a monarquia apoiar-se logo sobre a generalidade de uma preferência. Essa preferência deveria avançar por períodos. O próprio caráter brasileiro da Corte do Rio de Janeiro foi um traço adquirido. A corte do rei D. João VI compunha-se naturalmente da velha nobreza do reino, com ela emigrada. Mas esse serviço da nacionalidade portuguesa deturpou-se em seguida ao regresso do soberano, ou como resultado dos pronunciamentos passados durante os dezessete meses que decorreram entre a saída do monarca e a proclamação da independência. No pessoal ligado ao Príncipe Regente não se contavam mais, no começo de 1822, senão um monarca, um escudeiro e dois apaniguados da princesa. Não havia mais nem uma carta de honra para um gentilhomem da Câmara. O espírito da corte tinha-se assim tornado o tal pouco brasileiro, que o coronel Maler contava, na sua correspondência oficial, que a princesinha Maria da Glória, mais tarde Rainha Dona Maria II de Portugal, interrogada sobre suas futuras relações com D. Miguel — solução que se preferia considerar como a melhor, sendo como a única possível para a dificuldade dinâmica que deveria surgir de uma minime separação — respondeu que um tal casamento era impossível, pois o infante era português e ela era brasileira.

Naquele momento entre o príncipe e o ministro o acordo tinha sucedido — fusão íntima de todas as

que anualmente sobre projetos assentados — para fazer da Independência, se possível, um divórcio amigável em vez de uma ruptura odiosa, menos ainda que uma guerra sangrenta. A frase da despedida de D. João VI a seu filho, seu último conselho de aglomerar-se de volta do Brasil, se jamais ele deixasse o risco de se tornar peão de um aventureiro qualquer, havia amadurecido no espírito de D. Pedro. E por seu lado José Bonifácio estava decidido a distribuir ao trono o papel tradicional de protetor das franquias populares e de fator essencial da unidade nacional contra uma oligarquia de arrivistas políticos, da mesma maneira por que cultivara a realista doutrina defendendo franquias e união contra o feudalismo dissolvente.

D. João Bonifácio admitia entretanto que um certo apoio liberal univaria os atos de autoridade. A energia era indispensável, mas não se poderia pagar mais a tirania. A luta entre a liberdade e a autoridade tornara-se na Brasil, após a organização da Império, o que fora por toda a parte, o seu primeiro episódio desenvolvendo-se em torno do modo de proclamação da Independência. Esta luta, aliás, uma consequência tão prevista, tão lógica, tão natural, dos acontecimentos que se haviam sucedido, que a grande causa atingida no Rio de Janeiro o apogeu, sem a menor alteração de ordem pública. O príncipe, sempre preocupado com o desmoronamento português que se anunciava desde algum tempo contra a antiga colônia, e sob a forma ameaçadora de uma formidável expedição, regressou de S. Paulo para sua capital e galope. Foi em meio dum cem léguas de baixo de uma chuva torrencial, cavalgando por estradas que não eram mesmo em todo o percurso nem abertas. Apenas seghara de beijar a mulher e os filhos, encaminhou-se para a modesta residência de seu conselheiro, onde tinha o hábito de tantas vezes tratar dos negócios públicos, que Maler conta que, um dia, atravessando em próprio a escuridão a noite onde estava situada a casa, ouviu um transeunte que

insistira à porta do ministro o cavaleiro de D. Pedro e o designava, por uma maligna sombra: "o ajudante-de-campo de José Bonifácio".

Ficaram tais sinais que envenenaram em argúida as relações entre os dois. Mas por causa da Independência não se fez mais esforço no ponto. A efusão ganhou mesmo a cidade sem encontrar nenhuma oposição. Sabendo que D. Pedro houvera trocado a farda, elegida ao braço, adotada pelas Cortes por uma faixa verde trazendo a d'oura "Independência ou Morte", era fácil entender, o Rio quisero inteiramente o unitor. Os embriões portugueses desapareceram todos por detrás dos uniformes do Mar e do Ex. A verdadeira simfonia de verde e d'ouro, traduzindo simbolicamente no mar de eterna primavera de nossas flores e a primavera de nossas esperanças.

Os esquadras dos regimentos saíram sem mudança durante alguns dias. O pavilhão do Reino Unido continuou a durar um certo tempo nas fortalezas da barra, enquanto o novo se tornava oficial e se tornavam a este respeito todas as medidas necessárias. A separação não era menos inevitável. Nada teria daí por diante a força de restabelecer o que houvera sido. A evolução havia realizado o que a revolução não poderia levar a cabo.

O que se seguiu, após a coroação da antenação Imperial, pertence já a outro período, se bem que emanado imediatamente deste. A ascendência de José Bonifácio estava destinada a uma rápida depressão. Não edipossam ao tempo do deslize do erro que, mais que nenhum outro, este homem de Estado houvera contribuído para resoluções e os imóveis — Marquês Francisco, um ministro das finanças idios, honesto e anônimo, e Antônio Carlos, um orador apaixonado e um cérebro fervente de energia e de talento — foram derrubados do poder e valados no ostracismo, quando o Príncipe, embora vivo da nação, mostrou que houvera sido afetado pelo

despouso da região de que se originara. Os Andradas, afinal, não haviam pougado os poderes arbitrários em face dos elementos radicais, que reprimidos ou procurando conter-se na crise da luta pela independência nacional, não quiseram submeter-se por mais tempo a ordem ao impulso de seu ideal e esboçaram as tendências autonomistas antes resistências demagógicas.

Colocado entre duas correntes contrárias, no pior ponto em que se tinha encontrado com o Príncipe, o patriarca da Independência perdeu o equilíbrio e, antes de volver ao firme espírito de governo, que tinha sido o seu, tornou-se individualista ultra-liberal. Ao mesmo tempo que seu sobressa eufia às exigências de seu temperamento voluntário e indomável. A alta missão de ambos estava, não obstante, cumprida, desde que consistira em salvaguardar o Brasil historicamente desolado e fazer sair uma nacionalidade por meio do Império constitucional. Quanto às relações pessoais entre D. Pedro e José Bonifácio, haviam sido antes a conjunção de duas energias que a união de duas simpatias. A influência do último se faz sentir todavia junto ao Imperador até a época de reunião da Constituinte, que havia produzido o primeiro conflito entre os poderes executivo e legislativo. Teimaram o Mar e o Príncipe a separaram então. E foi preciso a intervenção, em 1821, para reunião de novo.

Pesquisar quanto cabe de responsabilidade àqueles que comprometeram relações tão fecundas para o bem do país, valeria por penetrar nos bastidores da história. O certo deve ser: não contida entre as causas. A personalidade de José Bonifácio afloso em certos momentos a do Príncipe enquanto um curso não parecia senão o reflexo da que corria o trono. Foi assim que, por ocasião do rompimento, D. Pedro teve o movimento instintivo de satisfação de alguém que se liberta de um fugo, e que José Bonifácio teve a impressão melancólica de haver tratado com um ingrato. E o fato é que ambos tinham razão.

Eram senhores, um e outro, de uma natureza valente e de um gesto pronto. Para que a revolução se pudesse prolongar, teria sido necessário que a situação persistisse, quando não podia sem o afrontar uma vez passando o período mais grave, e que o partido se erigia em direito, quando os segredos eram das poucas famílias, e um como o outro dos personagens. José Bonifácio, com efeito, apesar da grande delicadeza de seu alma, amável em geral, em injunções e às vezes grosseiro, era de temperamento colérico e continha o orgulho entre seus pontos. Pelo que diz respeito a D. Pedro, apesar dos movimentos sinceros e generosos de sua rica sentimentalidade, era muitas vezes vítima de ataques de brutalidade, desculpados apenas pelos efeitos da educação de família e pela idade — no meio estranho ao palácio, onde se houvera passado sua primeira juventude.

O acordo de vontades havia durado exatamente o tempo necessário para D. Pedro esquecer que era herdeiro de um Reino Unido e não pensar senão na glória de se tornar um soberano absoluto. Do mesmo modo que o desajuste sobreviu depressa entre o pensamento realista do movimento espontâneo, a lua de mel foi passageira entre conservadores e democratas, uma vez o interesse comum e de uma plasticidade política, de qualquer que era o Brasil, tiver sido lançado no molde da monarquia centralizada.

O governo havia feito questão de não abandonar o leme, com risco de um naufrágio, inde que tendo o ar de deixar o barco vagar à mercê das ondas. Venceu que foram os democratas que verdadeiramente inventaram o império, tomando a iniciativa do movimento das reformas, e que continha na ocorrência uma satisfação vibrante de amor-próprio nacional. O Príncipe não valeu senão para melhor salvar as aparências. Quanto a José Bonifácio, logo desinteressou-se da forma pura não meditar senão na realidade, mergulhando aparentemente na passividade, afim de permitir uma atividade artificial

aos agitadores profissionais, mas sabendo bem que se a um passo político que teria colocado a coroa numa situação, em seu parter, de evidente inferioridade.

A intenção dos demagogos houvera sido obter do soberano, ao mesmo tempo que a aceitação do diadema imperial, a criação antecipada do ato orgânico que teria sido elaborado pela Constituição, no momento de reunir-se, no Rio, convocada ainda sob a Regência, das procuradores das províncias. Na data da entrega dos negócios, da França, José Bonifácio sentiu uma grande alegria quando pôde impedir que esse passo se realizasse. E o coronel Maler o descreve por esse motivo orgulhoso de uma grande exaltação patriótica, que se convertia numa extrema volubilidade. Os vícios profundos no teatro e na praça pública em honra da Constituição Liberal do Brasil eram, entretanto, de natureza a tornar pensativo o jovem monarca, elevado ao trono pela salvação popular, e a quem o partido avançado, querendo fazer disso para si uma lenda, exultava sinceramente como o primeiro democrata do Império.

NÃO era bastante proclamar a Independência; era preciso organizar o Império. Eustáquio da Cunha escreveu a este propósito que "legislar para o Brasil de 1823, composto de agrupamentos étnicos historicamente distintos, seria tudo, menos obediência à consciência lúida do nome. Era um trabalho inteiramente subjetivo, ou o capricho de uma erudição minoritária, indiferente à maneira de ser da nação. Porque a única tradição generalizada era a do ódio contra o senhor recente, ainda em armas: e este servindo como recurso de consolo para propagar o levante, se extinguiria com a vitória, deixando aos organizadores da nova pátria um problema formidável: tal o de educar, unido, até o regime constitucional, novo mesmo na Europa, um povo disperso, que não houvera atravessado um único dos períodos antigos preparatórios. Um salto descomunal e perigoso. A execução temerária da mais grave das revoluções, a paradoxal revolução do alto, que o gênio de Cavour havia concebido poucos anos antes como um meio extremo de salvar Luís XVI dos turbilhões profundos de 1789.

"Suas fontes naturais invertidas, as reformas liberais, alargando-lhes as fronteiras do pensamento e da atividade, arrastaram a golpes de decreto, à maneira de decisões técnicas. Foram impostas por um grupo de

homens que eram representantes de sua época, mais que de seu país. Liberais, como pareciam ser das tradições nacionais que, para dizer a verdade, não existiam, era exclusivamente a miragem do futuro que os arrastava. Essa miragem deu-lhes entretanto uma intuição genial, esclarecendo-os na tarefa estranha de formar uma nacionalidade desprovida da própria base orgânica da unidade de raça. Porque estávamos destinados a constituir uma raça histórica, segundo a idéia de Littré, através de um longo curso de existência política *sursumus*. Uma vez liberada a ordem natural dos fatos, nossa integridade étnica teria de manter-se sob a garantia da evolução social. Condenávamo-nos à evolução. Ou progredir, ou desaparecer. Nos trances dessa alternativa, a intervenção monárquica foi decisiva, oportuna e benfazeja".

A monarquia ia com efeito salvar a união, mas a democracia teria nutrido aspirações e devia em breve ter em conta agravos. A luta abria-se entre ombas — subreptícia ou franca, surda ou ruidosa — e essa luta, mesmo quando se tivesse amonido, quando a paz cívica tivesse decididamente preponderado sobre o discórdia militar, achar-se-ia ao fundo de toda nossa história durante o século decorrido. A imaginação republicana desenvolveria incompatibilidades que, na realidade, não seriam senão aparências enganadoras, pois as liberdades conformavam-se com todos os regimes, contanto que sua essência seja de progresso. O conflito de influências constituía aliás a própria condição desse progresso. Ora, no nosso mecanismo político, se o buloço se inclinava fortemente para a direita, para a centralização, o contraponto cessava por isso de se exercer, ao mesmo tempo, para a esquerda, para o lado da federação.

A marcha do desenvolvimento político do país seguia-se gradualmente, e a cadência entre monarquia e democracia estabeleceu-se tão d'acintamento, durante todo o tempo que durou essa evolução, que o troço do Brasil acabou por perder ali quase todo o caráter tradicional que

Ele podia ser garantido pela natureza do regime representativo tendo quanto pertencia a que quer se chamava constitucionalmente, de uma constituição. Num dos documentos protocolados do tempo, daqueles que naturalmente não estavam destinados à publicação, havia a essa respeito a expressão de "Reptum imperialis". O imperador, é verdade, se dizia tal "deus pater deus e finalmente a expressão dos pater". Mas essa segunda parte do título era a mais exata, porque, como o observamos se a liberdade dos protestantes pelo príncipe, num belo gesto e por meio de uma fórmula jurídica reservou a liberdade da C. (14) que o povo podia perceber imediatamente, e de que a não romântica e teatral o encanto, o Império não foi proclamado no Rio de Janeiro mas de um mais célebre, pela ação superior e muito outra, da justiça abstrahiam-se assim os partidos nessa época — democrática, à qual o título se era repugnante, juntamente pelo que revivia do antigo regime, e exalta do direito divino.

A Europa do então apogava-se entretanto à legitimidade, o que pode parecer surpreendente para aqueles que o recordam um século mais tarde, inda que seja posteriormente compreensível para quem se transporta mentalmente a essa época. Legitimidade era a grande palavra que se alegava para fazer esquecer a de revolução, e o romântico acento para o transtorno dinástico causado pela França revolucionária e mais ainda pelo filho mais ilustre dessa revolução: o imperador Napoleão. A Santa Aliança alardeava por esse soberano de além-mar originário, se bem que ele próprio príncipe real, de um movimento sedicioso contra a mãe-pátria, por consequência contra o rei, e que tinha caído num a soberania do povo a uma certa desconfinção. Essa desconfinção era, no fundo, todavia muito mitigada primeiramente pelos laços de família, pois o novo imperador do Brasil houvera desposado a filha do imperador da Áustria, irmã de Maria-Luiza; em seguida e sobretudo, pelo apoio inesperado e sólido que emprestava na América ao príncipe monár-

quico, a formação de uma coroa em meio de tantas repúblicas provindas da dissolução do Império espanhol. De via, por consequência, ser conservada mesmo indeclinavelmente.

As democracias hispano-americanas, nuns excessos não tinham ainda tido ocasião de se prodigarem, inspiravam as monarquias europeias um temor que era justificado pelo saduário que, havia pouco, era exercida pelos Estados-Unidos, onde a simplicidade primitiva e a submissão a uma linha gerada Lafayette. O próprio Congress, que estava longe de ser afetado pelo toryismo exagerado, e cuja atividade se fazia muito particularmente sentir em tudo que se relacionava com o Novo Mundo, que declarava, havia de chamar a vida política, a fim de acortar o equilíbrio do velho mundo, favorecia o estabelecimento de realidades americanas — afirm, dizia ele, de combater os males da democracia universal e de prevenir a linha de separação que ele mais temia e que era a da América contra a Europa. Para ele a América devia ser o prolongamento moral da Europa, um novo mundo ligado intimamente ao antigo.

Vi numerosos documentos diplomáticos relativos a esse período da história de meu país, período que sempre me interessou especialmente e que facilmente é fecundo em documentos. O volúgrafo ainda não existia. Os jornais nos eram tão admiravelmente informados quanto hoje, quando eles se acham em condições de se informar nas próprias chancelarias. Os diplomatas eram pois obrigados a escrever volumosos relatórios que nada podiam de seu interesse, pois que nêles se encontram coisas que não se encontram altures. E' esse último traço de encorvidade, dignos antes de escritores, afim de não esquecer-lhes a memória, que distingue principalmente os agentes políticos do out'ora dos seus confrades atuais, aos quais a vida intensa e perfeitamente aparelhada tem feito perder esse hábito costume. Costumo também deli pois relevo essas páginas

de ontem, como o fim, não há muito tempo, nos arquivos de Viena, a convicção logo se formou em meu espírito de que o reconhecimento ao Império do Brasil, o qual entrou nessa jovem diplomacia de 1822 a 1828, não ofereceu nunca a sombra de uma dúvida, e nenhum governo da Europa, nem mesmo o de Rússia pensara em apoiar-lhe obstáculos insuperáveis.

A Santa-Aliança queria apenas dar-lhe formas. Fundada para defender a legitimidade como base do direito público, não teria sido natural, que nesse negócio ela se abandonasse à primeira palavra, com um pequeno esboço de consentimento para com a parte ofendida, deixando de continuar de uma de suas galéias o hábito diplomático, quando deixava com outra o Vinagre não menos diplomático.

Não devemos esquecer que o regime constitucional não reinava mais, em Portugal. O rei tinha recebido sua autonomia por meio de uma espécie de golpe de Estado, a que, aliás, tinha sido, mais ou menos, estranho, e sua representação diplomática junto das cortes da Europa se aprazia em repetir que a separação do Reino Unido devia ser imputada à maneira de proceder brutal e impolítica, das Cortes. A obra dessa assembléia de energúmenos tendo sido destruída pela contra-revolução de Vila Franca, que houvera restaurado o poder absoluto e declarado nula a constituição ultra-liberal votada, o Brasil não tinha mais motivo para se ater ao governo. A reconciliação se impunha, e era ela que constituía o objeto da missão confiada ao conde de Rio Mayor e a Francisco José Vieira, missão transportada ao Rio de Janeiro pela corveta "O Voador", a que o imperador recusara mesmo desembarcar, desde o momento que os agentes não se achavam autorizados a reconhecer como preliminar a independência da antiga colônia.

D. Pedro não se arriscava a ter de renunciar a sua intransigência, feita a preço para lhe garantir as almas

patricas patrióticas para ele em que termos se expunha a este respeito, ao tempo ainda das Cortes, numa Memória destinada a fazer o giro das cortes europeias, um personagem tal como o príncipe de Metternich, o homem da obrigação dos tronos. Essa Memória expõe a situação da independência melhor do que poderia eu fazer-lo:

"A emancipação do Brasil era uma consequência necessária e inevitável da revolução de Portugal. Os laços que uniam esses dois reinos estavam já de tal modo enfraquecidos, que a união não se mantinha mais senão pela força do poder real. A coroa despojada, pelos facciosos, de todos os direitos, de toda a dignidade, de todo o brilho, passava a ser um fantasma aos olhos dos brasileiros. Desde então a pretensão das Cortes de Lisboa, de governar um país afastado e cincoenta vezes maior que Portugal, deve ter parecido, aos habitantes do mesmo absurda e monstruosa. E, feito a abstração do caráter democrático de que se revestia a revolução tanto no Brasil como em Portugal, é permitido dizer-se que se algum dia a revolta de uma colônia contra a metrópole teve justificação, foi no caso dos brasileiros contra a autoridade usurpada, de uma junta revolucionária, que havia destronado e encadado seu soberano e derrubado completamente o antigo governo da pátria.

"A separação do Brasil uma vez conduzida e decidida pela força das coisas e pelos crimes da facção dominante em Lisboa, o Príncipe Real, constituído Regente do Brasil por seu pai, não tinha mais a fazer senão optar entre dois extremos desaygradáveis. Reconhecer a independência do Brasil, ele contribuía, de sua parte, para um acontecimento sempre deplorável para sua antiga pátria, e mais ou menos perigoso para os direitos hereditários de sua casa. Mas recusando-se a reconhecerla, era evidentemente forçado a regressar a Europa. E, nesse caso, o Brasil, sem estar menos perdido para a metrópole, estava-o ainda e para sempre para a família de Bragança. Assinando o ato da independência

do Brasil o príncipe não fez pois sendo escolher o menor de dois males, entre os quais estava collocado...

"Quando os olhos dos monarcas da América e de todas as nações europeas não tem visto dos grandes interesses a consultar, duas grandes questões a examinar: a primeira é a conservação dos direitos legítimos das famílias reinantes; a segunda é a manutenção, tanto quanto possa ter lugar, do princípio monárquico contra os progressos da democracia universal. Desde que a soberania legítima não seja destruída ou inteiramente descolada, pode não ser indifferente que as províncias d'alem-mar se chamem colónias ou reinos: que sejam governadas por leis, pelas autoridades administrativas, pelos tribunais, pelas Cortes, e não de Madrid ou de Lisboa, ou gozem de uma legislação particular e de uma administração independente de suas antigas metrópoles. Ora — e eis o ponto de vista essencial — nem um nem outro desses maiores interesses, igualmente atrevidos e feridos de morte na revolta das colónias espanholas, foi directamente comprometido, nem pela emancipação do Brasil, nem pela proclamação do império brasileiro. A casa de Bragança, ainda que alvo de todas as tempestades revolucionárias, conservou seus direitos de soberania sobre aquele povo, exerce-os mesmo por um de seus ramos. E se o império brasileiro puder ao fim e ao cabo consolidar na totalidade das colónias portuguesas, não veremos, pelo menos, uma nova colação de repúblicas democráticas cobrindo a metade do continente americano."

Um agente brasileiro não faria uma melhor defesa da causa do Império, não o faria nem mais inteligentemente, nem mais esmóssamente Metternich indicava mesmo, com a sua defesa, a marcha a seguir para arrastar as coisas, sem faltar com as considerações devidas ao rei de Portugal. O reino estava inteiramente achastado com uma diligência confidencial junto ao soberano então cativo das Cortes, afim de se obter seu consentimento para o reconhecimento de seu filho, a quem — lembramo-nos

sempre disso — havia de próprio aconselhado apoderar-se da coroa do Brasil, antes de ele ser arrebatado por um aventureiro. D. João VI pensava, provavelmente, em Bolívar, que se supunha já alçado do cetro imperial a quem não fora do certo inteiramente estranho.

Na 3.ª vez, onde a reacção atingia o apogeu, desde que o exército francês acabava de intervir para derrubar o governo constitucional de Euzébio de Albuquerque, que estava no momento no ministério não tinha defeitos a pôr senão no carácter democrático do projecto de constituição brasileira, porém, na sua opinião, exagerado. Admittia, pois, fatos consumados, pois attendia suas consequências com o futuro visconde da Pedra Branca, que o Império houvera recebido encarrigado de negócios em Paris.

A própria Rússia tinha pelo Império brasileiro uma simpatia instintiva, inspirada pelo isolamento monárquico dado em meio de países republicanos. "Peri losses e sem verdadeiro patriotismo, sujeitos a contínuas convulsões, encerra o conde de Nesselrode ao batho de Terstschiff: "Não é possível negar que a influencia revolucionária tenha penetrado no Brasil, como no resto da América meridional, mas seus effeitos ali não são ainda os mesmos, ou pelo menos toma outras formas, de que a Europa monárquica não deve fazer abstracção".

Parecia pois de toda a conveniência, ao ministro dos negócios estrangeiros da Rússia, que Portugal se prontificasse a dar franco adosso a uma mudança que não estava mais em seu poder emendar, mas que lhe cabia, em face de sua maneira de proceder, "prevenir das usurpações da democracia que quase fizesse perder um tronco á casa de Bragança e que, felizmente, não teve forças para lhe arrancar o segundo, ou antes, viu-se obrigada a descerre-lo, afim de salvar-se dos próprios erros."

A única obrigação formulada pela corte de S. Petersburgo se referia á situação internacional das colónias espanholas e era duplamente determinada pela intimidade

qua, desde esse tempo, existia entre a corte da Rússia e a de Madrid, e pela antipatia que até os últimos tempos prevaleceu em meio da politica russa contra os procedimentos da Inglaterra. Ora, o reconhecimento do Império do Brasil resolveva praticamente a questão ainda pendente do reconhecimento das repúblicas hispano-americanas, que Canning favorecia, contanto que não deixasse mais sombra de dúvida sobre o futuro do problema e fizesse a porta a qualquer transacção que a metrópole quizesse ainda tentar encerrar.

A Rússia inclinava-se antes para um Congresso europeu (esses Congressos estavam então na moda e se chamavam Aix-la-Chapelle, Laybach, Verona) que contaria com as diferenças de soberania abdicar e faria entrar no bom caminho o novo ministro inglês, de quem Neuchâtel dizia que houvera manifestado opiniões "de que os amigos do bem não tinham feito senão poderem". Canning procedeu, como era seu costume, por meio de uma rápida solução.

O meio de pacificação sugerido pela Áustria foi aproveitado pela Inglaterra, que dele se serviu à vontade. Ligada a Portugal por antigos tratados de amizade e de aliança, os primeiros remontando ao XIV século e garantindo mesmo a autonomia e a integridade do reino ibérico, compreendidas suas vastas possessões, era a intermediária bem designada. Mesmo que não tivesse sido, como tinha na ocasião, à frente de seus negócios nacionais e internacionais, a inteligência aliada e o espirito irrequeto de Canning.

Portuguezes e brasileiros meditam-se com côlera suas no fundo tinham pouco desejo de se devorar, e tinham uma tal confiança numa aproximação que o governo de Lisboa, obedecendo claramente aos conselhos de Londres e também à influência sempre moderada e benévola do rei agora absoluto, recusou, não obstante todas as queixas, repetições e ameaças, adherir-se a um projecto espanhol de Congresso europeu, suggerido para

regular os negócios da América segundo os interesses da legitimidade. Esperava-se mais de uma negociação directa, ou quando menos entre partes interessadas em um entendimento, e, entretimentos, falava-se sempre em Lisboa, mas sem se tomar uma decisão a respeito, de reconhecer o Brasil pelas armas, quando Sir Charles Stuart, mais tarde embaixador em Paris, foi enviado para o Rio de Janeiro, na qualidade de representante da intervenção britânica para a reconciliação dos dois países.

Ali demorou-se pouco de um ano. Era um papel feio e um incomparável bibbido, muito apascentado dos livros portuguezes. Sua negociação foi interessante e terminou-se com satisfação quasi geral, o que vale dizer que ninguém saiu inteiramente contente, se bem que ninguém tenha ficado seriamente descontente. Portugal renunciou a toda idéa de pretensões que se relacionassem com a antiga ordem de coisas. O Brasil, por seu lado, consentiu em pagar dois milhões de libras esterlinas pelo seu resgate, o que não era uma soma enorme, se se levarem em conta os melhoramentos realizados pelo antigo proprietário. Mas esse ato não foi nunca perdoado pelos brasileiros a D. Pedro I. Este admitiu que seu pai usasse, enquanto visesse, o título de Imperador do Brasil partilhando assim com ele, inda que nominalmente, a soberania enfim reconhecida.

O velho monarca era tão merecedor da hostilidade, que esta cláusula do tratado não provocou nunca nenhuma reclamação. Os successos se reservaram para a entrega da independência que, em lugar de ser apresentada como o direito de uma nação que attingia a idade da emancipação, ou como uma conquista realizada pelos esforços de seu povo, se efectuava por meio de certas potências, a que não se fazia, no preambulo do ato, senão uma allusão discreta, mas que, por ocasião da ratificação do tratado, em Lisboa, foram maliciosamente divulgadas pelo governo portuguez.

Não havia nisso aliás para falar com propriedade e

encerrar as coisas pelo prisma da importância contemporânea — não é uma mentira histórica. Vimos bastante que a independência do Brasil, na *prática*, não se realizou sem excepção, em grande parte, obra do rei D. João VI. Quando ele se retirou pôde dizer a satisfação do dever cumprido. Não era sem razão, como não era também sem espírito, esse Talier de Silva, futuro marquês de Rozendo, primeiro enviado da corte imperial mandado para Viena, afirmava, numa Memória redigida à requisição do Marquês para justificar a independência, que o Brasil não a houvera proclamado que não houvera feito senão reconhecer a após a já existência das Cortes de desfazer a política ativa e passiva do soberano. "E' bem a generalidade de S. Magestade Fidelíssimo — escrevia ele — que o Brasil deve o termo do antigo regime colonial pela abertura de suas portas ao comércio de todas as nações; pela instituição dos tribunais superiores de graça, de justiça, de finanças, de comércio, de marinha e de guerra; pelo estabelecimento de um tesouro público, de um Conselho de ordens de Cavalaria, de um departamento de marinha, de um conselho de taxa, de um sistema particular de arrecadação de impostos, de uma organização de alfândegas, de duas Academias, de um Banco de uma Administração geral de propriedades rurais. Tudo separado e independente de Portugal. Por fim, pela elevação do Estado brasileiro à categoria de reino, — ato que apresentou ao Congresso de Viena mereceu os maiores elogios."

Chegando ao Brasil no mês de Julho do ano de 1825, Sir Charles Stuart devia perceber que dois grandes acontecimentos de alta importância se tinham passado desde a separação dos dois reinos. Primeiramente, os últimos vestígios reais do domínio metropolitano tinham desaparecido, pois que as tropas portuguesas não passavam mais o solo da antiga colônia. Em segundo, um golpe de Estado houvera firmado a supremacia do trono, ou, para melhor dizer, da autoridade sobre a repre-

sentação nacional metrópole. Para terminar, uma revolução republicana e defensiva, que havia tido como alvo destruir o trono, houvera sido, sem grande dificuldade, subjugada e vencida.

As condições da nacionalidade brasileira apresentavam, assim, após a proclamação de D. Pedro, um caráter bem incerto. O movimento da independência partira do espirito; não se fora, por assim dizer, a se organizar em S. Paulo, de onde vieram tomar no Rio a forma definitiva. Ainda, após leves hesitações, a grande província de Minas Gerais, e estendeu-se em breve a todo o sul. Foi esse o bloco da unidade imperial, mas estava longe de ser o Brasil. Pernambuco, onde o fogo ainda ardía sob as cinzas de 1817, continuava a ser o focos do espirito como crítico e particularista. Na Bahia, igualmente agitada pelo fermento liberal, o acaso havia reunido o grosso das tropas de ocupação, o que fez daí naturalmente o centro português de resistência, que podia receber livremente novos reforços da Europa, pois a marinha de marinha nacional tinha que os reforços não fossem interrompidos. O Maranhão, cujas comunicações com o resto do Brasil haviam sido em todo tempo contrariadas pelas dificuldades da navegação à vela, o que tornava essa provincia mais íntima de Portugal, erguia-se no extremo norte como uma espécie de reserva de opposição da antiga metrópole.

Na marinha fazia falta ao novo Império, mas era ela também o único meio de reunir as fragmentes, que já estavam esparsos, de uma colônia, que tinha sido uma série de possessões autónomas. O governo imperial conseguia criar uma marinha, tirando-a do velho material deixado pelos portugueses. O Brasil não é um país de espirito essencialmente militar, se por este vocabulo se entende o culto ardente das glórias da guerra. Mas esse prestigio naval já foi levado a cabo duas vezes durante sua curta existência de nação, sem contar que nos tempos coloniais, a tomada da fíbula na qual se houvera insta-

Luís Villageoigren, fô-e também e afundado por uma flotilha de esquadras semelhantes aos esquifes muito móveis que os índios, dados à navegação, empregavam e por meio das quais chegavam a aborlar as embarcações ancoradas convenientemente nas bocanellas de seus inimigos da Europa.

Em 1864 quando o Paraguai de Lopez, que desde muito tempo se preparava para a guerra, rompedor hostilidades contra as vizinhas do Leste e do Sul, o Brasil foi apenhamo desprevenido e teve de improvisar sua defesa. Mas, já no ano seguinte, o almirante Barroso, ensaiando a tática naval a que o almirante austríaco Tegenroff foi devedor do êxito de Lissa dois anos depois, ganhou a célebre batalha naval de Riachuelo e, em 1868, nossos navios de guerra transpunham a passagem, julgada inexpugnável de Humaitá.

Em 1823 o governo imperial fez prudentemente apelo a um celebre marinheiro inglês, Lord Cochrane, que, por causa de um processo resultante de negócios de bolsa, havia sido forçado a deixar seu país e vagouava pelo mundo em busca de aventuras e de proventos. A guerra naval não se fazia então sem proventos, por causa das prêmios que constituíam o melhor substituto delas. Lord Cochrane era bravo por officio e por temporamento. Era, ainda mais, um comandante dos mais experimentados. Tinha-o já provido no Pacifico, dirigindo a frota revolucionaria do Chile, e devia provar-lo também, mais tarde, nas lutas da independência da Grécia. Uma vez à frente da marinha brasileira, trocou-lhe logo o caminho da vitória.

A capital da Bahia, onde se mantinha firme o general Madeira, estava cercada por terra, por tropas nacionais, comandadas por um de nossos compatriotas o general Labatut, um daqueles meto-soldos que o Sr. d'Esparbós e, antes d'êlle, Balthaz, haviam tão bem descrito e que, pensando que a aguilanilha ainda levaria tempo para serriacar o vôo, tinham ido para além-mar, para qualquer parte, sem de ganhar a vida, como haviam aprendi-

do a fêzê-la, combatendo. Lord Cochrane estabeleceu no mar um bloqueio tão eficaz quanto podia. Cortou as comunicações dos assediados com o exterior e, quando a esquadra portugueza, a principio immobilizada no porto, tomou o caminho de Lisboa, conduzindo a guarnição fiel, que abandonava o campo, e numerosas commerciantes portuguezas, que tenciam represalias, elle fêz-lha perseguir, até à vista das costas de Portugal, por um de seus subordinados, o capitão Taylor, que voltou trazendo algumas embarcações captivadas. Ir dali ao Maranhão e ao Pará, e lá proclamar o Império, foi para Lord Cochrane uma tarefa das mais fáceis.

Graças à marinha, a união do país se achava então solidificada e, não obstante a efervescência ainda se prolongar por algum tempo, no Maranhão e no Pará, o apoio resultante da falta de coesão fez falta à revolução, quando, em 1824, foi proclamada em Pernambuco pela Junta rebelde, a Confederação do Equador, a que o Ceará se juntou, e que devia exigir, em face do Império autoritário e centralizador, o estabelecimento de uma linha federativa e democrática.

A nova revolução de Pernambuco tomou por pretexto — e esse pretexto não deixava de parecer uma excolente razão — o golpe de Estado da capital. Havendo recebido a investidura imperial das mãos do povo, D. Pedro II se havia muralmente ligado de antemão a Constituição que os representantes do povo deviam estabelecer livremente como base do pacto entre os poderes legislativo e executivo. E' verdade que elle tinha feito a restrição, não mental, mas pública, de que agia assim que procederia no caso de a Constituição se mostrar digna d'êlle.

A Assembléia constituinte reuniu-se com effeito no Rio de Janeiro em 1823, quando o jovem soberano gozava ainda de todo o prestígio — prestígio da juventude e da alvizez — e tinha a seu lado os irmãos Andrada, José Bonifácio e Martin Francisco, estimados por uma,

unidos por outros, respeitadas por todos. Ambos haviam feito menção de retirar-se em face do despeito dos demócratas. — porém um movimento popular sem importância e sem digno título reconduzido ao poder. Ideias julgar da situação pelo relato — naturalmente inédito — de um agente diplomático estrangeiro, o encarregado de negócios da Áustria, que assim se exprimia dirigendo-se ao príncipe de Metternich e que, residindo no Brasil desde alguns anos, conhecia perfeitamente o mundo político em que estava envolvido:

"A Assembléa vai reunir-se. E' de sua conduta que dependerá a firmeza do trono em bases sólidas, e o restabelecimento da ordem. Tudo está por fazer, constituição, códigos, instituição eclesiástica, sistema de educação. Nada existe senão o soberano proclamado e coroado, sem um voto de opposição e sem ter tomado compromissos que o prendam. Nisso sua posição difere já da maneira muito vantajosa da qual em que se encontraram o rei seu pai, o rei de Nápoles e o da Espanha.

"A Assembléa geral não diferirá muito, ao que me parece, das que nesses outros países tiveram a mais alto ponto os desordens a que chegaram a existência. Aprezente-se de antemão em alvênia como sendo composta de homens sábios, moderados. Em mesmo tempo vários que parecem sê-lo, mas não é por esse lado que se deve encarar a questão. Só o resultado e a experiência podem provar o que serão esses homens numa posição inteiramente nova. Mas o que se pode admitir, é que os indivíduos eleitos em pontos tão afastados uns do outros, num país em que a civilização está muito atrasada, onde as doutrinas revolucionárias não fizeram ainda nenhos progressos parecidos e onde a tática lhes falta, pela natureza do país e da população, podem muito bem trazer consigo muitas idéias falsas, princípios errôneos e pretensões exageradas. Mas também não formarão entre si, um corpo unido como na Europa, e segundo penso, um sistema regulamentado. Haverá, sem nenhuma dúvida,

um partido democrata, alguns republicanos, mas não vejo absolutamente admissão segundo as diferenças mencionadas, qual será a massa que os apoiará, e sem a qual não podem fazer nada.

"Em opposição a esse partido sem plano fixo, vejo um príncipe que se colocou à frente da nova ordem de coisas, e não verifico absolutamente ao com razão. Porém parece-me incontestável que o antigo governo, tendo uma vez enfiado e não podendo mais, por isso mesmo, ser rotacionado sobre as mesmas bases, desde que está deslizada a ilusão, o príncipe se coloca na posição mais conveniente. Não pretendo na sua coroação senão um juramento condicional. D. Pedro collocou-se entre os dois extremos, como um poder regulador. Suas qualidades pessoais, a energia e a atividade demonstradas em algumas oportunidades, sua personalidade, que lhe asseguram não somente o amor dos brasileiros, mas o fizeram temer, respeitar, lhe facilitam os meios de o ser verdadeiramente e de nunca se ver reduzido ao papel humilhante do rei seu pai. O príncipe está apoiado por um ministério, cujos princípios essenciais são bons, cujos intentos são monarchicos. . .

"Os obstáculos que D. Pedro tem a vencer são a opposição que Portugal lhe faz à viva força e a democracia, que o partido da metrópole fomentará o mais que puder, e que os europeus, tanto portugueses como de outras nacionalidades, alguns deles nacionalistas, encorajam. O primeiro desses obstáculos não vale, por si mesmo, nada, é antes útil que perigoso para o governo, desde que o obriga a exercer suas forças, desvia a atenção da população da sua política interior; e aumentando a animosidade contra Portugal, este obstáculo diminui a influência perniciosa de alguns indivíduos desse país.

"Quanto à democracia, inde que o governo esteja em estado de lutar contra ela e com vantagem, é, por sua natureza, tão perigosa que, enquanto não estiver inteiramente extirpada, não se pode acreditar em segurança de

perigo. Existem sociedades secretas em todas as portas, e se bem que as leis tenham sido fechadas aqui, não serão tão cedo destruídas. Os deputados que regressam de Lisboa, e que emquanto chegaram dentro uma "Tribuna maior sobre a Assembleia, não lhe trazem princípios muito puros; não foi defendendo a monarquia que ganharam renome. Não podendo atá-lo abertamente, procuraram tornar o príncipe odiado, procurando provocar-lhe a violência. E' então que o ato de 12 de Outubro — a salvação imperial — poderá tornarse-lhe fatal, pois é o único que não suporta erro."

O antagonismo entre o Príncipe e a Assembleia ao caboqur no mesmo dia da abertura da Constituinte, a propósito de simples formalidades, aliás não desprovidas de sentido. Travou-se a primeira escaramuça em torno da maneira de apresentarse do soberano e dos elêitos do povo — as duas partes da soberania nacional, segundo a linguagem enraigada. O Imperador consentiu em tirar a coroa ao entrar na sala das sessões por não ter sido considerado decoroso só os deputados ficarem de cabeça descoberta enquanto durasse a sessão. Do outro lado, os deputados tomaram assento, o Imperador leu seu discurso, o que levou o presidente da Assembleia a proferir o seu sentido.

O fato é que a harmonia não se restabeleceu mais. O governo quizesse que a Assembleia se limitasse a aprovar o projeto de constituição que lhe submettiam. Ao contrário, a Assembleia sahia-se absolutamente a cumprir ao pé da letra seu mandato constituinte, e levantava grandes debates em torno de cada artigo — na esboçoça felizmente não realçada de que a discussão fôrta-se a fim — e pelo próprio intuito de conservação, a limitar, tanto quanto possível, as atribuições do poder executivo. Foi assim que pretendeu que as leis redigidas e votadas antes da promulgação do ato constitucional não tinham que ser submetidas à sanção soberana, quando por seu lado a coroa nutria a ambição de um veto absoluto.

Fuza interessante discussão de direito público, que tomara, ponto por ponto, a sua procedencia na França a queda da realoza, e que fez a honra das assembleias anteriores a Convenção, não pôde chegar em nosso país a esse termo. A Constituinte brasileira tinha readquirido novas forças, mas se tinha tornado ainda mais indócil, quando os dois Andrada, definitivamente marginalizados com D. Pedro, passaram-se à frente da Assembleia reardando com todo o egoismo e todo o arrebatamento, o terceiro irmão, Afonso Carlos, que em si o leader da mesma. A oportunidade dessa reunião politica se tinha entretanto passado, se é que ela devia jamais ter vindo.

Despedindo, depois da vitória, o raueor comum aos nacionais contra os antigos dominadores, a Constituinte fôrta de aseritidade sua obra construtora, que a interabundancia imaginativa e as tentas doutrinares tornavam ja neguivo. O partido português, responsável as ameaças legislativas de expulsão do elemento — chamado europeu, ligou-se a alguns inimigos pessoais dos antigos e onipotentes ministros da Independência, assim como a outros homens recém-chegados na vida pública e ardentes do desejo de representar um papel nos conselhos do Império. E todos êles impelleram o soberano a dissolver voluntariamente a Constituinte, seis meses e meio depois da abertura.

Uma d'stribe da imprensa contra os oficiais portugueses, que o Imperador se pusera a favorecer por despeito por ataques dos fasciosos contra esta pessoa e seus tendências — distribue que teve como resultado uma agressão contra o substo autor, por parte de dois oficiais de artilheria — pôs fogo a pólvora. A Assembleia valendo-se das prerrogativas de uma Convenção e dando atenção ao apêlo do guicimos, se atribuiu funções judiciais, quis banir os ofenseres e tratou os portugueses de "monstros". Enquanto isso a imprensainha politica ameaçava D. Pedro com a sorte de Carlos I e de Luiz XVI.

Rebentou um grave conflito. A Assembleia decla-

ron-se em sessão permanente, exigindo explicações do governo pelo aparato militar manifestado, e o soberano reclinou, como Comnwall, entregando um official de feição a sala nas reuniões, de prender e deportar os principais cabogas da opposição, entre outros os irmãos Andrada, que vieram instalarse na Princesa.

A Constituição que tomou o lugar do projecto suscitado no anno da primeira Assembléa, e que foi obra de um Conselho de Estado antes de sê-lo, nomeado ad hoc, presidião pelo Imperador e composto de homens do merito, era em suma muito liberal, e convinha talvez mais, pelas maiores garantias offerecidas ao funcionamento do poder executivo e ao papel do poder moderador, à condição politica do pais, ouso uma vontade suprema e forte era necessaria, senão indispensável, à manutenção de uma união ainda mal consolidada. A opinião censuraria mais tarde o procedimento cavalheresco de D. Pedro, e o sentimento publico deploraria que a honra de cumprir uma grande tarefa tivésse sido arrebatada ao primeiro Parlamento nacional, que não era certamente, composto de personagens eminentes, mas contava entre seus membros — dos quaes dezanove eram ecclesiasticos, sete militares, vinte e três advogados e vinte dois magistrados — alguns nomes que se tornaram dos mais illustres de nossa historia. Essa Assembléa nos apparece com effeito animada de um ardente patriotismo e de um sincero amor à liberdade. Seus piores defeitos não eram senão o excesso de suas qualidades.

Toda que submetida à aprovação das Côrnias municipais da nação, a Constituição imperial não foi ratificada sem graves incidentes. Em Pernambuco, como vouo disse, a opposição tomou armas, reclamando o restabelecimento da Assembléa violentamente dissolvida, e um monje carmelita dos mais inteligentes e dos mais corajosos, Frei Caneca, se fez o principal estigmatizador dos pendores absolutistas do Imperador e o interprete das verdadeiras doutrinas constitucionais. Pagou com a vi-

da seu oitimo, e não deixou, afinal, de ter um comparição de execução. Mas o sangue derramado não foi, em qualquer caso, tanto quanto aquelle que não soube mostrar bastante indulgência para com as lóias pedras dos adversarios.

A abolição surgiu no horizonte no dia em que se realizou o supposto milio de religiosos, em quem se houvera incarnado o espirito democratico, e que tinha escrito num de seus apisonados psalinos:

"Quando a pátria sofra, os olhos do peiora se fecham e mudam — os vagidos dos filhos, as lágrimas da esposa, as lamentações dos pais. O coração cheio de piedade pela pátria não reserva nenhum lugar para outras affeições. Todas as paixões esfriam. Sómente o patriotismo fala. Se a pátria faz soar sua voz imperiosa, o patriotismo não hesita, não se demora, marcha a pé firme e sem intermissão. A cor do rosto não se lhe altera à vista dos perigos e dos combates."

A SEGUNDA parte do reinado de D. Pedro I. — isto é, alguns anos de exílio depois do reconhecimento do Império, da promulgação da Constituição e do apaziguamento temporário da agitação revolucionária — assinalou-se por dois acontecimentos essenciais: o revés da política exterior do soberano, revés que se tornou definitivo por motivo da perda da província espanhola, e a progressiva e segura implantação do regime parlamentar, expressão do sistema representativo.

A guerra contra o Brasil, tornava-se inevitável, tanto era popular em Buenos Aires. O sentimento público argentino não perdoava ao governo do Rio de Janeiro a anexação de Moynvidéu, que considerava como parte integrante do património argentino, pátria sacudida por um cólera feroz e mil Ciríacas, masas sangrentas, porém constitucional, não obstante tudo isso, um ideal baseado sobre uma unidade de raça e de língua, e na comunidade de origem e de tradições. Era uma verdadeira ampulheta que, segundo a opinião nacional, as Províncias unidas do Prata haviam sofrido da parte do rei D. João VI. O temor dos espanhóis sempre amedrontados podia ter feito até aí hesitar a coragem dos três mil heróicos, mas a completa derrota das tropas realistas no Perú era de arrastar e dissipar tais apreensões e a permissão levar

as coisas ao extremo entre os herdeiros americanos das duas metrópoles peribulantes.

O governo de Buenos Aires, aproveitando-se da queda de Bolívar no Alto Perú, onde viera recolher o fruto da brilhante vitória do general Sucre, imaginou organizar uma "guerra de princípios", atacando as jovens comunidades republicanas da América do Sul contra o Império formidável e agressivo que também se debatia no desordem político, desordem que a autoridade do trono não conseguia acalmar inteiramente. Bolívar que veio a recusa de se meter entre os veteranos, que o acompanhavam, em novas aventuras. Bolívar julgava já ter bastante responsabilidade sobre os esforços com sua Grande Colômbia, sua velha Perú e sua nova Bolívia. Não obstante sua vontade de passar dos Andes a Mato Grosso, de subir pelo litoral até o Pará, ditando, de Belém, suas condições ao Rio de Janeiro e voltar à Venezuela pelo Amazonas, o Rio Negro, o Cassiquiare, e o Orinoco, Bolívar preferiu não experimentar a aventura, tanto mais quanto o Imperador havia negado o ato de seu subordinado, o governador de Mato Grosso, o qual houvera acedido a fazer bem acatando a incorporação ao Brasil da Província de Chiquitos, destacada do Virreinato do Perú.

Além em Buenos Aires todos não julgavam de mesma maneira a intervenção de Bolívar nos negócios da costa oriental. Havia quem temesse sua desmedida ambição e seus sonhos de domínio sul-americano. Um Brasil futuro era pelo menos um contrapeso à vasta federação que parecia esboçar-se ao lado do noroeste, progredindo ou estendendo-se para dois oceanos, da embocadura do Orinoco aos cantos da Chile, e dilatando seus territórios desde o mar até os planaltos da cordilheira dos Andes e até cima da cadeia da Patina.

O objecto de uma, na Argentina, era entretanto reconquistar o território perdido em pouco tempo, o mesmo que representava para eles uma página inesque-

aível de glória, desde que Jacques Linnam e Henrique reconquistado, em 1811, das forças inglesas de Whitelock, vindo para vingar um a primeira ofensa: a essa expedição teria sido uma segunda desastrosa.

O Brasil não desejava a guerra e desejava ainda menos abandonar a conquista real. Para D. Pedro I era um ponto de honra, e ele não ia sem cuidadosamente compreender aos agentes diplomáticos ingleses, que faziam todos os esforços para evitar o início das hostilidades. Poderia medir o interesse que tinha o imperador a pelo a América do Sul, reparando-se nas fortes relações de comércio que se tinham estabelecido entre seus portos e os das colônias entrançadas da Espanha e de Portugal. Em 1823, as exportações inglesas com destino ao Brasil continham uma proporção de 25.000.000 de libras esterlinas, o que representava um oitavo do total desse comércio e excedia de muito as exportações para os Estados Unidos, originadas da mãe-pátria. Agora mesmo, seja dito da passagem, a América do Sul floria, no quadro das exportações britânicas, por um declínio, e essa fração elevava-se a 25.000.000 de libras esterlinas.

Ora, o bloqueio do Rio da Prata, que o Brasil não detestava de começar por estabelecer, traria perdas consideráveis a um tráfico cada dia mais florescente, abstração feita da nuvem de corsários, que se abateria sobre o comércio legítimo, sem mais se importar com os navios. Imaginando, como era de seu dever, os deploráveis efeitos de um rompimento, Ganning encarregou Lord Pakenby, ministro em Buenos Aires, de oferecer, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, a intervenção britânica para uma solução amigável, baseada na restituição de Montevideo em troca de uma indenização pecuniária ou, em último lugar, a elevação da Banda Oriental em Estado independente. Foi essa última solução que veio a prevalecer mais tarde, mas no momento tinha o grave defeito de não satisfazer as ambições em suma legítimas das Províncias Unidas, e ao mesmo tempo de irritar as

avosceptibilidades do Brasil. A solução em debate apresentava-se aos brasileiros como a pior hipótese.

O imperador recebeu imediatamente os bons efeitos e as propostas sugeridas. Preferia arriscar-se à fortuna das armas, a que seus adversários tinham feito toda a sua estratégia. Durrigo, que estava em 1823 à frente do governo de Buenos Aires, querendo inflamar mais a esperteza americana, que não tinha, concluiu, quase necessariamente de estimulara em tal ocasião, tinha lançado como brado de guerra esta frase: "Que o hero da última seja chamado em 25 de Maio de 1823 sobre as muralhas de Montevideo." Foi preciso diminuir as pretensões, mas é incontestável que os maiores íctos militares e diplomáticos dessa campanha pertencem à Argentina. Foi em seu proveito, indireto, se não direto, que o império foi desmembrado de uma conquista efetiva do reino, desde que a enfraquecimento do Brasil significava mais ampla garantia para a Argentina. E foi à custa da legatância de nossa marinha, muito superior, que as forças inimigas ganharam vantagens notáveis.

O almirante Brown, um irlandês a serviço de Buenos Aires, fez maravilhas com o material inutilmente à sua disposição. Não se não fez caso do bloqueio, cujo também desbaratou expedições navais dirigidas contra o território das Províncias Unidas. A marinha brasileira, que Lord Cochran honrou adentrado com a autoridade de sua valentia e de sua competência, não diminuiu, quase desmoralizada, na luta, não obstante algumas ações honrosas. E, em outro, humingo foi talvez, segundo a opinião de escritores militares, uma batalha indecisa, mas que revelou a incapacidade do exército do marquês de Barbacena para garantir o limite do La Plata tão penosamente alcançado. Equivalia pois a uma derrota, e os argentinos a proclamaram como tal.

De outro lado a anexação da Banda Oriental pelo antigo vice-reinado não era de provar. Buenos Aires não tinha ainda bastante vigor para construir e província

rebelde e cederam, e era necessário combater com o sentimento da independência que ali se desenvolvia e mantinha-se pelo levante de Lavalleja contra a ocupação brasileira, levante que o governo de Buenos Aires protegeu e auxiliou.

Um político argentino, que é também um homem de letras, o Sr. Ramon Cárcano, acaba de publicar a seu respeito páginas preciosas, que demonstram a impossibilidade de qualquer ataque contra sem ter a soberania do Uruguai, e evidenciam também a vantagem que nisso teria seu próprio país. "O sentimento popular da outra margem — tais são suas palavras — era tão hostil a um domínio quanto a outro, e esse estado moral explica a popularidade de um catego instaurado como Artigas ao herói da resistência contra a invasão portuguesa, que tinha fugido por procurar um refúgio no Paraguai, onde o ditador francês o retinha prisioneiro). Liberar o país do Brasil era levantá-lo contra a Argentina, moler sangue e lágrimas a um último manifesto. Deixar o Uruguai fatigar-se e esgotar-se por meio de uma guerra insustentável, num país onde não era sentir sendo do solo que pisava, e nos reservar o momento de proceder à ação decisiva e preponderante, assumindo a atitude simpática de mediadores amigáveis, era a política sensata, preventiva e segura, que as circunstâncias impunham. A jovem república." Diz o plano argentino eu — que o estadista García affecta.

"Nenhum recelo — prosegue Cárcano — de que o Brasil se voltasse contra nós, ameaçasse com seu poder a integridade do território argentino. Faltavam-lhe para esse empreza ténues recursos do capital. Comprorricio em uma guerra social sem tréguas, com os uruguaios, não se atrevia a multiplicar as dificuldades de sua posição política e militar à uma imensa distância no seu centro de governo. Inquietada por uma agitação interior a jovem monarquia não se exporia a novas complicações com uma democracia guerreira e expansiva, que

havia já percorrido a América suplantando a vitória das armas. De passagem, observamos — não ignorais que o Chile deveu sua emancipação ao exército libertador de San Martín, que atravessou os Andes para lhe levar socorro, e que as forças de Sr. Martín e de Bolívar se encontraram no Peru, uma desceendo com o subindo o Pacifico, na cruzada para a emancipação da America espanhola.

"As Províncias Unidas — sou o autor argentino nas considerações já expressas — mantidas na expectativa, não a provocação destrutível de conservar uma fração territorial inerente, rebelde e irreductivel" mantinha intacto seu poder e seu ascendente, para dar o derradouro retoque, profundo e definitivo, à questão do Uruguai".

Buenos Aires não perdou, entretanto, nada com a intervenção ameaça de que seu governo tem o encargo, porque a república tirou dele tradições, de que seu povo é muito cioso, e também porque o resultado, graças a uma guerra sem êxito decisivo, fôra o que a legislatura preconizara, e que as duas partes haviam antes repellido, como transigência à honra de ambos.

Esse resultado constituiu um ganho positivo para a Argentina, que se mostrou capaz de lutar e mesmo de vencer, inda que incapaz, por sua absoluta desordem politica, de conservar o fruto da vitória. Não era uma perda para o Brasil, que se tinha mostrado incapaz de um esforço militar continuado, e por consequência de uma resistência superior ao desmembramento operado. Depois esse desmembramento não resultou absolutamente em proveito territorial para o adversário, o que a Tríplice foi felizmente, porque isso urpia a formação, na costa oriental da América do Sul, de uma espécie de Alsácia-Lorena, quanto que a guerra do Pacifico criou muito mais tarde na costa occidental, pela incorporação ao Chile das províncias de Tucum e Arica.

O Uruguai tornou-se assim um Estado-campo — a expressão não era ainda do tempo, não havia sido ainda

insegurança, mas a única não podia deixar de ser amiga - e esse destino também, segundo a frase de um de seus mais destacados filhos, André Lima, supacivo e sagaz, do propósito aberto, núcleo do que o poderiza sobre os outros (curiosas limitações naturais). A pose é forte, torrencial, lembrando de ser uma canal, em desordem perpetua, com neutralidade tornada de base permanente do equilíbrio político do Rio de Janeiro. O Sr. Nelson Carneiro não hesita em afirmar que, na convenção preliminar de paz, a do qual dos signatários teve seu quinto de trinta. O Brasil, a Argentina e a Uruguai foram igualmente vitórias, como é o caso para todos os países simples, em que a gravitação das forças e das intenções comuns, distribuindo satisfações reciprocas, produz o resultado definitivo e justo.

Pedro impedia que no Brasil o prestígio imperial tivesse recebido por isso um rude golpe. A guerra teria sido até antes impopular, porque o sentimento nacional não tinha considerado nunca a Província Cisplatina como uma parte integrante da pátria unificada, e esse sentimento tinha mesmo parecido bastante estranho, neste ponto, à política do rei D. João VI, de que o Brasil parecia não compreender nada o alcance, certamente porque ao príncipe falta uma tradição de unidade. Ao tempo de Pedro I, preocupações interiores, absorvidas pelo ideal democrático que crescia à proporção que o brilho da monarquia esvanesceu, superavam de tal maneira as de ordem exterior, que o elemento econômico exaltado não cultivava absolutamente suas simpatias pelos estrangeiros em luta pela liberdade. Os exaltados não dissimulavam mesmo o satisfação pela humilhação sofrida pelo governo imperial, quando o almirante Boscawen exigiu, num tom que não tolerava outra réplica sendo a dos canhões, a restituição de alguns navios franceses capturados durante o bloqueio e considerados então por presa.

A situação pessoal do Imperador começava a ficar a tornar-se de um transtorno algo insuportável. De um lado es-

peculiaridade, para fazer de mim, com as unanimidades, a as demonstrações que evidentemente existiam entre portugueses e brasileiros de outra tribo, para o contra de as suas incomparabilidade linguística e inter-nacional com os princípios do Código orgânico mais li-beral, que ele havia sancionado.

A dissolução da Constituinte tornava, a medida que o tempo decorria, propósitos divergentes, que não tinham realidade idêa, provocando o desejo de repressões, e as reformas que, em 1890, começaram a funcionar regularmente e que pareciam, a princípio, destinadas a marchar de acordo com o soberano e evitar novas disputas, pouco a pouco se inspiraram também de ultramarismo e quiseram erguer-se à altura de toda diversidade de regime parlamentar. Surubina-se queiram a expressão disso, ao menos estranhamente, porque, se não dependessem sendo de D. Pedro, este teria ficado reduzido na prática as antigas liberdades constitucionais da monarquia portuguesa.

O Imperador não tinha, contudo, hesitado em extor-
gar uma Carta liberal a Portugal, e os seus azeviche de
herdeiro, por morte do pai. Tinha-se de tal modo habitu-
do com a pedagogia constitucional, que não podia mais
poupar-se, de quando em sempre na gratidão das palavras,
para corrigir o que pudesse resultar de humilhação da
para a coroa. Porque seu caráter era assim feito de con-
tinências. Nenhum temperamento era mais inclinado ao
absolutismo que a desse soberano, que de seu pleno agra-
do implantara o regime constitucional em dois países —
países que contribuíam diretamente, pessoalmente e com
entusiasmo, a deprimir, e de que se orgulhava, com seus do-
ctores, a reunirem, exultando um dia por uma homenagem efí-
mera, sofrendo no dia seguinte por um abasamento político.

Por isso quando D. Pedro se viu um momento, pela
necessidade natural das acções, rei de Portugal, os
brasileiros se agitaram abertamente, e com tanto mais
fúria, quanto as preferências do Imperador pareciam,
desde algum tempo, se dirigir para os portugueses. Sua

reia brasileira, seus companheiros de prazer, sua família, — pois havia uma — era composta de pessoas do mesmo tom. Era circunscrita, no seu desenvolvimento a um platôtoz infinito patológico, que torna amargo de sua pessoa, desde que se tornara finalmente D. Pedro IV. Era principalmente devido ao seu pesar contínuo de haver renunciado ao trono de seus avós, pela miragem de um império que se perdia cada dia mais nas lutas republicanas.

Deve porém a necessidade de proceder e ao desejo de reparar a falta cometida não havia sendo um passo a dar. No Brasil ninguém teria consentido numa nova partilha da soberania, e em Portugal, o Príncipe que levava destruindo o reino Unido lutava sempre contra a impopularidade, mesmo por razões dos factos mais brilhantes da campanha liberal, de que ele se fizera o campeão em favor da filha. De tudo a correspondência diplomática estrangeira da época, que percorri, atesta, a certeza de que D. Pedro sempre muito descobria um meio de conservar para si os dois reinos. Mas não pôde vencer a abstinência de trair, se bem que o interesse ardente, de que não cessava desde então de dar provas não com os negócios portugueses consubstanciaes, de tamente com a perda da Cisplatina, as dificuldades com os Estados e mesmo o escândalo de sua vida privada, para levá-lo finalmente à abdicação de outro.

A favor de sua única brasileira, de bom nascimento e de grande beleza, D. Pedro mantinha, na falta de outras, este forte apoio de coração com a pátria adoptiva. Maria, essa marquesa de Pompadour, que se chamava marquesa de Santos, se occupava — conforme mesmo o que contém as mensagens de Marochal e Metternich — antes de seus interesses pessoais e de sua família que de política internacional. Sua influência era entretanto real e foi em certos momentos tirânica sobre a marcha dos acontecimentos interiores. Conselhos de ministros se reuniam em sua residência, e ela mudava o pessoal dos ga-

lhetes segundo seus caprichos ou conveniências, até que sua vontade vinha finalmente apoiada pela encarnadora e jovem princesa Anália de Leuchtenberg, filha de Eugénio de Beauharnais, e na qual revolve o encanto de Josefina, pois foi a esta herança que houvera abreviado os dias da pobre accuduguesa Leopoldina, a quem a marquesa de Santos impunha sua presença como amante preferida, enquanto a filha offe-e um amor adulterino, a duquesa de Goiás, se occupava ao lado das pequenas princesas. Essa situação contribuiu naturalmente para tornar muito penoso aos diplomatas brasileiros na Europa de ver o casamento de uma nova imperatriz.

D. Pedro tomou-se circospecto, se bem que não por muito tempo, pois em Londres, quando não era mais senão o duque de Bragança, defensor dos direitos da filha ao trono de Portugal, uma grande dama inglesa, es conhecida a princesa de Lieven, descrevia-o como very tricky with the ladies (muito carável de mulher). Ele não curava de seus excessos. Um dia, em que sendo impopular — tal foi o próprio quem contou o incidente — recebeu da Austria — desenhada com o conde de Götts, encarregado de negócios da Prússia após Bismarck, as cláusulas de um tratado de amizade, de comércio e navegação, como Götts insistisse mais do que devia para incluir a cláusula, que admitia livre pregação religiosa dos cidadãos de um país no outro, invocou a piedade e piedade confidencia de Carlos X. D. Pedro, que pensava no direito de seus súditos protestantes, filhos de emigrantes alemães, replicou-lhe com esse respeito: "Ciga, Carlos X. é como você e eu seremos um dia, como eu tenho: ele foi libertino e tornou-se deus." O príncipe me disse — acrescenta Marochal ao referir a história a Metternich — que o d. Pedro havia transformado de todo o póbre de Götts, que é muito religioso.

O ministro de Austria não desculpava a libertinagem do imperador. Este era o primeiro a empregar o termo sem disfarce. Na sua correspondência, mar' fozna

frequentemente seus sentimentos sobre tal assunto. Mas tinha medo de alterar o sistema representativo, para voltar a monarquia e as boas relações das Câmaras e mesmo para fazer que o ministério devia reunir-se em volta dele, como na França, d'ale é, acrescentando: "É infinitamente preferível conservar o governo representativo, que passar por uma nova revolução para abolir. No estado atual do Brasil não vejo nenhum outro meio de manter a união das províncias e de acalmar por algumas vezes. Várias freqüentes do soberano às diferentes províncias não haviam igualmente parecido uma vez um meio de manter os povos ao sistema monárquico. Mas a vingança de Sua Magestade à Bahia demonstrou que o conselho de sua Corte não somente neutralizava o efeito salutar de sua presença, porém produzia mais mal que bem."

A evolução constante do sistema devia em breve suprir as vozes um pouco mais singulares e inspiradas do discípulo de Metternich: o Brasil ia entrar inteiramente no regime parlamentar, seguindo o modelo tradicional britânico. O primeiro ministério originado da maioria da Câmara data de 1827, mas, naturalmente, os primeiros ensaios foram muito imperfeitos, pois o soberano não conseguia dobrar-se às justas pretensões da representação nacional, cada dia mais senhora de si mesma e mais certa de fazer triunfar seu ideal.

Sobretudo ao governo uma grande instabilidade causada por esse conflito de tendências. Os gabinetes sucediam-se, uns despoçando os pendores liberais outros reafirmando as tendências da corte. A desordem não aprovou-se sem ao partido federalista-republicano cuja população crescia, ao ponto de numerosos candidatos exaltados — assim eram chamados — levarem vantagem sobre os moderados, nos eleições de 1840, ano em que as ideias de reação. A breve prazo a desordem campeava nas ruas. Ora, eram regimentos de mercenários estrangeiros que o Imperador havia organizado a exemplo dos países da

antiga maneira francesa, e que se revoltavam por pura indisciplina. Ora eram querelas sangrentas entre portugueses e brasileiros, que tornavam um câmbio político (mudava-se ostensivamente a pessoa do soberano: "Viva o Imperador, unquante Constitucional!" E etc. impulso com sangue, não podia contar de responder aos manifestantes: "Sou, fui e serei sempre Constitucional".

Sua situação tornava-se todavia insustentável, e a notícia das Três Gloriosas de Julho não fez senão aumentar a efervescência no Rio, por sua inevitável chegada. No mês de Abril de 1821, um movimento popular se esboçou contra um gabinete exclusivamente composto — dizia-se — de senadores e de cortesãos. E tendo o governo — abandonado a si mesmo pelo Imperador, para não precipitar as coisas — feito algum comércio com o povo hábilmente apeloado pelos esboços: a abdicação em favor de seu filho pareceu a D. Pedro I a solução mais sã e a mais honrosa da crise.

D. Pedro, pessoalmente, desejava, desde algum tempo, ardentemente partir e ir correr os riscos da aventura portuguesa. Os constitucionais emigrados para Londres, aos quais faltava um chefe de prestígio, para tentar derubar D. Miguel, se tinham reunido, ao seu porão, perto do acôrdo com os liberais brasileiros, além de forçar o Imperador a deixar o Brasil. Este foi ao encontro de abdicação com sangue frio, decisão e dignidade, como procedia, sem exceção nas condições do perigo, constante na generosidade da nação e do Parlamento, que personificava o jovem Imperador, com cinco anos de idade, no qual, segundo a escolha paterna, José Bonifácio, de volta do exílio, devia servir de tutor.

A abdicação abriu caminho a uma ou outra destas duas soluções: a república ou a monarquia constitucional. Aquela corrigida pela ditadura militar, esta limitada nas atribuições e sobretudo na ação pessoal do soberano, que, durante a infância e a adolescência, quando menos, não seria senão o testa de ferro das decisões políticas to-

maior pelos verdadeiros detentores do poder. Foi assim a última solução que prevaleceu com um caráter franco e voluntariamente democrático, que levou um de nossos melhores escritores políticos, Joaquim Nabuco, a escrever com muita penetração que a Regência não foi senão uma grande experiência republicana. Com efeito, o chefe efetivo do Estado, poderíamos dizer o Shugun do Mikado-machão, impunha-se como o representante da opinião parlamentar predominante, o cargo mudando de mãos e por consequência de orientação, de acordo com as circunstâncias do momento histórico. Assim foi que houve, após a Regência provisória, que exerceu quase legalmente a autoridade que lhe fora delegada pelos membros presentes das Câmaras legislativas, uma Regência colérica no período moderado e composta de um triângulo. Em seguida a Regência suposta moderada, mas na verdade de caráter radical avançado, segundo a fraseologia da época — do Padre Feijó. Depois a Regência conservadora do marquês de Olinda.

A monarquia e com ela a unidade nacional foram salvas em 1831, graças principalmente ao ascendente, à habilidade e ao desmatamento de Evaristo da Veiga, um alfarrabista que se tinha revelado jornalista portento, redigindo a *Aurora Fluminense*, a que, eleito deputado, conquistou no Parlamento uma situação privilegiada, onde os privilegiados não eram outros senão os de talento e de honestidade. Era então do transbordamento agressivo da imprensa seccutria, a folha de Evaristo da Veiga fazia-se notar pela moderação, pela imparcialidade, pela elevação do tom de polémica. Semeara as sementes de um doutrinarismo e de um auto-didatismo, sendo das classes populares — lástimas manifestadas em linguagem sem requinte literário, mas naturalmente eloquente, calorosa e persuasiva.

Em 1836 o Sr. João Ribeiro descreveu com algumas palavras muito justas o tipo eminente do jornalista de vocação: "Evaristo da Veiga quis com a *Aurora Fluminense*

se fundar um jornal escrito com simplicidade, sem a afecção bombástica das folhas oposicionistas e demagógicas, mas também sem a mesquice e o servilismo das folhas oficiais. Queria antes ser sincero que útilmente. A sua intenção, compreendendo que vivia numa nação lidando de impermanentes, era vulgarizar por resumos e traduções as idéas dos economistas e filósofos políticos ingleses e americanos, mal conhecidos e pior interpretados. Essa fórmula de atividade intelectual estava entre nós na moda dessa época, compunham-se antologias do liberalismo europeu e norte-americano, onde lições de pensamentos fortes, desprendidas das soluções em que pensavam, agora agiam como venenos violentos. As hipérboles dos brasileiros que Eschwege notava no relato de D. João VI, são agora quintessências políticas.

"Evaristo foi um desses manipuladores. Ao começar o seu jornal, não se encaixou a facção alguma das que disputavam o poder, e conseqüente disso ele antagonizava do despotismo imperial, a sua principal intenção era a de ser independente. A folha, única no seu gênero, ganhou logo enorme circulação e tornou-se a primeira de todo o país; a linguagem de Evaristo, elegante e de vezes trônicas, tornou-se desde aí o padrão de estilo dos jornalistas que depois dele vieram. A sua eloquência (e era quase o único dote de escritor que possuía) rareia de imaginação, mas tinha agudeza e certa trôica fascinadora."

Evaristo da Veiga chegou mais que outro qualquer a conter a alta maré demagógica, estirando em face do mar encapetado o dique dos eleutos e das intervenções contrárias a desagregação nacional. Mas não estava em seu poder fazer refluir a indisciplina, que não era somente do povo, porém do exército. E essa indisciplina acentuou-se de tal maneira após a abolição, que se pode dizer, sem abuso de retórica, que a ordem por toda a parte se achava subvertida. Os plenos excessos foram contidos em nome da liberdade e do patriotismo, o foi preciso que,

na batalha, um homem de uma energia excepcional, o ministro da Justiça, Peixoto, um catolástico, — aliás tão pouco ultramontano que defendia a abolição do colégio — chegou-se ao ponto de dissolver os regimentos de uma e organizar em lugar de os a guarda nacional, virando cadetes contra soldados para o defesa da lei.

O exército foi pois a primeira vítima de uma situação, para a qual todos fortemente contribuído, levantando-se contra o Imperador que era seu melhor amigo, e da qual, como Joaquim Nabuco observa, achava-se tão quase só a querer que o mesmo exército exercesse sua função militar, passiva em relação à obediência, diferente da função cívica e libertadora, com que sonhavam para si os liberais, homens dos tempos de guerra. O autor inglês Armistead, que quis concluir a excelente obra de poeta laureado inglês Southey, e que tem a grande vantagem de ter se comprometido a ler a sua história brasileira desde a morte — pretende-se mesmo que ela foi inspirada, sendo redigida por Evaristo da Veiga — considera que a má fortuna de nossas armas na Cisplatina e no Rio da Prata teve consequências salutares e acordos com as aspirações dos liberais, desencorajando as raras vocações militares e fazendo voltar-se para as carreiras cívicas as ambições da nova geração. É positivo que o Império, não obstante tudo que escreveram contra ele os inimigos de fora, esteve bem apoiado à paz e pouco cuidadoso da conquista.

No amanhecer em que o Brasil se debateu durante vários annos, entrepareciam preocupações politicas, pois a fileira dos partidos comprehendia desde os defensores de uma restauração de D. Pedro I, como soberano quase absoluto, até os adeptos da nacionalização do comércio e da confissão dos bens dos portugueses. Uma magnífica tava-se igualmente uma agitação social de mais grave amplitude, porque tinha por base a ignorância e a miséria, e como meio o assassinato erigido em sistema. Examínada d'este ponto de vista a história d'esse periodo é uma

história sumamente dolorosa, e a repressão contra os rebeldes heróicos, tanto mais meritória quanto quanto se politizam quase nunca das repressões que se poderiam esperar.

Temos difficuldade em ver no êxito da pretensão, quando conhecemos e temos presente o quadro do Brasil de 1862, entrugos aqui a solidissima lastra, ali aos tribunos vertiginosos, mais longe aos feroces mentes. Foi verdadeiramente um milagre a ordem haver sido restabelecida, na maior parte dos casos, como no Pará e no Maranhão, por um ténaz esforço militar, devido a profissionais como Andréa e Caxias, e ao mesmo tempo, a autoridade civil se tivesse tornado preponderante. O Pedro Passalunghi lembra, na verdade, no dizer de Euclides da Cunha, o herói providencial de Carlyle. E seu feito não se limitou a repressão da desordem rural, — estendeu-se igualmente a organização administrativa, escolar, financeira, de todos os gêneros.

A Regência teve no Brasil o raro mérito de ser, ao mesmo tempo, um governo forte e flexível, que deteve trocos profundos na história, não sómente politica, mas igualmente social do país. Atanou a escravidão, fazendo votar a primeira lei de prohibição do tráfico dos negros, cuja extinção houvera sido estipulada no tratado de amizade com a Inglaterra, assinado em 1826. Reformou a justiça, decretando um novo Código de Processo criminal, instituido o júri, consolidando as modificações trazidas pelo regime constitucional ao espirito da velha legislação portugueza. Já em opposição ao soberano, as Camaras legislativas tinham, pouco antes da abolição, abolido a pena de morte para os delictos politicos. Deu enfim satisfação razional ás tendências particularistas por meio do Ato Adicional, que substituiu os conselhos provinciais pelas assembleias legislativas locais e inaugurou a descentralização administrativa, que devia ter por termo a federação republicana.

Evaristo da Veiga, o espirito dirigente dos modera-

dos — partido de quem se desligou-se — tinha sentimento apertado — chegou a impedir que os presidentes das províncias fossem eleitos ou reeleitos em uma lista única. Nomeados pelo governo, eram seus representantes diretos, verdadeiros presidentes, agindo em nome da autoridade do poder central e em lugar dela, a garantindo na mesma nacional.

A morte do Imperador D. Pedro I, sobrevinda em Portugal, em 1834, logo depois da instauração vitoriosa do regime constitucional, havia simplificado a tarefa política da Regência brasileira, tornando-a necessariamente a luta um dos partidos, aquele cuja expressão mais vigorosa era a Faculdade Militar, do mesmo lado que a Associação Federal e era ora os democratas, e a Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência. Não mais para os constitucionais.

Os exaltados também se mostravam dispostos às transações desde que tivesse tido conversações de que tinham perdido o partido travado ao tempo da abdicação. A renúncia deles não foi nem integral nem imediata, mas lenta que incompleta e gradual, alijando das ambições contrariadas e sobretudo do desparto profundo que havia existido entre os elementos avançados a mudança repentina, proclamada patriótica, daqueles que tinham de concerto com D. Pedro I o Imperador contra a perseguição, obrigando a recuar para não fazer resultar disso a mesma consequência necessária ao ponto de vista do Estado e da República.

Os moderados tinham-se mesmo mostrado, por momentos, excessivos de uma inflexível disciplina, que teve o único defeito de não compreender bastante que existia uma incompatibilidade de civilização, aliada não só do que de ideias entre os homens que dirigiam as correntes políticas e os que ao seu milhamento primitivo e inconsciente procuravam manter toda autoridade e implantar a harmonia. Essa incompatibilidade, refratária aos arranjos amigáveis, desde que era acima de tudo social, explicava

por que se desceriam rapidamente depois da aproximação dos partidos e os ataques de fusão das ideias.

Dois partidos bem definidos acabaram por se achegarem, em presença um do outro, na esfera do governo. O primeiro abraçou a reforma constitucional, por que eram responsáveis, reformas pela qual se havia tentado resolver o desajuste entre instituições e unitários, problema que illas, na Argentina, resolvera, ao mesmo tempo, pela força e pelo accordo. O outro dos Conservadores nascido da ruína de uma tração dos moderados com os reacionários, ou partidários da regência do primeiro imperador. Em esse último partido que, chefiado por Bernardo de Vasconcellos, um verdadeiro temperamento de organisador, triunfou nas eleições de 1836, circunstância que determinou a demissão de Peixó e o advento como Regente de marquês de Olinda.

O antigo Regente estava ali, senado, pacificamente gostando mais do que a guerra civil existia o Rio Grande do Sul — região do país que parecia herdeira de costumes, toda que brasileira de origem — e ameaçava sempre definitivamente a unidade ao pensamento conquistado. A imprensa livre de ser amordaçada, pois havia sido de excessos a que se tinha entregue. Quando os revolucionários estão no poder — o fato é bem conhecido — tornam-se inevitavelmente autoritários, mas não chegam sempre a tornar-se populares.

A opposição parlamentar vencerá a resistência do Regente Peixó, como houvera vencido a de D. Pedro I. O Brasil vogava em pleno oceano parlamentar, e Peixó era por dentro o elemento das prerrogativas do poder executivo, após tê-lo exercido com vantagem para a nossa sociedade ameaçada de dissolução. Cedeu, sem submeter-se, à opinião da maioria das câmaras, isto é, respectou o veredicto orgânico do sufrágio nacional, e abandonou o campo da luta aos que se intitulavam Conservadores, sem só o mais que de próprio, que houvera conservado o edifício da Império. Peixó pôs em harmonia, desse

modo, pela sua conduta de conciliação originou, a dignidade do governo e as exigências da liberdade, inseparável de um regime verdadeiramente representativo. Os Liberais, desapezados do poder, haviam de tomar sua deslorte, fazendo que fosse três anos mais tarde, substituída pelo Parlamento, a monarchia do soberano: — o que era ainda manifestação do culto que eles haviam consagrado ao espírito de autoridade, depois de haverem reconhecido praticamente os seus benefícios e aprendido a executar a anarquia.

XI

D. PEDRO II está definitivamente colocado entre as principais figuras morais do último século. Seu longo reinado, inaugurado por um pronunciamento parlamentar e terminado por um pronunciamento militar, seu amor da paz sem deshonra e da justiça a todo custo; sua paixão pelas ciências, a princípio, pelas letras, em seguida, e, enfim, pelas artes: em suma, por tudo que se relaciona com o espírito; seu desprezo pelas vulgaridades e derapêgo pelas riquezas; sua afabilidade cheia de dignidade; sua severidade sem arrogância; sua bondade sem afecção; sua honestidade sem limitas, tornaram o nome desse monarca não somente familiar aos que se ocupam de história e de política, tanto quanto de filosofia e de moral, mas caro aos que se debatem redimir pelos aspectos superiores da humanidade. Seu renome não é afim, não é justo, pois foi o mais nobre dos homens e o mais perfeito dos soberanos.

Por que — pergunta-me-eis então — foi destronado o chefe dessa "democracia corada", conforme Mitre, o grande homem argentino, gostava de qualificar o Brasil? É que havia o adjetivo colocado ao lado do substantivo, é que as coras na América estavam vendidas a esse materialístico destino, desde o momento em que se havia denominado essa parte do mundo de "continente livre",

porque ali não havia reis, e as palavras, sobretudo nas sociedades de imperfeita cultura, são tão mais fortes quanto mais se afastam das coisas que as realidades. As coisas políticas, correspondentes às idéas, foram, pois, filhos da Revolução, que semearam a vida. Essas concepções, mais potentes que as realidades, porque lhes sobreviveram, foram, pois, que criastes em nossos espíritos.

Não é muito de vossa culpa a terra ser desolada. Não é vossa culpa, as plantas ali germinarem mais depressa. O fato é que as flores desbotaram antes da estação, e nem todas puderam transformar-se em frutos. Assim foi que os liberdades políticos e mesmo as liberdades civis se estiolaram às vezes ou degeneraram em vãs flores secas e amargas em algumas das supostas democracias fundadas no novo mundo como o foram todas, com grandes ilusões românticas, em breve rebolucadas à situação de misérias e aflições trágicas. Outras entre elas entretanto felizmente para essas repúblicas e para a civilização, evoluíram normalmente, cessaram de rasgar-se para se enovelarem nas suas casinhas, ficando, vai a dizer produzindo, e chegavam a alcançar livremente ao espaço.

O Brasil-império serviu então de modelo a essas repúblicas progressivamente circumscritas, pois em nenhuma parte na América, nem mesmo nos Estados Unidos, em certos pontos de vista, as tranquilas foram maiores nem o sentimento democrático mais intenso. O viajante conhecido pelo nome de barão Hubner tinha perfeitamente razão quando escrevia que o Brasil lhe parecia um Império republicano e o Chile uma república imperial. Precizando os termos, dir-se-ia melhor talvez que o Brasil daquele tempo era um Império democrático e o Chile uma república aristocrática. Ensiando esboçar as grandes pinceladas o retrato de D. Pedro II, espero fazer-vos compreender como a identidade findou por prevalecer na nomenclatura política americana, e ao mesmo tempo dizer-vos porque o modelo presidencial

das Estados Unidos prevaleceu simultaneamente sobre o modelo parlamentar da Grã-Bretanha, com o qual o modelo brasileiro se houvera identificado.

O nome de D. Pedro II parece ter estado predestinado na nossa história a servir inevitavelmente de bancada de relâmpago para os parâmetros da ordem. No momento da abolição de seu pai, quando restava apenas pouco mais de cinco anos a D. Pedro II por ir, a criação da corte do ministro da Austria, que não podia olhar sem ternura o sobrinho dos Habsburgos que, dumaão, tinha o ar, na sua infância, de imperador-herdeiro a proteção, o Imperador-mamãe tinha, por sua própria fraqueza e pelo sentimento de lealdade que despertava, sobre seu país da destruição que se inclinava para reduzir o belo colosso político a uma poeira de estranhos.

Aos quinze anos ele assumia, com seu dito colosso "quero já", o desempenho do poder efetivo que lhe era feito por um grupo de políticos, fatigados das incertezas de uma República que se mostrava incapaz de extinguir a guerra civil e de restabelecer a unidade anterior.

Aos olhos desses homens políticos o advento do jovem soberano compreendia a respeito da autoridade sem necessidade de violência, mediante o prestígio da instituição, antes que o prestígio pessoal do representante do princípio monárquico tivesse podido proceder por si mesmo. E assim foi. D. Pedro II foi declarado maior aos 18. O ano de 1845 viu terminar-se a guerra civil no Rio Grande do Sul, a qual havia durado dez anos, e por pouco não separara do Brasil esse novo Uruguai. E em 1848 o espírito de facção se sentiu dever ser abafado em Pernambuco, graças ao revés da mais dramática das revoluções. Adquiriu-se de ter o Sr. Theodoro Roosevelt dito — e pago por isso — não haver jamais podido compreender dois movimentos insurreccionais: o que desagossou Luis-Philippe do trono da França, e o que derrubou o império do Brasil.

De 1849 a 1889, quarenta anos se passaram de paz

interior e de progresso, sendo acelerado — essa espécie de progresso não surgiu por toda a parte senão em poucos dias — pelo menos, ininterrupto. Limitemo-nos a lembrar sumariamente que o Império, no momento de sua queda, havia resolvido da maneira mais calma e mais generosa, senão da maneira mais reta e mais justa, do ponto de vista equivo de sua conservação e do ponto de vista atenuista do interesse dos agricultores privados de toda indenização e feridos por essa razão à ruína, o mais grave problema económico e social que posava sobre o futuro do país. — quero dizer, a abolição da escravidão. O Império havia ainda afirmado sua preponderância política no continente por sua constante actividade no rio da Prata, contribuindo para fazer desaparecer a ditadura lendária de Rosas, conduzindo um pouco à sua maneira os acontecimentos de Montevideo, e derrubando de todo a tirania de Lopez no Paraguai. O Império tinha enfim tornado o Brasil a mais liberal e a mais esclarecida das nações da América Latina. Esse ultimo beneficio certaria para o seu eterno elogio.

D. Pedro II havia sido educado numa escola, como se diz geralmente, das melhores: a escola do infortúnio. Sua infância sem carícias, sua adolescência sem alegrias, sua juventude sem prazeres tornou-lhe amadurecido bem cedo a intelligencia e lhe ministrou progressivamente ao espirito a attitude de gravidade que foi um dos traços mais notáveis de sua pessoa. Um visitante francez de distincção conheceu o Imperador Pedro II aos vinte annos, em 1845. O viajante era o conde Suzannet, legitimista fervente que, após a proclamação do duque de Orleans como rei dos francezes, tomou a resolução de se afastar do publico de Tuilerias, atastando-se instantes depois suas vingens se dilatarem do Cáucaso ao Brasil.

O retrato que nos deixou do imperante é curioso. D. Pedro II nessa época era um enigma. Assim o con-

siderava, pelo menos, o Sr. de Suzannet. Sua impossibilidade era, todavia, corrigida pela benevolência, ou seja por uma certa gentileza limitada, que havia de lhe ser habitual. Seu trato, toda que suave, era frio, talvez frio, pois não era ainda portador de simpatia e amabilidade. Mas tarde loquaz, quando era oportuno, em todo caso communicativo, sem o menor sacrificio de majestade de sua posição, não falava quasi, de maneira que a vivacidade pareça estranha a um espirito que, depois, havia de parecer mesmo dispersivo, tão grande seria sua versatibilidade. O olhar fixo e inexpressivo lhe notava ao tempo de sua visada e que a levava a duvidar dos dons de intelligencia e de vontade exigidos para a tarefa attribuida á coroa nessa curva da historia do Brasil, não devia ser senão o resultado muito natural da ausência de negligência, de vivacidade e emhergencia de sentimentos num jovem educado na intibundade, por momentos fastidiosa, dos senadores do Império, longe das mulheres mundanas, disciplinadas nos gostos e nos hábitos, não tendo de uma verdadeira corte senão a vaga impressão de alguma coisa de bohemio e corrompido.

Sua saúde, pouco robusta nessa época, regentia-se da falta de exercicio fisico, pois seus tutores, guardando quasi dos excessos de energia animal do pai, quiseram fazer do filho principalmente um homem de gabinete, um soberano mais à sua vontade à mesa do conselho que à frente das esquadras. Foi dessa forma que D. Pedro II se tornou com a ajuda certamente do doce esquecimento materno — uma planta que se tem na biblioteca. Ter-se-ia tornado o que os ingleses chamam "uma traça de biblioteca" book worm, se não tivessem sido seu interesse apaixonado pelas quantias exoticas e o ardor do seu patriotismo. Afinal, o sangue augusto que lhe corria nas veias havia de lhe dar em breve o desembargo que substituiria o esbanhamento de sua primeira aprehensão, a nobreza que empujaria a reserva dos annos em que se aproximou mais de um meio que

procurava ser essencialmente demagógico, e que as vezes se deixava arrastar bem até à demagogia.

O verdadeiro caráter constitucional da sociedade brasileira é o próprio Imperador Pedro II quem o há de fazer sobressair, acrescentando o por seu afastamento interinual dos pronunciamentos, e só por esse traço e pela honestidade fundamental de sua natureza e de sua conduta, que havia de conseguir cercar-se do respeito de seus competidores. Esse respeito nunca lhe faltou, como também o dos estrangeiros, respeito que era, não somente um tributo pago à sua amplitude, mas igualmente ao seu culto à intelectualidade.

Valava-lhe ao caráter a decisão dos grandes homens de Estado. D. Pedro II gostava muito de deixar que o tempo resolvesse os problemas maiores do governo, preferindo esse procedimento ao de cortá-lo por iniciativa pessoal. Sua atitude favorita era a impulsão teórica, retardada pela resistência prática. Não obstante, as críticas, não se afilente, não lhe foram poupadas.

O Brasil está tão longe que não vos chegou de certo o rumor na Europa de uma expressão colente de nossa fraseologia política do tempo do Império. Todas as doutrinas e todos os apocriofistas, mesmo os de boa fé, falavam a todo propósito do "poder pessoal" de D. Pedro II. Não era senão uma coisa, pois esse poder o Imperador não o exerceu senão no limite restrito de suas atribuições constitucionais, e mesmo aí, nem sempre em condições bastantes. De outro lado, não não quer dizer absolutamente que ele tenha representado um papel apagado diante de seus ministros. Longo disso. Se seus ministros opunham às vezes, ele não cedia senão menos vezes. O governo era o que todo governo deve ser: um compromisso entre as tendências opostas e as opiniões divergentes. Eminentemente quando o Sr. de Sassenet se preparava para ir ao Brasil, o jovem Imperador, com dezanove anos, tinha o ar de querer governar e não apenas regnar, recusando ao seu gabinete a demissão de um

alto funcionário liberal, o que conduziu à queda da situação política dominante, que era conservadora.

Nunca porém ele tomou partido entre a opinião, representando a reação, nem mesmo corrigiu jamais uma desarrenga constitucional, fazendo prevalecer sua opinião sobre a dos ministros. Quando muito, em casos raros, ele recorria ao sufrágio, que era limitado e, por isso mesmo, tanto mais representativo de um Brasil onde o sufrágio universal estaria em desaturo flagrante com as condições sociais. Uma única ditadura lhe foi dada, e esta ele a exerceu sem hesitação: — a ditadura da moralidade.

Creio que poucos países contemporâneos têm sido tão honestos, do ponto de vista da vida pública, como o Brasil monárquico. D. Pedro I, em todos os seus encontros, possuía, como vimos, qualidades de sermão, e entre as melhores, o exemplo das despesas, quando não eram vantagens para o Estado. Os primeiros atos, pelos que se recomendou à opinião pública, ao tempo de sua regência, em 1831, como princípios reais, foram de economia. O velho rei — sempre se o tentado de chamar D. João VI o velho rei — era, quanto ao que lhe tocava, muito econômico. Mas não deixava de permitir às pressas de sua corte, quase ferozes, o desperdício dos dinheiros públicos em proveito pessoal.

Quanto a D. Pedro II, tinha pelas qualidades de dinheiro, que lhe davam respeito, o desinteresse, dignos talvez o desprezo do filósofo, no sentido mais elevado da palavra. Pelo que tocava ao tesouro público não houve nunca verbo mais feroz, o que quer dizer que valava olesamente pela aplicação exata dos créditos votados pelo Parlamento. E, em nenhuma ocasião se mostrou disposto a ser manducando com os que eram levados ou tentados a desperdiçá-lo. Se sua influência tivesse sido tão real e eficaz sobre a orientação das mais importantes questões de governo, quanto foi sobre as minudências da administração — o que era o caso, inda que

ele possuísse ideias gerais, mas de que revelava o gênio dos magistros públicos. — D. Pedro II teria deixado a impressão de um grande homem de Estado e não apegar de um grande homem de bem. Foi a esse último o título que devia ser um soberano notável.

D. Pedro II ganhou pelo estudo uma sólida instrução, uma verdadeira erudição, que o tornou conhecido entre seus cultores correntes, e de outro lado, nunca deixou embaciar-se a probidade fundamental de sua alma, da mesma maneira que evitou sempre nas suas atitudes a afetação da grandiosidade. Alguns teriam querido que fosse chegasse até à independência consciente de todos os preconceitos sociais, — o que não teria servido senão para desclassificá-lo. Ele evitou felizmente esse erro, e seu único defeito, como soberano, foi a falta de amplitude, senão na visão política, pelo menos na regulação de seus planos. D. Pedro II foi, portanto, bom, honesto, elemente, ingenuamente superior, como homem particular, e, a muitos respeito, como monarca. Por isso faltou para que ficasse como um modelo perfeito da realeza. Não dispunha senão da impetuosidade de energia e da resolução, energia que às vezes acudia no avanço da compreensão e toda a envergadura da presencionalidade.

Se me ocupa tanto do Imperador D. Pedro II, é que sua individualidade, ressaltada pela posição e sobretudo pelo valor moral, se destaca de tal modo do conjunto de sua época e de seu meio, que atrair todos os olhos das que, pensando, e não sem razão, que por toda a parte há o que aprender, podem ser levados a interessar-se pela nossa evolução histórica. Para aqueles, uma sociedade de além-mar, como a do Brasil, exótica, no sentido primitivo da palavra, não é desprovida de atractivos. Como se poderia falar de Império na França, do primeiro ou do segundo, sem nos ocuparmos, a cada passo, de Napoleão I ou de Napoleão III? Guardadas as devidas proporções,

a Império constituía, em nosso país, o centro da vida nacional.

Seu ser um despota e tanto menos um tirano, sem porém era considerável, e quem considerava não se sentia ascendente. A Constituição de 1824 havia-lhe, afinal, posto entre as mãos um instrumento bem eficaz e, do mesmo tempo, engenhoso, para chegar a certos resultados conjunctivos com seu vivo pendor pela moralidade pública, e com seu alto nível. Esse instrumento era a seleção dos senadores vitalícios, escolhidos de uma lista formada dos três nomes que houvessem recebido o maior número de votos. Dessa maneira se achavam constitucionalmente e facilmente associados a vontade popular e a iniciativa imperial, a respeito para com a opinião pública e a independência da coroa. O soberano podia, com toda liberdade, designar, para uma corporação de cerca de um entre os que a suffragio nacional houvera escolhido como os mais dignos e mais importantes.

Protestou-se muito no Brasil de então contra a prática soberana de suprimir livremente certos nomes, ainda que submetidos, várias vezes, em listas triplex, ao exercício da prerrogativa imperial. Esta não se revestia, contudo, por motivos mesquinhos, ou exclusivamente por antipathias pessoais. Existia sempre um motivo sério, político ou outro qualquer, para decidir o Imperador a afastar, de proposta deliberada, o candidato sobre o qual recaíam com insistência os votos do partido, e que naturalmente se queixava do efeito explosivo.

Occasionalmente a escolha era feita de accordo com o partido no poder. O soberano abstinha-se de mostrar predileção pessoal quando a sentia no seu íntimo, por uma personalidade do partido oposto ao que estava à frente das negociações. As excepções a esta regra foram raras, principalmente depois que a escolha de Salgado Torres tornou a causar a demissão de um gabinete liberal e produziu uma grave crise política em plena guerra do Paraguai. Torres Homem era homem de grande talento

que, como todos, havia escrito um panfleto, dos mais fúteis da nossa literatura política — sobre a cruel morte da dinastia — e que se tornou, não revolucionário, mas conservador convicto, e, como tal, mesmo passivista devotado da ideologia da restauração.

Uma dificuldade de erro, lendo hoje o *Litelo do Fave*, em toda a recordação que teve essa publicação. Creio que a maioria das obras desse gênero não mereceu ser tanta reverência, posto que tenha passado a época em que podiam despertar um eco prolongado. A linguagem dessa publicação é muito bela, mas a concepção que adota é inteiramente convencional. "Qual é a situação do Brasil?" — perguntava o autor. Não há mais nada de generoso, de pessoal ou de grande, nada em favor da glória, da liberdade, da prosperidade. O entusiasmo extinguiu-se. O torpor do egoísmo invade lentamente, como um veneno, desde a cortejo às extremidades, e estrangula as carnes mórribas de uma sociedade que amadrece e se dissolve..."

O *Litelo do Fave* se compunha principalmente em dois pontos: Os visos dessa liberdade sinistra, a que Portugal deveu o trágico do século e o fatal declínio do seu poder e de sua importância". Mas se aplica tanto em aviltar o favoritismo quanto em estigmatizar as cortesões. O Marquês de Tancrê, em suas *Reminiscências*, pergunta a si mesmo se o leu esse panfleto, que julga lamentante. O ato de mancha negativa sobre a formação do caráter de D. Pedro II. Nenhum soberano viveu, com efeito, mais do que ele afetado das intrigas da corte e da ascendência dos favoritos.

"Ele chegou — escreveu esse apaixonado brasileiro, portador de um nome francês — ao limiar da morte, só, isolado, sem um amigo pessoal, sem um coração reconhecido e dedicado, vendo unicamente ao redor de si e a redor afetivo, de que se houvera corado voluntariamente. Mas também, nessa solidão premeditada e penosa, sua figura solene e melancólica há de arguir-se mais gran-

deza ao olhar do historiador, recordando essas horas e colossais estenuações do Espírito, que a amplidão do deserto torna mais extraordinárias e mais gigantescas."

O sistema de eleição do Senado Imperial, a imparcialidade empregada por D. Pedro II em suas designações, a libertação da disciplina de partido e dos caprichos da opinião pública, que significava para os homens políticos essa imutabilidade do caso de mais elevada das concepções do país — além disso muito restringida, pois compunha-se apenas de sessenta membros — fizeram de uma Câmara Alta verdadeiramente eficaz. Um agregado de Universidade de Cambridge, Sr. Haroldo Temperley, num livro muito recente e muito documentado, escrito a propósito do conflito entre os Lordes e os Comuns na Inglaterra, e da necessidade constitucional de uma segunda Câmara ativa, cita o Senado da Monarquia Brasileira como um modelo de dignidade, de sabedoria, como uma oligarquia esclarecida e dedicada ao bem público, e ao mesmo tempo um organismo representativo do reino, de que constituía uma das engrenagens do poder legislativo.

O "poder pessoal" do Imperador — o qual, mais graças a todos os atributos, algumas delas de uma arrogante eloquência e de uma transcendente posição, não cessou nunca de ser o poder moderador, imaginado pelo sistema e preconizado pelos seus filsofos — era afinal invocado por alguns caprichos, e não dos menos pueris, do país, como necessidade absoluta para a salvaguarda dos interesses nacionais. Imaginavam em perigo esses interesses, entregues a um povo sem educação cívica bastante, ou confiados a um Parlamento cuja tendência, tida como inevitável, para a esterilidade e a anarquia, já se esboçava aos olhos dos observadores políticos.

Outra publicação célebre do tempo do Império no Brasil foi a que empreendeu, em certo momento, o mais ilustre dos nossos produtores, José de Alencar, sob o título de "Cartas ao Imperador" e sob o pseudônimo de

Tramou. Dezena de annos de 1863 e da collação do ano seguinte. A leccion era um escriptor do primeiro ordenado. Romantico e dramaturgo, tinha não somente introduzido o indianismo na novela, rejuvenescendo Chateaubriand e adolecendo Fenimore Cooper, mas se consagrando pintor idealista de uma sociedade em elaboração como toda sociedade cultivada, porém oferecendo uma galeria bem pessoal de tipos, alguns d'elles já destinados a desaparecer. Espírito juridico, dava as suas admiráveis aulas de direito civil e de direito publico os aornos do litterato, e revestia seus argumentos de filosofo com as flores de um estilo ao mesmo tempo gracioso e vibrante.

Nas Cartas que acabo de mencionar Alencar gabava a superioridade das instituições monarchicas e indicava ao mesmo tempo ao soberano a potencia que reside no exercicio de seu papel constitucional. "A monarchia representativa — talis são suas palavras — é de todos os sistemas de governo o mais difficil e o mais complicado. Na melhor das republicas, o povo deve lutar a cada momento contra as próprias paixões, que os tribunos, os ambiciosos, e os aventureiros costumam explorar em proveito pessoal e detrimento da pátria. A Grécia e Roma toram republicanas, mas o governo misto, que Tasso e Camo julgaram ser impossivel na antiguidade, só pôde realisar-se com o influxo da civilização moderna... Vem a fôrça. Senhor, tão grande quanto benéfica, está nas attribuições supremas, que em outros países se qualificam de prerrogativas da coroa, e nossa constituição reu-niu em um poder sob o título de moderada. Al repouso a majestade cingida de toda esplandor; ali reside aquella porção importante de soberania popular, que a nação despreheza de si, e a incarna em um homem superior, para a adverteir em seus erros, e resistir à ventuidade de suas paixões... O poder moderador é o eu nacional, a consciência illustrada do povo. Assim como a creatura humana, no correr da vida, é admoestada por um senso interno, que a obriga a reflectir sob a moralidade do ato que

vai praticar, a nação recebe do monarcha o mesmo serviço e influencia, e o recordamento pressente de sua posição entre suas consciências, obrigando o povo a reflectir-se."

Convém acrescentar aqui a observação que faz o Sr. João Ribeiro no seu Manual de História para o curso superior dos Gímzios brasileiros: que, se o Imperador foi algumas vezes condemnado por haver excedido demasiadamente a influencia pessoal, que decorria naturalmente de sua função de soberano, assim de tacer produziram as próprias idéas, a opinião pública, melhor informada hoje, verificou que, se os modos de ver do monarcha divergiam muitas vezes dos dos ministros, a razão disso era que, não pertencendo absolutamente aos partidos, julgava os interesses nacionais com grande imparcialidade.

Um poder pessoal de natureza trânica teria aliás sido incompativel com alguma coisa que D. Pedro II tinha, acima de tudo, a patria: — a liberdade da imprensa, acima da da tribuna. Essa liberdade foi absoluta durante seu reinado, e mesmo para seus excessos, para a licença portanto, o Imperador não teve nunca senão reparos indolgentes. Os ataques malignos desfilavam como outros tantos golpes pistoles de punhal, porém mal desferidos, contra sua entença de fillosofo. E, se sua complacência a esse respeito não defendia bastante as instituições contra inventivas injustas e ás vezes repulsivas, exercou-se de tal maneira que o mal se corrigiu, até certo ponto, por si mesmo.

O jornaalismo politico que tinha já encontrado no Fianco da Voce um renovador, seguiu no Império um caminho que lhe havia trçado esse perfeito moralista, falecido em 1887, contando apenas 38 anos de idade, e perdeu assim muito de seu primitivo caracter virulento. Se, em seguida, em épocas mais próximas da nossa tempo, a imprensa, quando se oferecia casual, tomou parte em escandalos, a culpa veio principalmente dezes deces-

vidade de novidade, dessa exatidão antiga, dessa desejo de devariar a vida íntima dos indivíduos, que se inclinam tanto entre os europeus para a existência social.

O Imperador, em sua vida social, por sua alta fôrça de honestidade, e ainda no meio do seu naturoso brasileiro, Des. de Justiniano José da Rocha de Albuquerque, o estado excedeu a pausão, e a sua vida conheceu uma série de mudanças no governo. As letras em geral tinham desenvolvido muito o alfin de maneira constante, tiveram das suas políticas. O romantismo que na Europa tinha emprestado nas suas línguas a poesia em sua a expressão, no encontro com a história, vibrou estranhamente ainda, numa plena correspondência de sentimento com seu modelo, unificando o aspecto particular que vos realçava e que foi sobretudo a modalidade literária de malevolência nacional para com os portugueses, um dos melhores no país.

O próprio Imperador, na por demais intelectual, e era a que bastava para ele favorecer essa brilhante expressão do espírito. As letras, assim feitas, encontraram sempre nele um ardente protetor e simpático a todas as suas fórmulas. Conheci bem todos os graves defeitos de uma literatura oficial. O romance e a poesia se impregnam de convenções. A história e a esquisitice pendem para o negativismo. Mas não foi esse o caso do Brasil, onde a ausência de fortes tradições, a inteligência aguçada da mente e afastamento entre uma pequena maioria nutrida de pensamento europeu e uma grande maioria desprovida de qualquer cultura reclamavam para a produção da inteligência a produção que só o Poder estava na altura de lhe garantir.

O governo era afinal demasiado liberal e podia fazer pesar sua autoridade sobre a expressão literária de seu povo, expressão que se produziu sem sua intervenção, refletiu a consciência de uma nova nacionalidade com destino próprio, mas tinha necessidade de

ser excitado e o primeiro impulso para voar mais alto que aquelas que é uma volta se enaavam igualmente.

Há naturalmente grandes limitações que impedem mais que outros da atuação do nicho. Acabar, a poesia surge naturalmente da fonte. Foi com novo país e espontânea uma manifestação de generalidade, e nos obedeceu à influência estrangeira sendo ao que diz respeito ao aspecto exterior. Constatamos duas cantadas os antigos literários em acertos profundos a impulso íntimo de seu sangue de poeta, de mesmo modo que Chénier de Alcega, que suas composições políticas de uma idealização na personalidade, abrangiam tudo que era a falta de expressão de toda uma geração insuficientemente dotada, meados de atividade que de romantismo, que a dívida econômica e a classe operária. O mesmo caso se dá com as questões físicas e morais. O Instituto Histórico do Rio de Janeiro, por exemplo, que assumiu a tarefa de reunir e divulgar os documentos de nosso passado, não podia ficar sem apoio.

Nesse tempo a Academia foi mais favorecida pelo governo, que presidia regularmente suas sessões, e que sabia ouvir a verdade histórica, mesmo quando ela não passava de uma ostentação. Todos sabem que a ditadura da terra não concedeu tanto quanto a autocracia. Ora, a imperador admitiu a contradição, aprovava a sinceridade do espírito e não recusava sua complacência ainda nos transbordamentos da moral. A oposição ao sistema que personificava não foi nunca para ele um motivo de exclusão ou de ostracismo. O caso que vos recordei, de Tróvão, autor do *Libelo do Povo*, fulminado visconde, senador e ministro, está bem longe de ser o único. Termino a fatigado, afinal, pessoal político se tivesse feito com a manifestação de desquite, de que ele e o regime eram os sujeitos.

Com o auxílio da retórica — e ali era então indispensável — a imprensa e a tribuna se enfiavam de liberalismo sob um governo essencialmente liberal, e se fra-

nos trilhavam, e as felizes uniões da estirpe dos portugueses na ocasião da guerra se propagavam com uma singular rapidez numa sociedade política que não dispunha mais resistência, devido à sua falta de coesão. "Monarca da bronze" — gritava um, se se elevava ao fundador do Império, sob a forma tradicional de uma estátua, o monumento a que dá nome direito. "Jagá-falido" — exclamava outro, se o soberano exercendo livremente sua prerrogativa, deixava mais de uma vez um nome da lista senatorial apresentada à sua escolha. "Caricatura de César, Lúcio XI" — apostrofava um terceiro, denunciando que o jogo dos partidos obedecia antes às prerrogativas imperiais que à oscilação regular do sufrágio. Os senhores, uma vez tendo tomado lugar nos conselhos do Império, inteiravam-se da injustiça de suas declarações, prontos entregando a reconhecem, em muitos casos, quando se julgavam vítimas de um castigo injusto, com que as tinham ferido a autoridade suprema.

Outra das grandes qualidades de D. Pedro II. foi seu amor sincero pela paz, devido tanto à sua timidez nativa quanto ao seu liberalismo, que se estendia desde o horror pelas violências até o respeito absoluto pelos direitos de outrem. Os inimigos do Brasil denunciavam à toda força o imperialismo desse soberano que teve de tomar parte em duas guerras estrangeiras, depois recebeu louros, mas não anexou ao seu país nenhum território novo. E houve inimigos ao Brasil, sobretudo entre as repúblicas do continente, que, na abolição do sangue espanhol, que lhes corre nas veias do povo, e dos sentimentais democráticos que as caracterizam, tinham um vanto para as nossas origens portuguesas, e não nos perdavam a forma monárquica de nosso governo.

A guerra de 1852, em que o Brasil se aliou aos revolucionários do Montevideo e à província argentina de Entre-Rios, teve como resultado derrubar a tirania implacável de Rosas, em Buenos Aires, a qual começava a

inquietar a Europa. Tera como resultado garantir a independência do Uruguai, já ameaçado pelas tropas argentinas, e ainda a de garantir a liberdade de navegação no rio da Prata. E, ao mesmo tempo, servir aos interesses da civilização, consolidar indiretamente a preponderância do Brasil sobre as disputas entre repúblicas belicosas, que se haviam empedido dos destroços do antigo vice-reinado. Mas qual é o governo, digno desse nome, que não tem o cuidado de sua autoridade e da grandiosidade da nação, de que preside os destinos?

A guerra seguinte do Paraguai serviu ao propósito de prestar ao publicista Alberdi, dotado de um grande talento de escritor, para fazer ressoar em todo o continente da Europa os protestos das nacionalidades, supostas ameaçadas, contra o colosso a que se atribuiu sua opressão. Ao mesmo tempo em que o chileno Latorre, regressando de sua missão diplomática no Rio de Janeiro, levava consigo um verdadeiro libelo contra as liberdades, que qualificava de imaginações do Império do Brasil. Da guerra contra o Paraguai, Buenos Aires teve, não obstante, de participar, pois seu território houvera sido invadido pelo inimigo comum, possuído de um desejo de combatividade, que tinha como base a ameaça de todo um povo. Afinal a guerra foi de proveito, principalmente e enormemente, para a Argentina, cuja prosperidade foi frandida pela chuva de ouro que fez cair sobre o país essa luta de cinco anos, para a qual a República serviu de grande fornecedora comercial.

Não tenho que fazer aqui história militar e devo portanto abster-me de vos descrever a longo e dolorosa romance dessa campanha que nos custou um bilhão e meio de francos, além do sacrifício de cinqüenta mil homens. Foi uma campanha feita a uma grande distância do centro de direção, a tendo a contrariá-la mil obstáculos a levantarem-se no caminho do exército aliado. As penosas marchas destas, através de florestas e pântanos,

da e a perder por êxito, apressou-se a fugir, deixando a vitória na primeira escaramuça, com a frota inferior do Paraguai, mas parando durante longos instantes que reunidos fizeram anos, em face de poucos navios, onde a natureza soube maravilhosamente de defesa, os quais se haviam armado quasi instantaneamente graças a uma longa preparação guerrilheira.

A vitória do Paraguai foi de curto alçô e depressa a realidade mais a ofensiva foi prolongada e levou a não não poder ser. Nossa história contém páginas de heroísmo e tanta que as que encerram a história dessa guerra não tem o poder de nos mostrar, se bem que agradem ao nosso amor-próprio. De todo do Brasil a honra nacional soube de todo comprometida, e o Império não enfraqueceu nem a sua ordem administrativa, nem a sua obediência patriótica, mesmo nas piores horas de desespero, quando a partida não foi ganha enquanto a capital do país inimigo não está em poder do exército do marechal duque de Caxas, e enquanto o tirano, penetrado nas montanhas do interior do Paraguai pelo novo comandante-chefe, um filho da França, o conde d'Alb, não foi morto por um de nossos lanceiros.

Um episódio dessa guerra inspirou ao Sr. d'Edwards-Thomas um livro notável de nossa literatura e o livro escrito originalmente em francês por esse descendente de uma distinta família da França. A vasta província interior de Mato Grosso, situada por via fluvial além do território do Paraguai, e invadida no começo da guerra pelas tropas de Lopez, teve de ser reconquistada por terra, pois nossos navios se achavam inutilizados em face das fortificações de Humaitá. A enorme distância não permitiu a expedição ali chegar senão ao cabo de dois anos de marcha, e ainda assim, para ser forçada a bater em retirada, ora em face das forças inimigas, superiores e senhores ainda do rio Paraguai, ora pela falta de víveres e por causa de uma violenta epidemia de cólera. O livro em questão intitula-se: A Reti-

rada da Laguna. Vou destacar algumas dele, como a mais viva evocação que posso fazer desse período, do mesmo tempo glorioso e lamentável, em que a firmeza do Dr. Pedro II foi a expressão de seu civismo, que tinha talvez baseado nos louros militares a reputação de um regime comprometido pelas convulsões ardentes dos partidos. A impedição, dizimada pela doença, não pôde mais continuar a retilhada, e o comandante teve, para manter os válidos, tanto da epidemia quanto dos parvos, de abandonar os colégios ao inimigo, fazendo exceção apenas dos convalescentes. Essas páginas correm na pouco reproduzidas numa conferência feita na Universidade de Roma, por um sobrinho do autor, o Sr. d'Edwards-Thomas.

"Porém, certa de mais noite, o coronel Camille convocou de novo os comandantes e os médicos. Acabou de tomar uma resolução suprema, que discutia consigo mesmo nos dias precedentes, como recurso extremo, e cuja ideia viera, sem dúvida, a todos os espíritos, como se apresentava ao seu, sem que pessoa alguma ousasse exprimi-la.

"Depois de expor em poucas palavras o estado das coisas, a urgência de uma marcha precipitada, sem a qual estávamos todos perdidos, e a impossibilidade de agora bem verificada a geratidade reconhecida, de levarmos mais longe os doentes, declarou aos comandantes que, sob sua responsabilidade e pela lei de rigor que lhe impunha esse dever, os colégios, com exceção dos convalescentes, iam ser abandonados nesse mesmo ponto.

"Nenhuma voz se levantou contra essa resolução, cuja gravidade tornava íntera e generosamente a silenciosa acolheu a ordem e convalidou-a.

"Os médicos foram no entanto convidados pelo coronel a apresentar as observações que porventura lhes inspirassem as obrigações de sua profissão.

"O doutor Gossard, depois de alguma reflexão, disse que não podia aprovar nem desaprová-la atualmente por

so, que o seu juramento de milician por um lado, e, por outro, a sua consciência de sumerário público junto à expedição, pareciam-lhe estar, no caso corrente, em completa contradição, e que consequentemente se via reduzido ao silêncio.

"O comandante criou, como fora de si, ordenou que fossem imediatamente à luz dos archotes, abeirando-se da direita no bosque vizinho, para transportar para ali e afilarem os coléneos.

"Ordem terrível de dar, horrível de executar e que no entanto — feroz e dizível — não despertou dissentimento algum, censura alguma! Os soldados presentaram-se imediatamente a fazer os lúgubres aprestos, como se obedecessem a uma ordem habitual. E depois — tão facilmente desaparece a moralidade sob a pressão da necessidade! — colocaram no bosque, com a espontaneidade do egoísmo, todos esses condemnados inocentes, os desgraçados enfermos. Muitos deles, companheiros de longos tempos, alguns antigos prisioneiros por perigos comuns.

"E, como que varonilmente extraordinária, os próprios coléneos, logo e sem que fosse necessário recorrer-se a subterfúgio, aceitaram com resignação esse último golpe da sorte. Contribuíram, por certo, para a indiferença deles, as dores da horrível enfermidade, talvez também a ideia do repouso subornado às torturas dos salvasanos de marcha, mas principalmente esse fôco de profundamento da vida, que é próprio dos brasileiros e que os torna logo exultantes sozinhos. O que todos apenas pediam, era que lhes despassasse água para beber.

"Sob tantas impressões ilustres, reuniram-se em torno da barraca do tenente-coronel Juvenio. Seus gemidos para ali chamavam a atenção de todos. A doena acabava de atingir-lo também. Já não era possível recolhê-lo, estava com a voz deprimida e sinista. Correr à barraca dos médicos foi o nosso primeiro movimento, e dela voltávamos quando arrivámos junto de nós uma de-

zimação, seguida de muitos tiros das sentinelas inimigas. Era o soldado de sentinela no quartel general que se tinha suicidado. Faltávamos medonhas de tufano e pedrão do qual subitamente accendia de libertar-se doles.

"Todos esses rumores tinham-se produzido sem que o tenente-coronel mostrasse perceções ou desejasse conhecer-lhes a causa. A sua agitação tomara pouco a pouco o carácter de agitação frenética. Nós mesmos, que ficávamos perto d'ele, quando de cansaço, exaustos de tantos abalos, não podíamos combater um estado de moléstia pejada de visões de desalento e mortuário.

"A mudança das vítimas durara toda a noite, até os primeiros alibores do dia. Foi nesse momento angustioso do abandono desses infelizes, que o velho guia Lopes, que na véspera voltara de excursão às suas terras, e que já havia dito que o filho estava doente, veio anunciar-nos a sua morte. Estava com a voz trêmula, mas a atitude cabna. "Meu filho morreu — disse depois ao coronel — e desejo levar seu corpo para o primeiro sítio das minhas terras, onde possa enterrá-lo: é um pequeno favor que peço para ele e para mim, pois sua vida, assim como a minha, pertenceu à expedição. Deus, que é bom, salvou-o muitas vezes das mãos dos homens, para hoje levá-lo."

"Tudo se entenebrecia a cada momento e por toda a parte em torno de nós. Nada era mais digno de inspirar simpatia e compaixão que o aspecto do coronel, depois da ordem que dera e que era cumprida. Enquanto começávamos a marchar. Porém, quando, fraqueza de ânimo em apreciar as razões pro e contra que o tinham feito obrar, e que ele queria ainda pesar, no momento em que já fizera passar a sua decisão ao domínio das fadas: sob tamanho esforço, estava pálido como um espectro, parando, apesar seu, para escutar.

"Por mais silenciosos e místes que fossem de prepa-
restas, não foi sem prôto, sem rumores estranhos ao ouvido, e cuja causa attribuíamos a razão, que o momento-

na realização chegou: foi para todos nós insuportável! Derivamos do inimigo mais de esago e trinta infelizes sob a proteção de um simples apêlo a sua generosidade, nestas palavras lançadas em letra sobre um cartaz pregado a um tronco de árvore: "Compaixão para os celerados!"

"Pouco tempo depois de nossa partida, e já fora do alcance da vista, estrépito de nutrida fanfarrina veio fazer a todos os nossos corações; e que cânticos não ouvimos então! Tivemos medo de olhar uns para outros.

"Parece, conforme o que nos referiu mais tarde um desses miseráveis, milagrosamente salvo, que muitos dos gentios (ele não sabia bem se houvera, ou não, geral mortuário), que muitos desses indivíduos se levantaram convulsivamente e, reunindo todas as forças, puseram-se a correr em nossa encalço; mas nenhum pôde alcançá-los, ou fê-los por fraqueza, ou fê-los por perseguição inimiga. A nossa coluna tinha por si mesma desmorado a marcha, instintivamente, como se quisesse esperar..."

Fui levado a falar-vos longamente de D. Pedro II, porque, como já vós-lo disse, esta grande figura resalta a todos os olhos, do quadro do Império, com um relevo tão saliente, que parece ser única a encher a tela. Acabam de escrever no Rio de Janeiro, no dia da inauguração de sua estátua que esse soberano tinha um olho tão bem entendido de nossa dignidade, que nossa história de tal modo se lhe identificara, que ele representava perante o mundo a consciência do Brasil. Mas,erei eu necessidade de justificar-me dos elogios que lhe foram prestados à memória em Paris, nessa Paris, que como escrevia Henry Fouquier: "ama D. Pedro porque D. Pedro ama Paris e ama-a bem, como quer que a amem? Ele é verdadeiramente dessa grande Paris — como apresentava o fascinante cronista — e reproduzia sobredito no seu país um pouco da alma francesa, dessa alma inflamada de justiça e de ideal..." A academia e

as sociedades sábias, as oficinas e as usinas, as escolas e os museus conheciam perfeitamente esse "grande", enviado para todos os soberanos do mundo, conforme a frase de Gladstone: esse soberano de um país amado e mal conhecido, que foi quase tão popular em vossa pátria quanto entre nós. O mesmo respeito o cercava nos dois países, e sua racondria augusta parecia pairar sobre nossa obra de aproximação moral, obra de que ele aliás deu em todo tempo o exemplo. Esse Imperador homem de ciência, como o denominou Pasteur; — esse príncipe filósofo, como o designou Lammartini; — esse neto de Marco Aurélio, como o definiu Victor Hugo.

N O Brasil de então não havia apenas o Imperador, de que nos ocupamos largamente no outro dia. Havia igualmente um pessoal político digno de participar do governo de um país em pleno desenvolvimento. Dois pujantes partidos disputavam entre si o poder, opoñdo um a outro, seus ideais e seus métodos; e esses dois partidos tradicionais, correspondendo aos nomes clássicos do conservador e liberal, tinham, como dissemos, saído diretamente do primeiro agrupamento monárquico e constitucional, por um processo de evolução que se desenvolvia como outro qualquer, pela anexação de elementos mais aptos à polcia e pelo abandono de elementos esgotados, impróprios à luta pela existência.

Bernardo de Vasconcellos, notável homem de Estado, que organizara a reação conservadora de 1837, contra as tendências julgadas demasiadamente radicais da Regência, ainda da revolução de 1831, explicou, com estas profundas palavras, sua conversão ao partido da ordem, mais preocupado com a autoridade que com a liberdade: "Fui liberal, então a liberdade era nova no país e estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas: o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade,

que então corria riscos pelo poder, corre agora riscos pela desorganização e pela anarquia. Então então quis, quero hoje servi-la, e por isso sou regressista. Não sou tão sábio, não abandono a causa que defendo nos dias de seus perigos, de sua fraqueza; quero-a no dia em que me seguro é seu triunfo que até o mesmo a compromete."

Os Conservadores se intitularam pois gente de ordem, e foram eles que não sómente paralisaram o impulso quase federalista da Regência, porém também aproveitaram-se, após o feito dos liberais apressando a manutenção do soberano, dos graves erros cometidos por esses adversários, em 1842 e em 1843, levantando em São Paulo, em Minas e em Pernambuco a bandeira da revolta, sem motivos mais sérios que sua queda do poder, determinada por um desacordo parlamentar ou por manutenção eleitoral, lida que incutiu-se, é verdade, de fraudes e de violências. Foram os mesmos conservadores que, neste arde, gastos pelo poder, programaram a conciliação; que opuseram as medidas julgadas precipitadas uma política de afrouxamento na atividade, mas não de perda ou interrupção; que, enfim, sob a pressão da opinião pública, se aliam ao movimento e realizaram, da mesma maneira que na Inglaterra, algumas das medidas mais sãs.

Os Liberais, ao contrário, tinham-se na conta de gente progressista, que não se retardava senão na linguagem tora da moda da metafísica política. Foram eles que preconizaram as maiores reformas políticas; que se subtraíram às discussões do campo de rua, para lhes conferir as honras de debates parlamentares; que superaram as exaltações de solteirice e de indisciplina; que, em uma palavra, assumiram as responsabilidades, perante a história, de uma legislação, cujo mérito lhes escapara bastantes vezes.

Para avaliar bem da obra considerável dos partidos políticos no Brasil ao tempo do Império, bastará evocar sucintamente em que pé estavam os problemas políticos

a análise de primeira importância no começo do regime e por causa de sua queda. Esses resultados lhes permitiam legitimamente afirmar que não se poderia atribuir senão a um desenvolvimento fatal o progresso econômico do país, progresso que eu poderia facilmente reconhecer perante vós em cifras precisas, da mais persuasiva eloquência, se não tivesseis tornar demagógico através as considerações históricas que constituem o objeto deste curso.

Não posso, contudo, deixar de notar, de passagem, que a receita do Império, que, em 1831, era de 1' 900 mil contos de reis, atingiu, em 1889, 153.000 contos; que o valor da produção nacional se elevou, durante esse período, de cem milhões de francos, para um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de francos; que existiam, por ocasião do advento da república, perto de 10.000 quilômetros de vias férreas em exploração e mais de 13.000 quilômetros de linhas telegráficas; enfim, que 151.258 estrangeiros haviam desembarcado no Brasil, somente no ano de 1888. A terra jovem e suas riquezas naturais davam valor por muito mais barato a propriedade, mas a sábia orientação, revelada pela Administração Imperial, era devida essencialmente àquelas que haviam assumido o encargo dos negócios públicos.

Passaremos, por exemplo, a questão religiosa. Notavelmente aí, sem esforço, uma evolução completa, desde o tratamento anti-liberal, que pesava, no começo, sobre as muitas outras lutas do culto romano — religião do Estado — não se permitindo, senão às igrejas católicas, o aspecto exterior dos templos, e preservando-se os não confissões das funções políticas, até a separação, que a República não pôde realizar, com tanta facilidade, senão por que o Império a tinha indiretamente tomado possível por seu zelo religioso.

Torn-se acusado esse regime de ser voltairiano, e o Imperador era, então, antes tudo, um crente do rei e indiferente às práticas religiosas; mas o que o Estado não

gava, nem de tudo, era o velho espírito real, honesto e ultramonárquico. Assim, durante a monarquia brasileira, a um espetáculo que parecia bem estranho à república, na sua neutralidade confessional. Quero referir-me ao espetáculo de dois Vespas, emitentes pela inteligência e pelas virtudes, ambos todos entre as mais altas figuras da igreja nacional, presos, obrigados a comparecer perante os tribunais de justiça e condenados à prisão por haverem, no decorrer de uma campanha empreendida contra a franco-maçomaria, publicado bulas pontificais, sem o placet do Imperador, e desobedecido a autoridade civil. Não era certamente clerical a monarquia que procedia de tal maneira.

No que concerne à descentralização, que foi o santo e a senha de toda a oposição democrática contra o Império, este se conduziu, com efeito, de maneira a fortalecer a posição do poder central. A reação conservadora de 1837 havia sido imediatamente seguida de uma lei interpretativa do Ato Adicional, na intenção de restringir as atribuições e sobretudo a autoridade das legislaturas provinciais, criadas para dar satisfação ao tratado particularista. As vias férreas e as linhas de navegação, encomendadas às frentes distintas, haviam de servir, em breve prazo, simultaneamente, à causa da unidade nacional e à supremacia de um governo, preocupado, cada dia mais, com os numerosos problemas econômicos, vindos de toda a parte e que, por consequência, faziam que voltasse a atenção para a expansão da agricultura e do comércio, para o progresso da colonização e a valorização das capitais particulares.

O aperfeiçoamento das lutas políticas encerradas sob a forma revolucionária em 1848, permitiu a realização de todo um vasto programa de aperfeiçoamento legislativo, financeiro, administrativo, social, o qual foi servido à medida dos desejos por um pessoal recrutado nas fileiras do Parlamento e educado na escola da liberdade, temperada pelo senso da realidade. Este pessoal, à frente

dos negócios públicos, afirmou, com uma variedade individual de conduta, uma grande unidade de vistas e de valores, sem excepção, entre os personagens do primeiro plano, uma concepção verdadeiramente superior das necessidades do progresso nacional.

Não foram mais destilhos por entre vós todos os principais representantes desse movimento, que muito merecem da pátria e da cultura universal, e isso porque em breve vir-lhes-ia esquecendo os nomes e a contribuição de cada qual para a obra comum. Os mais ilustres foram o marquês do Paraná, que, mais que qualquer outro, substituiu as querelas de partido pelas questões de administração; — o duque de Caxias, que alternava o combate do exército conduzido por ele à extinção das revoltas civis e à destruição dos tiranos estrangeiros, com a presidência de ministros devotados à paz; — o marquês de Olinda, a quem, diz Euclides da Cunha, as funções de primeiro Regente tinham dado a majestade de rei; — Nabuco de Araujo, reformador da justiça e do direito; — o visconde do Rio Branco, que regulou, como diplomata, as relações internacionais, tão delicadas, com as repúblicas vizinhas do sul, e dirigiu, como estadista, uma situação férvida em transformações; — o visconde de Itaboraí, hábil orador; — Zacarias de Góes, dualista mordaz e pujante trabalhador; — Saraiva, liberal refectido, que garantiu ao sufrágio eleitoral plena equidade e plena dignidade; — o barão de Cotegipe, espírito satírico e ambivalente, que deu ao trono os últimos conselhos de prudência.

Euclides da Cunha, em seu estudo intitulado — *Da Independência à República*, que já vos citei por causa da penetração de seus bosquejos sob a forma ágil e vibrante de seu estilo tão pessoal, descreveu melhor que ninguém essa transição política, que se efectuou após 1850, e que nos conduziu à curva democrática de 1860, seguida da reorganização, em 1870, do partido republicano. O símbolo capital disso foi a denominada conciliação de partidos

em 1852, provocada pelo casso do gabinete que se achava no poder — o termo foi empregado no Parlamento — da mesma maneira que a expressão democrata foi a lei que substituiu o sufrágio da província pelo da circunscrição ou distrito.

Com efeito, o que houvera desde 23 de agosto tempo, fora uma convergência de forças. A princípio a dispersão revolucionária, o ideal da independência, revoltou em esparsos em facções, parilhas sem número, mas algumas, sob o prestígio de um príncipe. Depois, em 31, a delimitação dos lances, nos três partidos definidos da Regência. Subsequentemente, com o despertar do prestígio monárquico em 1857, nova concentração em dois partidos únicos.

“Mas esse movimento, que se ostenta em nossa história, com um rigor de traçado geométrico numa composição mecânica de forças — o que acidentalmente reflete a vitória dos elementos conservadores sobre os progressistas; uma revolução triunfante que pouco a pouco se gasta, e se renova, perdendo num curso de 34 anos (1822-1856) toda a velocidade da corrente, até desaparecer, afinal, de todo, no ramense largo do Império.

“Tivemos por isso necessidade de alguém que não deslumbrasse pelo quadro único de ordem inaugurada, e pudesse, sondando o sentimento do povo, despertar, a pouco e pouco, o elemento progressista, que trabalhava na vanguarda das revoltas infantis.

“Foi a missão do marquês do Paraná. Com ele extinguiram-se partidos em cujo antagonismo havia, desde 48, a força dispersiva do século e sob seu influxo iam aparecer partidos modelados pela força construtora das idéias. O criador da Conciliação — e esta nada mais foi que a absorção do partido liberal exarso pelo conservador pujante — seria o criador póstumo da Liga, de 62, que nada mais foi do que a absorção da maioria do partido conservador, cindida pelo liberalismo revivente. A eleição por distritos, de cada deputado, arguendo, dan-

to das velhas influências históricas sobretudo conservadoras, o prestigio nascente dos chefes ou influências regionais, austeras, de fato, sobre todo o país, as responsabilidades políticas. Seria realmente, conforme a frase de um jornalista da época, a vitória da causa territorial, contra o entricheamento à beira-mar do velho regime. Pelo menos, quanto os duplados de avarizada, conforme a ironia fulminante do marquês do Paraná, os novos eleitos retratariam, com mais fidelidade, a vontade do país. Destê tudo o grande homem demora um trecho decisivo de nossa história constitucional — e contrai-a. Enfeixa as energias do passado e desengendrou as do futuro. Segura duas épocas. Foi o ponto culminante do Império. Depois dele, o que dizem todos os fatos é o decair contínuo do princípio monárquico até 1889, passando na descensão quase tanto tempo quanto para a subida. Realmente a República, que não devemos confundir com a tela parada comemorativa de 15 de Novembro de 1889, tinha, lançados, seus primeiros fundamentos. O princípio democrático renasceu da lei dos Círculos. Triunfou rudemente nas eleições de 1860.

A marcha do liberalismo foi desde esse momento resoluta e agressiva. O parlamentarismo, que triunfara em 1830 sobre os desígnios autocráticos de D. Pedro I, e era onipotente durante a Regência, se sentia diminuído desde 1841 (23 de Novembro), pelo restabelecimento do Conselho de Estado, crispa napoleônica, que tinha igualmente surgido com o novo Império e que consistia em um corpo consultivo, ao qual era confiado o estudo preliminar, e pôde-se dizer decisivo, dos projetos de leis e de tratados governamentais. Do mesmo modo, as garantias individuais, que não gozavam em nenhuma país latino da amplitude e da solemnidade que revestem nas comunidades anglo-saxônicas, se achavam severamente atingidas pelo código do processo do mesmo ano de 1841 (3 de Dezembro), ano que marcou o apogeu da reação conservadora.

Final, toda que a Constituição imperial tivesse estipulado numerosas liberdades políticas e civis, estas, na prática, não eram essencialmente respeitadas, principalmente porque o ambiente social não oferecia com elas uma completa harmonia. Assim de corrigir uma licença que eventualmente se desenharia, tal como não suportaria de modo nenhum um país de cultura avançada, devia-se contar com os abusos de autoridade que teriam sido igualmente impossíveis em um país de franca e sólida civilização.

Faltava então no Brasil, como aliás ainda falta hoje, um povo verdadeiramente consciente de seus direitos e de seus deveres. O pessoal político agitava-se em uma adarda superior e fechada, inda que apelando a cada passo para a soberania desse povo que, na realidade, não podia, sem se furtar a uma intervenção direta nos problemas do governo, os quais eram, aos seus olhos, páculas indiscutíveis. O corpo eleitoral, restrito como era, — representativo por consequente, como se manifestava — tomava entretanto de novo o hábito de se pronunciar contra as tendências da autoridade, e inaugurava definitivamente o regime de instabilidade governamental que devia lançar o degredito contra o sistema. "De fato, toda a agitação daquele ano decisivo se fez em roda de três nomes que, vitoriosos nas urnas, faziam mais do que representar o partido liberal, lentamente destruído numa luta de quarenta anos: Francisco Otaviano, Pedro Ottoni e Salgueiro Maranhão. O primeiro, um atencioso dos trópicos, senador e poeta, ficaria atrelado à longa história do liberalismo; o segundo, cujo papel foi o de detonar a expansão popular pela eloquência explosiva, que o incorpatabilizaria depois com a luz no Parlamento, permaneceria para sempre dubio, com a sua feição de rebelde. O último, porém, dava os primeiros passos de longo itinerário..." — que o conduziria à República.

Era somente lá que se devia deter a transformação

do liberalismo. O trono se via pouco a pouco aviltado, menos no mais estrito exercício de suas prerrogativas, e as manifestações cívicas, refletindo a opinião da classe dominante, davam razão aos que se afastavam da ortodoxia monárquica, acclamando com Francisco Xavier de "que o Império constitucional era a última honra que a hipocrisia rendia ao século."

O próprio governo desculpava-se de ser cortado: não ostentava senão a independência de seus gustos e de seus afeições. As bancadas parlamentares se povoavam de novos recrutas que abaloiavam as superstições antiquadas dos veteranos, e exigiam outros sacrifícios à sombra de novos ritos. E, quando o velho espírito conservador mostrou vontade de agitar-se e de combater, sustentado pela coroa, a que tantos sintomas de insubmissão se notavam, as forças silvestres do estandarte liberal replicaram com o grito de: "Reforma ou revolução!". A primeira para conjurar a segunda. Logo se passava em 1869; e em 1870 o partido republicano, armado para a guerra — digamos, antes, para a propalanda, visto que o Império, fazendo apelo, alternativamente, à coragem e à astúcia, havia encerrado o ciclo revolucionário — publicava o manifesto de 3 de Dezembro, dois meses após o advento da tenebrosa República na França.

Aproximai estas datas das duas histórias: 1789, que recorda em nosso país a consagração do Missas-Gerais; 1850 e 1851, que assinalam em nosso país o advento do regime monárquico liberal, por meio de uma transacção com o espírito republicano; 1849, que revela em nosso país a última convulsão do espírito xenóphobo, de que o elemento português havia sido a vítima; 1870, que assinala em nosso país a organização do partido republicano, victorioso em 1869, graças à união com o elemento militar.

Não são apenas simples coincidências: são os reflexos da considerável influência e das vezes decisiva, exercida pela nossa evolução sobre a nossa. São primeiramente as cobaias da França dos Valois, que estimulam a pro-

posição de nosso território apenas descoberto. E' e seguida a mobilidade sempre activa da França nos seus bens, constituindo um dos prazos que mantêm vivo o instinto de defesa da metrópole portuguesa. E', mais tarde, a primavera de nosso século filodélico por excelência, senão em nosso país as idéias de liberdade que a revolução republicana, ajudada pela França, nos tromper. E', enfim, a França do século XIX, batelhada e apunhada pelos progressos morais, que acompanha e, por assim dizer, orienta, nosso desenvolvimento político e social.

O liberalismo rejuvenescido de 1869 comprehendia em seu programa, ao lado da reforma eleitoral que os liberais realizaram em 1882, e da reforma judicial, de que a situação nascida da reação de 1841 tornava imperioso o correctivo que recebeu em 1871, a maior reforma, denominada em linguagem parlamentar: "de elemento servil", e que os conservadores levaram a cabo em breve, guiados por um chefe eminente.

A abolição da escravatura foi o mais grave dos problemas que o Império teve a resolver. Os interesses agrícolas, onipotentes em um país de censo limitado à propriedade, se pronunciavam contra toda a iniciativa filantrópica do governo que, de seu lado, devia procurar poupar o réu humanitário do Inglaterra, pois esta houvera feito do empenho que tomara na extinção do tráfico dos negros a condição de reconhecimento de nossa independência.

O tráfico dos escravos foi mais de uma vez reconhecido ilegal. Mas uma apatia intencional operava por infâmia, e esta provocou da parte da Inglaterra a adopção, em 1843, do célebre bill Abolition, que attribui aos navheiros ingleses em nome do Parlamento de Westminster, a faculdade de capturar os navios negreiros nas águas territoriais, e sujeitar o julgamento dos presos aos tribunais britânicos. As susceptibilidades nacionais não podiam deixar de irritar-se por motivo dessa "intromissão que

desafiava a soberania de uma nação, e que produziu o principio, resultados contrários ao fim que visava, pois que a indignação geral, excitada pelos negreiros, se revelou em numero mais inesperado, isto é, por um aumento considerável do tráfico. O numero de escravos desembarcados, que em 1840 havia sido de 30.000, e em 1845 de menos de 20.000, elevou-se um ano depois do Bill Aberdeen, a mais de 50.000; em 1847, a 56.000; no ano de 1848, chegou mesmo 60.000.

Todavia a lição não foi absolutamente perdida. Em 1850 o tráfico estava completamente abolido, havendo mesmo o Imperador decretado que preferia abdicar a ver o tráfico subsistir. Barreira o governo haver manifestado no assunto sua boa vontade, o que quer dizer, encergia na repressão, para que o numero de negros transportados devesse, em 1857, a 3.000; em 1858, a 700. E assim por deslanchamento rapidamente, até a completa extinção do vil commercio.

Não era senão natural, numa sociedade em que as preocupações moraes tinham seu lugar, em que os principios christãos eram professados e em que o sentimentalismo contava partidários ferventes, que a escravidão fosse progressivamente abominada. E vimos que já na Constituinte as primeiras vozes se faziam ouvir em favor da abolição. A riqueza territorial se baseava, não obstante, nesta instituição, que tinha seu crédito, tinha vozes que a defendiam. O exemplo dos Estados Unidos, cujo governo não heuvera feito, até 1861, senão defender e conselhar a servidão negra, servia bastante para apoiar a opinião dos que, em nosso país, se recusavam a crer no futuro do trabalho livre. Foi a grande guerra de Separação que, no Brazil, deu impulso aos progressos da liberdade da raza proscrita, fazendo nascer ao mesmo tempo a apprehensão do que o desenlace dessa crise social viesse a ser em nosso país igualmente violento.

Não admiráveis Carlos do Sollicito, Theres Rantos, um publicista de vultu ousado, falecido na flor da ida-

de e que, entretanto, agitou em nosso país mais idéas que nenhum outro — idéas que o tempo tornou victoriosas — prometta desde então — e não era o único a proclamar assim — a solução humanitária que devia fatalmente se impor. "Quelqu'un se Dardist, — escrevia ele — aquele homem de coração, de que os jornais importantes em 1840 se agarravam exclusivamente à politica militante e estéril dos partidos, e se esqueciam de agitar as questões de fundo, as questões sociais. Eu dirijo a mesma guerra à imprensa e aos homens do nosso tempo. Desçam, meu amigo, desçam de suas altas caméras, penetrem na escuridão. Avancem uma esperança no coração do oprimido e secundem um farol nas trevas do seu futuro... E não está dito tudo. Há ainda, abaixo do homem livre e homem estivo; há ainda, depois do miserável que se possui, o miserável africano livre de nome somente... Penetrando nesses guetos, por seus dizos, subterrâneos; descendo a essas minas do ministério, falta o ar aos pulmões, e o pensamento parece envolver-se numa neblina pesada de tristeza e desánimo. Mas empurramos a neblina offuscada. Começamos pelo quadro que parece mais triste, começamos pela sorte dos negros..."

O papel do Imperador na evolução do problema abolicionista foi de um liberalismo moderado, porém continuo, de um oportunismo calculado, de maneira a dar satisfação às exigências da civilização e, ao mesmo tempo, a não fazer dano ao principio monarchico junto aos partidos. Sendo dado seu carácter e seus principios, sua aspiração pessoal não podia deixar de ser filantrópica, e graças a diversos atos não duvidosos, favoreceu, tanto quanto estava em seu poder, os progressos da idéa, progressos altis constantes, pois no Brazil o número era muito restrito — se era que existiam depois de certo tempo — de que, como asseverava em todo o sul dos Estados Unidos, consideravam a escravidão uma instituição que devia ser perpetuamente zanjado.

Não nesse país as libertações eram frequentes. As sociedades emancipadoras realizavam anualmente sua obra de respeito. Milhares de libertos alistaram-se no exército durante a guerra do Portugal, e os casos de libertação em massa não podem ser tidos como raros, tais como o dos recém-nascidos dos 1.200 escravos pertencentes à Ordem dos Benedictinos, de todos os escravos dos domínios imperiais e, nos últimos tempos da escravidão, dos escravos, sem exceção, de vários dos mais ricos proprietários territoriais, havendo às vezes o movimento se estendido a províncias inteiras. Demais, a doutrina que é um dos traços parâmetros do caráter nacional, cuja energia e menos dura e a simpatia mais humana que as de outros povos, tornava no Brasil a sorte dos escravos menos rigorosa, assim como a ausência de preconceitos de raça tornava menos abundante a dos libertos.

Um quarto da população do país era ainda composta de escravos, quando, em 1853, a abolição começou a figurar no número das reformas legislativas possíveis. Sua marcha foi desde então rápida, visto que, em 1885, os escravos, cujo número estava já reduzido a 700 000, aproximadamente numa população de quinze milhões, tornaram-se completamente livres. Houve uma verdadeira graduação nas medidas adotadas. Nenhuma transformação foi jamais levada a cabo com mais precauções.

Começou-se pela libertação dos recém-nascidos, o que fazia cessar a segunda das fontes da escravidão — a primeira cessava pela abolição do tráfico — e suprimia uma situação que Sales Torres Homem havia definido, em um dos seus mais brilhantes discursos no Senado, "como a pirataria exercida em torno dos herões, sobre as águas de jurisdição divina e sob as vistas inertes de um povo cristão. Essas surras não vivem ainda! — exclama o orador. — O pó de que seus corpos se formarão fuma ainda espesso sobre a terra, o espírito imortal, que deve vivê-los, repousa ainda, calmo e livre, no céu do poder etéreo. e já o impio escravagista os con-

dena, reclamando como sua propriedade, reivindicando no limbo do Conselho de Deus, para prescripção, no inferno da escravidão."

A lei — conhecida pela denominação de "lei do ventre livre" — foi aprovada em 1871, após uma tempestuosa campanha parlamentar, que durou cinco meses, à qual o visconde do Rio Branco, chefe de um gabinete conservador, fez frente corajosamente, conseguindo levar a cabo a iniciativa tomada pelo marquês de São Vicente, autor do primitivo projeto, estudado e escrito pelo Conselho de Estado. A reforma era completada pela atribuição de certos impostos, que se cobravam pela libertação gradual dos escravos adultos, e pela facilidade para o escravo de resgatar-se pessoalmente e por meio de seu próprio família.

Cabe a Joaquim Nabuco a honra de ter apresentado à Câmara dos Deputados, em 1870, sob o nome o primeiro projeto de abolição total, fixada para o primeiro de Janeiro de 1890, pelo Senado o que, repellido embora pelo Ministério e pela maioria parlamentar, senão Eberard, se absteve, todavia, o favor geral é foi o ponto de partida de uma agitação, tão séria, da opinião pública, que absorveu todos os demais questões. A liberdade dos escravos de sessenta anos de idade, associada a uma tarifa do valor dos escravos, decrescente com os anos, foi a medida de composição votada em 1885, para ter por termo a emancipação absoluta, decretada no dia 13 de Maio de 1888. Joaquim Nabuco podia então exclamar, com just razão, da tribuna da Câmara: "A geração atual não conheceu jamais uma tão potente emoção. Para encontrarmos uma semelhante, é preciso ascender até aquela que sentiram nossos pais pela proclamação da Independência. Para nós, brasileiros, 1888 será uma data mais considerável que 1789 para a França. Para nós, é literalmente uma nova pátria que começa."

A circunstância sobretudo a notar, e cuja importância não vos escapará, o mesmo é dizer sua influência

sobre a formação histórica de nossa nacionalidade, é a que Victor Schœlcher, vossa generoso abolicionista, assinou dizendo que o Brasil tinha realmente para elle espaço a fatalidade conhecida, pela qual "as vias do progresso social têm sido muitas vezes ensanguantadas pela resistência que encontram. A abolição da escravatura realizou-se com effeito da maneira mais pacifica, como devia realisar-se, um anno apòs, a mudança de regime.

Durante os vinte annos que decorreram de 1862 a 1889, e que constituiram o período mais perturbado de nossa historia, do ponto de vista dos ideos que se chocavam e se confundiam, os choques não tendo mais lugar somente nas reuniões publicas, porão em plano Parlamento, o Império e a República se acharam face a face, dispostos um a outra, a um encontro definitivo, para o qual se deviam servir das armas tão diversas, que o arsenal da propaganda pela imprensa, pela tribuna e pela escola estava em estado de lhes fornecer.

Estudas da Cunha condensou muito bem esse momento historico na passagem seguinte: "O novo movimento politico, caracterisado ao mal vinculado da tendéncia separatista nas insurreições independentes que vieram até 1817; inoportuno em 1822 e 1837, por contrariar o interesse maior da unidade da patria, repellido em 1837-1843 porque ainda se tornara indispensável a acção exclusiva da força centrípeta da realidade; evoluindo, impetuosivo, e perdendo de anno em anno o caracter separatista com espasmos os ressentimentos abstrahidos pelo país inteiro na trégua paralytica de 1852-1855; alterando, por fim, mas inteiramente no violento revide de 1855 que uma guerra externa abandonou, desviando as preoccupações nacionaes: — depois dessas vicissitudes, em 1870, impunha-se. Para vencer ainda a força das novas superações sociais tão vigorosas que se reflectiam nos próprios partidos dinasticos, unidos em dissidências que se declinavam, desasagrando-se, sem poupar, em seu golpe, como vimes, a própria figura imperial.

A instituição monárquica sentia-se, ao contrario, esgotada e abjecta, abandonada a si mesma. Os elementos com os quais poderia contar, não somente lhe faltavam, mas ainda não ousavam se evocar seus motivos e de expor seus queixos. Assim, a Igreja se declarava alheia em suas liberdades essenciais. A triplicidade do Estado, qualificada de despotismo, a ofendia. "Liberdade, da liberdade a Igreja de Jesus Christ! — exclamava o bispo do Para — ela não vos subjugou, não vos comtange. Defenda-vos seguir vossas doutrinas realengas, ou não imporiais quão outras doutrinas na seitas que quizerdes abraçar. Mas deixai-a também se governar segundo seus leis." Em outros termos, era a Separação, que o prelado recusava e que o Império recusava, coisa da sua autoridade.

O exercito se sentia, do seu lado, desprezado e se dizia diminuído. A guerra do Paraguy tinha o dotado das glorias militares, de que sentia antes a necessidade e que serviram para tornar mais hostil sua attitude em face do Irano, esapado por um príncipe de temperamento muito mais bérquês que guerreiro quando a incompatibilidade se revelou de subito mais aguda, — a mesma incompreensão que se havia já esboçado em 1841, e cujo golpe a Regência houvera declinado, tratando de tornar o exercito menos irrecconciliavel com o espirito civil do regime politico do Brasil. Essa desinteligencia é o defeito que, em certo sentido, se reflecte sobre nosso país, por nos termos medido com a espada, até o esmagamento do sistema dominante num país advestrido, cuja exiguidade de territorio e de recursos parecia estar em desproporção com a nossa grandeza, e a nossa riqueza, foram as duas consequencias desastrosas da campanha estrangeira.

A questão militar accentuou-se e envenenou-se pelas reclamações de classe e por disputas com as autoridades civis, de onde o prestigio do governo saia arranhado, se-

fundo a confissão, um pouco cínica, feita ao Senado, por um presidente do Conselho, homem de espírito satânico e de visão profética. Quando nos derradeiros dias da escravidão, o exército se movia e perseguir os escravos que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, obedecendo aos conselhos dos egíptios e dos abolicionistas, abandonavam em massa as fazendas e engenhos, — o principal indispensável da obediência sobre um tal grupo, que, desde esse dia, a confiança ficou abalada no sustento cule que a força pública emprestaria de então por diante à coroa, ameaçada por todos os lados.

No decorrer da propaganda, que faziam, os abolicionistas comatavam ao soberano sua tibieza, sua proteção distorcida dos interesses ultra-conservadores, e o acusavam uma repressão nascida do sentimento liberal revoltado. Depois da abolição, — uma cartada política em que a coroa atacou sua própria existência — os proprietários territoriais, a quem os recursos pecuniários proibiam de exhibir-se como abolicionistas à força, dirigiram contra o trono o áspero ressentimento de decepcionados, que eram, e tornaram o imperador responsável pela ruína que os assaltava. As terras das repúblicas se acresceram de todas essas desmunições, que até então, tinham julgado achar no governo uma proteção eficaz, e as quais houvera sido injustamente recusada a esmola de uma indenização, como a que, nas colônias inglesas e francesas, tinha permitido aos senhores de terras e escravos a adaptação às novas condições de trabalho.

Não devemos esquecer que uma metade do país sofria mais que outra, por um tal abandono. O Norte atravessava uma crise econômica determinada pela baixa de preço do açúcar, e era aquela exatamente a região do Brasil onde, pela natureza do clima tropical, a imigração branca teria mais dificuldade de prosperar. No Sul uma forte corrente de colonos europeus logo se esboçou, atraída pelos preços elevados do café, e permitindo à

agricultura local libertar-se do embargo resultante da falta de trabalhadores.

De um único ponto de vista talvez, o Imperador não foi o soberano mais conveniente ao Brasil durante o período de expansão consentida ao solver, está ainda bem feita — o desprezo do lado pouco visível, que atado de animal-vaca, isto é, o empobrecimento de numerosas propriedades agrícolas — dessa crise econômica e social que passava desde a dependência sobre o futuro do país.

Muito apaixonado pelo progresso moral, D. Pedro II era menos fervente quanto ao progresso material. Faltava certamente convicção da necessidade do progresso material, e encorajava o mesmo. Mas não se mostrava bastante de acordo, ao que se pretende — pois eu estava longe de censurá-lo — com o espírito de sua época, e ainda menos disposto a encorajar os apetites de fortuna, que sentia serem latentes em torno de si. Como poderia D. Pedro II — inimigo pessoal do luxo, inclinado a preferir a companhia das pessoas inteligentes, embora pouco afortunadas, à das arrivistas de riqueza e à das mediocridades sem requintes intelectuais — manifestar simpatia por aqueles que não sonhavam se não com transformações e opulências?

Sua desconfiança era tão grande a respeito dessas violentas mudanças, implicando em negar as tradições nacionais, que chegava a lhe inspirar uma repulsa invencível por uma colonização demasiada abundante, que poderia trazer o perigo de abalar o caráter do Brasil antigo, do Brasil histórico, que houvera sido o domínio de seus antepassados e a pátria de sua dinastia. Foi esta, creio, o único aspecto de um sentimento de casto, ou seja antes de um orgulho de classe, e ainda assim, isso não era, na essência, senão um tradicionalismo pouco egoísta e, de fato, superior. D. Pedro II, não obstante suas maneiras democráticas, atinha-se ao Brasil como prolongamento do passado, a um Brasil fortificado pela defesa de suas glórias e pela vibração ininterrupta de seus sofrimentos.

A effluência demonstrava grande de indígenas, cuja assimilação, dando a diversidade de línguas e de raças, tornava-se tornado aos seus olhos inteiramente impalpável, preocupava-o como um mal a evitar, em lugar de lhe surgir como um bem a ser desejado. Entretanto, o país experimentava a necessidade de uma expansão que, não ou não, mal ou parecia, os que disso se illam julgar, pouco em harmonia com o sistema dominante. A expansão propriamente não fazia falta. Mas decaía-se lhe mais amplitude nos planos, mais robustez nos desenhos e menos torção no resultado.

A ação do poder executivo, que até então continha dentro por seu vigor as tendências do Parlamento, se havia extremamente atrofiado por motivo das incessantes demandas do soberano, que, conforme se conjecturava, estava incapaz de prestar de então em diante aos negócios do país sua antiga e irrecusável atividade. Graças a estes motivos, os políticos mostravam-se agora céticos e hesitantes quanto à utilidade das instituições. Foi fácil perceber-se isso em face do ócio de adesões que rondou a República.

A própria eloquência politica se ressentia da mudança. Passava o tempo das lutas bem pautadas da tribuna. O que se via surgir e dominar no seu lugar, foi o que Euclides da Cunha pintou tão a propósito, com uma eloquência quase selvagem na sua arrogante rudeza, na energia nova com a qual pulverizava os direitos populares, nas suas rebeliões de formas e nas suas grandes ironias de julgamento: Silvotira Martins — mencione o autor citado — corrigia de improviso sua estatura atléica de Danton.

Se se desse ouvido aos que o atacavam nos vespertinos de 1880 — o pouco eram os que se davam em defendê-lo — o Império não oferecia mais à vista senão um quadro de erras. Suas liberdades no entanto não haviam nunca sido suprimidas: não se podia senti-lhe a falta. Chegava-se ao ponto de rebalar os êxitos militares, com os quais o antigo regime julgava apoiar os reverses do

primeiro. Muitos discutiam a sabedoria de essas constantes intervenções diplomáticas e armadas em Montevideo, a justiça de nossa intervenção malucosa e irritante nos negócios politicos da zona do Prata, a equidade da participação na belicosa contenda dos interesses de nossos nacionais. Uma das primeiras idéias, sugeridas por ocasião do advento do novo regime, foi a restituição dos tratados da guerra do Paraguai. E, se não foi posta em prática, deve-se a que os próprios conselhos da república foram militares, e a que os sentimentos dos officiaes, não habituados das doutrinas positivistas, tão em graça no exército, queriam dizer, nos corpos de engenharia, de artilharia, de terra e mar, não podiam sentir ser hostis a essa espécie de restauração. O exército tornou-se assim, intuitivamente, o agente conservador, que reclamava a continuidade das tradições nacionais, quando tudo se desmembrava em torno do trono, quando a Igreja, a propriedade e o saber se recusavam a opô-lo. A quem do menor sacrificio.

ND CE

Dedicatória	VII
Sumário	IX
Prefácio da edição brasileira	XI
Prefácio da edição francesa	XVII
Prólogo Um diplomata da dualidade	XXI
Formação: História da Nacionalidade Brasileira	I
I Conferência	3
II "	26
III "	65
IV "	71
V "	87
VI "	113
VII "	139
VIII "	153
IX "	178
X "	198
XI "	217
XII "	249